



UnB

Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em História

**Marchas e manifestos contra a colonialidade da história:
Movimentos indígenas diante das comemorações oficiais dos 500 anos
(1998-2000)**

Lucas da Mota Farias

Brasília
2018

Lucas da Mota Farias

**Marchas e manifestos contra a colonialidade da história:
Movimentos indígenas diante das comemorações oficiais dos 500 anos
(1998-2000)**

Dissertação para obtenção do título de
Mestrado em história pelo Programa de
Pós-Graduação em História, da
Universidade de Brasília

Linha de Pesquisa: História Cultural,
Memória, Identidades

Orientador: Prof. Dr. Susane Rodrigues
de Oliveira

BRASÍLIA

2018

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha família, meu pai, minha mãe e meu irmão por todo apoio e incentivo para que eu voltasse para a UNB e cursasse o mestrado em história. Não poderia deixar de mencionar a paciência que vocês tiveram comigo durante esse processo de pesquisa e escrita, aguentando meus momentos de cansaço e mau-humor.

Agradeço muito também à minha orientadora, professora Susane, por todo apoio, incentivo e paciência nessa parceria de pesquisa que vem desde a graduação. Além da importância em me indicar leituras, de trazer debates para sala de aula, revisar textos (tantas vezes fora dos prazos), também não posso esquecer do incentivo na retomada dos estudos dois anos atrás, e principalmente na reta final da dissertação, quando, em meio à ansiedade e à preocupação com o cenário político tenebroso, foi fundamental para que eu conseguisse concluir este trabalho.

Aos professores da banca de defesa, Cristiane de Assis Portela e Wanderson Flor do Nascimento, fica meu agradecimento também pelas valiosas contribuições para esta dissertação e as pesquisas que estão por vir.

Aos amigos de curso pelos debates sobre temas acadêmicos em sala de aula e momentos de desconcentração nos corredores do departamento, em especial, à amiga Renata por todo o apoio que me deu durante essa pesquisa.

Os fatos e a história recente dos últimos quinhentos anos têm indicado que o tempo desse encontro entre as nossas culturas é um tempo que acontece e se repete todo dia. Não houve um encontro entre as culturas dos povos do Ocidente e a cultura do continente americano numa data e num tempo demarcado que pudéssemos chamar de 1500 ou de 1800. Estamos vivendo com esse contato desde sempre. Se pensarmos que há quinhentos algumas canoas aportaram aqui na nossa praia, chegando com os primeiros viajantes, com os primeiros colonizadores, esses mesmos viajantes, eles estão chegando hoje às cabeceiras dos altos rios lá na Amazônia.

(Aílton Krenak, 1999: 25).

RESUMO

Trata-se de uma análise das práticas discursivas e não-discursivas produzidas pelo Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular diante das Comemorações Oficiais dos V Centenário do “Descobrimento do Brasil”. Este Movimento mobilizou, entre os anos de 1998 e 2000, diversas organizações e grupos sociais, partidos políticos, sindicatos, entidades de classe, movimentos estudantis, setores de igrejas e universidades brasileiras em torno de um discurso crítico que foi capaz de desestabilizar as perspectivas históricas e os projetos governamentais e midiáticos relacionados às comemorações oficiais dos 500 anos de Brasil. Na análise das condições de emergência deste Movimento, partimos de um entendimento de tais comemorações como *dispositivos* (FOUCAULT, 2000) de saber-poder que, por meio de um conjunto heterogêneo de obras arquitetônicas, intervenções paisagísticas, cerimônias, imagens, memórias e pronunciamentos, reforçavam discursos históricos fundadores do mito da democracia racial e dos modos de subjetivação inerentes à matriz moderna/colonial de poder, constituindo-se, portanto, em instrumentos de *colonialidade* (QUIJANO, 2014a) do poder. A partir de uma abordagem discursiva e decolonial, discutimos as formas de organização, participação, atuação, mobilização, protesto e manifesto deste Movimento como estratégias e táticas de resistência à *colonialidade* da história e do poder.

PALAVRAS-CHAVES: comemorações; 500 anos; história; indígenas; colonialidade.

ABSTRACT

A study of de discursive practices and non-discursive practices produced by the Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular against the Official Commemorations of the V Centenary of the “Discovery of Brasil”. This Movement mobilized, between the years of 1998 and 2000, several social movements and organizations, political parties, trade unions, class entities, student movements and sectors of Brazilian churches and universities around a critical discourse that was able to destabilize the historical perspectives and projects promoted in governmental and the media fields. In the analysis of the emergency of this Movement, we assume that the official celebrations of the 500 years worked as devices of power-knowledge that, through a heterogeneous set of architectural buildings, landscape interventions, ceremonies, memories and pronouncements, reinforced the coloniality of history. In the investigation of the forms of organization, participation, action, resistance, protest and manifesto of this Movement we perceive the mobilization of strategies and tactics against the coloniality of history.

PALAVRAS-CHAVES: commemorations; 500 years; history; indigenous; coloniality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 – 500 anos de “descobrimento do Brasil”: comemorações, dispositivos e colonialidade.....	29
1.1 “Encontro de dois mundos”	30
1.2 Discursos e práticas estatais	34
1.3 Dispositivos midiáticos: imprensa e Rede Globo.....	48
1.4 Críticas às comemorações no campo da historiografia	53
1.5 Dispositivos de subjetivação e colonialidade do saber-poder	60
CAPÍTULO 2 – Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular	65
2.1 Campanha Continental	65
2.2 Objetivos, sujeitos e organização do Movimento.....	72
2.3 Protestos e encontros	85
CAPÍTULO 3 – Marcha dos Povos Indígenas 2000	99
3.1 Caravana indígena da Amazônia	99
3.2 Protestos e tensões em Brasília.....	105
3.3 Do Monte Pascoal para Santa Cruz de Cabrália.....	110
3.4 Caravana Indígena do Nordeste.....	110
3.5 Marcha dos Sem Terra.....	113
3.6 Conferência dos Povos e Organizações Indígenas	117
3.7 Confrontos com a polícia militar e o fracasso das comemorações.....	119
CAPÍTULO 4 – Entre denúncias e reivindicações: Manifestos como dispositivos de ressignificação do passado.....	127
4.1 Condições de produção e signatários.....	128
4.2 Críticas às comemorações oficiais.....	141
4.3 Críticas à história oficial: lugar de fala e produção de sentidos	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	160
FONTES HISTÓRICAS	169
ANEXOS	179

INTRODUÇÃO

Essa dissertação é resultado de uma investigação sobre as mobilizações, protestos e manifestos produzidos pelo Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular, no período de 1998 a 2000, em caráter de contestação às comemorações oficiais do V Centenário do “descobrimento do Brasil” que celebravam a chegada dos colonizadores portugueses no território que compõe hoje o Brasil. Com o objetivo de acompanhar as ações deste Movimento selecionamos como fontes para nossa análise um conjunto heterogêneo de documentos: manifestos, relatórios, atas, avaliações, e-mails, notas/informes, panfletos, programações, convites, boletins informativos, compilações de notícias de jornais, dossiês, declarações, cartilhas, memórias e projetos. Diante da pluralidade de atores envolvidos no Movimento, optamos por concentrar nossa análise sobre o protagonismo dos movimentos indígenas nas mobilizações.

A fim de analisar as estratégias de organização, bem como as principais propostas, reivindicações e práticas de protestos deste Movimento, recorreremos aos relatórios, avaliações, livros, notícias, informes, notas e projetos produzidos pelo próprio Movimento e por organizações de movimentos sociais associados. Na compreensão desse conjunto de práticas discursivas e não discursivas lançadas pelo Movimento partimos das noções de *dispositivo* (FOUCAULT, 2000) e *colonialidade* (QUIJANO, 2014a; ESTREPO; ROJAS, 2010). Abordamos ainda os manifestos produzidos pelo Movimento, identificando e analisando as suas representações em torno do passado e da história do Brasil, atentando para as suas condições de produção e a cultura histórica que elabora e difunde. Nesse caminho, buscamos a compreensão da historicidade de tais representações, desvelando os discursos, interesses, concepções, crenças, valores, imaginários e práticas que as informam, bem como as relações entre memória, história e identidades que as engendram. Para essa análise das representações nos orientamos para uma abordagem discursiva (HALL, 1997; SPINK, MEDRADO, 2013; FOUCAULT, 2005) e de(s)colonial (ESCOBAR, 2010; RESTREPO, ROJAS, 2010; QUIJANO, 2014a, 2014b; MIGNOLO, 2008; FLOR DO NASCIMENTO, 2014).

As comemorações cívicas constituem um campo privilegiado de investigação histórica, pois nos permitem uma aproximação das disputas entre concepções e discursos sobre o passado e suas relações com as identidades e os projetos políticos de grupos

sociais. No caso das celebrações dos 500 anos do “nascimento” da nação brasileira, programadas para o dia 22 de abril de 2000, os embates mais incisivos se deram em torno dos conflitos entre as iniciativas festivas promovidas pelo governo brasileiro, com o apoio de veículos da grande imprensa nacional, e as ações coletivas de contestação no marco do Movimento Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular. O mote da campanha desse Movimento foi “Brasil: Outros 500”, com o objetivo de “lembrar os quinhentos anos de massacre, genocídio, etnocídio, escravidão, sofrimento e humilhações – e também de alguns momentos de efêmeras vitórias”¹. O título dessa campanha buscava assinalar os efeitos nefastos da conquista e colonização do Brasil, e a correlata resistência oferecida pelos grupos sociais que promoveram tal campanha.

Embora as primeiras iniciativas governamentais, no sentido de celebrar os 500 anos do desembarque dos primeiros portugueses em territórios que hoje compõe o Brasil, remontem os primeiros anos da década de 1990, foi durante os mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso (1995-1999 e 1999-2002) que as comemorações oficiais ganharam corpo, a partir de um conjunto heterogêneo de projetos que envolveram diversas instâncias do poder público (OLIVEIRA, 2000). O apogeu das festividades foi programado para a chamada “Costa do Descobrimento” (região do litoral baiano que abarca, entre outras cidades, Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália), onde seriam realizados cerimônias e eventos, na semana do dia 22 de abril de 2000, com a presença de autoridades brasileiras e portuguesas, celebrando os 500 anos de construção da nação (BEZERRA, 2011; SILVA, 2003).

A imprensa também teve papel fundamental na promoção do V centenário do chamado “descobrimento do Brasil”. Como bem assinala Maria Francisca Moura (2001), a grande imprensa nacional, em especial a Rede Globo de Televisão, atuou de maneira decisiva pautando eventos e programações, estabelecendo que temas seriam importantes de ser rememorados, pensados e discutidos. Nesse sentido, mais do que a cobertura dos eventos e cerimônias oficiais das comemorações, os veículos de mídia foram responsáveis por engajar a população brasileira nos debates sobre os significados dos 500 anos de história do país, promovendo um calendário de eventos populares paralelo às programações estatais, realizando projetos educativos e debates com especialistas,

¹ Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular. Fundação Perseu Abramo (Partido dos Trabalhadores). 11/05/2006. Disponível em <<https://fpabramo.org.br/2006/05/11/brasil-500-anos-de-resistencia-indigena-negra-e-popular/>>.

lançando e divulgando livros, coletâneas e materiais audiovisuais sobre a história do Brasil (MOURA, 2001).

Em seu conjunto, os projetos para as comemorações oficiais apontaram para a exaltação do legado histórico português, na formação da nação, marginalizando e invisibilizando a participação e importância de povos indígenas e afrodescendentes ao longo de 500 anos de resistência à dominação e exploração. Segundo Micael Herschemann e Carlos Alberto Messeder Pereira (2000), as comemorações oficiais revitalizavam as narrativas do projeto moderno de Brasil, exaltando o encontro coletivo, o legado europeu, especialmente português; além de, como consequência, ocultarem o protagonismo de indígenas, negros e camadas populares na construção da nação. Nesse sentido, compreendemos que as representações do passado brasileiro promovidas pelas celebrações oficiais estiveram em sintonia com os projetos de *modernidade*, cujo lado mais obscuro se revela na *colonialidade* que, como bem entende Estrepo e Rojas (2010), constitui um padrão de poder iniciado com a colonização da América e que persiste após o fim do colonialismo formal, operando através da inferiorização, exploração, marginalização e invisibilização de grupos humanos submetidos a processos de colonização no passado.

No entanto, o caráter excludente e colonialista das representações veiculadas pelas comemorações oficiais não ficaram incontestes. Em dezembro de 1998, movimentos sociais publicaram o *Manifesto Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular*², propondo outra leitura histórica a partir de “um lugar bem definido”, dos “condenados da terra”³, segundo a qual o dia 22 de abril de 1500 era entendido como “um dia mítico, matriz de uma história violenta e desumana, que continua até hoje” (BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 1998a). Contestavam-se, assim, as imagens de uma trajetória histórica harmônica, difusora do mito da democracia racial, denunciando a permanência das desigualdades e injustiças na sociedade brasileira. Desse modo, o manifesto se constituía, sobretudo, em um clamor para a ação coletiva a ser desencadeada pelos movimentos sociais, tendo como projeto principal a realização de mobilizações e protestos no mês de abril de 2000, no mesmo “lugar mítico” onde se deu o desembarque dos primeiros portugueses em terras brasileira

² Ver em Anexos.

³ Em referência à obra “Os Condenados da Terra”, escrita por Frantz Fanon e publicada originalmente em 1961, que trata da colonização e seus efeitos.

e para onde o governo brasileiro planejara o encerramento dos festejos oficiais dos 500 anos.

O Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular – ou Brasil: Outros 500, como também ficou conhecido, reuniu, em seu percurso, diferentes entidades da sociedade civil entre as quais: entidades do movimento negro, como a Confederação (CONEN) e o Movimento Negro Unificado (MNU); Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); entidades sindicais; partidos políticos de oposição ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso; setores da universidade e estudantes; organizações da igreja católica, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI); lideranças indígenas, representando etnias específicas e entidades do movimento indígena, como a APOINME (Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo), a COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) e CAPOIB (Conselho da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas Brasileiras) (CESAR, 2002; HERSCHEMANN; PEREIRA, 2000; SILVA, 2003). Para a consolidação de uma articulação tão ampla e plural, o Movimento tomou como referência os processos organizativos da *Campanha Continental de Resistência Indígena, Negra e Popular* que, entre 1989 e 1992, mobilizou organizações de movimentos sociais latino-americanos e caribenhos contra as comemorações do V centenário do chamado “descobrimento da América”, celebrado em 1992 (COORDENAÇÃO NACIONAL DA ENTIDADES NEGRAS, 2000).

José Maurício Arruti e Luciana Heymann (2002) entendem o Movimento de contestação às comemorações oficiais dos 500 anos como parte de lutas sociais intensificadas a partir do processo de redemocratização do país, por reconhecimento do direito à diferença e pela gestão da memória nacional. Nesse sentido, tais lutas encampam “demandas coletivas de grupos minoritários historicamente silenciados” na busca por novas formas de inserção na sociedade nacional, sem que isso significasse a negação de suas formas de auto-identificação ou o silenciamento de suas memórias particulares (ARRUTI, HEYMAN, 2002: 3). Já Óscar Calavia Saéz, em um olhar mais atento ao protagonismo dos povos indígenas no Movimento, destaca como estes atores sociais aproveitaram a ocasião para afirmar que continuariam existindo por pelo menos mais 500 anos, diferentemente do que certas noções cristalizadas no pensamento histórico, social e político do país faziam crer, ao silenciar o protagonismo e memória de indígenas e afrodescendentes sobre esses 500 anos (2000: 102).

Quanto ao legado desse Movimento, América Lúcia Cesar destaca que, embora tenha havido dificuldades para articular as “diversas frentes no território nacional, os movimentos sociais organizados conseguiram produzir um contra-discurso que atravessou as fronteiras do país” (2002: 20). Aponta ainda como resultado importante ter conseguido apresentar um contraponto às comemorações oficiais, contribuindo para o fracasso das mesmas, e revelando a profunda desigualdade de poder nas relações étnico-raciais estabelecidas historicamente (2002). Já Poliene Bicalho (2010), destaca o protagonismo indígena na contestação das comemorações oficiais dos 500 anos como revelador da capacidade organizativa e do poder de mobilização dos movimentos indígenas brasileiros na luta pela efetivação de seus direitos. Por outro lado, em virtude dos impasses surgidos entre lideranças indígenas e da ação truculenta do Estado, a autora entende que os acontecimentos de abril de 2000 tiveram também consequências desastrosas para o movimento indígena brasileiro, “pois o mesmo perdeu muito de sua ‘espontaneidade’ e recolheu-se por algum tempo, como que para refletir sobre suas propostas, sobre sua atuação e sobre seus princípios” (BICALHO, 2010: 303).

Diante desse cenário em que organizações representativas de diversos setores da sociedade brasileira se mobilizaram em torno de estratégias de disputa pela gestão da memória e dos sentidos sobre a identidade nacional, entendemos como necessária uma breve incursão pelo modo como os termos movimentos sociais e protestos vêm sendo concebidos e investigados, para que assim possamos apresentar nosso posicionamento sobre tais categorias de análise. Isso porque, embora o estudo de ações coletivas seja um campo consolidado em disciplinas acadêmicas como a psicologia social, a ciência política, a sociologia, a antropologia e a história, a definição de categorias como movimentos sociais e protestos ainda parece pouco clara em virtude da própria plasticidade desses fenômenos sociais que exigem uma significação mais fluída para esses termos.

Os protestos populares, as revoltas e as rebeliões, como bem lembrou Eric Hobsbawm (1998), não foram tratados como temas relevantes aos estudos históricos, ao menos na Europa, antes das grandes revoluções sociais do século XVIII. Segundo o autor, a história, como então era escrita, só começara a descentrar seu interesse por grandes acontecimentos e personagens políticos a partir de obras de historiadores franceses que se dedicaram à investigação da vida das pessoas comuns e das revoltas populares no contexto da Revolução Francesa (HOBBSAWM, 1998). Apesar de Hobsbawm citar como percussores desse tipo de abordagem o trabalho de Jules Michelet, Georges Lefebvre e

Marc Bloch; não podemos deixar de destacar que estes historiadores não chegaram a trabalhar com categorias como movimentos sociais e protestos.

A historiadora Hebe Matos (2012) argumenta que os primeiros usos da categoria movimentos sociais vêm de estudos sociológicos de meados do século XIX, que classificavam determinados ativismos de grupos sociais como resposta a realidades de privação e desigualdade econômica. Essa visão tendeu a prevalecer até meados do século XX, com destaque para vertentes funcionalistas e marxistas que, por caminhos diferentes, trataram os movimentos sociais “como ações não institucionalizadas e potencialmente ameaçadoras à ordem social” (MATOS, 2012: 98). O sociólogo Remo Mutzenberg (2015) põe em relevo ainda as abordagens da corrente do interacionalismo simbólico que, nesse mesmo período, chegaram a encarar as ações coletivas como manifestações dotadas de significado e racionalidade.

Mutzenberg (2015) classifica as análises das ações coletivas de movimentos sociais e protestos produzidas pelas correntes marxista, funcionalista e do interacionalismo simbólico, entre o século XIX e a segunda metade do século XX, como as “abordagens clássicas” dos movimentos sociais. Embora por perspectivas muito distintas, esses estudos tinham em comum o interesse por

fenômenos históricos localizados e temporalizados nas sociedades ocidentais ‘modernas’ (euro-americanas), com base em um discurso de modernidade. É deste lugar que afirmam uma tendência universalizadora para os comportamentos coletivos (...) [sendo possível] identificar um pressuposto comum, uma concepção de sociedade como ordem fechada, uma unidade que se perdeu, mas que teria como destino a sua plenitude, isto é, um retorno a sua natureza última” (MUTZENBERG, 2015: 420).

A partir da segunda metade do século XX, os estudos sobre movimentos sociais se consolidaram enquanto campo de pesquisa na sociologia, tendo por destaque as inovações produzidas por vertentes funcionalistas – que reconheceram os aspectos criativos dos atores sociais envolvidos em ações coletivas – e marxistas que destacaram o ativismo dos movimentos operários, os processos de construção de identidades de classe e a mobilização grevista (MATOS, 2012). Nesse mesmo período, os protestos populares se desenvolviam como objeto de pesquisa historiográfica, mais especificamente, em temas de estudo de historiadores ligados à história social britânica como Eric Hobsbawm, George Rudé e Charles Tilly (PAMPLONA, 1996). As ações das multidões, as greves, revoltas, rebeliões, os banditismos sociais foram investigados como modalidades de

protestos populares que faziam parte das lutas políticas das sociedades em que estavam inseridas (PAMPLONA, 1996).

Mutzenberg sustenta que, durante a década de 1960, à medida que eclodiam protestos protagonizados por atores sociais antes invisibilizados – estudantes, mulheres, grupos étnicos, etc. -, as “abordagens clássicas” dos movimentos sociais entravam em crise, cedendo espaço para enfoques interessados pelo “campo da ação social, da cultura e dilatação das relações de poder para além do poder instituído” (2015: 421). O autor chamou as teorias desenvolvidas, a partir deste contexto, de “abordagens neoclássicas dos movimentos sociais”, com destaque para a *teoria da mobilização de recursos*, a *teoria do processo político* e a *teoria dos novos movimentos sociais* (MUTZENBERG, 2015)

As décadas que seguiram à emergência de protestos que trouxeram visibilidade a novos atores sociais nas disputas políticas e sociais foram de intensos debates entre as chamadas “abordagens neoclássicas”, com apropriação mútua de categorias e métodos de análise (MUTZENBERG, 2015). Já no contexto da historiografia brasileira, Hebe Matos (2012) argumenta que os movimentos sociais se desenvolviam como tema de pesquisa, durante os anos 1970 e 1980, em uma conjuntura que envolvia: a expansão de cursos de pós-graduação em história pelo país; o fortalecimento dos diálogos com as novas tendências teóricas e metodológicas vindas da Europa e Estados Unidos; e as mobilizações pelo fim da ditadura. Outra característica desse período é a efervescência dos diálogos entre movimentos sociais e historiadores, possibilitando a abertura de novas questões, objetos e campos de pesquisa que abordassem grupos sociais antes mantidos à margem dos estudos históricos como: mulheres, afrodescendentes e povos indígenas (MATOS, 2012; COELHO, 2015; ALMEIDA, 2012).

A partir da década de 1990, com os diálogos cada vez mais intensos entre as diferentes perspectivas teóricas, as abordagens tornavam-se mais plurais e complexas, possibilitando a dinamização do campo de pesquisa sobre as ações coletivas com a abertura de novas disciplinas, objetos de estudo e visões de mundo (BRINGEL, 2011). Por outro lado, colocava-se também em questão os limites de aplicação da categoria movimentos sociais, com alguns autores limitando seu uso a sociedades modernas industriais, outros questionando as bases epistêmicas eurocêntricas em que foi construído o campo de estudo (MATOS, 2012; BRINGEL, 2011; MUTZENBERG, 2015).

Das perspectivas mais recentes, as reflexões de pensadores ligados à crítica descolonial (MIGNOLO, 2008; FLOR DO NASCIMENTO, 2014) ou ao *giro decolonial*⁴ têm nos fornecido algumas chaves para a análise das ações coletivas do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular, pois lançam luz sobre as matrizes históricas das relações de poder excludentes e violentas que moldam as sociedades latino-americanas. Ressaltando a relação mutuamente constitutiva entre modernidade e colonialidade, o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2014a: 636-638) – que foi um dos pensadores de destaque dessa corrente de pensamento crítico –, assinalou que a expansão colonial europeia do século XVI inaugurou um padrão de poder que, desde então, se reproduz e desenvolve sobre os mesmos fundamentos, quais sejam: a instituição da classificação racial das gentes, naturalizando relações de dominação produzidas desde a Conquista; a configuração de um sistema de exploração, articulando diversas formas históricas de controle/exploração do trabalho em uma mesma estrutura para a produção de mercadorias destinadas ao mercado mundial capitalista; o eurocentrismo como modelo de produção e controle de subjetividades, imaginários, conhecimentos e memórias; e o sistema de controle da autoridade coletiva sob a hegemonia do Estado.

A crítica descolonial/decolonial coloca, portanto, em questão a necessidade de superação do padrão de poder eurocentrado moderno/colonial, para que possamos abrir espaços a outras configurações de saberes e a “outros mundos possíveis”⁵. Como pensamento crítico, as opções descoloniais/decoloniais se referem, portanto, a um projeto político-epistêmico que busca

transformar não só o conteúdo mas os termos-condições pelos quais se tem reproduzido o eurocentrismo e a colonialidade no sistema-mundo, inferiorizando seres humanos (colonialidade do ser), marginalizando e invisibilizando sistemas de conhecimento (colonialidade do saber) e hierarquizando grupos humanos e lugares num padrão de poder global

⁴ O termo *giro decolonial* se refere à perspectiva político-epistêmica que tem por destaque intelectuais ligados ao grupo de investigação Modernidade/Colonialidade, dentre os quais: Aníbal Quijano, Nelson Maldonado-Torres, Walter Dignolo, Enrique Dussel, Catherine Walsh, Santiago Castro-Gómez (2005), Ramón Grosfoguel (2016), entre outros. Autores como Maldonado Torres (2007) e Dignolo (2008) argumentam que o *giro decolonial* tem uma longa genealogia que remonta as primeiras reações de sujeitos e grupos marcados pelas ações violentas e irracionais do processo colonial europeu iniciado durante o século XVI. Nas palavras deste último: “Embora a meta-reflexão sobre o *giro epistêmico de-colonial* seja recente, a prática epistêmica de-colonial surgiu ‘naturalmente’ como consequência da implantação de estruturas de dominação, a matriz colonial de poder ou colonialidade do poder (...). Portanto, não é nada surpreendente que a genealogia do pensamento de-colonial (isto é, o pensamento que surge do *giro de-colonial*) seja encontrada ‘na colônia’, no jargão canônico da historiografia das Américas” (MIGNOLO, 2008: 251).

⁵ Como propõe a revolução zapatista.

de exploração e de acumulação de capital (colonialidade do poder) (ESTREPO; ROJAS, 2010: 37-38. Tradução nossa).

Assim, pensadores e teorias produzidas a partir das fronteiras da modernidade/colonialidade, bem como as ações de movimentos sociais latino-americanos – mas também de outras zonas periféricas do globo – assumem protagonismo dentro da perspectiva decolonial por seu potencial de produzir projetos e conhecimentos alternativos à ordem racista, classista e eurocêntrica da modernidade. Como bem coloca Arturo Escobar,

Os ativistas dos movimentos locais (...) emergem desde este limite e produzem conhecimento que transita pela interface da modernidade/colonialidade. Além disso, esta borda constitui um certo tipo de exterioridade (não um “fora ontológico”) da modernidade. Poderíamos dizer que estes ativistas conduzem sua luta a partir da diferença colonial, neste caso, uma diferença colonial que tem a ver com a “negritude”, ou a “indigeneidade”, e com o viver em umas paisagens e ecossistemas particulares (2010: 29. Tradução nossa).

Esse autor enfatiza ainda a dimensão cultural das lutas políticas dos atores sociais de movimentos organizados a partir da diferença colonial, quando colocam em questão as representações, os discursos, as normas e práticas culturais que produzem sentidos, definindo os termos nos quais se regula e estrutura o mundo social e as identidades (ESCOBAR, 2010). Em outras palavras, o que está em disputa nas ações coletivas, nos protestos de movimentos organizados a partir de lugares de subalternidade, ou nos termos de Antônio Bispo (2015), nas lutas de contra colonização⁶, são os termos em que se exerce o poder social numa sociedade marcada historicamente pelos processos de modernidade/colonialidade. Nesse viés, podemos entender a noção trabalhada por Escobar junto a Sonia Álvarez e Evelina Dagnino de política cultural dos movimentos sociais como um processo em que

significados e práticas – em particular aqueles teorizados como marginais, oposicionais, minoritários, residuais, emergentes, alternativos, dissidentes e assim por diante, todos concebidos em relação a uma determinada ordem cultural dominante – podem ser a fonte de processos que devem ser aceitos como políticos. (...) A cultura

⁶ Nos referimos à noção de contra colonizadores formulada pelo líder quilombola Antônio Bispo dos Santos, portanto, às populações dos quilombos, aos povos indígenas e demais grupos e sujeitos que se engajam que se engajam em lutas contra a colonização, se opondo aos “processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico em que essa cultura se encontra”. Nesse sentido as lutas de contra colonização são “processos de resistência e de luta em defesa de territórios de povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios” (idem).

é política porque os significados são constitutivos dos processos que, implícita ou explicitamente, buscam definir o poder social. Isto é, quando apresentam concepções alternativas de mulher, natureza, raça, economia, democracia ou cidadania, que desestabilizam os significados culturais dominantes, os movimentos põe em ação uma política cultural (2000: 24-25).

As reflexões, conceitos/noções e epistemologias decoloniais nos deram suporte para investigar as mobilizações, manifestos e os protestos protagonizados pelo Movimento Brasil 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular, tendo em vista o nosso interesse político/acadêmico em conferir visibilidade e dizibilidade a este movimento no campo da historiografia. Desse modo, buscamos colocar em questão a dimensão política e cultural de suas ações, representações e discursos que seus ativistas lançaram mão para produzir conhecimentos e práticas sociais que desafiaram as comemorações oficiais dos chamados 500 anos do Brasil, fundadas em perspectivas históricas eurocêntricas, racistas e colonialistas.

Consideramos importante ainda abordar alguns apontamentos realizados por Sonia Álvarez para melhor esclarecer como encaramos às ações coletivas do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular. Para a autora, os movimentos sociais podem ser melhor classificados como campos discursivos de ação. Esta noção põe em relevo o caráter plural e heterogêneo das mobilizações sociais, considerando que estas são articulações que englobam muito mais do que entidades de movimentos sociais e organizações não-governamentais (ÁLVAREZ, 2009). Nessa perspectiva, os campos discursivos de ação se estendem a diferentes agentes e grupos ancorados em diversos espaços públicos – desde a sociedade civil, passando por esferas do Estado, das igrejas, da academia, etc. –, constituindo-se como “formações políticas onde se constrói e exerce a cidadania, onde os direitos são imaginados, onde as identidades e as necessidades são forjadas, e onde o poder e os princípios são contestados e negociados” (ÁLVAREZ, 2009: 31).

Nessa perspectiva, entendemos o Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular como uma articulação complexa e heterogênea que forma um campo discursivo de ação em que movimentos sociais, grupos e setores da sociedade com diferentes identidades, trajetórias, demandas, necessidades e projetos políticos forjaram uma união em torno da contestação dos sentidos das comemorações oficiais dos 500 anos. Em meio à pluralidade de atividades realizadas no marco do *Movimento*, investigamos suas ações coletivas como campo de emergência de narrativas históricas “outras”, de

“memórias dissidentes” (ZAMBRANO, GNECCO, 2000) – produzidas por entre as brechas e em oposição aos discursos históricos dominantes e hegemônicos. Para isso, analisamos as representações e discursos históricos em torno dos chamados 500 anos, veiculadas nos manifestos desse Movimento. Além disso, mapeamos e analisamos as práticas de protesto que os manifestantes lançaram mão em notícias e relatórios também produzidos pelo próprio Movimento.

Essa pesquisa partiu do interesse político e acadêmico de investigar a história dos povos indígenas e dos movimentos indígenas no Brasil contemporâneo, temática que apenas recentemente vem recebendo atenção de historiadores. Inicialmente, buscávamos levantar fontes relacionadas a protestos realizados por indígenas na cidade de Brasília, mas ainda não tínhamos um marco temporal definido, nem o objetivo de abordar o Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular. Recorremos, então, a arquivos de jornais⁷, como o Correio Braziliense e o arquivo online da Folha de São Paulo⁸, além da biblioteca da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), afim de inventariar mobilizações de maior repercussão.

Logo, os protestos contra as comemorações oficiais dos 500 anos do chamado Descobrimento do Brasil nos chamaram atenção. As informações que colhíamos sobre os atos da Marcha Indígena em Brasília, como o enfrentamento entre o líder indígena Henrique Suruí e o então senador Antônio Carlos Magalhães, as mobilizações dos movimentos negros, do MST e demais movimentos sociais, durante o mês de abril de 2000, foram decisivas para que assumíssemos o objetivo de estudar o Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular. No entanto, além das informações colhidas em matérias dos jornais parecerem muito esparsas e concentradas no período próximo às celebrações oficiais, o interesse de dar visibilidade aos discursos e representações elaborados pelo próprio Movimento nos levou a dar continuidade à pesquisa no Cedoc-Cimi, arquivo físico do Conselho Indigenista Missionário, localizado na sede da entidade, em Brasília.

⁷ Na fase inicial dessa pesquisa, chegamos a recorrer a jornais de circulação nacional para que pudéssemos mapear as ações de protestos realizadas entre 1998 e 2000. No entanto, com exceção das mobilizações realizadas no ano de 2000, ficamos com a impressão de que os jornais da chamada grande imprensa não realizaram uma cobertura muito minuciosa do Movimento. Contornamos essa dificuldade, quando encontramos boletins informativos, notas, informes, panfletos, compilações de notícias de jornais, avaliações e relatórios produzidos pelo próprio Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular e também por algumas entidades associadas, como o Conselho Indígena Missionário (CIMI) e a Coordenação Nacional das Entidades Negras (CONEN), que traziam narrativas sobre as ações de protesto do Movimento. Ainda assim, parte importante das informações sobre os protestos, levantamos no Acervo da Folha de São Paulo Online, especialmente em notícias referentes ao mês de abril de 2000.

⁸ <https://acervo.folha.com.br/index.do>

Visto que o CIMI atuou como um dos principais agentes organizadores das mobilizações contra as comemorações oficiais, em seu arquivo (Cedoc-Cimi), tivemos acesso a uma série de documentos produzidos pelo Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular e entidades de movimentos sociais participantes como: manifestos, relatórios, atas, avaliações, e-mails, notas/informes, panfletos, programações, convites, boletins informativos, compilações de notícias de jornais, dossiês, declarações, cartilhas, memórias e projetos. A partir desse conjunto heterogêneo de documentos, definimos o recorte temporal de nossa análise, tendo por início o ano de 1998, referente às primeiras articulações de formação do movimento, e encerrando no mês de abril de 2000, período das mobilizações contra os eventos oficiais comemorativos. Por outro lado, é importante ressaltar que, tratando-se de fontes armazenadas por uma entidade de caráter indigenista, a nossa perspectiva sobre o Movimento se direcionou para a atuação dos movimentos indígenas.

Isso posto, os protestos ganharam importância em nossa pesquisa, pois, partindo da definição desta categoria como ações coletivas realizadas nas ruas ou em qualquer outro espaço público, entendemos que são ferramentas de intervenção política que vão além dos limites da política institucional,

abrindo sempre uma nova perspectiva sobre o político, um sobressalto, um questionamento dos poderes e das estruturas estabelecidas, um acontecimento que pode produzir novas subjetividades pessoais e coletivas, novos registros e regimes de definição do que é verdade (SEIXAS; MENDES, 2005: 4).

Buscamos, então, com objetivo de mapear os protestos, identificar as mobilizações do Movimento noticiadas em veículos de imprensa. No entanto, com exceção das mobilizações realizadas no ano de 2000, tivemos a impressão de que os jornais da chamada grande imprensa não realizaram uma cobertura muito minuciosa do Movimento. Contornamos essa dificuldade, quando encontramos boletins informativos, notas, informes, panfletos, compilações de notícias de jornais, avaliações e relatórios produzidos pelo próprio *Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular* e também por algumas entidades associadas, como o Conselho Indígena Missionário (CIMI) e a Coordenação Nacional das Entidades Negras (CONEN), que traziam narrativas sobre as ações de protesto do Movimento. Ainda assim, parte importante das informações sobre os protestos, levantamos no Acervo da Folha de São Paulo Online, especialmente em notícias referentes ao mês de abril de 2000.

Como bem lembrou Renée Zicman (1985), embora haja tendências a separar em dois campos de pesquisa: a história da imprensa – os órgãos de imprensa como objeto de estudo –, e história através da imprensa, tratando as notícias e reportagens como fontes históricas; esta separação pode conduzir a análises que não considerem a dimensão política e ideológica das notícias e reportagens jornalísticas. Entendemos que esta observação é igualmente válida para quem, como nós, utilizou, como fonte de pesquisa, notícias veiculadas por jornais de “imprensa alternativa”, no sentido que ao abordar tais documentos devemos levar em conta as suas condições de produção, precisando a inserção dessas notícias junto às disputas políticas sobre os sentidos dos 500 anos.

Com relação aos relatórios e avaliações, estendemos as preocupações que pontuamos a respeito da análise das notícias e protestos, a fim de não encarar tais fontes como reflexos das ações de protestos estudadas. Isso posto, selecionamos para análise alguns relatórios e avaliações⁹ que chamaram nossa atenção primeiramente devido aos relatos sobre as marchas, manifestações e protestos realizados no mês de abril do ano 2000; mas, além disso, porque trazem, em anexo, compilações de documentos produzidos pelo Movimento e notícias veiculadas em meios de comunicação convencional.

Além das notícias anexadas aos relatórios, também nos apoiamos em dois dossiês no arquivo do CIMI que trazem compilações de notícias de protestos: *Notícias de Abril de 1999* e *Cidades Onde Ocorreram Manifestações e Atos das Caravanas*. Esse conjunto de notícias, previamente selecionados por entidades que participaram do Movimento, nos permitiu mapear protestos em cidades de diferentes regiões do país; pois, do contrário, seria inviável colher informações sobre atos que, muitas vezes, tiveram repercussão apenas em jornais de circulação regional/local¹⁰.

⁹ *Relatório/Avaliação do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular*, de autoria da Coordenação Nacional das Entidades Negras (CONEN); *Relatório da Marcha de Porto Velho e da Viagem da Marcha dos Povos Indígenas* (Porto Velho, RO, 2000), elaborado pela Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas (CUNPIR); a *Avaliação dos Povos Indígenas no Ceará – 24 de abril e 04 de maio de 2000 – Marcha e Conferência Indígena Nacional na Bahia 15 a 24 de abril de 2000. Fortaleza, CE, 2000*, de autoria da Comissão da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – Microrregião Ceará (APOINME – MR CEARÁ); *Memória da Marcha e Conferência Indígena 2000 – Pernambuco*, de autoria da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – Microrregião Pernambuco (APOINME – MR PERNAMBUCO).

¹⁰ Essas compilações trazem notícias dos seguintes jornais: Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, O Globo e Jornal do Brasil (Rio de Janeiro), de circulação nacional; e Tribuna da Bahia, Correio da Bahia, A Tarde, A Região, de circulação na Bahia; A Gazeta, de circulação no Acre; Diário da Amazônia, de circulação em Rondônia; Correio Braziliense, de circulação no Distrito Federal; Jornal do Tocantins, de circulação no estado homônimo; Meio Norte, de circulação no Maranhão; A Crítica, de circulação no Amazonas; O Liberal, de circulação no Pará; Estado de Minas Gerais, de circulação no estado homônimo; O Jornal, de circulação no estado de Alagoas; e Diário do Nordeste, de circulação no Ceará

Selecionamos também como fontes para nossa pesquisa, as notícias veiculadas pelas seguintes publicações: *Informativo Outros 500*, publicado *Comitê 500 Anos – Amazônia*, onde foram encontradas seis edições publicadas entre maio de 1999 e janeiro de 2000; *Informativo do Comitê de Preparação À Conferência Indígena/Cabralia...*, foi elaborado pelo Comitê de Apoio à Marcha e Conferência Indígena, em edição única de fevereiro de 2000; e matérias do jornal *Porantim*, e da revista *Mensageiro*, ambas publicações do Conselho Indígena Missionário (CIMI) que estão acessíveis na biblioteca da Funai em Brasília e no portal eletrônico Armazém Memória¹¹. Buscamos, em nossa análise, levar sempre em consideração as representações veiculadas por essas notícias, junto às suas condições de produção.

Já a opção por abordar os manifestos se deu pela capacidade deste tipo de documento expressar a visão de uma determinada coletividade a respeito de uma matéria em particular, bem como de convocar os leitores a uma causa ou projeto político-social. Para Alison Pêgo (2009), os manifestos podem ser definidos como um gênero textual – características relativamente comuns a um conjunto de textos – que expressa o

pensamento de uma pessoa ou de um grupo de pessoas a respeito de um assunto de interesse geral ou de qualquer natureza: social, política, cultural, religiosa, entre outras. Normalmente o manifesto é utilizado para denunciar à sociedade a existência de um problema que ainda não é de conhecimento da população, ou alertá-la sobre a possibilidade de uma situação problemática vir ocorrer (2009: 57).

Apesar de não ter uma estrutura muito rígida, esse gênero textual é, normalmente, elaborado em uma estrutura de dissertação e tem como componentes básicos os seguintes elementos: título, que chame atenção do leitor e informe do que trata o texto; identificação e análise do problema; exposição dos argumentos do(s) autor(es); local e data de publicação; assinaturas do(s) autor(es) e/ou apoiadores da causa¹².

Vanessa Bortulucce (2010) destaca que as primeiras aparições de manifestos teriam ocorrido a partir de fins do século XVI, em países de língua francesa, se caracterizando então como exposição pública de princípios ou condutas de um ou mais políticos. No entanto, para a autora, os manifestos publicados por radicais jacobinos durante a Revolução Francesa dariam novos contornos a esse gênero discursivo, pois, definindo o povo como autor desses escritos, se enfatizou suas dimensões subversivas e revolucionárias (BORTULUCCE, 2010). Definitivo para o gênero teria sido também o

¹¹ <http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>

¹² Cf. Verbetes da Wikipédia intitulado Manifesto in: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Manifesto>.

Manifesto Comunista de Karl Marx e Friedrich Engels, no sentido que estabeleceu a estrutura da redação dos manifestos – descrição do panorama da situação, seguido pela divulgação das intenções e das intervenções almejadas (BORTULUCCE, 2010).

Consideramos, portanto, os manifestos do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular como *práticas discursivas* no sentido que veiculam formas de pensar, se relacionar e conhecer a trajetória histórica brasileira, bem como servem de referência a comportamentos e ações políticas. Seleccionamos para nossa pesquisa sete manifestos, são eles: *Manifesto Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular*¹³, publicado em dezembro de 1998; *Marcha Indígena 2000*, data de publicação ainda a verificar; *Manifesto de Manaus 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular*, publicado no dia 3 de abril de 2000; *Manifesto de Porto Velho “500 Anos de Resistência...”*, publicado dia 5 de abril de 2000; Manifesto de Santarém, publicado dia 7 de abril de 2000; o *Manifesto dos Índios de Tocantins e Goiás 500 Anos de Resistência...* publicado dia 12 de abril de 2000; e o *Manifesto ao Povo de Goiânia*, publicado também dia 12 de abril de 2000.

Para análise das representações discursivas veiculadas por esses manifestos, tomamos como referência os debates sobre a questão da representação que passam por diferentes campos do conhecimento como a História, a Linguística, a Filosofia, a Sociologia e a Psicologia Social. Em nossa pesquisa, nos apoiamos no entendimento de Stuart Hall (2016) de que a representação é o elo entre a cultura e a linguagem, um processo/trabalho de produção de sentido que possibilita nos referirmos a objetos, pessoas, eventos tanto do “mundo real” quanto de “mundos imaginários”. Em outras palavras, a partir de articulações entre nossos mapas conceituais – ideias, noções, pensamentos – e signos socialmente distribuídos que respondem por esses conceitos, as representações operam como parte essencial da forma pela qual apreendemos o mundo ao nosso redor classificando, nomeando, hierarquizando “coisas” por meio de sistemas de diferenciação (HALL, 2016).

A concepção da representação como processo de produção de sentidos se insere no quadro de uma abordagem construcionista¹⁴, ou seja, na concepção de que os sentidos

¹³ O Manifesto Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular pode ser acessado também pelo site da biblioteca da Funai <<http://biblioteca.funai.gov.br/cgi-bin/wxis.exe?IsisScript=phl81.xis&cipar=phl81.cip&lang=por>>

¹⁴ Mary Jane Spink e Benedito Medrado explicam, partindo do campo da psicologia social, que a perspectiva construcionista se interessa por “identificar os processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam e/ou compreendem o mundo em que vivem, incluindo elas próprias. Nesse sentido, o foco de

não se encontram fixos nas ‘coisas’ – objetos, pessoas, fenômenos reais ou imaginários –, tampouco são definidos pelos usuários individuais da linguagem; ao invés disso, estão em permanente processo de construção/reconstrução nas práticas sociais de significação de determinada sociedade (HALL, 2016). Embora não tenha se referido à representação nos mesmos termos, os estudos de Foucault trouxeram importantes contribuições para o construcionismo, de modo que podemos até pensar a categoria discurso trabalhada por esse filósofo como um “sistema de representação” (HALL, 2016: 80). Nessa perspectiva, o discurso se refere a práticas que não se limitam ao uso dos signos linguísticos, mas que formam os objetos a que se referem, definindo não só o que é verdadeiro, mas também regulando as formas de se falar sobre determinado assunto e como os conhecimentos/ideias são aplicados no mundo social (idem). Nas palavras de Foucault,

o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; (...) analisando os próprios discursos, vemos desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas e destacar-se um conjunto de regras, próprias das práticas discursivas. Essas regras definem não a existência de uma realidade muda, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime de objetos (2005: 54-55).

Hall (2016) explica que para Foucault, a noção de discurso tenta desfazer a dicotomia entre linguagem e prática no sentido que nossas práticas de produção de sentido são constitutivas não só da forma como vemos o mundo, mas também da forma como agimos sobre ele. Ainda nessa perspectiva, há uma distinção fundamental entre discursos e práticas discursivas que deve ser considerada nessa proposta de análise do discurso em uma abordagem foucaultiana. As práticas discursivas põem em circulação os discursos, constituindo-se em um “conjunto de enunciados que (...) moldam nossas maneiras de constituir o mundo, de compreendê-lo e de falar sobre ele”, capazes de regular nossas condutas e ações (VEIGA-NETO, 2007: 93). Isso posto, em nossa pesquisa, encaramos os manifestos produzidos pelo Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular como práticas discursivas onde pudemos identificar representações e mapear seus discursos.

Para Alfredo Veiga-Neto (2007: 97), a perspectiva de Foucault se diferencia das análises hermenêuticas do discurso, focadas nos não-ditos, nos sentidos ocultos por trás

estudos passa das estruturas sociais e mentais para a compreensão das ações e práticas sociais e, sobretudo, dos sistemas de significação que dão sentido ao mundo” (2013: 40).

dos elementos significantes; bem como também se distancia de uma Filosofia Analítica, interessada por aspectos lógicos e formais do discurso. Em seu lugar, a abordagem de Foucault tenta trabalhar o discurso no “jogo de sua instância”; ou seja, põe em questão os enunciados que estão propriamente inscritos no texto, organizando as diversas performances linguísticas – palavras, frases e proposições – segundo a função que exercem em conjunto (VEIGA-NETO, 2007: 99). Para isso, devemos entender os enunciados como uma função que, nas palavras de Foucault,

Ao invés de ser uma coisa dita em definitivo – e perdida no passado, como a decisão de uma batalha, uma catástrofe geológica ou a morte de um rei – o enunciado, ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, aparece com um status, entra em redes, se coloca em campo de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade (2005: 118-119).

Para Mary Jane Spink e Benedito Medrado (2013: 26), o enunciado se caracteriza por sua dinâmica dialógica, no sentido que, enquanto ato comunicativo, estabelece sempre relações com interlocutores presentes ou presentificados – seja para lhes reforçar, responder, contestar, ressignificar. Esses autores enfatizam ainda que um enunciado se posiciona sempre junto a agrupamentos de outros enunciados e *repertórios interpretativos*¹⁵ construídos historicamente, e que “demarcam o rol de possibilidades de construções discursivas” (SPINK; MEDRADO, 2013: 28). Já Alfredo Veiga-Neto, destaca a especificidade do enunciado, diferenciando-o dos atos corriqueiros de fala por serem tomados como “manifestações de um saber”, se constituindo como:

um campo mais ou menos autônomo e raro de sentidos que devem, em seguida, ser aceitos e sancionados por uma rede discursiva, segundo uma ordem – seja em função do seu conteúdo de verdade, seja em função daquele que praticou a enunciação, seja em função de uma instituição que o acolhe (2007: 94-95).

A análise das representações, a partir dos enunciados que compõem as práticas discursivas exige, portanto, atenção à plasticidade e historicidade dessas construções discursivas. Nesse sentido, não colocamos em questão o conteúdo de verdade dos

¹⁵ Spink e Medrado explicam que a noção de repertórios interpretativos se refere às “unidades de construção das práticas discursivas – o conjunto de termos, descrições, lugares-comuns e figuras de linguagem – que demarcam o rol de possibilidades de construções discursivas, tendo por parâmetros o contexto em que essas práticas são produzidas e os estilos gramaticais específicos ou *speech genres* [gêneros discursivos] (2013: 28, grifo nosso).

manifestos, relatórios e notícias produzidos pelo *Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular*, seja quando representam um passado distante, seja quando atribuem sentidos a suas próprias ações de protesto. Ao invés disso, investigamos os enunciados problematizando os critérios que estabelecem seu *status* de verdade, as formações discursivas em que se apoiam, as posições de sujeito que demarcam, as condições sócio-históricas que possibilitaram seu aparecimento e demarcaram seus usos. Em outras palavras, trata-se de uma análise a partir da exterioridade do texto, interessada por, nos termos de Alfredo Veiga-Neto, perceber as “relações entre os enunciados e o que eles descrevem, para, a partir daí compreender a que poder(es) atendem tais enunciados, qual/quais poder(es) os enunciados ativam e colocam em circulação” (2007: 104).

Na abordagem discursiva das representações buscamos compreendê-las em quadro de disputas políticas, de relações de poder que demarcam não só os sentidos dos objetos a que elas se referem, mas de práticas capazes de regular sujeitos, condutas e ações no mundo social. No entanto, foi necessário certas precauções para que não encarássemos a relação entre representação, discurso e poder¹⁶ de forma mecânica, pois correríamos o risco de impor nossas expectativas ao documento. Desse modo, entendemos que é por entre as fendas dos discursos veiculados pelas comemorações oficiais e oficiosas que o *Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular* empreendeu suas ações de contestação, produziu outros saberes e modos de subjetivação (na construção de sujeitos históricos); enfim, estabeleceu outros arranjos de enunciados, possibilitando a emergência de suas práticas discursivas.

Buscamos, portanto, em nossa análise, seguir uma metodologia que nos possibilitasse investigar as representações em sua historicidade, transitando entre a descrição dos enunciados – suas condições de emergência, sua coexistência com outros enunciados, as posições de sujeito que demarcam e suas possibilidades de uso –, e a análise de sua função performativa, a capacidade de regular condutas, seus efeitos de poder. Para isso, o primeiro passo foi identificar, nos manifestos produzidos pelo *Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular*, os enunciados

¹⁶ Segundo Veiga Neto, Foucault trabalha com a noção de que relações desiguais de força em uma sociedade é que constituem o poder. Ao invés de ter como centro de sua ação o Estado ou uma classe dominante, “o poder se manifesta como resultado da vontade que cada um tem de atuar sobre a ação alheia, - como resultado de uma vontade de potência, diria Nietzsche – de modo a ‘estruturar o campo possível da ação dos outros’, ou seja, governá-los. É essa vontade que ele denomina vontade de poder” (VEIGA-NETO, 2007: 122).

que demarcam sentidos para a trajetória histórica brasileira e para os protestos planejados e/ou realizados pelo movimento. Em um segundo passo, buscamos compreender as suas condições de emergência e uso, atentando para suas funções no contexto de fala, bem como para os sentidos, discursos, interesses, concepções, valores, subjetividades e práticas sociais que os informam. Como passo seguinte, colocamos em questão as relações de poder a que atendem os discursos postos em circulação pelo Movimento, atentando para as práticas que os legitimam e prescrevem, bem como os projetos políticos a que correspondem.

A presente dissertação está estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, tratamos das comemorações oficiais do V centenário da chegada dos primeiros portugueses a territórios hoje brasileiros, com o objetivo de compreender o contexto interacional da emergência do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular. Nesse sentido, abordamos primeiramente as comemorações dos 500 anos da primeira viagem de Colombo à América, celebrada em 1992, a fim de identificar temas e processos que tenham influenciado as comemorações brasileiras oito anos depois. Em seguida, destacamos os principais agentes promotores das comemorações dos V centenário do chamado “descobrimento do Brasil”, mais especificamente os objetivos, projetos e estratégias do governo federal (durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso) e dos veículos de mídia, em especial a Rede Globo de Televisão. Na sequência, lançamos luz sobre os debates acadêmicos, especialmente as críticas de historiadores, sobre os sentidos dos 500 anos da expedição de Pedro Álvares de Cabral e das comemorações governamentais. Por fim, ainda neste capítulo, refletimos sobre as comemorações oficiais a partir da noção de dispositivo de Foucault, enfatizando a dinâmica saber/poder, em articulação com as concepções de colonialidade trabalhadas por Quijano (2014a, 2014b) e Maldonado-Torres (2007, 2008), propondo ainda a dimensão da *colonialidade da história*¹⁷ como um conjunto de estratégias de gestão da memória e dos saberes sobre o passado em contextos marcados pela modernidade/colonialidade.

¹⁷ Durante o processo de desenvolvimento desta pesquisa, buscamos refletir sobre a colonialidade da história como uma das dimensões do padrão moderno/colonial de poder, atuando em articulação com a colonialidade do poder, a colonialidade do saber e a colonialidade do ser. O termo surgiu durante diálogos com a professora Susane Rodrigues de Oliveira para nos referirmos ao conjunto de técnicas e estratégias lançadas pelos agentes promotores das comemorações oficiais do chamado descobrimento do Brasil; e continuou a ser desenvolvido a partir das intervenções e sugestões dos professores Wanderson Flor do Nascimento e Cristiane de Assis Portela, por ocasião da participação de ambos na banca examinadora de defesa desta dissertação.

No segundo capítulo nos dedicamos a abordar a história, os agentes, os objetivos e as condições de produção do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular. Primeiramente, tratamos das mobilizações em torno da Campanha Continental de Resistência Indígena, Negra e Popular realizadas, a partir da articulação entre organizações de movimentos sociais de diferentes países da América Latina e do Caribe, em contraposição às comemorações oficiais do V centenário da primeira viagem de Colombo ao continente americano. Em seguida, discorremos sobre a organização do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular, suas estratégias de luta, reivindicações e propostas de intervenção política e cultural, no período de 1998 a 2000, como táticas de luta contra a *colonialidade da história*. Em seguida iniciamos o mapeamento das práticas de protesto lançadas pelo Movimento.

O terceiro capítulo foi dedicado ao estudo das práticas de protestos do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular no mês de abril de 2000. Trata-se do momento em que mobilizações em torno do movimento se intensificaram, engajando amplos setores em marchas, atos públicos e protestos contra as comemorações oficiais dos 500 anos. Destacamos a Marcha Indígena 2000 e a Conferência dos Povos e Organizações Indígenas organizadas pelo movimento indígena e as entidades de apoio como a principal mobilização do período, pois levaram mais de 3.000 representantes indígenas de todo o país para a região de Santa Cruz de Cabrália, Bahia. Abordamos também as iniciativas do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra engajados na mobilização do Abril Vermelho, que promoveram ocupações de terras por todo o país. Além disso, tratamos da Marcha dos Sem Terra pelas rodovias da Bahia, e a organização do Acampamento Quilombo Palmares por entidades dos movimentos negros e de movimentos populares, nas proximidades de Santa Cruz de Cabrália e Porto Seguro. Na sequência, lançamos luz sobre os protestos do dia 22 de abril de 2000 que reuniria todos esses setores organizados na realização da Marcha Brasil: Outros 500 pelas ruas de Porto Seguro, bem como sobre a repressão policial às manifestações e o fracasso das comemorações oficiais.

Para o quarto e último capítulo, reservamos a análise das representações discursivas veiculadas pelos manifestos do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena Negra e Popular. Primeiramente, nos dedicamos às condições de produção desses manifestos, destacando sua historicidade, principais objetivos, propostas e reivindicações. Em seguida, identificamos os enunciados que conferiam sentidos às comemorações oficiais e suas narrativas históricas. Na sequência, buscamos identificar e

analisar nos manifestos as narrativas históricas defendidas pelo Movimento, as representações “outras” sobre os 500 anos de história, capazes de formular posições de subjetividades pautadas em ideais de luta, resistência e protagonismo aos setores historicamente marginalizados pelo colonialismo.

Enfim, esperamos que essa dissertação possa de alguma forma colaborar na visibilidade e difusão de histórias e memórias dissidentes sobre o passado brasileiro no campo da historiografia, bem como valorizar e reconhecer as lutas, histórias, identidades, subjetivações, práticas e discursos de resistência à colonialidade do saber-poder.

CAPÍTULO 1

500 anos de “descobrimento do Brasil”: comemorações, dispositivos e colonialidade

As comemorações e festas cívicas em torno da celebração do passado são aqui entendidas como práticas de rememoração, por meio das quais as sociedades reelaboram seus laços constitutivos com o passado, negociando sentidos, crenças e valores que possam ancorar as identidades no presente e prover à coletividade uma visão de futuro. Nessa perspectiva, as comemorações oficiais em torno dos 500 anos de descobrimento do Brasil funcionaram como *dispositivos* (FOUCAULT, 2000) que articularam práticas discursivas e não-discursivas, orientadas por certa vontade de saber/poder, determinando o visível e o dizível, os regimes de memória e os regimes de esquecimento do passado. Tais comemorações revelam o modo como o passado histórico esteve no centro de disputas e mobilizações por saberes e poderes, em uma luta pela definição e imposição de versões particulares e contingentes acerca do passado e que perpetuam a colonialidade do poder, do saber e do ser (QUIJANO, 2014a, 2014b; MALDONADO-TORRES, 2007, 2008; LANDER, 2005).

Neste capítulo, tratamos das Comemorações Oficiais do V Centenário do Descobrimento do Brasil, apontando os principais personagens promotores de tais comemorações, os agentes do Estado, o papel da grande mídia, em especial da rede Globo de TV e as críticas difundidas pelos historiadores. Nesse percurso, destacamos um conjunto heterogêneo de discursos, cerimônias, eventos, obras arquitetônicas, intervenções paisagísticas e pronunciamentos oficiais que demarcaram os sentidos, segundo a perspectiva oficial, dos 500 anos de história que deviam ser celebrados. Por fim, apresentamos uma crítica descolonial às comemorações, no entendimento de suas práticas e discursos enquanto *dispositivos de colonialidade* da história. Como bem explica Wanderson Flor,

A crítica descolonial tem em sua base o rastreamento dos ranços coloniais em nossas práticas, pensamentos, instituições. E, por isso, deve ser, o tempo inteiro, re-pensada e recolocada. A crítica descolonial é, ao mesmo tempo, uma crítica ao colonial e uma autocrítica. Não propõe um abandono das heranças europeias, mas uma relação dialógica com ela. E não devemos entender aqui o termo “dialógico”, como a marca de um diálogo mediado por uma razão esclarecida – ou em busca de um

esclarecimento –, como o proporia Habermas, mas um diálogo que dá a conhecer e busca aproximar diversas experiências sem as hierarquizar e atento ao risco da estratificação e do aprofundamento das assimetrias de poder. Nesse sentido, a crítica decolonial instaura uma proposta de lidar com as contribuições globais como uma entre outras e não como a contribuição privilegiada, por ela ter vindo de um mundo em um “estágio posterior de desenvolvimento”, assim também como não se “endeusará” a experiência local como se ela não tivesse nunca a possibilidade de apresentar problemas. Todas as partes do diálogo poderão e deverão ser objeto da crítica e da autocrítica (2014/2015: 455).

É nessa perspectiva que lançamos luz sobre os agentes e grupos sociais, seus objetivos, discursos e práticas relacionados às comemorações dos 500 anos, a fim de compreender também as condições de produção – o contexto social e interacional – em que se inscreveram os manifestos do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular.

1.1 “Encontro de dois mundos”

Embora as Comemorações Oficiais do V Centenário do Descobrimento do Brasil possam ser pensadas como afirmação da especificidade da trajetória brasileira em relação a seus vizinhos latino-americanos – no sentido de demarcar sua data de “nascimento” diferenciada – (RAMOS, 2001: 2); não podemos deixar de considerar que, ao menos em alguma medida, as celebrações brasileiras reproduziram, ressignificaram, tomaram de empréstimo ou dialogaram com representações, imagens, discursos e estratégias adotadas nas Comemorações do V Centenário do chamado “descobrimento da América” realizadas oito anos antes em países de língua hispânica na América Latina. Tendo por referência a data de 12 de outubro de 1992, os debates sobre os 500 anos da primeira viagem de Cristóvão Colombo ao continente americano envolveram atores sociais de diferentes partes do mundo, como governos nacionais, organizações multilaterais, veículos da imprensa, entidades acadêmicas, ONGs e movimentos sociais, ativando sentidos, representações e narrativas históricas muitas vezes conflitantes.

As iniciativas de preparação para as comemorações dos 500 anos do V Centenário do chamado “descobrimento da América” partiram do governo da Espanha, ainda em fins dos anos 1970, mas tomaram corpo a partir da criação da Comissão Nacional para a Celebração do 500 Aniversário de Descobrimento da América, sob a proteção e patrocínio do rei espanhol, Juan Carlos I, em 1984 (BERNECKER, 1992: 9). Do ponto de vista do

governo espanhol, buscou-se justificar as comemorações ressaltando que não se tratava da celebração da conquista ou do genocídio dos povos indígenas, mas sim da oportunidade de recordar a construção de um “Novo Mundo”, a inauguração da era moderna (THOMAZ, 1996: 224). Nessa perspectiva, não parecia relevante discutir o uso do termo “descobrimento” para nomear o feito de Colombo em 1492, pois o próprio ato de nomear esse acontecimento como “descobrimento” apontam para sentidos, significados e modos de interpretação característicos de discursos que legitimavam e exaltavam a ação dos colonizadores espanhóis na América.

Para o governo espanhol, segundo Bernecker (1992), as comemorações do V Centenário eram vistas como oportunidade para aprimorar a imagem internacional do país – que há pouco saíra do regime ditatorial do general Francisco Franco –, bem como de incentivar a consolidação de uma comunidade ibero-americana de nações. Tais comemorações deviam promover um discurso histórico que buscava reforçar os laços da Espanha com suas ex-colônias latino-americanas, tendo em vista o interesse do governo em apresentar-se no cenário internacional como mediador entre a América Latina e a Comunidade Europeia e os Estados Unidos da América (BERNECKER, 1992: 12).

No contexto latino-americano, o início dos preparativos das comemorações tem seu marco nas reuniões realizadas em junho de 1984 na cidade de Santos Domingo na República Dominicana. Em reunião liderada pela comissão espanhola, que contou com a participação de representantes de comissões nacionais de vários países latino-americanos (RODRIGUEZ, 2009: 68), o historiador Miguel León-Portilla, então coordenador da comissão mexicana, propôs que as comemorações se referissem ao “encontro de dois mundos”, como forma de retirar a carga eurocêntrica do termo “descobrimento”. Embora a proposta de León-Portilla fosse aprovada na reunião; alguns dos participantes consideraram a expressão como um ultraje à Espanha e à memória do navegador genovês, enquanto outros denunciaram o “encontro” como uma forma de silenciar as dimensões de invasão e de genocídio a que foram submetidos os povos indígenas (LEÓN-PORTILLA, 1992: 164). Por sua vez, José Emilio Rolando Ordóñez Cifuentes identifica, nas reuniões de Santo Domingos, polêmicas em torno do uso da palavra “celebração” para identificar as programações em torno dos 500 anos, pois para alguns representantes de comissões nacionais,

da perspectiva dos indígenas e seus descendentes contemporâneos, não podia celebrar-se. Mais de um dos participantes citou a célebre obra do

frei Bartolomé de las Casas, Brevísima relación de la destrucción de las Indias (CIFUENTES, 1996: 114, tradução nossa)¹⁸.

Apesar das polêmicas e disputas em torno dos significados dos 500 anos, a expressão “Encontro de dois mundos” se consolidaria como mote das comemorações do quinto centenário da América nas perspectivas oficiais, sendo adotada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), por aprovação unânime de seus 196 países-membros, pela Organização dos Estado Americanos (OEA) e pelas comissões nacionais dos países latino-americanos, da Espanha, da Rússia, da França, da Polônia e do Japão (PORTILLA 1992: 68). No âmbito da Unesco, a opção pela expressão “Encontro de dois mundos” enfatizava que:

[...] 500 anos de convivência entre o velho e o novo mundo ‘representam uma ocasião única para refletir sobre as condições e consequência do encontro dos povos e suas culturas; de suas influências recíprocas, suas contribuições mútuas e as transformações profundas que resultaram do encontro para o destino global da humanidade’. (...) Mas também, esta Organização que propicia e potencializa o diálogo deseja que seu programa para o Quinto Centenário se inspire na necessidade de que a voz de todos seja escutada. Daí a importância de que os habitantes originários do continente americano participem na reflexão sobre a vida e os avatares da terra em que sempre viveram, de uma terra que lhes deu identidade. E, da mesma forma, as vozes de muitos outros haverão de ser ouvidas: europeus, africanos e asiáticos, todos aqueles que de forma muito diversa – frequentemente dramática – estiveram também envolvidos nas interações nascidas do encontro, dos encontros (UNESCO, 1989: 6, tradução nossa)¹⁹.

Segundo Sandra Patricia Rodriguez (2009), o programa da UNESCO para tais comemorações baseava-se em dois eixos temáticos: “Encuentros en Cadena”, buscando realizar encontros culturais com a participação de todos que se sentissem parte das celebrações dos 500 anos; e “Ameríndia 92”, voltado para as populações indígenas. As ações desenvolvidas nesses programas envolveram eventos acadêmicos, premiações e

¹⁸ “[...] desde la perspectiva de los indígenas y sus descendientes contemporáneos, no podía celebrarse. Más de uno de los participantes citó la célebre obra de fray Bartolomé de las Casas, Brevísima relación de la destrucción de las Indias” (CIFUENTES, 1996:114).

¹⁹ “[...] 500 años de convivencia entre el viejo y el nuevo mundo ‘representan una ocasión única para reflexionar sobre las condiciones y consecuencias del encuentro de los pueblos e las cultura; de sus influencias recíprocas, sus aportaciones mutuas y las transformaciones profundas que resultaron del encuentro para el destino global de la humanidad. (...) Pero además, esta Organización que propicia y potencia el diálogo desea que su programa para el Quinto Centenario se inspire en la necesidad de que la voz de todos sea escuchada. De ahí la importancia de que los habitantes originarios del continente americano participen en la reflexión sobre la vida y los avatares de una tierra en la que siempre vivieron, de una tierra que les dio identidad. Y, asimismo, las voces de muchos otros habrán de ser oídas: europeos, africanos y asiáticos, todos aquellos que de forma muy diversa – a menudo dramática -se vieron también involucrados en las interacciones nacidas del encuentro, de los encuentros”.

exposições museológicas, buscando evitar uma abordagem para a história dos últimos cinco séculos que caísse em perspectivas reduzidas à dicotomia que opõe: de um lado, a reprodução das imagens problemáticas da América e seus habitantes construídas por conquistadores e cronistas; do outro, as representações articuladas em torno da “Lenda Negra” da conquista e colonização ibérica (RODRIGUEZ, 2009: 68-69).

Apesar da iniciativa liderada pela UNESCO de tratar as comemorações dos 500 anos como uma oportunidade de refletir sobre diferentes sentidos dos processos históricos desencadeados a partir da primeira viagem de Colombo à América – revitalizando monumentos do IV Centenário, mas também reconhecendo as perspectivas históricas das populações colonizadas e seus sistemas de conhecimento, bem como suas “contribuições” à formação da América, – a ideia hegemônica propagada sob o mote do “Encontro de dois mundos” foi a de enfatizar o chamado “Descobrimento”. Trata-se feito decisivo para “completar a imagem do mundo e a produzir um efeito globalizante, gestando transformações que tem afetada à humanidade inteira até os nossos dias” (UNESCO apud RODRIGUES, 2009: 69).

Comparando as comemorações do IV Centenário do chamado descobrimento realizadas em 1892, com as do V Centenário de 1992, Alma Cristina Mendoza (2016) põe em relevo como o tema da integração regional se inseriu e se transformou nessas festas. Nesse sentido, a autora sustenta que, no contexto de fins do século XIX, as nações latino-americanas celebravam os 400 anos da viagem de Colombo recorrendo à noção de “raça” para demarcar as aproximações entre os ideais culturais hispano-americanos, e, assim, contrapor os interesses de hegemonia econômica na região advindos do pan-americanismo de matriz anglo-saxã. Já no final do século XX, as questões que pautavam os interesses de integração regional apontavam para outra direção; pois, diante da crise das noções territoriais modernas do Estado-Nação, se colocavam as possibilidades de interação da região com empresas e mercados do cenário internacional, demandando acordos e os “tratados de livre comércio” entre as nações para potencializar a fluidez de capitais (MENDONZA, 2016: 6). Isso posto, a noção de “Encontro dos dois mundos”, celebrado por seus efeitos de suposta aproximação dos povos, remetia também ao emaranhado de discursos e práticas da globalização neoliberal.

1.2 Discursos e práticas estatais

As primeiras iniciativas do Estado brasileiro relativas às comemorações dos 500 anos podem ser identificadas em um decreto do então Presidente Itamar Franco, criado em 12 de maio de 1993. Assim, definiu-se a constituição de uma Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil (CNVC), vinculada ao Ministério da Educação e Desportos. No entanto, a referida Comissão ainda passaria por reformulações, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso – do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) –, e seria transferida para a pasta do Ministério das Relações Exteriores, por meio de decreto presidencial de 6 de fevereiro de 1996 (OLIVEIRA, 2000). O regulamento da Comissão só seria aprovado em 13 de junho de 1997, definindo: seus objetivos, os representantes do Estado que a compunham, as normas relativas a decisões e projetos, o modelo de financiamento e a participação de comitês de assessoramento (BRASIL, 1997: 12407-12408). A escolha da expressão “descobrimento” já revelava, desde as primeiras tratativas dos governantes brasileiros, o caráter colonialista que assumiriam as ações comemorativas oficiais, bem como os valores e acontecimentos a serem rememorados e celebrados pela nação.

O Regulamento da Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento estabelecia como finalidade “dar o máximo realce cívico às comemorações”, tendo por objetivos:

- I – motivar a sociedade brasileira para as comemorações do V Centenário;
- II - estimular os Governos estaduais e municipais a constituírem Comissões congêneres destinadas a promover eventos comemorativos;
- III – motivar Universidades, Institutos Históricos, entidades culturais e outras instituições - públicas e privadas – representativas dos vários segmentos da sociedade brasileira a promoverem eventos comemorativos do V Centenário;
- IV - buscar a cooperação de entidades públicas e privadas de expressão nacional, interessadas em colaborar com a Comissão Nacional na promoção das celebrações;
- V – promover a participação do empresariado nas atividades comemorativas do V Centenário; e
- VI – preparar e, na medida do possível, supervisionar a execução de projetos de grande repercussão popular (BRASIL, 1997: 12407).

Buscando integrar as diferentes esferas do poder público na promoção das comemorações, a CNVC elaborou uma agenda plural de eventos com o assessoramento

de diversos comitês de apoio, comunicação social e empresarial²⁰ (OLIVEIRA, 2000). Lúcia Lippi de Oliveira (2000: 25-26) destaca entre os projetos elaborados pelo governo federal: o seminário “500 anos, experiência e destino”, apresentado por Márcio Souza que devia discorrer sobre a “singularidade do Brasil”; o relançamento do filme “O Descobrimento do Brasil de Humberto Ramos, em versão remasterizada; a publicação da revista “Rumos – os caminhos do Brasil em debate”, trazendo artigos de intelectuais e especialistas, e divulgando o andamento dos projetos para as comemorações; a realização do “Congresso Brasil/Portugal Ano 2000”, promovendo eventos acadêmicos em diferentes cidades brasileiras e portuguesas junto à Comissão Bilateral Brasil/Portugal; o projeto “Resgate de Documentação Histórica”, que envolvia a identificação, organização, microfilmagem e digitalização de documentos históricos referentes ao Brasil armazenados no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) de Portugal; e o Museu Aberto do Descobrimento (MADE), conjunto de obras a ser realizado na chamada “Costa do Descobrimento, litoral do extremo sul da Bahia.

Relançado em versão remasterizada, em abril de 1997, pela FUNARTE (órgão vinculado ao Ministério da Cultura) em parceria com a CNVC, o filme “O Descobrimento do Brasil” (1937) de Humberto Mauro aborda, como o próprio título enuncia, a expedição portuguesa comandada por Pedro Álvares de Cabral às terras que hoje compõe o Brasil. Tomando como principal referência a Carta de Pero Vaz de Caminha, a película de Mauro recorre, segundo Anderson Trevisan (2016: 231), a uma leitura do “descobrimento” que exalta os personagens portugueses como desbravadores do território e civilizadores das populações nativas, estas dóceis e receptivas diante da dominação tanto política, quanto cultural. Nesse sentido, a narrativa fílmica recorre às noções de ordem, progresso e harmonia como principais chaves de interpretação sobre o passado do país e a identidade da nação (idem).

Cabe destacar que o lançamento original de “O Descobrimento do Brasil” se deu no ano de 1937, período em que, diante da instauração do regime do Estado Novo, a produção cinematográfica brasileira esteve relacionada com órgãos de censura e propaganda varguistas, e com o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), responsáveis pela definição da concepção de cinema enquanto ferramenta educativa, no

²⁰ Lúcia Lippi de Oliveira (2000) lembra ainda que, para contornar o problema dos poucos recursos reservados para promoção de atividades comemorativas no âmbito da CNVC, o governo brasileiro estimulou parcerias com a iniciativa privada oferecendo incentivos fiscais a empresas interessadas em realizar projetos culturais com a temática dos 500 anos.

sentido de valorização de sua função disciplinar, capaz de “forjar novas formas de comportamento, criando (...) tipos e mitos de nossa nacionalidade em formação” (TREVISAN, 2016: 217). Desse modo, o filme fez parte de um projeto que, como destaca Morettin (2000: 156), era entendido como a forma mais apropriada de leitura cinematográfica da história do país, contando com a participação de importantes intelectuais da época como Afonso Taunay (historiador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) e Edgar Roquette-Pinto (antropólogo, também membro do IHGB e idealizador do INCE), além do músico Heitor Villa-Lobos.

O relançamento do filme “O Descobrimento do Brasil” ocorreu em abril de 1997, no centenário de Humberto Mauro, na cidade mineira de Cataguases (onde o cineasta cresceu), com a presença do Ministro da Cultura; e em Brasília, marcando também as comemorações do V Centenário do chamado “descobrimento”, com a presença de representantes da presidência da República (SCHVARZMAN, 2000: 359). Na versão restaurada e remasterizada, esse filme contou também com edição de imagens e da música original, com o objetivo de dar mais dinamismo e torná-lo mais palatável às plateias contemporâneas (idem). O crítico de cinema Inácio Araújo (1996) destacou que a retomada da película visava suprir a demanda crescente de escolas interessadas em utilizar recursos audiovisuais em sala de aula. Por outro lado, segundo Schvarman (2000: 360), acreditava-se que haveria uma ampla utilização do material no contexto das comemorações dos 500 anos, o que só veio a se confirmar nos últimos meses que antecederam as festas de abril de 2000, quando o filme foi amplamente transmitido em redes de televisão, especialmente em canais oficiais como TV Senado, TV Cultura e TV Educativa.

Já o Projeto Resgate revela também os usos da mídia, em especial na edificação de arquivos online, para uma difusão mais ampla e acessível de documentos históricos digitalizados. Implementado pelo Ministério da Cultura, com a colaboração do Ministério das Relações Exteriores, esse Projeto envolveu universidades brasileiras, governos estaduais, fundações e instituições culturais públicas e privadas, bem como fundações de amparo à pesquisa, difundindo o acesso à documentos históricos sobre o Brasil colonial para estudantes e pesquisadores de história e outras áreas do conhecimento (antropologia, paleografia, história da arte, filologia, educação, etc. (BERTOLETTI; BELLOTO; DIAS, 2011: 2). A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro²¹ foi definida como órgão depositário

²¹ A documentação microfilmada pelo Projeto Resgate pode ser acessada na hemeroteca da Biblioteca Nacional no seguinte endereço: <<http://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate&pagfis>>

oficial do acervo microfilmado e digitalizado, mas parte da documentação também se encontrava disponível em arquivos estaduais e universidades públicas, como é o caso do Centro de Memória Digital da Universidade de Brasília²².

Desse modo, a intensa preocupação com a memória histórica, característica das comemorações dos 500 anos, atinge também as tecnologias de informação e comunicação. Os arquivos criados reproduzem e conservam imagens, para o caso de se perderem, mantendo-as bem guardadas. Ao publicar catálogos ou cópias de documentos históricos, os arquivos online permitem também a inserção dessa memória no fluxo da mídia (KOYAMA, 2013). Como bem observou Adriana Koyama (2013), a expansão dos registros sobre o passado, ampliadas pela mídia, faz o passado ficar ainda mais disponível e acessível no tempo presente.

A mídia não transporta a memória pública inocentemente; ela a condiciona na sua própria estrutura e forma. Muitos arquivos têm participado, nessa “economia da memória”, como coprodutores, em parceria com os meios de comunicação, de imagens do passado, que circulam nas mídias como “memórias” para consumo. As demandas dos arquivos por documentos digitalizados, hoje, vêm em parte dessa circulação midiática de imagens do passado para consumo e fruição (2013, p.108).

Essa presentificação da memória, por meio das tecnologias da informação mobilizadas também pelo Projeto Resgate, traduz bem aquilo que Huysen observou:

Quanto mais memória armazenamos em bancos de dados, mais o passado é sugado para a órbita do presente, pronto para ser acessado na tela. Um sentido de continuidade histórica, ou, no caso, de descontinuidade, ambos dependentes de um antes e um depois, cede o lugar à simultaneidade de todos os tempos e espaços prontamente acessíveis pelo presente. A percepção da distância espacial e temporal está se apagando. (...) À medida que essa simultaneidade vai abolindo a alteridade entre passado e presente, aqui e ali, ela tende a perder a sua ancoragem na referencialidade, no real, e o presente sucumbe ao seu poder mágico de simulação e projeção de imagens. Não se pode mais perceber a diferença real, a alteridade real no tempo histórico ou na distância geográfica. No caso mais extremo, os limites entre fato e ficção, realidade e percepção se confundem a ponto de nos deixar apenas com a simulação, e o sujeito pós-moderno se dissolve no mundo imaginário da tela. Os perigos resultantes do relativismo e do cinismo tem sido muito debatidos nos últimos anos, mas a fim de ultrapassar tais perigos devemos reconhecer que eles são inerentes aos nossos modos de processar o conhecimento (2000, p. 74-75).

²² O site da Centro de Memória da UnB disponibiliza o acesso virtual a um banco de dados com 1,5 milhões de imagens de documentos históricos pertencentes ao AHU levantados pelo Projeto Resgate, no seguinte endereço: <<http://www.cmd.unb.br/>>.

É importante assinalar que, apesar de toda a importância para a historiografia (e outras áreas do conhecimento) de um projeto de levantamento e disponibilização de documentos históricos como o Projeto Resgate, tal empreendimento tende a reforçar certos procedimentos caros à tradição europeia de gestão da memória e do esquecimento; pois, ao privilegiar determinados tipos de fontes históricas (manuscritos, cartografias, etc.), armazenados em acervos de metrópoles mercantilistas, legitima premissas do saber/poder colonialista que, como destacaram Marta Zambrano e Cristóbal Gnecco, reconhecem “a palavra escrita como meio eficaz de dominação, o escrito como prova e a equiparação da história [entendida aqui como o passado propriamente dito, a experiência histórica] com a escrita da história” (2000: 18).

À monumentalização da memória em arquivos digitais soma-se ainda um conjunto de ações programadas pelo governo para as comemorações oficiais no mês de abril de 2000. Tais ações deviam ser realizadas na região chamada de “Costa do Descobrimento” – área de aproximadamente 12.000 quilômetros quadrados no extremo sul do litoral baiano, – onde se imagina ter ocorrido o desembarque de caravelas portuguesas no ano de 1500. Os planos previam, até o dia 26 de abril, a encenação teatral das diversas etapas da chegada de Pedro Álvares Cabral em terras brasileiras, com destaque para: a representação do “encontro”, por réplicas da caravela do navegador português e de canoas indígenas; a cerimônia oficial, com a presença do Presidente da República Federativa do Brasil e com o Presidente da República Portuguesa; e a celebração da Missa dos 500, em alusão à primeira missa realizada em solo brasileiro no dia 26 de abril de 1500 (BEZERRA, 2011; SILVA, 2003). Tratava-se de eventos simbólicos que ao contar com a presença dos presidentes do Brasil e de Portugal servem, sobretudo, para reforçar e reatar laços sociais, políticos e mercantis entre os dois países no presente. Não por acaso, o personagem histórico que melhor representa esse encontro é Cabral, um navegador português cujas representações apontam para o seu heroísmo e mérito enquanto “descobridor” de supostas terras perdidas. O eurocentrismo se faz amplamente presente nesta representação histórica onde a figura do português/descobridor ganha *status* de herói ao inaugurar o Brasil, apagando o protagonismo e presença indígena no Brasil antes desse “encontro”. Desse modo, imagens, espetáculos e eventos tentam forjar nas comemorações dos 500 anos uma cultura histórica onde identidades são reconfiguradas sob a ótica colonial.

Essa preocupação com a memória, que se revela nas comemorações dos 500 anos, está intimamente ligada a uma preocupação cultural e política também emergente em

outras sociedades ocidentais no final do século XX. Nessa preocupação, como bem observou Huyssen, desloca-se o foco dos “futuros presentes para os passados presentes”, um “deslocamento na experiência e na sensibilidade do tempo” (2000: 9). As memórias revitalizadas pelas comemorações dos 500 anos revelam, sobretudo, um “medo do esquecimento” do papel dos colonizadores na formação do Brasil, isso traduz uma preocupação com o presente e o futuro dos laços de dependência política e econômica do Brasil com a Europa. O passado presente parece assim nos aproximar de uma imagem anterior, de um território colonizado. Mesmo com o fim do colonialismo formal, tais comemorações emergem como resultado também de um “medo do esquecimento” do protagonismo tido como superior e heroico dos colonizadores portugueses, que nos coloca como uma nação que “nasce” colonial, a partir desse vínculo fundamental e moderno com nossos colonizadores. Essa memória se faz bastante útil na manutenção de nossos laços com a Europa, reforçando o lugar do Brasil e de Portugal nas relações de poder capitalistas globalizadas.

Com a proposta de revitalizar a região do extremo sul da Bahia para as atividades das comemorações, o governo brasileiro adotou, com apoio do governo do estado da Bahia (administrado por César Borges do Partido da Frente Liberal e do grupo político do senador do mesmo partido, Antônio Carlos Magalhães), o projeto do MADE, elaborado pela ONG Fundação Quadrilátero do Descobrimento. O projeto foi lançado ainda em 1994, com a publicação do livro “Museu Aberto do Descobrimento: O Brasil Renasce Onde Nasce” durante a Feira Internacional do Livro, em Frankfurt (Alemanha), e eventos no Museu do Ipiranga, em São Paulo, e na Torre de Belém, em Lisboa (HÁ 20 ANOS..., 2014).

Segundo Raul Ferraz (2008: 39-40), o livro “Museu Aberto do Descobrimento...”, organizado pelo antropólogo Roberto Costa Pinho (presidente da Fundação Quadrilátero do Descobrimento), atendia pelo objetivo de divulgar, com fotos, ilustrações, desenhos e textos de artistas e intelectuais brasileiros, o MADE como um projeto que revitalizaria “os sonhos, as lendas, os mitos de Portugal” estabelecendo, assim, o “encontro entre passado, presente e futuro da civilização de língua e cultura portuguesas”, por meio de um conjunto de ações orientadas para a preservação do cenário idílico do nascimento da nação. Em outras palavras, exaltava o pioneirismo e heroísmo dos colonizadores portugueses, bem como a nação brasileira como continuidade da empreitada civilizatória dos primeiros navegantes que desembarcaram no litoral baiano.

Sob outra perspectiva, Kelly Cristiane Silva (2003: 143-144) sustenta que o projeto do MADE buscava reelaborar o lugar mítico da “fundação da nação” como “cenário do apogeu das comemorações” por meio de: recuperação de sítios históricos; construção de novos monumentos; proteção da paisagem natural (especialmente de Monte Pascoal, enseada de Porto Seguro, mangues, etc.); e preservação de “núcleos urbanos tradicionais”, com a demarcação de terras indígenas dos Pataxó²³, imaginadas como populações existentes na época do desembarque da expedição de Cabra. Para a região de Coroa Vermelha (município de Santa Cruz de Cabrália), o projeto do MADE previa ainda o seguinte conjunto de obras: o terreiro da cruz, uma plataforma iluminada no meio do mar, sobre a coroa e arrecifes de coral; uma espécie de museu indígena em formato semelhante às habitações dos indígenas Kamayurá do Xingu; o Museu do Encontro, com a finalidade de abrigar réplicas de caravelas e outros objetos considerados históricos; o “pátio jesuítico”, uma espécie de shopping que reuniria um conjunto de lojas junto a estacionamentos para os visitantes (CÉSAR, 2002: 14).

Antônio Arantes (2000) identificou no projeto do MADE um conjunto de práticas formadoras de uma “paisagem histórica”, no sentido que, por meio de determinadas referências culturais e históricas (com especial destaque para a narrativa da Carta de Pero Vaz de Caminha) propunha uma série de intervenções simbólicas, arquitetônicas e paisagística altamente cenográficas na região da “Costa do Descobrimento”, orientadas para o consumo imagético, visual e mercadológico de empreendimentos turísticos e imobiliários.

No entanto, não demorou para o MADE se ver rodeado de polêmicas. Além do caráter eurocêntrico da perspectiva histórica em que se baseava o projeto; os impactos sobre as populações locais – dentre essas, indígenas da etnia Pataxó –, os interesses econômicos de obras direcionadas para o turismo de alto poder aquisitivo, e as relações obscuras estabelecidas pelo governo com a Fundação Quadrilátero do Descobrimento também foram alvo de severas críticas (CÉSAR, 2002). As resistências ao projeto vinham de intelectuais, ambientalistas, lideranças pataxós e da Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI), de modo que, segundo América César, estabeleceu-se um debate, amplamente divulgado pela mídia local, que

²³ É importante destacar ainda que, como abordaremos posteriormente, a demarcação de territórios dos Pataxó não foi fruto da boa vontade dos agentes do Estado, mas sim de um longo processo de luta indígena que se esticava por gerações da referida etnia indígena e que se intensificou em decorrência das intervenções do governo orientadas para as comemorações dos 500 anos na região.

revela o nó subjacente às ações que se desencadearam sob o mote do ‘descobrimento’, decorrente de uma divergência radical não só quanto às concepções dos projetos para as Comemorações, mas principalmente quanto ao próprio lugar social e político dos povos subjugados nesse processo (CÉSAR, 2002, p. 17).

No dia 22 de abril de 1996, o Presidente Fernando Henrique Cardoso esteve presente em Porto Seguro, aproveitando a ocasião da data comemorativa, para lançar oficialmente o projeto do MADE. No entanto, antes mesmo da formação do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular, vozes dissidentes já se insurgiam contra planos para as comemorações dos 500 anos. Lideranças Pataxó compareceram neste evento para protestar contra o projeto governamental que invadiria suas terras e contra o decreto 1.775/96 que mudava as regras relativas às demarcações de terras indígenas (SANTANA; VASCO, 1996: 6). Além deles, integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) estiveram presentes expondo sua revolta em relação ao assassinato de 19 sem-terras pela Polícia Militar paraense no município de Eldorado do Carajás, no último dia 17 (idem).

Das questões envolvendo o MADE, provavelmente a celeuma de maior destaque foi a demarcação do território indígena dos Pataxó de Coroa Vermelha. A área estava em processo de regularização desde 1985, com idas e vindas do processo judicial. No ano de 1996, indigenistas da Funai concluíram o relatório técnico de demarcação das terras dos Pataxó, no entanto esbarravam em pressões do Governo Federal e do Governo do Estado da Bahia (CÉSAR, 2002). Apesar da pressão política do Estado e do empresariado, no ano de 1997, a demarcação do território indígena de Coroa Vermelha avançou em virtude de uma série de fatores, dentre os quais a mobilização dos Pataxó de diferentes aldeias da Bahia; o receio do governo de que a expulsão de indígenas de suas terras em meio às comemorações dos 500 anos prejudicasse sua imagem; e a repercussão do assassinato brutal do Pataxó Hã-Hã-Hãe, Galdino Jesus dos Santos, em abril de 1997, na cidade de Brasília (CÉSAR, 2002: 30-31).

Embora a Terra Indígena Coroa Vermelha tenha sido finalmente declarada de posse permanente dos Pataxó pelo Ministério da Justiça em 14 de outubro de 1997, e, homologada em 10 de julho de 1998; as obras do projeto do MADE seguiram intervindo na região de Coroa Vermelha, chegando a invadir o território dos Pataxó, bem como a retirar a população não-indígena que habitava a localidade. Nesse sentido, por um lado, as ações do governo tinham aberto um campo de possibilidades para que os Pataxó se mobilizassem pela regularização de seu território. Por outro, como argumenta Silva

(2003: 144), por meio da implantação do MADE, o estado envolvia a demarcação do território pataxó com várias iniciativas de promoção do turismo na mesma área – centros turístico-comerciais, terminal turístico, etc., – promovendo, assim, uma trivialização e mercantilização da cultura e memória pataxó. A autora identifica ainda o projeto do governo em Coroa Vermelha como uma forma de revitalização das práticas de exposições universais e coloniais do século XIX, que funcionavam como exposições etnológicas, nas quais:

Para celebrar as conquistas tecnológicas, políticas e civilizatórias do Ocidente, forjavam-se modelos de aldeias e povoados africanos, asiáticos, americanos etc., sob o domínio dos impérios coloniais. Neles se procurava, entre outras coisas, recriar as condições de organização social e ecológica sobre as quais as metrópoles europeias diziam encetar seus processos civilizatórios, celebrando-os (SILVA, 2003: 144-145).

Não por acaso, a relação entre indígenas Pataxó e os representantes do governo federal e do estado da Bahia permaneceram tensas durante todo o período de preparação para as comemorações dos 500 anos. Os Pataxó ainda ocupariam o parque do Monte Pascoal – reserva onde se localiza o primeiro acidente topográfico avistado por navegantes portugueses em 1500 –, e realizariam, em abril de 2000, a Conferência Indígena, um encontro de aproximadamente 140 povos indígenas, em plena Terra Indígena Coroa Vermelha, como abordaremos mais adiante, com a finalidade de debater o lugar dos indígenas na história do Brasil e as perspectivas políticas do movimento indígena.

Apesar dos esforços para celebrar o “aniversário de 500 anos da nação”, um ano antes das comemorações, o governo patinava na falta de organização e de verbas para realizar os projetos. No dia 20 de abril 1999, a Folha de São Paulo noticiava que a CNVC passava por uma reestruturação, promovendo o Ministro do Esporte e do Turismo, Rafael Greca – representante da ala do PFL no governo –, à coordenação executiva do órgão responsável pelas obras de infraestrutura na região de Santa Cruz de Cabrália (SILVA, 1999). Apenas as responsabilidades relativas aos eventos culturais e acadêmicos permaneceriam no âmbito do Ministério da Cultura e do Ministério das Relações Exteriores, a partir de então (idem). Segundo Lúcia Lippi de Oliveira (2000: 194), a leitura da imprensa sobre esse novo arranjo da CNVC foi de que o governo brasileiro pretendia dar um perfil mais popular para as festas.

Analisando a agenda das comemorações desse período sob a coordenação do Ministério do Esporte e Turismo, Kelly Cristiane Silva (2003: 146) destaca na lista de

projetos oficiais os seguintes empreendimentos: “Farol do Saber”, proposta de construção de bibliotecas públicas em áreas consideradas carentes; “Projeto Monumenta”, plano de recuperação de centros arquitetônicos do período colonial; “Expo Pavilhão Brasil”, concepção e elaboração do pavilhão brasileiro a ser exposto na edição de 2000 da Feira de Hannover; o “Projeto Marcos Históricos”, referente à construção de marcos simbolizando as comemorações do quinto centenário nos estados brasileiros; a “Nau Capitânea”, construção de uma réplica da caravela em que Pedro Álvares Cabral teria viajado em 1500; a “Cruz Sagrada”, projeto de substituição da cruz de madeira em Santa Cruz de Cabralia – no local tido como o da primeira missa em território brasileiro – por uma de metal destinada às comemorações; “Chama do Conhecimento”, cerimônia de acendimento de tochas representando as três principais matrizes étnicas brasileiras (negra, branca e indígena); “Projeto Pau-Brasil”, referente ao plantio de sementes da árvore símbolo nacional; além dos projetos anteriormente citados, o MADE e o “Resgate de Documentação Histórica”.

É importante destacar que, toda essa gama de projetos que o Estado brasileiro lançou mão no contexto das comemorações dos 500, segue um roteiro comum a diversas festas cívicas desde o século XIX, como a formação de uma comissão nacional de notáveis, promoção de seminários e exposições, recuperação e construção de monumentos, museus e arquivos, realização de festas e rituais de celebração da nacionalidade. Tais iniciativas de monumentalização e ritualização do passado partilham, distribuem e ordenam os saberes e os rastros do passado de modo a atender uma função disciplinar, fortalecendo processos de subjetivação, instituindo e exigindo comportamentos e gestos. Como bem colocou Mário Chagas em referência à função disciplinar das instituições de memória:

museus, bibliotecas, arquivos, institutos e academias são espelhos e palcos que encenam a dramaturgia da sociedade a que se referem e que ao articularem um determinado discurso, também condicionam o olhar e aprisionam o entendimento, a ciência e a arte (2002: 49).

Dentre os projetos citados, destacamos as cerimônias da “Chama do Conhecimento”, programadas como abertura dos festejos dos V centenário no ano de 1999. Esse projeto consistiu no acendimento de tochas “representativas do conhecimento dos povos que originaram a nação brasileira” durante três cerimônias: “Chama do Conhecimento Índio” no Parque da Serra da Capivara, local onde foram encontrados os vestígios mais antigos de presença humana em território brasileiro, no Piauí, no dia 26 de

novembro, com a presença de indígenas do Xingu e do presidente Fernando Henrique Cardoso; “Chama do Conhecimento dos Povos Negros”, cerimônia realizada na Gruta de Terra Ronca, no estado do Goiás, no dia 1º de dezembro com a presença de remanescentes quilombolas da comunidade Kalunga; “Chama do Conhecimento Lusitano” realizada em Lisboa, Portugal, no dia 11 de dezembro (BRASIL, 2000). Por fim, as três tochas da “Chama do Conhecimento” seriam reunidas para o acendimento de uma pira durante as festividades do Réveillon, no Rio de Janeiro, no dia 31 de dezembro de 1999; para então, como uma só chama, ser transportada, passando por diversas cidades do país, até chegar, no dia 22 de abril de 2000, na cidade de Porto Seguro, onde acenderia os fogos em comemorações dos 500 anos do chamado “descobrimento” (idem, 2000).

As cerimônias onde cada uma das tochas seriam acessas, com as respectivas presenças de indígenas do Xingu, de quilombolas Kalunga e de portugueses, em espaços geograficamente representativos para cada grupo, simbolicamente expressam uma fusão igualitária de conhecimentos na formação da nação brasileira. Ao colocar representantes de cada um destes grupos nesse ato simbólico, a cerimônia parece ganhar ainda mais legitimidade e reconhecimento perante indígenas e quilombolas. A “Chama do Conhecimento” erigida pelas chamas das tochas de conhecimentos indígenas, negros e lusitanos, reforçaria a ideia de fusão cultural que parece operada em um “encontro” tolerante, solidário e pacífico desencadeado com a descoberta, a colonização e a escravidão no Brasil. Trata-se, portanto, de uma fusão que remete ao velho mito da democracia racial na formação da nação brasileira que apaga a intolerância, o racismo, o genocídio, a subjugação, a opressão e a violência desencadeada contra indígenas e negros no processo de colonização do Brasil, bem como o silenciamento, a inferiorização e a destruição sistemática de saberes/conhecimentos indígenas, africanos e quilombolas. A “Chama do Conhecimento” parece assim forjada no genocídio/epistemicídio²⁴ de povos colonizados que há muito tempo vem sendo denunciado pelos movimentos indígenas e negros na América Latina. Não por acaso, as comemorações oficiais dos 500 anos parecem tentar simbolicamente resolver esse conflito e violência construindo uma memória aparentemente harmônica e democrática sobre os conhecimentos edificantes da nação. Para isso, não recorrem a arquivos ou museus oficiais, mas ao recurso de uma

²⁴ Baseando-se na noção de epistemicídio, usada por Boaventura Santos, para se referir à destruição de conhecimentos ligada à destruição de seres humanos, Grosfoguel (2016) argumenta que o genocídio e o epistemicídio dos sujeitos coloniais (africanos e indígenas) caminharam juntos no processo de conquista das Américas, movido pelo projeto colonial e patriarcal do século XVI.

encenação simbólica que implica na presença e interação com pessoas reais que representam cada grupo-chama.

No Jornal do Brasil e na Folha de São Paulo, as notícias que davam conta dos preparativos para a cerimônia da “Chama do Conhecimento” programada para a manhã do dia 31 de dezembro de 1999, na Escola Naval do Rio de Janeiro, assinalavam o tom monumental que o governo federal buscava inscrever ao evento, articulando simbolismos sobre a chegada dos anos 2000 com a abertura das Comemorações Oficiais do V Centenário do Descobrimento (CARNEIRO, 1999: 2; FRANÇA, 2000: 7). Na ocasião, o Fernando Henrique Cardoso proferiu um discurso. Em seguida destacamos alguns trechos desse discurso:

No romper do ano 2000, quando nosso país completará seus 500 anos, rendemos homenagens aos formadores de nossa civilização: brancos europeus, de fala portuguesa e fé em Cristo, índios autóctones com dezenas de falas e crenças e negros africanos, também diversificados na língua e na cultura.

[...]

Essa diversidade e sua mestiçagem constituem a marca do nosso povo, o orgulho de nosso país, o emblema que sustentamos no pórtico do novo século. E essa identidade dá-nos a base para a entrada no novo milênio, o da "civilização global", nos distingue pelos valores da tolerância, permite que reflitamos, a partir dela, o quanto conseguimos caminhar nesses 500 anos.

[...]

Meus amigos, quando os portugueses aventuraram-se pelos oceanos na ânsia de descobrir novas terras e novas gentes, deram a marca da modernidade: a descoberta do outro, o reconhecimento da variedade e da diferença.

[...]

Estamos nos preparando para participar da nova era. Herdeiros de uma natureza exuberante e variada, queremos respeitar o meio ambiente para legá-lo como fonte de vida às gerações futuras. Queremos progresso, crescimento econômico e mais empregos, mas não queremos perder a cultura da solidariedade. Não aceitamos discriminação de raça, de religião ou de gênero (BRASSIL, 1999: 1-5).

A própria fala do Presidente da República articulou discursos estratificados no imaginário nacional, reforçando noções de “civilização” e o velho mito da democracia racial, fundado na “tolerância” e “solidariedade” entre indígenas, negros e brancos. Apesar de mencionar a contribuição dos povos indígenas e das populações negras na formação de “nossa civilização”, presente na diversidade de crenças, línguas e culturas; apenas o protagonismo dos portugueses e brancos europeus nesse processo é que parece mais explícita quando ele menciona a língua portuguesa, a religião cristã, a modernidade

e o reconhecimento do outro e das diferenças como suas características. Afinal, indígenas e negros representam no discurso do presidente a diversidade, enquanto os “brancos europeus” enquanto “descobridores” ganham a marca de reconhecedores dessa variedade e diferença. O ato de “descobrir” ganha assim outros sentidos, fundado na aventura pelo interesse do outro e sua diversidade, tido como marca de modernidade. Esse discurso, realizado no ato de encontro das 3 tochas de conhecimento, é bastante representativo do lugar de indígenas, negros e brancos na formação de “nossa civilização”. Os conhecimentos indígenas e negros não são nomeados ou explicitados, perdem-se sob o selo genérico de diversidade, enquanto os conhecimentos dos “brancos europeus”, simbolizados na tocha de conhecimentos lusitanos, estão explicitamente articulados com a modernidade. Como coloca Igor José de Renó Machado, o descobrimento do “outro” pressupõe determinado “progresso, e a possibilidade de ‘abrir as culturas’, como se todas estivessem fechadas ou desconhecidas até então. Vemos retomar aqui a ideia de missão civilizatória europeia que, mesmo cometendo violências, faz a conquista intelectual ao encontrar o Outro” (2002: 393-394).

A noção de “civilização” inerente ao discurso de FHC é ainda a mesma que aparece nos livros didáticos de história brasileiros, desde o século XIX. Segundo Susane Rodrigues de Oliveira (2016: 2018), trata-se de um conceito positivista que atribui significado e valor às experiências culturais em uma classificação hierárquica e eurocêntrica, já que tem como modelo de sociedade superior, avançada e civilizada a Europa. Nessa perspectiva histórica eurocêntrica, as “raízes da civilização” brasileira encontram “seus fundamentos na ação colonizadora portuguesa, enquanto os indígenas representavam a selvageria e a barbárie que deveriam ser superadas rumo ao progresso e civilização” (OLIVEIRA, 2016: 220). No entendimento da historicidade dessa noção de civilização, a autora cita ainda Nobert Elias, para quem

o conceito de “civilização” expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. (...) Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas “mais primitivas”. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo, e muito mais. (...) “Civilização” descreve um processo ou, pelo menos, seu resultado. Diz respeito a algo que está em movimento constante, movendo-se incessantemente “para frente”. (...) Até certo ponto, o conceito de civilização minimiza as diferenças nacionais entre os povos: enfatiza o que é comum a todos os seres humanos ou – na

opinião dos que o possuem – deveriam sê-lo (1994: 23-25 Apud OLIVEIRA, 2016: 218-219).

Desse modo, a ideia de “civilização” está no cerne de um discurso moderno/colonial/eurocêntrico que universaliza os comportamentos sociais e os percursos históricos de diferentes sociedades. Ao adotar como referência a Europa, acomoda a diversidade cultural e as diferenças em “um tipo de história linear e universal, onde a pluralidade das realizações humanas tem pouco espaço para se manifestar e revelar uma ‘história do possível’” (OLIVEIRA, 2016: 223). A noção de civilização presente nos discursos históricos das comemorações oficiais é, portanto, inerente à colonialidade do saber-poder. Não por acaso, como veremos nos capítulos seguintes dessa dissertação, os discursos dos movimentos sociais que contestam as comemorações oficiais, chocam-se, especialmente, com essa visão histórica que, ao exaltar os princípios da “civilização” introduzidos pelos europeus colonizadores, traz em seu cerne o apagamento e a subalternização das sociedades indígenas e africanas na formação da nação brasileira.

Sobre o pronunciamento acima, cabe lembrar ainda que, em matéria da Folha de São Paulo relativa à celebração do Réveillon de 1999, acima referida, o repórter William França (2000: 7) afirmava que o discurso escrito por Fernando Henrique Cardoso para anunciar o início das comemorações oficiais – tratado internamente como “documento histórico” – fora retalhado a pedido de diretores da Rede Globo de Televisão para não atrapalhar o cronograma estabelecido pela emissora para o evento. No V Centenário do “nascimento da nação”, momento de civismo, de exaltação da memória dos “grandes acontecimentos” e dos “grandes homens”, a maior empresa de comunicação do país também buscava intervir, nessa definição das memórias históricas, de acordo com seus interesses de mercado e audiência. Como coloca Luís Fernando Cerri,

[...] a nação na festa do pretense aniversário de seu surgimento é comemorada por uma empresa privada, que convida o Estado a participar da festa, de acordo com seus termos. Privatização da memória histórica. Não que o Estado não tenha se mexido: criou-se comitê de empresário e governo para generalizar a marca e a idéia de comemoração, investiu-se em alguns atos simbólicos como a construção de uma réplica de caravela e a participação de um pavilhão do Brasil na Feira de Hannover. Mas foi completamente soterrado pela presença massiva das mensagens da Rede Globo no dia a dia da população (2003: 218).

Por fim, o mês de abril de 2000 consolidaria o fracasso da festa cívica planejada pelos governantes brasileiros (CERRI, 2006; 2003). Com a ida dos “indesejados”,

movimentos sociais, movimentos negros e indígenas, todos aqueles que não foram convidados para os rituais de celebração da nação em Porto Seguro, a única resposta que o Estado brasileiro conseguiu dar para a insatisfação dos mesmos foi a repressão, prisões e agressões promovidas pela polícia militar da Bahia. Como bem colocou Cerri, o cenário das comemorações dos 500 anos do “nascimento da nação” terminou com as imagens de

Uma cidade em que os bem-nascidos e seus agregados vivem uma fantasia de cordialidade, protegida com ferramentas de força e violência por herdeiros dos bandeirantes e capitães-do-mato, mantendo do lado de fora os sustentáculos da riqueza: herdeiros dos índios e dos negros da colonização, herdeiros sem herança do lado central da evolução histórica do Brasil, a concentração de renda, de terra, de poder político (2003: 219).

1.3 Dispositivos midiáticos: imprensa e Rede Globo

O protagonismo dos veículos de mídia na promoção das comemorações dos 500 anos do descobrimento, foi muito além da cobertura dos eventos comemorativos, envolvendo práticas discursivas e não discursivas que veiculavam sentidos para o passado brasileiro e a identidade nacional. Desse modo, entendemos a ação dos dispositivos midiáticos²⁵ não apenas como aparatos que, alinhados com os projetos comemorativos do governo, conferiam visibilidade aos discursos oficiais das comemorações; mas sim como agentes que acentuavam, reelaboravam e dinamizavam, através de novas discursividades, os sentidos sobre os 500 anos.

Segundo Maria Francisca Canovas Moura, sob o marco do projeto Brasil 500, as Organizações Globo, a partir de 1997, elaboraram uma programação que envolvia três principais esferas: a Festa, por meio de um calendário de eventos e shows de comemoração com a participação popular, sendo o apogeu reservado para o mês de abril de 2000; a Ação Educacional, por meio da promoção de seminários, campanhas e iniciativas em favor da melhoria da educação básica; e a História, promovendo resgate de

²⁵ Para a reflexão sobre a atuação dos dispositivos midiáticos, tomamos por referência as colocações de Fabiana Marcello sobre a mídia como aparato que “se ocupa apenas de emitir visibilidades, mas também, aliada ao processo incessante de repetição discursiva, ela justamente cria condições para a produção de novas discursividades. Ao reduplicar os discursos [...], a mídia trata de reorganizá-los, construindo, por sua vez, novos e outros discursos. Tal conclusão está ligada a duas constatações em relação a este meio. Uma diz respeito à tal reduplicação via edição – cenários e personagens criados e reproduzidos pela própria linguagem que lhe é específica. A outra diz respeito à sua veiculação mesma, à abrangência massiva que hoje a mídia adquire – fato que, de certa forma, confere nova vida e materialidade distinta aos discursos (MARCELLO, 2004: 203)

acontecimentos considerados marcantes, bem como suas conexões com o presente e o futuro do país (MOURA, 2001, p. 57-58). Posteriormente, temáticas relacionadas com os 500 anos do chamado “descobrimento” seriam progressivamente incorporadas às pautas de outros veículos de comunicação, fundações culturais, universidades, entidades governamentais, sindicatos, ONGs e associações, que, valendo-se de diferentes mídias – Internet, televisão, mídia impressa, entre outros meios – puseram em circulação sentidos sobre o passado, as identidades e culturas brasileiras e as comemorações a serem realizadas em abril de 2000 (COGO, 2001: 3).

Para a elaboração da programação festiva, as Organizações Globo apostaram na tríade – música, futebol e festa – lançando no dia 25 de abril de 1998 o Projeto Brasil 500 com um grande show no Sambódromo de São Paulo. A agenda da emissora ainda contava com a realização dos seguintes shows populares: Coração Brasileiro na cidade de Paris, durante a Copa do Mundo de 1998 na França, contando com a participação de artistas franceses; as inaugurações festivas dos “Relógios dos 500 anos²⁶” que marcavam a contagem regressiva dos 500 anos nas principais cidades brasileira, entre abril de 1998 e setembro de 1999; Criança Esperança na cidade de São Paulo, no mês de outubro dos anos de 1998 e de 1999; o Réveillon de Copacabana, realizado na virada de ano de 1999 para 2000, na praia do Rio de Janeiro; o Festival de Verão, o Festival de Cultura Afro-Brasileira e o show Mama África, na cidade de Salvador; e, como encerramento das comemorações, o show do dia 22 de abril de 2000, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, e a missa do dia 26 de abril em Porto Seguro (MOURA, 2001: 63; OLIVEIRA, 2000: 195). Trata-se de intensas mobilizações que envolveram também diversos setores artísticos, empresariais e midiáticos.

Das iniciativas das Organizações Globo, Kelly Cristiane Silva (2003: 143) destaca, além dos shows, projetos educativos e os relógios de contagem regressiva, a produção de minisséries televisivas como *A Muralha* [2000] e *A Invenção do Brasil* [2000] que retratavam episódios da colonização portuguesa no Brasil. “A Muralha” foi transmitida no mês de março de 2000, em um total de 51 episódios. Apresentada como livre adaptação do romance homônimo de Dinah Silveira de Queiroz, publicado em 1954, tal minissérie contou com roteiro de Maria Adelaide Amaral, em coautoria com João Emanuel Carneiro, abordando a trajetória épica da família do bandeirante Dom Braz Olinto em incursões pelo interior do país, durante o século XVII (SANTOS JÚNIOR, 2014: 62). Segundo

²⁶ O Relógio dos 500 anos ganhou tanto destaque que, não por acaso, possui hoje um verbete na Wikipédia. Cf.: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rel%C3%B3gio_dos_500_Anos

Gisele Frighetto (2005: 211), a minissérie apresenta uma concepção de nacionalidade em conformidade com os discursos comemorativos estatais dos 500 anos. Nesse sentido, os bandeirantes são representados na condição de homens rudes e desbravadores, ícones da identidade nacional responsáveis pela expansão das fronteiras e a descoberta de riquezas (FRIGHETTO, 2005: 212-213). Por outro lado, a representação dos povos indígenas recorre ao imaginário do indigenismo romântico do século XIX, pois aparecem na trama por meio de duas imagens básicas: a do bom selvagem, tratado com brutalidade ou condescendência pelos colonizadores; e a do selvagem que resiste guerreando contra os invasores brancos (FRIGHETTO, 2005: 204).

Já a Minissérie “A Invenção do Brasil” foi transmitida em episódios diários entre 17 e 21 de abril de 2000, sendo lançada, no formato de filme, no ano seguinte sob o título “Caramuru: A Invenção do Brasil”. Com roteiro de Guel Arraes e Jorge Furtado, e direção de Guel Arraes, “A Invenção do Brasil” tem como referência a obra “Caramuru. Poema épico do descobrimento da Bahia” (1781), do Frei José de Santa Rita Durão, para narrar a história do pintor português Diogo Álvares Corrêa e das indígenas Paraguaçu e Moema, a partir de fatos históricos e lendários (MAGNO, 2015: 6-7). Abordando de forma cômica a época dos chamados “descobrimientos”, satirizou mitos e discursos fundadores do Brasil (MAGNO, 2015: 7), recorrendo também à narrativa do encontro harmônico entre povos indígenas e portugueses, bem como reforça estereótipos fortemente arraigados no imaginário nacional que inferiorizam os povos indígenas na condição de preguiçosos e indolente, bem como retratam a mulher indígena de forma hiper-sensualizada (SOUZA, 2016: 105).

Além das minisséries, a inserção de vinhetas na programação diária da TV Globo lembrava aos telespectadores da aproximação da data de comemoração dos 500 anos, criando expectativas em torno de uma contagem regressiva. A veiculação desses conteúdos pela maior emissora de televisão do país tornou, segundo Silva, “impossível à maioria da população ignorar que no dia 22 de abril do ano de 2000, comemorar-se-ia a ‘descoberta do país’” (2003: 143).

Lúcia de Oliveira destaca o papel exercido pela Globo como “uma das principais agências construtoras de uma identidade nacional” durante as comemorações dos 500 anos (OLIVEIRA, 2000: 196). Apoiando-se também nas reflexões de Marcelo da Rocha Wanderley (1998), a autora ressalta o uso de representações que já estavam presentes nas comemorações do IV Centenário do Descobrimento, repaginadas em uma linguagem televisiva com maior abrangência nacional. Nas palavras da autora,

os ícones são basicamente os mesmos: o apelo ao envolvimento emocional dos brasileiros, ‘todos de mãos dadas’, a união nacional, a terra bonita por natureza, a miscigenação das três raças e das novas etnias chegadas com as imigrações, o chamamento a um novo descobrimento com os olhos voltados para o futuro (OLIVEIRA, 2000: 196).

No âmbito da cobertura televisiva, Moura (2001: 59-63) destaca a participação do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), da Rede Bandeirantes, da TV Cultura, do Discovery Chanel, do Multishow, da CNN, da MTV e da FOX, junto aos canais associados às Organização Globo – Rede Globo, TV Futura, Globo News, GNT, Canal Brasil e Rede Brasil Sul de Comunicação (Globo, RBS TV) –, na produção e transmissão de conteúdos relacionados à história, cultura e identidade do país, por meio de documentários, reportagens, programas educativos, ficções com ambientação histórica (nos formatos de novelas, filmes e séries), bem como da transmissão de shows musicais em comemoração aos 500 anos e de cerimônias oficiais promovidas pelo Estado.

Já com relação ao papel exercido pela mídia impressa, Moura (2001: 57-58) sustenta que, a partir de 1999, dois produtos principais pautaram as representações sobre os 500 anos nestes veículos: as matérias sobre a história da colonização produzidas por especialistas; e a divulgação dos lançamentos e relançamentos de obras sobre a história do Brasil que aqueciam o mercado editorial. Interessado na produção de livros sobre a história do Brasil escritos, especialmente, por jornalistas e lançados no contexto das comemorações dos 500 anos, Rodrigo Bragio Bonaldo (2010: 33-35) destaca também: as reportagens da “Coleção Brasil 500”, publicadas nas principais revistas do Grupo Abril; o “Atlas Histórico”, publicado pela revista semanal Isto É; e a coluna especial da revista Época dedicada à história do país, escrita pelo jornalista Eduardo Bueno. Tais produções destacam ainda mais as mobilizações e apoio em torno da promoção de discursos históricos onde o “descobrimento” e a colonização do Brasil ganham destaque e importância na formação da nação brasileira. As comemorações oficiais dos 500 anos mobilizaram assim um enorme arsenal – forjador e reafirmador – de uma cultura histórica que conta com o apoio e interesses mercantilistas de grandes emissoras de TV, jornais e editoras. Essa preocupação excessiva com a promoção da memória dos 500 anos de descobrimento, associada a interesses mercantilistas, operou de modo a converter uma história em espetáculo e entretenimento.

Em análise sobre a atuação de jornais da Bahia (Correio da Bahia e A Tarde), do Rio de Janeiro (O Globo e Jornal do Brasil), do Rio Grande do Sul (Zero Hora e Correio

do Povo), de São Paulo (Estado de São Paulo e Folha de São Paulo), e de Brasília (Correio Braziliense) no período referente aos anos de 1997 a 2000, Denise Cogo sustenta que as representações e os discursos das comemorações dos 500 anos foram reelaborados, negociados e difundidos “no interior de cada uma dessas mídias, segundo distintas lógicas e formatos” (2002: 5). Segundo a autora, os sentidos dos 500 anos se orientaram, nesses veículos, segundo duas grandes narrativas sobre a identidade nacional e a diversidade cultural brasileira: a primeira, baseada na revitalização da crença na convivência harmônica entre culturas e povos, a partir dos mitos da democracia racial e da cordialidade do povo brasileiro; e a segunda, oriunda de diferentes setores da sociedade que buscava expor as dimensões conflitivas, tensas e complexas das questões culturais e identitárias no país (COGO, 2002: 3-4).

Cogo (2002) busca apresentar as vozes dos diferentes setores sociais enquadradas pelos veículos de mídia impressa nas disputas de sentidos sobre os 500 anos. Para a autora, foi conferida maior visibilidade às vozes de agentes governamentais, em especial do âmbito federal, recorrendo a retóricas ufanistas e de conciliação. Além disso, especialistas do campo midiático foram ouvidos, marcando o caráter mercadológico da cobertura da imprensa que promovia seus próprios produtos, conteúdos e programações sob a grife dos 500 anos. Colunistas também divulgavam de forma difusa e fragmentada os eventos relativos às celebrações da nacionalidade promovidas por distintos setores sociais; além de intelectuais, convocados com falas autorizadas para propor “respostas à ambivalência e ambiguidade das questões identitárias básicas como imperativo para a construção da nacionalidade ou de um projeto de nação” (COGO, 2002: 8).

Em pesquisa sobre as matérias dos jornais O Globo, Jornal do Brasil, Folha de São Paulo e O Dia – jornal carioca de grande penetração popular –, publicadas no triênio de 1998 a 2000, Denis Giovani Naiff, Renato Cesar Möller e Celso Pereira de Sá (2003) identificaram, a partir de análises quantitativas, certas tendências e variações nas modalidades, nos temas e nas orientações adotadas nas abordagens dos referidos veículos sobre questões relativas à história do Brasil e às comemorações oficiais dos 500 anos. Uma das questões levantadas pelos autores refere-se ao aumento progressivo de matérias abordando os povos indígenas e as populações negras – ainda que estes em menor medida – como agentes históricos, bem como da publicação de juízos críticos em relação ao descobrimento e às comemorações, conforme se aproximava o mês de abril de 2000. Assim, não deixavam também de mencionar as oposições e resistências às comemorações oficiais, expondo algumas mobilizações e indícios de que os festejos planejados – tanto

pelo Estado, quanto pelas Organizações Globo – caminhavam em direção ao fracasso (NAIFF; MÖLLER; SÁ, 2003: 356-357).

Fernanda Cogo (2002) identifica também nos jornais que analisou, o aumento da visibilidade de movimentos sociais e agentes políticos críticos às comemorações, desestabilizando as estratégias e políticas históricas de invisibilização que afetam esses setores da sociedade brasileira, bem como pluralizando o rol de sentidos sobre os 500 anos, especialmente nas coberturas dos conflitos que opuseram agentes do governo junto ao aparato policial contra os movimentos sociais, durante a realização dos festejos oficiais no litoral baiano. Por outro lado, a leitura da autora não deixa de indicar que a representação dos movimentos sociais nos veículos de mídia se deu por um enquadramento que buscou caracterizar suas ações como “pontuais, pulverizadas, pitorescas e estereotipadas e não raramente isoladas e identificadas com radicalismos e violências” (COGO, 2002: 12).

1.4 Críticas às comemorações no campo da historiografia

As comemorações cívicas são ocasiões em que intelectuais, acadêmicos ou não, são convocados como vozes autorizadas para discutir as identidades, a memória e os projetos nacionais tanto por parte dos órgãos oficiais, encarregados de coordenar celebrações, quanto por parte de instituições não-oficiais que se engajaram nas festas, como os veículos de mídia e entidades da sociedade civil. Durante as comemorações dos 500 anos dos descobrimentos da América e do Brasil, muitos foram os esforços para integrar acadêmicos nos projetos comemorativos. No entanto, diversos historiadores, antropólogos, sociólogos e filósofos também se manifestaram criticamente, apontando equívocos, anacronismos, etnocentrismo/eurocentrismos, violências simbólicas, entre outros problemas nas comemorações oficiais.

Como vimos anteriormente, embora a noção de “encontro de dois mundos” tenha se tornado mote das comemorações oficiais dos 500 anos do desembarque de Colombo na América, inicialmente, o projeto, sob a liderança da comissão oficial espanhola, visava celebrar o quinto centenário do “descobrimento”. Essa alteração no sentido e foco das comemorações se deve ao protagonismo de historiadores mexicanos, como Miguel León-Portilla, que consideravam necessário superar perspectivas históricas que reproduziam apenas um ponto de vista sobre os processos desencadeados a partir de 1492 (CORREA, 1986). Nesse sentido, o autor buscava superar a noção de “descobrimento”, chamando

atenção para os agenciamentos de ambos os lados do Atlântico – homens do “Velho Mundo” e do “Novo Mundo” – no acontecimento histórico que chama de “encontro original” (idem). Assim, para León-Portilla, o 12 de outubro de 1992 era uma data para rememorar e refletir sobre os

criadores das grandes culturas da Mesoamérica indígena e os homens portadores da civilização mediterrânea em sua esplêndida versão hispânica. Por tudo isto, desde a perspectiva dos fatos e do mundo das ideais, optamos por falar de uma aproximação, encontro de povos e culturas. E por isso precisamente queremos comemorar [...] nossos substanciais vínculos com todas as gentes de Ibero América, Espanha e Portugal (apud CORREA, 1986. Tradução nossa.).

Adotada pela comissão mexicana e pela Unesco, a proposta de León-Portilla recebeu duras críticas do também historiador mexicano, e então presidente da Academia Mexicana da História, Edmundo O’Gorman, que denunciava as ambiguidades da noção de “encontro” como desculpa para não se opor de forma definitiva às celebrações do quinto centenário (BERNECKER, 1992: 11). No artigo *La falácia histórica de Miguel León Portilla sobre el “encuentro de Viejo e Nuevo Mundos* publicado em 1987, O’Gorman argumenta que, mesmo quando León-Portilla reconhece os enfrentamentos e violências implicados no dito “encontro”, os relativiza por terem produzido, posteriormente, a mestiçagem cultural e biológica que caracterizaria a América Latina. Nesse sentido, o autor argumenta,

Não será difícil advertir que considerar que a tal mestiçagem ocorreu a posteriori de ditos enfrentamentos e violências implica um escamoteio, o de privar a essas circunstâncias históricas de um significado enquanto tais, ou seja, enquanto elementos constitutivos do acontecimento (a mestiçagem) que astuciosamente se abstrai – sob a espécie de ‘posterior consequência’ – da realidade do curso histórico em que se dá. Em outras palavras, ditos enfrentamentos e violências são parte do processo que León-Portilla chama de “aproximação e fusão” de europeus e indígenas, a dizer, dessa suposta ‘mestiçagem cultural’ que tanto glorifica o autor, é como tal, então, que comemorar e festejar essa ‘mestiçagem’ é *velis nolis*, festejar e comemorar os enfrentamentos, a violência, as crueldades e demais feitos que a produziram” (1987: 22-23. Tradução nossa).

A polêmica entre os historiadores ganhou terreno também nas publicações da imprensa mexicana como *El Dia*, *El Búho* e *La Jornada Semanal*, colocando, de um lado, León-Portilla e Leopoldo Zea, ambos membros da comissão mexicana das comemorações dos 500 anos, e, do outro lado, Edmundo O’Gorman, que renunciaria a seu cargo de

Presidente da Academia Mexicana de História, em 1987, em protesto à participação do México nas comemorações de 1992 (DUSSEL, 1992: 69; BERNECKER, 1992: 18).

Vale destacar ainda as iniciativas no campo acadêmico não estritamente historiográficas como a obra *1492: O Encobrimento do Outro. A origem do mito da Modernidade* produzida pelo filósofo argentino radicado no México Enrique Dussel (1993). A referida obra reúne transcrições de conferências do autor em outubro de 1992, na cidade de Frankfurt, abordando os sentidos do processo histórico inaugurado em 12 de outubro de 1492, e como rememorar e refletir sobre os 500 anos a partir de uma perspectiva racional ou ética. Nesse sentido, Dussel critica a noção de “encontro de dois mundos” ou de “duas culturas” como mito elaborado pelas “classes dominantes crioulas ou mestiças latino-americanas” que se propõe a pensar o continente como “novo mundo” ou “cultura construída a partir da harmoniosa unidade de dois mundos e culturas: europeu e indígena”, produzindo, assim, um efeito “encobridor porque se estabelece ocultando a dominação do ‘eu’ europeu, de seu ‘mundo’, sobre o ‘mundo do Outro’, do índio” (1993: 64).

No contexto do V Centenário do chamado “descobrimento do Brasil”, as historiadoras Déa Ribeiro Fenelon, Heloísa da Faria Cruz e Yara Aun Khoury (2000) destacam que, a partir do ano de 1999, incitados pela intensa campanha das Organizações Globo – com seus relógios e vinhetas –, os setores das universidades brasileiras se engajaram de forma crescente nas discussões relacionadas às comemorações. Além da realização de simpósios e colóquios e da publicação de revistas, inúmeros convites para a participação de debates, encontros e entrevistas promovidos por veículos de mídia colocaram historiadores e demais acadêmicos, partindo de diferentes perspectivas, como vozes especializadas para referendar os acontecimentos históricos relacionados à memória e a formação identitária da nação.

Em artigo intitulado *O encobrimento do Brasil*, publicado pela Folha de São Paulo em outubro de 1999, o historiador José Murilo de Carvalho criticava como as comemorações oficiais e oficiosas dos 500 anos do país pareciam ignorar os debates realizados, em 1992, nas Américas e na Europa por ocasião do quinto centenário da viagem de Colombo, em que argumentou-se que o uso do termo “descobrimento” tinha por efeito silenciar, encobrir o caráter violento e genocida do processo de conquista e colonização no continente americano (CARVALHO, 1999). Uma das leituras possíveis desse alheamento dos agentes responsáveis pelas comemorações no Brasil pode ser feita a partir daquilo que Óscar Calavia Saez chama de uma

tendência bem arraigada a pensar o Brasil à margem da América Latina (esse conjunto de ‘republiquetas’ como dizia o Barão do Rio Branco), muito mais como a síntese do mundo do que como parte de um continente (2000: 218).

Por outra direção, em entrevista à Folha de São Paulo, o historiador Fernando Novais sustentou que as comemorações são práticas comuns a todas as nações que, lançando mão da memória e de um passado comum à coletividade, buscam legitimar-se perante seus cidadãos. No entanto, no caso das comemorações dos 500 anos no Brasil, os agentes promotores das comemorações assumiram pressupostos que precisavam ser debatidos como a de considerar “a viagem de Cabral como [...] ‘Descobrimto do Brasil’ e a carta de Pero Vaz de Caminha como uma ‘certidão de batismo” (NOVAIS, 2000: 6). Segundo o autor, tal perspectiva sobre o passado do país, partiria de uma visão etnocêntrica, pois considerava os portugueses como agentes do episódio histórico de 22 de abril de 1500, enquanto os indígenas como meros personagens passivos a serem descobertos (NOVAIS, 2000).

Outra questão levantada por Novais (2000) se refere ao anacronismo de considerar que os navegadores portugueses há 500 anos haviam chegado no “Brasil”; quando, na verdade, não existia projeto de formação da nação brasileira naquele momento histórico, mas sim de implantação das bases da colonização portuguesa em territórios de além-mar. Nas palavras do historiador,

O Brasil é um povo que se constituiu como uma nação, que por sua vez se organizou como Estado. Em 1500 não havia nenhuma dessas três coisas. Logo, não houve Descobrimto do Brasil, porque o Brasil não existia nem estava encoberto (NOVAIS, 2000: 6).

Já o historiador e famoso escritor de livros didáticos de história José Jobson de Arruda, ainda em 1999, em seu livro *O trágico 5º centenário do Descobrimto do Brasil*, destacava o potencial desastroso das comemorações oficiais devido à forma como vinham sendo planejadas. Em análise do documento “Regulamento e Diretrizes da Comissão Nacional para as comemorações do V Centenário Descobrimto do Brasil”, ele aponta o viés eurocêntrico/lusocêntrico do projeto comemorativo, destacando a recorrência a expressões e temas – descobrimto, herança lusitana, caldeamento étnico, civilização tropical, cordialidade – que exaltavam o protagonismo português, pacificavam os conflitos e resistências históricas de indígenas, das populações negras e das camadas

populares, bem como ignorava as profundas desigualdades e violências do tempo presente (ARRUDA, 1999). Nas palavras do autor,

O projeto comemoracionista do V Centenário estende uma ponte entre 1500 e 2000, no qual aplaina a trajetória, escoima os conflitos, expurga as diferenças; no fundo, lança a história ao ostracismo e remete à longa duração das visões antropologizadas a linha de frente das comemorações. Caberá à elite intelectualizada a realização de seminários científicos e depois a transmissão dos resultados dessas reflexões ‘aos demais segmentos sociais’. Esta é a pedagogia comemoracionista que ‘instruía’ o povo brasileiro, numa visão deturpada do que seja cultura popular. A pretensa comemoração se transforma em reconhecimento da exclusão (ARRUDA, 1999: 39).

Já o historiador Luiz Cerri, ao discutir os usos públicos da história no Brasil contemporâneo, atentando para os elementos de pressão por mudanças na abordagem pública da História por parte do Estado Nacional, analisa no campo da Didática da História os temas da festa dos 500 anos do Descobrimento movida em 2000. Baseando-se na noção de “currículo oculto”²⁷ forjada para o ambiente escolar, o autor percebe essa festa, bem como a propaganda política que ela difunde, como práticas pedagógicas não-escolares que instituem, resumidamente, o seguinte o “currículo oculto”:

1. O Brasil é um ser incriado e atemporal. Os 500 anos referem-se ao descobrimento, mas só se descobre algo que já existia, efetiva ou misticamente, enquanto “destino”.
2. O Brasil é europeu, branco, português e rico. Índios, negros e pobres são convidados pouco ilustres.
3. O Brasil, sua festa, a colheita das primícias, é privado. É uma empresa privada, da qual o Estado é acionista, mas não proprietário. A maioria fica do lado de fora.
4. O Brasil não é uma nação. Uma nação implica solidariedade entre seus grupos, e a elite só é capaz de privar os bens, socializar os prejuízos e exercer violência contra o povo, quando este não aceita a ordem.
5. Não há mais disposição popular (pelo menos dos setores populares organizados) em continuar colaborando com essa ordem de coisas, tanto nas representações quanto na prática (2006:15).

Defendendo certa noção de História como ciência, baseada especialmente nas concepções de Jorn Rüsen, Luis Cerri argumenta que os enunciados da História, presentes nas Comemorações dos 500 anos, apresentam “subjetividade demais, mito demais, emoção em excesso, irracionalidade, ausência de pensamento crítico” (2006: 19). Na sua

²⁷ “Para GIROUX, com base em Philip Jackson, o currículo oculto “enraíza-se naqueles aspectos da vida em sala de aula que não são normalmente percebidos por professores ou alunos” que gera conseqüências não - intencionais na aprendizagem, mas afinadas com os objetivos de interesse do poder e da ideologia, extrapolando o conhecimento explícito que foi transmitido (H. GIROUX. Os professores como intelectuais. Porto Alegre, Artes Médicas, 1997, p. 65” (Apud CERRI, 2006: 09).

visão, “os enunciados científicos da História – despreocupados com a função de memória, com a ligação afetiva com o passado – não servem à produção de identidade nacional”. Nesse sentido, coloca em questão a utilidade do pensamento racional da ciência histórica na construção de uma vida melhor para todos (CERRI, 2006: 19). Devemos assinalar que esta concepção, mesmo de crítica à festa dos 500 anos, carrega ainda as marcas de uma epistemologia moderna/colonial da história enquanto ciência fundada na racionalidade. A crítica à “subjetividade demais” e à sua relação com a emoção, a irracionalidade e a ausência de pensamento, reafirma a hierarquia moderna/colonial entre saberes, fundada na possibilidade de uma verdade racional e superior, que sob o rótulo de científica seria despreendida de qualquer subjetividade, o que a nosso ver seria impossível a partir de uma perspectiva crítica descolonial da história. Como bem escreveu Wanderson Flor,

Como toda narrativa, a história também tem muitos modos de ser contada. Nunca é apenas um fato que está pronto, lá atrás, que será apenas lembrado e meramente comunicado pela narração. Walter Benjamin nos lembra que no gesto de contar a história está sempre um interesse, um jogo de forças que se mostra como um “salto do tigre para o passado” (BENJAMIN, 2012, p. 18). Deste modo, embora seja precipitado dizer que a história é meramente contada pelos vencedores, podemos dizer que, na narrativa histórica, os olhares se posicionam de modos distintos nas narrativas que se hegemonomizam e nas que seguem silenciadas (2014: 445-446).

Além de questionarem o uso do termo “descobrimento do Brasil”, as críticas acadêmicas em relação às comemorações oficiais assinalaram também que o próprio processo de construção da nação brasileira não deveria ser motivo de celebração. Dentro desse viés, se coloca a posição da filósofa Marilena Chauí no ensaio “*O que comemorar?*” (2000). Para a autora, diante da lógica autoritária que governava a sociedade brasileira por meio da exclusão da maior parte da população da condição de sujeitos políticos, não haveria nada a celebrar naqueles 500 anos. Chauí defendia a necessidade do exercício de uma “tarefa psicológica e política” de rememoração que expusesse a “pátria esquarterada”, denunciando o “véu mítico” que oculta as violências, as calamidades e as catástrofes sob a ideologia do “povo ordeiro, pacífico, sensual, generoso e acolhedor” (CHAUÍ, 2000: 57-58).

Em um texto de introdução ao Dossiê *Nações e Identidades* da revista *Caderno CRH*, da Universidade Federal da Bahia, Eneida Leal Cunha identificou nos discursos das comemorações oficiais dos 500 anos a recorrência de representações da nacionalidade construídas pela literatura do século XIX. Segundo a autora, os eixos narrativos das

comemorações protagonizadas pelos agentes e instituições dos governos e dos veículos de mídia brasileiros podem ser categorizados em dois eixos:

a reafirmação da harmoniosa diversidade cultural ou da sempre bem hierarquizada tríade racial que compõe a nacionalidade, e a reiteração da juventude do país aos 500 anos, que autoriza a permanente promessa de superação, no futuro, na maturidade ou no porvir, das deficiências, desigualdades, separações e discriminações que, de fato e historicamente, separam o que a narrativa da nacionalidade deve reunir, produzindo aquele efeito necessário à nação – “o povo brasileiro” (CUNHA, 2000: 17).

Os posicionamentos de historiadores e demais acadêmicos críticos às comemorações estiveram presentes não só em simpósios, colóquios e seminários, mas também se incorporaram aos movimentos sociais, conferindo visibilidade a outras narrativas sobre o passado brasileiro e outras formas de se pensar a nacionalidade. Como parte do Simpósio “Revisitando os descobrimentos: práticas, espaços e lugares das comemorações”²⁸, organizado pelos membros do Programa de Estudos Pós-Graduados e o Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), foi organizada em 7 de novembro de 1999 a mesa-redonda intitulada “Brasil 500 Anos – resistência indígena, negra e popular”, sob a coordenação de Laymert Garcia dos Santos, sociólogo da Universidade de Campinas (UNICAMP), e contou com a participação de Egidio Brunetto, então coordenador de relações internacionais do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), e Gilberto Leal, membro da Coordenação das Entidades Negras (CONEN). Nesse debate, os membros do MST e da CONEN abordaram as perspectivas de seus respectivos movimentos sobre a história do Brasil, bem como apresentaram os projetos de mobilização articulados em torno do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular para se contrapor às comemorações oficiais do chamado descobrimento do Brasil (SANTOS; BRUNETTO; LEAL, 1999). Por sua vez, Santos comentou a inscrição da resistência no movimento histórico a partir das falas de

²⁸ A proposta do Simpósio “Revisitando os descobrimentos: práticas, espaços e lugares das comemorações” visava, a partir da integração dos campos da filosofia e dos saberes da humanidade com as práticas e experiências dos movimentos sociais, “refletir e problematizar os significados sociais das comemorações neste e em outros momentos históricos, sempre entendidas e manipuladas como espaço privilegiado de afirmação da dominação” (FENELON; CRUZ; KHOURY, 2000: 8). No Simpósio foram promovidas mesas-redondas, conferências e oficinas de ensino, nos anos de 1999 e 2000, que seriam transcritas e publicadas na edição de número 20 da revista Projeto História sob o título “Sentidos da Comemoração”. Entre as conferências destacam-se: “O que comemorar?”, proferida por Marilena Chauí e publicada como ensaio na revista do projeto; e “Paisagem de História: A Devoração dos 500 Anos” proferida pelo antropólogo Antonio Augusto Arantes, abordando os impactos da construção do Museu Aberto do Descobrimento na região do extremo-sul do litoral baiano, também transcrita e publicada na revista do projeto.

Leal e Brunetto, destacando que, em meio ao cenário da modernidade globalizada contemporânea, com seus múltiplos processos e práticas de marginalização e exclusão de camponeses pobres, indígenas e negros, o Movimento parte da atitude desses grupos e sujeitos descartados pelo capitalismo global de reafirmarem seu pertencimento ao continente americano, como território e comunidade, regatando o passado e projetando a resistência no futuro (idem).

1.5 Dispositivos de subjetivação e colonialidade do saber-poder

Buscamos, ao longo desse capítulo, analisar as comemorações oficiais dos 500 anos do chamado “descobrimento” do Brasil, apresentando os principais agentes e instituições envolvidos nas festividades, os discursos e saberes ativados, os ritos, cerimônias e eventos encenados, bem como os espaços públicos reelaborados e organizados no contexto da efeméride. Entendemos que, diante dessa diversidade de práticas discursivas e não-discursivas orientadas para a reconstrução do passado brasileiro e reafirmação da nacionalidade, do ser-brasileiro, a noção de *dispositivo*, como trabalhada por Michel Foucault, nos oferece um caminho para discutirmos os sentidos, as representações e saberes históricos ativados pelo Estado e pelos grupos de mídia e empresários associados à celebração dos 500 anos. Para isso, partimos do conceito de dispositivo que é definido por Foucault como

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (...) Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar ou mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções que também podem ser muito diferentes. (...) entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante” (2000: 138-139).

Essa noção de dispositivo nos permite compreender as práticas discursivas e não-discursivas em meio às relações de poder, às táticas e estratégias de definição do mundo social e de produção das subjetividades, segundo certa urgência, certo imperativo

histórico. Como bem coloca Crisoston Vilas Boas (2002), o estudo de Foucault sobre os dispositivos lança luz sobre a forma como o poder, por meio de sua relação mutuamente constitutiva com o saber, se capilariza por todo o tecido social, sem emanar unilateralmente de uma instância em particular. No entanto, não se trata de dizer que não há instâncias privilegiadas de exercício do poder; mas sim de uma abordagem interessada em, a partir da descrição de uma rede de dispositivos, localizar o poder enquanto relação de força sujeita a manobras, táticas, técnicas e funcionalidades específicas, capazes de orientar, modelar e determinar as agências dos sujeitos no nível micro dos gestos, dos modos de falar, de ser e de estar na sociedade (VILAS BOAS, 2002: 78).

Nessa perspectiva, as comemorações dos 500 anos do chamado “descobrimento” do Brasil podem ser entendidas como dispositivos capazes de distribuir o visível e o dizível sobre o passado do país, ao estabelecer sentidos que definem o dia 22 de abril de 1500 e o “encontro” entre as caravelas portuguesas e canoas indígenas, no cenário idílico da costa do extremo-sul da Bahia, como evento “fundador da nacionalidade”. Importante salientar que não fazia parte do projeto dos navegadores portugueses fundar uma nação naquele dia ou que eventualmente já tivessem conhecimento da existência daquele território no Atlântico. Além disso, tais comemorações não demonstravam interesse em discutir a natureza dos primeiros contatos. Diante do imperativo de prover uma nacionalidade harmônica, sustentada pela tolerância à diversidade étnico-racial, bem como pela hegemonia de homens “brancos europeus, de fala portuguesa e fé em Cristo”, os feixes de luz recaíram sobre performances, imagens e enunciados conciliadores, que pressupõe a natureza cordial, a “capacidade integradora da civilização que fundamos”, como disse FHC o então Presidente da República. Nesse sentido, as comemorações oficiais revitalizaram discursos e práticas estratificados no imaginário nacional – a democracia racial, a cordialidade de um povo, a natureza exuberante – que promovem e legitimam relações étnico-raciais profundamente desiguais e sistemas de hierarquização e subalternização historicamente construídos e socialmente impostos. Nessa perspectiva, as celebrações dos 500 anos também podem ser entendidas como dispositivos de *colonialidade*. A noção de colonialidade, nos termos de Aníbal Quijano, refere-se a um padrão de poder que se inaugura com a conquista e colonização da América e opera, fundamentalmente, por meio da

Classificação da população mundial segundo a ideia de raça [...], em “europeus” ou “brancos” e “não-europeus” (“índios”, “negros, etc.) e “mestiços”, como o marco e o piso da distribuição das gentes em torno

das relações de poder, combinando-as com as relações em torno do trabalho, segundo as cambiantes necessidades do capital, em cada contexto (momento e lugar) histórico (2014: 611, tradução nossa)²⁹.

Embora esse padrão de poder tenha emergido como resultado do colonialismo moderno, entendido como relação formal de dominação política e econômica entre povos e nações, Nelson Maldonado-Torres (2008) argumenta que a colonialidade se preserva em sua condição de relação de poder, mesmo em contextos pós-coloniais, orientando e articulando as diferentes formas de trabalho, conhecimento, autoridade política e relações intersubjetivas. Como bem explica o autor,

(...) a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se relaciona à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da idéia de raça. Assim, apesar do colonialismo preceder a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. Ela se mantém viva em textos didáticos, nos critérios para o bom trabalho acadêmico, na cultura, no sentido comum, na auto-imagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em muitos outros aspectos de nossa experiência moderna. Neste sentido, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente” (MALDONADO-TORRES, 2007: 131).

Desse modo, a colonialidade preserva sua vitalidade, em virtude de sua dimensão multifacetada, o caráter heterogêneo das redes de dispositivos que se capilarizam por todo o tecido social através das articulações entre: a *colonialidade do poder*, classificação social básica da humanidade segundo a ideia de raça, hierarquizando corpos e subjetividades para a produção de riquezas destinados ao mercado capitalista mundial (QUIJANO, 2014a); *colonialidade do saber*, impondo a universalidade da episteme europeia/ocidental, e a marginalização e invisibilização dos saberes produzidos nas regiões periféricas/colonizadas do globo (LANDER, 2005); e a *colonialidade do ser*, os efeitos do padrão de poder colonial sobre as experiências vividas por sujeitos racializados/colonizados, ou seja, a dimensão ontológica da colonialidade que torna a maior parte da população mundial invisível, subalterna, nos termos de Frantz Fanon, “condenados da terra” (MALDONADO-TORRES, 2008).

²⁹ “[...] clasificación de la población del mundo según la idea de ‘raza’ [...], em ‘europeos’ o ‘blancos’ y ‘no-europeos’ (‘indios’, negros, etc.) y ‘mestizos’, como el marco el piso de distribución de las gentes em torno de las relaciones de poder, combinándola con las relaciones em torno del trabajo, según las cambiantes necesidades del capital, en cada contexto (momento y lugar) histórico”.

Como dimensão da colonialidade do saber, propomos refletir ainda sobre a *colonialidade da história* como dispositivo de saber-poder que atende a função de gerir as memórias, os imaginários e saberes sobre o passado. Na condição de dispositivos discursivos, a colonialidade da história opera, portanto, como técnicas que asseguram *regimes de verdade*, métodos de análise e interpretações dos fenômenos históricos, segundo certo devir progressivo, linear e eurocentrado, cujo sentido emana primordialmente dos processos históricos posicionados no Estado e na economia capitalista. Além disso, carrega procedimentos de interdição, encobrimento, apagando a persistência histórica das matrizes coloniais e suas dimensões constitutivas das relações assimétricas de poder no contexto latino-americano, bem como hierarquizando e marginalizando narrativas, representações e saberes “outros” elaborados pelos sujeitos colonizados, tidos como míticos³⁰, primitivos, irracionais, a-históricos ou não-científicos. Por fim, a colonialidade da história se assenta em uma função que aponta para a racialização de sujeitos e povos como elemento significante do devir histórico, ao mesmo tempo que recusa a historicidade conflitiva das relações étnico-raciais por meio de leituras conciliadoras e eufemísticas que exaltam uma miscigenação sustentada na chave da harmonia, dos mitos da democracia racial, do “encontro de dois mundos”.

Entendemos, portanto, que os sentidos sobre o passado do Brasil difundidos pelas comemorações oficiais constituem dispositivos de *colonialidade da história*, reforçando e legitimando desigualdades e processos de subalternização das populações indígenas, negras e setores populares. Dessa forma, invisibilizam as experiências, memórias, epistemes e saberes históricos de sujeitos colonizados no passado. Na condição de meros figurantes de um processo histórico protagonizado por homens brancos/europeus, o lugar projetado para esses grupos nas comemorações oficiais não passava da de espectadores ou telespectadores, quando, no máximo, assumiam algum papel folclórico que resumia as suas diferenças culturais, a meros estereótipos e caricaturas.

Talvez, o caso que melhor represente as relações entre saber/poder dos dispositivos que orientaram as comemorações dos 500 anos seja o conjunto de obras elaborados na chamada “Costa do Descobrimento”. Tomando por referência discursos e

³⁰ Como bem pontuou Susane Rodrigues de Oliveira (2006: 40), hierarquizações e concepções dualistas entre mito e história perpassam a ciência moderna, com seus enquadramentos evolucionistas, eurocêtricos e androcêtricos. Deste modo, “discursos de outros povos localizados em diferentes épocas e lugares, especialmente aqueles discursos reveladores de outras possibilidades de existência para homens e mulheres em sociedade foram assim concebidos como a-históricos, míticos, ilusórios, primitivos e irracionais” (idem).

documentos históricos que representaram, em uma relação reflexiva, o extremo-sul da Bahia como marco geográfico do desembarque das caravelas comandadas por Cabral, os agentes do governo federal e do governo baiano, em parceria com setores do empresariado dos ramos imobiliário e turístico, desenvolveram uma série de ações para “revitalizar” a área, preservando sua “natureza exuberante”, construindo monumentos e museus em alusão à chegada de portugueses em 1500, integrando os povos indígenas Pataxó como resquícios arqueológicos do período do “descobrimento”. Nesse sentido, a concepção de história promovida pelas comemorações oficiais não só transformava a região em *commodity* para o mercado imobiliário e turístico, mas também legitimava o avanço das obras do governo brasileiro sobre a Terra Indígena Coroa Vermelha, impondo outros sentidos à territorialidade e à memória dos Pataxó.

As comemorações oficiais do descobrimento do Brasil aparecem assim conectadas a uma *colonialidade do saber-poder* característica do capitalismo global que encontra fundamento na reprodução de histórias, saberes, memórias, identidades e hierarquias instituídas em tempos coloniais. A história e memória mobilizados pelas comemorações oficiais dos 500 anos, promovidas por empresários e um governo neoliberal, funcionaram como *dispositivos* de colonialidade do saber-poder, ou seja, como estratégias de promoção de um conhecimento histórico que buscaram reforçar um padrão de poder que emergiu como resultado da colonização do Brasil. A colonialidade da história que se manifesta na exaltação do colonialismo e, especialmente, dos sujeitos colonizadores portugueses como heróis, responsáveis pela formação da civilização e modernidade, implica, portanto, em processos de subjetivação (de produção de sujeitos) ao conferir identidades, posicionamentos e importância a indígenas, negros e brancos/colonizadores na formação da nação brasileira. Nesse caso, os dispositivos de memória postos em ação nas comemorações oficiais constituem “técnicas de governo” (FOUCAULT, 2000) que operam também na produção de subjetividades históricas baseadas em princípios eurocêntricos – hierárquicos e racistas – desencadeadas no processo de colonização, reforçando e mantendo a colonialidade do poder no tempo presente.

CAPÍTULO 2

Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular

2.1 Campanha Continental

O dia 12 de outubro de 1992, data em que se completava 500 anos da viagem de Cristóvão Colombo às Américas, já havia provocado intensos debates na América Latina. Por um lado, os discursos oficiais das comemorações do “V Centenário da América” se fundamentavam nas ideias de “Descobrimento da América” e de “Encontro de Dois Mundos”, propondo uma imagem globalizadora da humanidade. Por outro, as críticas de historiadores apontavam o caráter eurocêntrico das perspectivas históricas adotadas pelas comemorações oficiais, e para o silenciamento e encobrimento de experiências históricas, memórias e vozes das populações que foram submetidas ao colonialismo europeu. Movimentos sociais e camadas historicamente marginalizadas das sociedades latino-americanas também aproveitaram a ocasião para contestar as leituras oficiais dos 500 anos e reivindicar o reconhecimento e valorização de suas versões da história, bem como de suas memórias, experiências e protagonismo histórico na América. Desse modo, se empenharam em reuniões e debates, bem como em marchas e protestos nas ruas de diferentes cidades do continente americano.

Dentre os segmentos que se mobilizaram em oposição ao discurso oficial do V Centenário do “Encontro de Dois Mundos”, a articulação que ficou conhecida como *Campanha Continental 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular* deixou um legado que serviria de referência à mobilização brasileira em contestação às comemorações dos chamados 500 anos do “Descobrimento do Brasil”. Reunindo organizações de movimentos sociais, dispersos geograficamente e diferenciados quanto a trajetórias e demandas, a articulação da Campanha Continental atuou de forma descentralizada, a partir de comitês nacionais e regionais, valorizando diferentes metodologias e perspectivas, mas buscando preservar certa linha de ação comum definidos nos encontros continentais realizados entre os anos de 1989 e 1992 (BRINGEL; GONZÁLEZ, 2014: 329).

As atividades da Campanha Continental não podem ser pensadas como um trajeto já dado, pronto e acabado. Trata-se de um processo de debates, reflexões e negociações no qual os diversos atores foram capazes de elaborar uma frente plural de ativismo

político, que permaneceu como legado para posteriores processos de organização política e consolidação de alianças continentais (RUBBO, 2015). Nesse sentido, Rubbo entende que a Campanha conseguiu ir além da contestação às comemorações oficiais, pois

avançou nas discussões sobre criar projetos alternativos para a crise econômica inflacionária em que os países latino-americanos estavam atolados desde a década de 1980, iniciou debates para criticar os efeitos da mundialização da economia e do modelo neoliberal, deu ênfase ao tema da cultura a partir da ótica da diversidade. Além de propor uma nova concepção de unidade e integração continental, fundada na soberania e na autodeterminação da América Latina, na recuperação da solidariedade internacionalista dos povos (2015: 197).

De acordo com Martha Rodríguez (1991: 80), as mobilizações em torno das discussões sobre os significados dos 500 anos do chamado “descobrimento da América” se iniciam com as articulações entre diversas organizações indígenas, campesinas e populares, tendo por destaque o lançamento da Campanha de 500 Anos de Resistência Indígena pela Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), em 1988, e o lançamento da Campanha de Autodescobrimento de nossa América pela Organização Nacional Indígena da Colômbia (ONIC). Esses esforços convergiram para a realização do I Encontro Latino-Americano de Organizações Campesino-Indígenas, na cidade de Bogotá (Colômbia), entre os dias 7 e 12 de outubro de 1989. Cabe destacar do documento de convocação desse encontro, intitulado *Campaña Continental Por El Auto Descubrimiento de Nuestra America*, o seguinte trecho que enfatiza muito bem as relações entre colonialismo, capitalismo e racismo, bem como a importância das lutas históricas contra a exploração:

(...) alentados por este espírito de resistência e da justa rebeldia que, de geração em geração, temos herdado até nossos dias, queremos impulsionar um vasto movimento popular de AUTO DESCOBRIMENTO DE NOSSA AMÉRICA que nos projete para o futuro para conquistar uma verdadeira independência. (...) A sorte de nossos povos não mudou com o fim do regime colonial e o surgimento dos estados nacionais; com os quais, pelo contrário foi selado a fragmentação política do nosso continente. E, sob formas diferentes, seguiu vigente o sistema capitalista; sistema que originou o colonialismo, e que para impor-se e crescer necessita de nutrir-se da exploração do homem pelo homem, do saque da natureza, do genocídio e do racismo. (...) para cumprir com essa grande tarefa histórica, nos propomos a levantar alternativas pluralistas e democráticas à situação de opressão e exploração que padecemos sobre as bases das formas de organização comunal que nos tem legado nossos antepassados. Não estamos contra um encontro histórico entre culturas, com um sentido de respeito mútuo e igualdade; mas sim estamos contra a imposição de uma cultura sobre outra, sob o amparo do poder econômico e militar

(500 AÑOS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA INDÍGENA, 1992: 278-297. Tradução nossa).

Do I Encontro Latino-Americano de Organizações Campesino-Indígena, participaram 72 representantes de comunidades e organizações indígenas e camponesas de 17 países da América Latina e do Caribe, dividindo-se em comissões que discutiram as seguintes temáticas: “500 anos de exploração e dominação”; “Terra, territórios e recursos naturais”; “Cultura e autodescobrimento”; “Mulher e autodescobrimento” (CAMPANHA DE RESISTENCIA INDIGENA, NEGRA Y POPULAR, 1989). Segundo Araceli Burguete (2014), no I Encontro, as disputas em torno da definição de qual seria a ênfase assumida pela Campanha expuseram certas tensões entre as correntes compostas pelas organizações indígenas, e as correntes vinculadas às organizações camponesas, que entendiam as primeiras como mero setorial das lutas “populares”. Por fim, foi redefinido o nome da mobilização para Campanha “500 anos de Resistência Indígena e Popular”, que publicou a *Declaración de Bogotá* como resolução do Encontro, onde se afirmava que:

(...) os poderosos de hoje nos falam do “Encontro de dois Mundos”, e sob este manto pretendem celebrar a usurpação e o genocídio. Não, nós não vamos celebrar, vamos sim impulsionar nossas lutas para pôr fim a estes 500 anos de opressão e discriminação e caminhar em direção à construção de uma nova sociedade, democrática, solidária e respeitosa da diversidade cultural, que se conhece nos interesses e aspirações populares. Vamos multiplicar nossas lutas para recuperar nossas terras, territórios e recursos naturais, nossas expressões culturais e científicas, nosso direito a viver em harmonia com a natureza; por fim, nossa identidade como nações multiétnicas e pluriculturais. (...) Para avançar nesta direção, chamamos a todos os explorados e oprimidos da América a participar na Campanha de 500 Anos de Resistência Indígena e Popular, para iniciar conjuntamente um sério e profundo processo de reflexão sobre o significado dos 500 anos, como modo de recuperar nossa identidade e passado histórico, pois *a memória dos povos é uma fonte de inspiração permanente das lutas de emancipação e libertação* (CAMPANÑA DE LOS 500 ANOS DE RESISTENCIA INDÍGENA Y POPULAR, 1992: 286-287. Grifos nossos. Tradução nossa.).

Esta declaração coloca em evidência a importância da memória histórica no reconhecimento e legitimação das identidades e lutas indígenas e populares pelo fim das relações opressoras e discriminatórias que se perpetuam desde a colonização da América. As comemorações dos 500 anos do “encontro de dois mundos” são assim interpretadas nesse discurso como resultado de um posicionamento histórico-político que tende a ocultar a face de usurpação, genocídio e de imposição de uma cultura sobre outras, de

aspectos desencadeados com a conquista e colonização da América. Tais comemorações perpetuam símbolos, valores e modelos de subjetivação que continuam a reforçar e legitimar uma ordem política, econômica, epistêmica e social racista, patriarcal, eurocêntrica e capitalista, que tem suas origens com a chegada dos conquistadores e colonizadores europeus na América. O discurso da Campanha revela assim uma resistência possível e continua desde 1492 e que as comemorações oficiais tenderam a ocultar. Tal ocultamento revela, portanto, a colonialidade do saber/história intrínseca às comemorações.

Como parte das atividades da Campanha, a CONAIE, a ONIC e o Centro pelos Direitos Indígenas da Mesoamérica e América do Sul (SAIIC) convocaram o I Encontro Continental de Povos Indígenas, na cidade de Quito, Equador, entre os dias 17 e 21 de julho de 1990, com a participação de 120 representantes de “Nações Indígenas, Organizações internacionais e Organizações Fraternas” (PRIMER ENCUENTRO CONTINENTAL DE PUEBLOS INDIOS, 1990). Reafirmando os compromissos e objetivos da Campanha Continental, os trabalhos desse Encontro foram divididos em oito comissões que abordaram as seguintes temáticas: “Os Povos Indígenas Ante o V Centenário”; “Autodeterminação e Projeto Político”; “Educação, Cultura e Religião”; “Organização Indígena, Coordenação e Comunicação”; “A Mulher Indígena”; “Território e Recursos Naturais”; “Legislação Indígena”; e “Direitos Humanos e Presos Políticos Indígenas” (PRIMER ENCUENTRO CONTINENTAL DE PUEBLOS INDIOS, 1990).

De acordo com Michele Dolcetti (2015: 79), o Encontro de Quito se tornou referência de articulação continental para as experiências posteriores de organização de cúpulas e conferências indígenas, no sentido que passou a ser tratada como marco de uma “forma de organização específica e diferenciada (...) mais próxima às bases e às diversas forças sociais domésticas”. Como resolução do Encontro, a *Declaración de Quito* tem como um de seus temas de destaque a busca pela “recuperação das formas ancestrais de organização” dos povos indígenas como forma de efetivar uma “coordenação continental que nos sirva de intercâmbio e conhecimento dos problemas que nos afetam, buscando mecanismos concretos de comunicação e efetivando a criação de aparatos burocráticos” (PRIMER ENCUENTRO CONTINENTAL DE PUEBLOS INDIOS, 1990).

O II Encontro Continental foi realizado, entre os dias 7 e 12 de outubro de 1991, na cidade de Quetzaltenango, na Guatemala, marcando a inserção das entidades dos movimentos negros na Campanha que se consolidaria, a partir de então, com o nome de “500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular”. Participaram 250 representantes de

28 organizações da América Latina e Caribe nos debates que abordaram questões conjunturais e que definiram um programa mínimo para a Campanha até outubro de 1992, quando se realizaria, na Nicarágua, seu último evento (RUBBO, 2015: 195). Nesse Encontro lançou-se ainda a candidatura de Rigoberta Menchú, liderança do povo Quiché da Guatemala, ao Prêmio Nobel da Paz. Por fim, foi publicada a *Declaración de Xelajú*, apresentando os seguintes objetivos da Campanha:

Objetivo geral

Consolidar os processos de unidade indígena e popular e demais setores envolvidos na campanha, sobre a base do reconhecimento e respeito à diversidade, como elemento indispensável para contribuir para as transformações econômicas, sociais e políticas da sociedade.

Objetivos específicos

- Aprofundar a reflexão histórica, a investigação e a sistematização das experiências para o intercâmbio.
- Criar projetos e programas alternativos de caráter econômico e de autogestão, tendo como base a defesa da vida de nossos povos.
- Impulsionar políticas culturais, que permitam a recuperação e a valorização da diversidade de culturas de nosso Continente.
- Continuar o fortalecimento de nossas organizações e Comitês nacionais, tomando como base os princípios, valores morais e experiências de autogoverno das comunidades.
- Levantar a mais ampla solidariedade com os processos de luta de nossos povos, defesa da revolução cubana, apoio aos processos de diálogo pela paz, pela luta contra a impunidade e pela desmilitarização.
- Realizar a mobilização geral e coordenada no continente com a presença viva de povos indígenas e organizações populares (CAMPAÑA CONTINENTAL 500 AÑOS DE RESISTENCIA INDIGENA, NEGRA E POPULAR, 1992).

Em artigo publicado na edição do período de outubro a dezembro de 1991 da *Chasqui Revista Latinoamericana de Comunicación*, Martha Rodríguez destaca que as atividades da campanha se concentravam na realização de encontros, seminários e fóruns, e na divulgação de materiais escritos (boletins e folhetos informativos, folhetos e cartazes), radiofônicos e audiovisuais elaborados pelas Comissões Nacionais, enfrentando dificuldades decorrentes da falta de recursos financeiros. Os trabalhos desenvolvidos pelas organizações de movimentos sociais junto as suas respectivas bases, como seminários e oficinas, acabaram sendo as principais ferramentas para a reflexão sobre os sentidos dos 500 anos de resistência e sobre os objetivos, propostas e estratégias durante o período da Campanha (RODRÍGUEZ, 1991).

Realizado entre os dias 7 e 12 de outubro de 1992, em Manágua, Nicarágua, o III Encontro Continental contou com a maior representatividade de movimentos sociais do

continente americano da Campanha, sendo 688 representantes de organizações de 26 países. Como último momento da Campanha, o III Encontro teve como destaque o lançamento do Movimento Continental Indígena, Negro e Popular com o objetivo de dar prosseguimento aos debates e as articulações construídas em torno das contestações às comemorações oficiais do chamado “descobrimento” (BRINGEL; GONZÁLEZ, 2011). Segundo o documento do encontro, a *Declaración de Manágua*, o Movimento teria como referência o lema “unidade na diversidade”, sendo seus objetivos:

- 1) Estimular e aprofundar o processo unitário de todos os povos em resistência, respeitando sua diversidade.
- 2) Continuar o processo histórico de recuperação de nossa memória histórica como elemento fundamental para a reafirmação e desenvolvimento de nossa identidade, enfrentando a ofensiva ideológica neoliberal e, por consequência, lutando pela plena democratização de nossas sociedades com garantia de pluralidade étnica e cultural.
- 3) Implementar propostas alternativas à política neoliberal, que garantam a equidade social e preservem o equilíbrio ambiental, assegurando o protagonismo dos diferentes setores representados e envolvidos no movimento.
- 4) Seguir lutando pelo reconhecimento da autonomia e autodeterminação das nações e dos povos indígenas, e o caráter multinacional e pluricultural de nossos estados e nações; porque se respeite a soberania nacional nas relações entre os estados.
- 5) Consolidar a coordenação setorial, nacional, regional e continental sobre a base de planos de ação concretos, uma maior representatividade dos setores e uma ampla participação das bases, garantindo a integração e participação igualitária da mulher (MOVIMIENTO CONTINENTAL INDÍGENA, NEGRO E POPULAR, 1991: 185-186).

A *Declaración de Manágua* expõe ainda as reivindicações do III Encontro e uma lista de eventos a serem realizados pelo Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular, dentre os quais cabe destacar o Congresso Continental dos Povos Negros da América que seria realizado na cidade de São Paulo, entre os dias 21 e 25 de novembro, sob a liderança da Coordenação Nacional das Entidades Negras, marcando o primeiro momento da Campanha no Brasil (BOLETIM INFORMATIVO I CONGRESSO CONTINENTAL DOS POVOS NEGROS DAS AMÉRICAS, 1995). Outro ponto relevante do documento de Manágua é o uso da expressão de origem indígena Kuna “Abya Yala” para se referir ao continente, em substituição à palavra “América” de origem colonial. Trata-se de uma expressão que desde então vem sendo usada em discursos e

práticas decoloniais na América Latina que buscam recuperar os saberes dos povos originários.

Breno Bringel e Maria Almudena Cabezas González (2011) destacam que, embora a articulação mantida após o Encontro de Manágua não se configurasse exatamente como um “movimento”, a utilização do termo não deixa de ser relevante para caracterizar uma forma de ativismo político que não se restringiu à Campanha ou a iniciativas pontuais, aproximando canais de comunicação entre diversos movimentos sociais da região. Essa convergência entre setores subalternizados do continente sob o lema da “unidade na diversidade” marcou, assim, uma reconfiguração das esquerdas latino-americanas, pois novos atores emergiam na cena política reivindicando autonomia e protagonismo, antes diluídos em virtude da mediação de suas agendas por sindicatos, partidos e outras instituições tradicionais do campo progressista. Nas palavras dos autores, se abriu um

cenário de convergências e solidariedades no espaço regional distinto do anterior, porque a ênfase deixa de estar na captação de filiados e na criação de estruturas de coordenação, para concentra-se nos mecanismos e dinâmicas que permitam uma interação fluída entre diferentes movimentos e organizações, com uma articulação flexível e regional (BRINGEL; GONZÁLEZ, 2011: 330).

Por sua vez, Maria Elena Torres e Peter Rosset (2012) identificam a Campanha Continental como parte das lutas sociais pela “democratização da sociedade em seu conjunto”, no sentido de elaboração de outras práticas culturais capazes de questionar as relações de poder desiguais e excludentes impostas há 500 anos nas sociedades latino-americanas. Nesse sentido, valorizando o ponto de vista dos “oprimidos” em oposição às perspectivas oficiais ou dominantes, a Campanha ajudou a construir “um projeto profundo de construção de novas identidades coletiva e de unidade que teve como eixo ‘o direito dos povos à autodeterminação e o fortalecimento dos povos oprimidos’” (TORRES; ROSSET, 2012: 30).

No mês de outubro de 1992, enquanto acontecia o último III Encontro Continental em Manágua, protestos e marchas também tomavam os espaços públicos³¹ em diversos países da América Latina e do Caribe, liderados por comitês nacionais da Campanha Continental de Resistência Indígena, Negra e Popular, e por outras organizações indígenas e populares locais. A diversidade de localidades e grupos envolvidos nos

³¹ Sandra Rodríguez identificou, em seu artigo *Conmemoraciones del claro y quinto centenario del “12 de octubre de 1492”*, protestos realizados, tendo por referência a data de 12 de outubro de 1992, na América Central e nos seguintes países: Bolívia, México, Peru, Equador e Colômbia.

protestos torna inviável um mapeamento dos atos de contestação às comemorações oficiais do V Centenário do chamado “descobrimento da América” no âmbito de nossa pesquisa. No entanto, vale pontuar que, segundo Sandra Rodríguez (2011), as mobilizações tinham entre suas principais características a crítica à noção de raça, enfatizando seus efeitos de subalternização de povos e culturas, e a homenagem a importantes personagens históricos das resistências indígenas.

A despeito de os governantes brasileiros terem apresentado pouco ou quase nenhum interesse em participar dos debates em torno do quinto centenário da viagem de Colombo às Américas, algumas entidades e organizações de movimentos sociais que fizeram parte do movimento de contestação às comemorações dos 500 anos no Brasil. Dentre eles a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Coordenação Nacional das Entidades Negras (CONEN) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que se engajaram na Campanha Continental 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular.

2.2 Objetivos, sujeitos e organização do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular

Os debates sobre a realização de atos contrários às comemorações oficiais dos 500 anos do chamado “descobrimento do Brasil” se intensificaram a partir de 1998. No mês de maio daquele ano, durante a VI Assembleia Geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), as lideranças indígenas e entidades de apoio participantes iniciaram a formulação de um projeto para marcar posicionamento contrário às comemorações dos 500 anos de uma “história de sofrimento, de violência e usurpação” (VI ASSEMBLÉIA GERAL DA COIAB DE 18 A 22 DE MAIO DE 1998, 1998: 23). Entendiam que, para os povos indígenas, o V Centenário do chamado descobrimento deveria ser usado como oportunidade para:

- organizar um encontro de lideranças indígenas, conjuntamente com o CAPOIB no estado da Bahia (Porto Seguro), primeiro local de desembarque dos colonizadores;
- elaborar diversos materiais de informação que revelam a verdadeira história dos povos indígenas e de sua luta;
- articular-se para a efetiva conclusão do processo de demarcação dos territórios indígenas (VI ASSEMBLÉIA GERAL DA COIAB DE 18 A 22 DE MAIO DE 1998, 1998: 23).

Em agosto de 1998, durante o encontro *Momento Nacional da 3ª Semana Social Brasileira* promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o

Conselho Indígena Missionário (CIMI), o Grupo de Trabalho Missionário Evangélico (GTME) e a Central de Movimentos Populares (CMP) convergiram no sentido de elaborar uma proposta de “contra-comemoração” denominada “campanha Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular” que contestaria a “leitura colonialista, oficialista, triunfalista e elitista daquele momento histórico”, por meio da realização de um conjunto de atividades (atos públicos, culto ecumênico, marcha e show popular), em abril de 2000, na região de Porto Seguro (3ª SEMANA SOCIAL BRASILEIRA, 1998 apud MALDOS, 2000: 2).

Em entrevista coletiva realizada em Brasília no dia 22 de outubro do mesmo ano, representando o Conselho dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (CAPOIB), Sebastião Manchinery, Maurício Guarani, Antonio Pessoa Gomes Potyguara (Caboquinho), Jerônimo Makuxi, Cláudio Mura e Dourado Tapeba anunciaram o projeto de realização da Conferência Indígena 2000, um amplo encontro no qual lideranças indígenas de todo o país debateriam sobre os significados dos 500 anos de acordo com suas perspectivas, bem como “as propostas alternativas nas áreas de saúde, educação, atividades econômicas e terra e os sistemas jurídicos nacional e internacional relacionados a estes povos” (CAPOIB..., 1998: 4). Além de posicionarem o projeto da Conferência Indígena 2000, que já vinha sendo gestado pela COIAB como vimos anteriormente, junto à articulação da Campanha Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular; as lideranças reunidas na capital federal apresentaram seus planos para a formação de alianças com setores da sociedade brasileira e da comunidade internacional, visando acelerar o processo de demarcação de seus territórios e a aprovação no Congresso Nacional do projeto de lei do Estatuto dos Povos e Organizações Indígenas e da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que regulamentaria os direitos indígenas em âmbito internacional (idem).

Por sua vez, no dia 23 de outubro também de 1998, foi realizada a primeira reunião da Campanha Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular na cidade de São Paulo, contando com a participação de representantes de CAPOIB, CIMI, CNBB, GTME, CMP, Conselho de Missão entre Índios (COMIN), MST, CONEN, Instituto de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (CEPIS). Ficou decidido que as entidades envolvidas se comprometeriam em promover a temática do quinto centenário em seu próprio calendário de atividades (debates em escolas, mobilizações e marchas cívicas); bem como a realizar o “momento nacional” de lançamento da Campanha no mês de abril de 1999, enfatizando “as lutas da

sociedade brasileira e dos segmentos formadores da identidade nacional, após 500 anos de colonização” (VASCO, 1998b: 4).

As Reuniões Nacionais da Campanha ou Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular foram realizadas entre os anos de 1998 e 1999, marcando o processo pelo qual as entidades de movimentos sociais refletiram sobre os conceitos e as concepções, e debateriam as propostas e objetivos, definindo o slogan “Brasil: Outros 500” para o movimento. Além disso, elaboraram coletivamente o planejamento dos atos públicos e os documentos a serem publicados. Nesses encontros, ocorreria também a incorporação de diversas outras entidades, definindo a condição plural da articulação que se desenvolveu com a participação de: setores progressistas da Igreja Católica, organizações indígenas, movimentos negros e movimentos de mulheres negras, movimentos camponeses, movimentos sindicais, movimentos anarquistas e anarcopunks, partidos políticos, movimento estudantil e associações e grupos vinculados às universidades.

Segundo Paulino Montejo, em análise sobre a V Reunião Nacional, a articulação em torno do projeto de contestação às comemorações oficiais buscava, a partir do legado da Campanha Continental de 1989 a 1992, promover a reflexão sobre a história dos 500 anos de invasão europeia e as consequências do colonialismo, retomar a memória histórica dos povos indígenas, negros e setores populares enquanto arcabouço da identidade nacional; e, sobretudo, consolidar-se enquanto Movimento de caráter “amplo, pluralista, multiétnico, anti-colonial, anti-imperialista, solidário, democrático, contra todas as formas de exploração, racismo e discriminação” (1999: 1). Nesse sentido, discutiu-se nas reuniões realizadas entre os anos de 1998 e 1999 sobre a necessidade de ir além da revisão histórica, da denúncia das violências coloniais, as invasões, os extermínios e a escravidão. Enfatizando também a importância de elaborar um “projeto popular” para o país, a ampla articulação de entidades de movimentos sociais buscava se tornar o eixo do processo de construção do Brasil dos “Outros 500”, capaz de enfrentar o neoliberalismo, identificado com o Governo FHC, e superar o modelo de sociedade racista e colonialista forjado a partir da chegada dos primeiros europeus em territórios hoje brasileiros. O relatório da V Reunião Nacional do Movimento apresentou, por sua vez, a Concepção Nacional da Campanha nos seguintes termos:

- a) Reafirmação do Histórico do Movimento mantendo a linha política que vem sendo desenvolvida desde as reflexões dos 500 anos da América.

- b) Estabelecer um eixo de luta anti-racista para o Movimento Brasil Outros 500, construindo referenciais de valorização dos povos indígenas e da população negra na história de construção da sociedade brasileira.
- c) Defender a construção de um projeto de poder democrático, popular e voltado para a superação do quadro de exclusão social.
- d) Que este Comitê consolide-se como movimento permanente unificador das organizações de caráter popular e partidos deste mesmo campo, estabelecendo em sua agenda de atuação ações que devem ir além da realização da marcha do dia 22/abril/2000.
- e) O movimento deve contrapor-se ao projeto neoliberal que oprime o povo brasileiro e assumir a defesa da soberania do país.
- f) Inclui o fora “FHC” enquanto bandeiras da campanha, combatendo este modelo de poder antipopular que sempre prevaleceu em nossa sociedade (CAMPANHA NACIONAL BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 1999b: 5).

Desse modo, a crítica às comemorações oficiais dos 500 anos com a reafirmação da história de luta dos grupos sociais reunidos nesse movimento ganha também contornos políticos, propositivos e reivindicatórios, pautados no respeito à diversidade, diante de um governo neoliberal. Com o objetivo de intensificar o engajamento da população na Campanha de contestação às comemorações oficiais, o Movimento buscou dividir-se em fóruns e comitês locais, de nível municipal, estadual e regional, sob a orientação da Secretaria Nacional Brasil: Outros 500, instalada em Salvador, e da Coordenação Nacional³², composta por entidades de abrangência nacional (CAMPANHA NACIONAL BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 1999b). Essa proposta também parecia retomar os processos organizativos da Campanha Continental, na busca pela manutenção de um arranjo capaz de orientar certa unidade no discurso, sem que isso afetasse a autonomia dos processos locais de cada organização social. Como exposto no documento relativo à programação da V Reunião Nacional³³

³² Na V Reunião Nacional foram indicadas como candidatas a integrar a Coordenação Nacional as seguintes entidades: CAPOIB, CIMI, Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste e Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), União das Nações Indígenas (UNI) e Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Sul (APOIS), representando os movimentos indígenas e indigenistas; CONEN, União de Negros pela Igualdade (UNEGRO), Movimento Negro Unificado (MNU), Grupo de União e Consciência Negra (GRUCON), Agente de Pastoral Negros (APN) e Coletivo Anti-Racista da CUT, representando o movimento negro; CMP, CUT, MST, Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), Comissão Pastoral da Terra (CPT), representando os setores populares; e Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista Brasileiro, Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Verde (PV), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e Partido da Causa Operária (PCO), representando os partidos políticos (CAMPANHA NACIONAL - BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 1999b).

³³ Além de apresentar o planejamento para a V Reunião Nacional, o documento “Marcha Nacional Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular” apresentava um breve histórico da Campanha e seus objetivos imediatos, bem como convidava as entidades envolvidas a participar da V Reunião Nacional, na cidade de Salvador, trazendo, em anexo, a programação desta atividade.

(CAMPANHA NACIONAL BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 1999a), a ideia era que o Movimento fosse não apenas o vetor dos fóruns e comitês locais, mas também alavancasse todas as lutas sociais espalhadas pelo país, de modo a garantir um calendário repleto de atividades que atingiria seu ápice com a realização e êxito da Marcha Nacional Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena Negra e Popular, conjunto de mobilizações planejadas para o mês de abril de 2000, na costa do extremo sul da Bahia.

Para aumentar a visibilidade e fortalecer o processo de comunicação e articulação do Movimento, foram discutidas estratégias como: massificação da logomarca³⁴ da Campanha; criação do site oficial; formação de uma assessoria de imprensa; publicação de jornal e boletim informativo; impressão de calendários, cartilhas, cartazes e adesivos; divulgação de documentos e informações aos participantes; realização de atos públicos e protestos em datas comemorativas do calendário nacional e significativas para os movimentos sociais³⁵; internacionalização da Campanha, criando condições para que entidades de outros países participassem; busca por alianças com parlamentares e governos do campo democrático e popular de modo a convergir as perspectivas de contestação às comemorações oficiais; incorporação da temática dos “Outros 500” na pauta de outros movimentos e campanhas em evidência no país (por exemplo, Grito dos Excluídos, Marcha dos Sem Terra, Marcha da Educação, Fórum Nacional de Luta por Terra, Trabalho e Cidadania, Tribunal da Dívida Externa, Movimento em Defesa do Brasil e II Encontro pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo) (CAMPANHA NACIONAL BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 1999b; CAMPANHA NACIONAL BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 1999c).

³⁴ Aprovada na III Reunião Nacional do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular, realizada em São Paulo no dia 5 de fevereiro de 1999, a logomarca oficial do Movimento foi elaborada pela artista plástica brasileira Isabel Ramos, sob encomenda do CIMI, sendo logo estampada em documentos, faixas, cartazes, cartilhas e camisetas. A logomarca representava dois mapas do Brasil, sendo que um desses mapas se projetava de dentro do outro sugerindo a ideia da emergência de Brasil diferente do gestado nos últimos 500 anos.

³⁵ Algumas das datas sugeridas para a realização de protestos foram: 19 de abril, Dia do Índio; 08 de março, Dia Internacional da Mulher; 21 de março, Dia Internacional de Combate ao Racismo; 1º de maio, dia do Trabalhador; 12 de agosto, dia da Revolta dos Búzios, também conhecida como Revolta dos Alfaiates ou Conjuração Baiana; 7 de setembro, Dia da Independência do Brasil e da realização do Grito dos Excluídos e do Grito da Terra; 4 de novembro de 1999, dia de 30 anos da morte de Carlos Marighella; 20 de novembro, dia da Consciência Negra (CAMPANHA NACIONAL BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 1999b; CAMPANHA NACIONAL BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 1999c).

Apesar dos esforços para viabilizar a coordenação das ações em nível nacional, o Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência... enfrentou uma série de dificuldades em decorrência tanto das diferenças entre trajetórias e demandas das entidades que o compunham, quanto às limitações de recursos financeiros (CÉSAR, 2002: 18-19). Consta na cartilha “Zumbi Apareceu na Coroa Vermelha: Porto Seguro/Santa Cruz de Cabrália, abril de 2000” que houve também entraves em razão de discordâncias relativas às perspectivas político-ideológicas que o Movimento deveria assumir, pois os movimentos negros e movimentos populares disputavam quanto à prevalência das questões étnico-raciais ou da luta de classes na explicação da realidade brasileira (MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO; FONSECA; SANTOS, 2010: 45). América Lúcia César aponta também dissensos em relação à forma de atuação do movimento; pois

enquanto alguns defendiam uma atuação centrada na realização de eventos, outros entendiam que o movimento deveria estrategicamente discutir questões no eixo de revisão histórica, do papel dos excluídos, e caracterizar a permanência do colonialismo enquanto sistema de dominação, que não mudou com a independência do país (2002: 18).

Diante das fragilidades da Coordenação Nacional do Movimento, cada entidade e movimento social acabou elaborando o seu próprio planejamento visando as mobilizações do mês de abril de 2000 na região do extremo sul da Bahia (MALDOS, 2000: 3). Em seu conjunto, as atividades continuariam a ser denominadas como Marcha Nacional Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular, e tiveram três eixos principais: a Marcha Indígena 2000 e Conferência dos Povos e Organizações Indígenas (ou Conferência Indígena 2000), sob a coordenação do CIMI, da CAPOIB, da COIAB, e da APOINME; e o Abril Vermelho, organizado pelo MST em homenagem aos sem-terra assassinados no Massacre de Eldorado do Carajás; e o Acampamento Quilombo Palmares, organizado por entidades do movimento negro e do movimento popular (MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO; FONSECA; SANTOS, 2010: 46).

No entanto, isso não significa que entidades de movimentos sociais, comitês regionais, estaduais e municipais, não tenham realizado protestos nessa fase do Movimento, e menos ainda que as discussões sobre os 500 anos na perspectiva indígena, negra e popular tenham arrefecido; pois diversos foram os seminários, encontros e fóruns de debate organizados por entidades que compunham o Movimento. Isso posto, identificamos, a partir de *Relatório/Avaliação Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular* elaborado pela Coordenação Nacional de

Entidades Negras (2000)³⁶, as seguintes realizações, que apontam no sentido de atuações mais localizadas ou setorizadas da “Campanha Brasil: 500 Anos” no segundo semestre de 1999: 13ª Assembleia do CIMI “Com os Povos Indígenas Construindo Outros 500”, realizada em Brasília entre os dias 9 e 13 de agosto; Seminário Histórico-Teológico “Brasil - Outros 500: Protestantismo e a resistência indígena, negra e popular”, realizado em São Leopoldo (Rio Grande do Sul) entre os dias 11 e 14 de agosto de 1999, sob a coordenação da COMIN; 12º Encontro de Professores Indígenas “A Educação Indígena na trilha do futuro: o Brasil que a gente quer são Outros 500”, realizado em Manaus, entre 13 e 17 de agosto, sob a coordenação do Conselho dos Professores Indígenas da Amazônia (COPIAM); o Encontro Nacional: “A Luta pela Terra Indígena no Contexto dos 500 Anos”, entre os dias 21 a 25 de setembro, em Porto Seguro (Bahia), sob a organização do CIMI e da CAPOIB; o II Encontro das Mulheres Indígenas do Leste “a participação das mulheres indígenas nas lutas dos povos, no contexto dos 500 anos”, entre 1º e 3 de outubro, em Belo Horizonte, organizado por uma comissão de mulheres indígenas e pelo CIMI; e o II Encontro Nacional de Entidades Negras: “500 Anos de Racismo em Tempos de Globalização e Exclusão Social”, entre 8 e 11 de outubro, no Rio de Janeiro, organizado pela CONEN.

Enquanto as entidades do movimento negro enfrentavam dificuldades para organizar o Acampamento Quilombo Palmares e o MST seguia por uma deriva própria no planejamento do Abril Vermelho (MALDOS, 2000); as organizações indígenas e entidades de apoio intensificavam o processo organizativo para a realização do ambicioso projeto da Marcha e Conferência Indígena 2000. Segundo o projeto a “Marcha Indígena 2000 para o litoral da Bahia: Porto Seguro, Coroa Vermelha, Monte Pascoal, Cabralia”³⁷, seria, enquanto parte integral da Conferência dos Povos e Organizações Indígenas 2000, uma mobilização até então inédita por meio da qual dois mil representantes de duzentos povos indígenas de todo o país se deslocariam, no mês de abril de 2000, de seus territórios rumo ao “litoral da invasão” (extremo sul da Bahia), onde participariam de uma “série de eventos culturais, religiosos, políticos articulados na programação do ‘Movimento de

³⁶ O *Relatório/Avaliação Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular* da CONEN (2000) apresenta uma lista de realizações do Movimento Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular entre os anos de 1998 e 1999, mas escolhemos destacar, no parágrafo, apenas os eventos que ainda não havíamos citados no texto anteriormente.

³⁷ A proposta de realização da Marcha Indígena 2000 foi idealizada no Fórum de Debates da Amazônia formado, entre outras entidades, pela COIAB e a regional CIMI Norte I (CONSELHO DA ARTICULAÇÃO DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO BRASIL, CONSELHO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA et all: 1).

Resistência Indígena, Negra e Popular” (MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 1999: 4).

Conforme o então assessor político do CIMI, Paulo Maldos (2000: 3), o planejamento da Marcha e Conferência Indígena tomou corpo, durante o 1º Encontro e o 2º Encontro Preparatório da Conferência Indígena³⁸, ambos realizados em Santa Cruz de Cabrália, na Bahia, no mês de dezembro de 1999 e no mês de março de 2000, respectivamente. A partir desses encontros, os representantes indígenas que participaram da Marcha Indígena 2000 organizaram-se em caravanas, conforme regiões e/ou estados³⁹. Para o percurso de cada caravana, foram planejadas paradas em determinadas cidades para a recepção de povos indígenas que habitavam nas proximidades e para a realização de protesto e manifestações, sendo que os principais atos estavam programados para ocorrer em Brasília (entre os dias 13 e 14 de abril), Salvador (dia 16), Monte Pascoal (dia 19) e Porto Seguro (dia 22) (MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 1999: 4).

Após a chegada de todas as caravanas da Marcha Indígena 2000 na região do extremo sul da Bahia (mais especificamente, na área entre Santa Cruz de Cabrália e Porto Seguro), seria dado início à Conferência dos Povos e Organizações Indígenas, um espaço de encontro e debate instalado dentro do território pataxó, onde representantes de todos os povos indígenas do país contribuiriam na elaboração de estratégias para o fortalecimento das instâncias organizativas do movimento indígena e de propostas políticas que garantissem “o futuro de seu povos e sua contribuição para o projeto de um novo Brasil” (MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR,

³⁸ No relatório do *Encontro Preparatório da Conferência Indígena – Abril de 2000 Coroa Vermelha, Extremo Sul da Bahia, 01 a 04 de dezembro de 1999*, referente ao 1º Encontro nos termos de Maldos (2000), a CAPOIB consta como organizadora do evento, e traz como participantes: representantes do CIMI; representantes das seguintes organizações indígenas, União das Nações Indígenas do Acre (UNI-AC), Associação Comunitária Indígena Pataxó de Coroa Vermelha (ACIPA/COVER), Associação Pataxó de Ecoturismo, Associação Pataxó de Coroa Vermelha, Associação Ahatsu-xa, APOINME, Comitê Terena/MS, Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN); Comissão Indígena de Roraima (CIR-RR), COIAB, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso do Sul e Sul do Amazonas; o Cacique de Coroa Vermelha, Aílton Alves também conhecido como Cacique Karajá; representante da Pastoral da Criança, Luzia Matos; e a estudante Sirleide B. Lopes. No relatório do *2º Encontro Preparatório da Conferência Indígena – Abril de 2000 Santa Cruz de Cabrália-BA*, 15 a 17 de março de 2000, consta apenas com os nomes das entidades organizadoras: CAPOIB e CIMI.

³⁹ Caravana Indígena do Norte (Amazônia), com lideranças do Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Roraima e Tocantins; Caravana da Amazônia Ocidental com lideranças do Acre, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e do sul do Amazonas; Caravana do Mato Grosso do Sul, com lideranças do estado homônimo; Caravana do Sul, com lideranças do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo; Caravana do Leste, com lideranças do Espírito Santo, Minas Gerais e do sul do Bahia; e a Caravana do Nordeste, com lideranças de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Recife (CIMI, 2000: 25-69; CIMI, 2000b).

1999: 4). Segundo o líder indígena Daniel Munduruku (2012), a Marcha e a Conferência Indígena 2000 foram mobilizações representativas do trajeto que o movimento indígena brasileiro percorria durante os anos 1990. Era um período em que os povos indígenas tinham a expectativa de efetivação dos direitos conquistados pela Constituição Federal de 1988, especialmente a demarcação de terras. Além de elaborarem uma nova forma de protagonismo em parcerias com o Estado, visando à efetivação de políticas públicas para suas comunidades, buscavam iniciativas próprias e criativas voltadas para a satisfação de suas demandas sociais (MUNDURUKU, 2012).

Ainda no ano de 1999, foram realizadas iniciativas visando internacionalizar a Campanha Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular e buscar apoio para a Marcha Indígena 2000, com a formação de uma delegação composta por representantes da CAPOIB (Maurício Guarani e Lenino Terena) e do CIMI (Egon Heck) para, em viagem à Europa, angariar apoio financeiro e político de entidades dedicadas à defesa da causa indígena e à luta pelos direitos humanos, bem como “sensibilizar a sociedade européia, denunciando as consequências, para os povos indígenas, dos 500 anos de colonização no Brasil” (CIMI, 1999a). Segundo notícia publicada no Informativo Outros 500 (CAMPANHA...,1999: 2), a delegação avaliou como bem sucedida a iniciativa, pois foi possível obter não apenas gestos de apoio e solidariedade, mas também firmar compromissos com diversas entidades para a divulgação da campanha (especialmente as mobilizações da Marcha Indígena e da Conferência Indígena), o apoio político e financeiro, além de promessas de participação nos atos programados para Porto Seguro em abril de 2000.

Ao passo que a Coordenação Nacional do Movimento Brasil: 500 de Resistência... enfrentava sérias dificuldades para seu funcionamento; comitês estaduais e regionais e as entidades que compunham o Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência... elaboraram ainda diversos materiais, como boletins informativos, panfletos, folders e cartilhas. Abordando a trajetória histórica brasileira de violência, opressão, conflitos e resistências, noticiando os atos já realizados pelos movimentos e divulgando as mobilizações programadas e os projetos para os “Outros 500 anos” do Brasil, esses materiais exerciam a função de *canais de comunicação popular*⁴⁰, bem como de recursos didáticos de apoio

⁴⁰ Tomando como referência as contribuições de Cicilia M. Krohling Peruzzo (2009: 133), usamos a noção de *comunicação popular* como um conjunto que engloba produtos de comunicação elaborados por “iniciativas populares (para além de jornais) e orgânicas aos movimentos sociais. São experiências comumente denominadas de comunicação participativa dialógica, educativa, horizontal, comunitária ou radical. Trata-se de uma comunicação provinda de segmentos subalternos, que também pode ser percebida

ao ensino de outras perspectivas históricas. Como exemplo da importância desses materiais impressos, o relato de Libertad Bittencourt sobre os preparativos para a Conferência Indígena 2000 contribui nesse sentido, pois, segundo a autora,

Vários boletins circulavam [...], ressaltando que nada havia a comemorar, exigindo justiça e dignidade, destacando que os povos indígenas retomavam o Brasil através da marcha. Nas aldeias, palavras de ordem eram proferidas, ressaltando a história indígena nesses quinhentos anos pós-descobrimento, o que motivou famílias inteiras, até com crianças de colo, a se porem a caminho, para protestar no local emblemático do descobrimento. (...) Os folhetos repassavam a trajetória indígena, pontuando que lembrar a resistência é importante para reafirmar o projeto indígena, que passa pelo fortalecimento da solidariedade interétnica, buscando defender direitos originários e constitucionais. Para tanto, destacavam a importância de construir alianças com movimentos sociais afins, visando romper leituras elitistas da história. Como se vê o discurso é muito semelhante ao de outros movimentos sociais, com ênfase na questão étnica (2002: 275).

É importante pontuar que, os boletins informativos⁴¹, enquanto dispositivos discursivos se caracterizam como publicações distribuídas regularmente contendo informações de interesse dos membros de uma associação ou entidade. No caso do Informativo Outros 500, portanto, devemos ressaltar que foi elaborado por um conjunto de entidades e organizações vinculadas ao Comitê 500 Anos – Amazônia (organização representativa do Movimento na região), tendo por autoria, na primeira edição, a parceria entre o CIMI e a COIAB, e, nas edições seguintes, contando com o apoio do Fórum Permanente de Debates da Amazônia (FORAM) e do Grupo de Trabalho Indígena da Universidade da Amazônia (GTI-UA). Nas edições de número 02 e 03, o boletim informativo contou ainda com doações da Associação dos Pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas (ASPI/INPA). Com relação ao seu conteúdo, além de abordar e divulgar atividades do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência..., especialmente na região amazônica, o Informativo Outros 500 publicou matérias sobre

em suas singularidades a partir de outros ângulos, como do conteúdo, do formato, da propriedade e controle coletivo da gestão, do nível de participação popular, do público destinatário que se converte em emissor, da finalidade e da linguagem”. A noção da autora engloba diversos tipos de dispositivos discursivos vinculados a movimentos sociais e comunitários como boletins, panfletos, poesias, peças teatrais, pequenos jornais, fanzines, comunicação por alto-falante, jornal mural, webrádio, bicicleta de som, carro de som, rádios comunitárias, canais comunitários de televisão, blogs, fotologs, websites, e-zines, entre outros recursos de informação e de educação (PERUZZO, 2009: 134).

⁴¹ Segundo verbete da enciclopédia colaborativa Wikipédia, o boletim informativo “es una publicación distribuída de forma regular, centrada en un tema principal. Muchos boletins son publicados por clubes, sociedades, asociaciones y negocios para proporcionar información de interés a sus miembros o empleados del mismo plantel”. Ver mais em: <https://es.wikipedia.org/wiki/Bolet%C3%ADn_informativo>.

ações de organizações do movimento indígena, processos de demarcação de terra indígena, as lutas sociais de movimentos latino-americanos (como o Exército Zapatista de Libertação Nacional - EZLN), resenhas de livros e artigos de historiadores e teólogos abordando os sentidos dos 500 anos e das lutas de resistência contra o colonialismo.

Já o Informativo do Comitê de Preparação à Conferência Indígena/Cabrália..., foi elaborado pelo Comitê de Apoio à Marcha e Conferência Indígena, contando com o apoio do CIMI, da APOINME, da ANAÍ, do FORAM, da COIAB, do Conselho Indígena de Roraima, da ONG Terra Viva, do Sindicato dos Bancários do Extremo Sul da Bahia, do PT de Eunápolis, da CPT da Diocese de Itabuna (Bahia), do Movimento de Defesa de Porto Seguro, do Conselho de Caciques do Extremo Sul da Bahia, da Universidade Estadual da Bahia, da Verbo Filmes (Alemanha) e da ONG Flora Brasil, além de diversos outros comitês regionais e estaduais do Movimento (COMITÊ OUTROS 500 DE APOIO À MARCHA E CONFERÊNCIA INDÍGENA, 2000: 9). O conteúdo desse boletim informativo, por sua vez, concentrava-se nos encontros finais de preparação para as mobilizações planejadas para abril de 2000 e na divulgação das programações dos atos públicos da Marcha Indígena 2000.

Como argumentou Denise Cogo (2002), diante das lógicas de invisibilização impostas pela mídia aos movimentos sociais e, mais especificamente, ao conjunto de atores mobilizados em contestação às comemorações oficiais, a internet foi uma das plataformas para onde migraram os debates dos atores mobilizados em contraposição aos discursos das comemorações oficiais, formando espaços alternativos em *sites* e listas de e-mail⁴². Dentro desse viés, destacamos o site *Brasil Outros 500*⁴³. Lúcia Oliveira (2000: 198) identifica como representativo dos discursos contra-comemorativos, uma parte desse site denominada *História do Brasil* que era dividida nas seguintes temáticas: “História das greves; Zumbi dos Palmares; Dívida externa; O peso da dívida; Adeus Pindorama; opressão colonial e resistência indígena; Lugar de criança; Gregório Bezerra; Luta pela terra ontem e hoje”.

⁴² Segundo Denise Cogo e Fabrício Silveira (2001), um exemplo dessas listas de discussão foi o espaço *relatosoutros500*, criado em 26 de abril de 2000 para a publicação de depoimentos sobre as experiências de ativistas e simpatizantes que participaram dos protestos no dia 22 de abril daquele ano. Para a participar nessa lista de discussão, era necessário inscrever o e-mail em relatosoutros500-subscribe@egroups.com. Alguns desses depoimentos ainda estão disponíveis no endereço <<http://archive.li/N87md>>.

⁴³ O site do Brasil Outros 500 ocupou o domínio www.brasil-outros500.com.br, não sendo mais acessível atualmente. Foi elaborado por uma parceria entre CIMI, CUT, sindicatos e outras associações de classe (como o Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro, o Conselho Federal dos Economistas, o Instituto de Economistas do Rio de Janeiro, o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Rio de Janeiro, a Federação Nacional dos Urbanitários, o Sindicato dos Químicos e Farmacêuticos do Rio de Janeiro e o Sindicato dos Trabalhadores em Minérios do Rio de Janeiro).

Identificamos também cartilhas⁴⁴ lançadas com o emblema do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência... por entidades e organizações que compunham a articulação, contestando as comemorações oficiais, propondo outras leituras para os 500 anos de história, e divulgando o planejamento de mobilizações para o mês de abril de 2000⁴⁵.

Geralmente identificados como parte da imprensa alternativa de base popular⁴⁶, o Jornal Porantim e a Revista Mensageiro (ambas publicações do CIMI) também foram importantes dispositivos discursivos que abordaram e divulgaram ações do Movimento. No caso do jornal Porantim, cabe destacar que se trata de um periódico mensal produzido pelo CIMI, tendo por característica a abordagem engajada, trabalhando, predominantemente, com questões que afetam as populações indígenas; bem como, em menor medida, tratando também de outras temáticas sociais, como as lutas dos movimentos negros e as disputas fundiárias envolvendo trabalhadores do campo. Tendo como público alvo pessoas diretamente envolvidas com as questões indígenas ou, ao menos, interessadas por tais, o Porantim tem uma tiragem curta que é distribuída para os seus assinantes, as regionais do CIMI pelo país, as comunidades e organizações indígenas e até mesmo para o exterior (GANDRA; NOBRE, 2016).

Além de cobrir protestos, atos públicos, encontros e eventos do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência..., o Porantim publicou uma série dedicada ao tema dos 500 anos contendo artigos, ensaios e depoimentos de teólogos, historiadores, linguistas, antropólogos e lideranças indígenas, em suas edições mensais do período entre janeiro de 1998 a novembro de 2000. A partir da edição de julho de 1999, os textos da série passaram a ser identificados com emblema oficial do Movimento. Vale também destacar que as três primeiras edições do Porantim, no ano 2000 (referentes a janeiro-fevereiro, março e abril),

⁴⁴ Segundo a nota *Elaboração e impressão de cartilhas* (1999) publicada no Informativo Outros 500, consta a informação de que professores do Departamento de História elaboravam também cartilhas abordando os últimos 500 anos de história na Amazônia e as lutas sociais da Cabanagem como parte da Campanha Outros 500 na região amazônica, mas não conseguimos ter acesso a este material em nossa pesquisa por limitação de tempos e recursos.

⁴⁵ Como exemplo de materiais impressos destacamos: *Os Povos Indígenas Retomam o Brasil: Marcha Indígena 2000 e Conferência Indígena (17 a 22 de abril de 2000)*, elaborada pela APOINME, com apoio do CIMI e da ONG alemã Ação Mundo Solidário (Aktiondgesellschaft Solidarische Welt e.V.); a cartilha *O PT e a Resistência Indígena, Negra e Popular* (2000) elaborada pelo PT; e a *Marcha Nacional Brasil: Outros 500* (2000), contendo informações de cadastramento, hospedagem e logística para os militantes ligados aos movimentos negros e movimentos populares.

⁴⁶ Peruzzo (2009: 135-136) identifica tanto o jornal Porantim quanto a revista Mensageiro na categoria de imprensa alternativa de base popular de modo a distinguir de outras modalidades de comunicação popular (como os boletins informativos, folhetos, entre outros citados na “nota 34”), bem como do jornalismo alternativo (voltado este a publicação de conteúdos de interesse geral ou nacional). Nesse sentido, assim como os canais de comunicação popular, os veículos da imprensa alternativa de base popular tendem ser vinculados “a organismos comprometidos com causa sociais, mas com publicações de porte mais bem elaborado e com tiragens maiores” (idem).

vieram acompanhados do *Encarte Brasil Outros 500*, dedicado aos últimos preparativos para as mobilizações programadas para Porto Seguro, com depoimentos de lideranças dos movimentos indígenas, negros e populares.

Já a revista *Mensageiro*, segundo o site do CIMI, se constituía em um informativo que nas suas primeiras edições circulava entre lideranças indígenas do país como meio de divulgar notícias de povos de diferentes regiões no contexto de formação do movimento indígena na década de 1970. Com o passar do tempo, a publicação assumiu forma de revista, diversificando sua abordagem sobre questões indígenas (como saúde, educação, terra, meio ambiente, política, gênero, espiritualidade, etc.) e sua linguagem (com o uso de imagens, ilustrações, etc.) (CIMI, 2004). No contexto da Campanha Brasil: 500 Anos de Resistência..., o *Mensageiro* abordou ações de organizações indígenas envolvidas nas mobilizações, publicou documentos (manifestos e declarações), e serviu de material de apoio⁴⁷ para atividades de formação e conscientização de comunidades indígenas a respeito da Marcha Indígena 2000 e da Conferência dos Povos e Organizações Indígenas.

Por fim, observamos que o Movimento (com sede, secretaria e coordenação próprias), com mobilizações orientadas pelo lema dos “Outros 500” e da “Resistência Indígena, Negra e Popular” operou uma campanha no *campo discursivo de ação* (ALVAREZ, 2009), articulando redes formais e informais de entidades e organizações de movimentos sociais, partidos políticos, setores da academia e até de igrejas, que elaboraram narrativas históricas, discursos sobre a identidade nacional e práticas de intervenção político-cultural por entre as brechas dos discursos históricos e identitários dominantes das comemorações oficiais. As práticas discursivas e não-discursivas colocadas em ação pelo Movimento funcionaram, portanto, como estratégias e táticas de disputas dos sentidos sobre os 500 anos de trajetória histórica, impondo processos de inflexão aos dispositivos de colonialidade da história que fundamentavam as comemorações oficiais, trazendo à tona narrativas histórica “outras” e campos de subjetivação “outras” capazes de desestabilizar as hierarquias identitárias imaginadas e estabilizadas em conformação com o mito da democracia racial.

⁴⁷ Tomamos como referência informação do documento “Memória da Marcha e Conferência Indígena 2000 Pernambuco” produzido pela Comissão da APOINME – MR/PE. Ao abordar o processo conduzido pelos CIMI e pela APOINME de mobilização de populações indígenas do Pernambuco durante o mês de janeiro de 2000, o documento destaca: “No dia 17 conforme agendado na reunião da Micro-PE, (...) iniciaram o trabalho de articulação visitando todos os povos. Para esta atividade foi utilizado o filme ‘Povos de Pernambuco’ da TV VIVA e Centro de Cultura Luiz Freire e a Revista *Mensageiro*, pois até o momento não tínhamos material do Nacional” (COMISSÃO DA ARTICULAÇÃO DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO NORDESTE, MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO – MICRO-REGIÃO PERNAMBUCO, 2000: 1).

2.3 Protestos e encontros

Entendemos os protestos como estratégias de intervenção política e de luta, capazes de tencionar as linhas de força que determinam o visível e o dizível em nossa sociedade. É desse modo que as mobilizações do mês de abril de 2000 intervíram nos planos e estratégias do governo federal e do governo baiano para as comemorações do chamado “V centenário do descobrimento do Brasil”, o que exigiu também novas estratégias de cobertura destes eventos por parte da mídia brasileira.

Antes do lançamento oficial do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular, o Fórum de Salvador Brasil: Outros 500 já anunciava a primeira atividade formal da Campanha na capital baiana, o Seminário Salvador: Outros 450, programado para os dias 27 e 28 de março de 1999. Conforme a nota *Movimento Debate 500 Anos e Lembra Salvador*, a previsão era de que o evento reunisse, na sede do Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto no Estado da Bahia (SINDAE), representantes de entidades do estado da Bahia ligadas às causas negra, indígena, ambientalista, popular e de caráter cultural para promover debates, sob a coordenação de lideranças antirracistas, historiadores e antropólogos, abordando a história e a situação atual de Salvador, às vésperas do 450º aniversário da cidade, bem como, em uma perspectiva mais ampla, refletir sobre a “História, a Formação e a Cara do Brasil após 500 Anos de Colonialismo” (FÓRUM DE.SALVADOR BRASIL:OUTROS 500, 1999a).

O jornal soteropolitano Tribuna da Bahia publicou a notícia *Movimento lança Salvador, Outros 500* (1999) onde abordava brevemente os eventos dos dias 27 e 28 de março, apresentando Gilberto Leal (membro da CONEN e da Níger Okan) e Celene Fonseca (antropóloga vinculada ao ANAÍ e ao MNU) como lideranças do Movimento na Bahia, e divulgando o manifesto *Salvador Outros 450*. Assinado pelo Fórum de Salvador do Movimento Brasil: Outros 500 em 27 de março, o manifesto traça um panorama sobre a situação da capital baiana, marcada pela exclusão social, desordenamento urbano, precariedade dos serviços públicos e elites governantes reacionárias e colonialistas, mas que também carregava uma espécie de tradição popular de “traços libertários”, “cosmopolitas” em ebulição. Assim diz o documento:

Fundada expressamente, pelo invasor alienígena, para sediar o poder, a administração e todo o saque colonial, esta cidade de Salvador pode ser, 450 anos depois, uma grande trincheira de luta anti-colonialista. Aqui,

onde os herdeiros ideológicos – e mesmos genéticos – mais autênticos do colonizador europeu são flagrante minoria, mas, ainda assim, hegemônicos no poder, constrói-se uma importante posição de combate ao racismo, às injustiças, ao autoritarismo étnico, à exclusão e à violência que marcam a face e a vida da Bahia, todo o Brasil e um vasto terceiro mundo (FÓRUM DE.SALVADOR BRASIL:OUTROS 500, 1999b: 1).

O Fórum de Salvador publicaria novamente nota à imprensa no dia 12 de abril de 1999, dessa vez anunciando, sob o título “*Outros 500*”: *Lançamento Nacional em Salvador* (1999), que o Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular promoveria os atos de lançamento nacional do Movimento em Salvador e Porto Seguro/Cabrália, respectivamente, nos dias 19 e 22. Para Salvador, estava previsto a realização de caminhada pelas ruas da cidade, com paradas para “homenagear heróis da resistência”, contando com a participação de indígenas, quilombolas, militantes sem-terra, personalidades e lideranças populares nacionais e representantes das entidades que compunham o Comitê Nacional do Movimento (COMITÊ DE SALVADOR DO MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 1999: 1). Por sua vez, em Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália, seria realizado um ato público na região de Coroa Vermelha, tendo por referência as lutas dos Pataxó por suas terras e as denúncias sobre a esterilização em massa de mulheres Pataxó Hã Hã Hã⁴⁸, e, em seguida, caminhada pelas ruas centrais de Porto Seguro (idem).

A nota do Fórum de Salvador comunicava ainda que o movimento pretendia, por meio de debates e manifestações, se contrapor às comemorações oficiais do V centenário do chamado “descobrimento”, bem como “refletir com a Sociedade Brasileira, sobre o verdadeiro sistema colonialista que marca a História do Brasil, inclusive após a Independência e Abolição da Escravatura formais”, vinculando, desta forma, os “estruturais problemas humanos e sociais brasileiros aos traços de uma história de colonização, submissão, humilhações e massacres de indígenas, negros, trabalhadores e camponeses, sobretudo mulheres” (COMITÊ DE SALVADOR DO MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 1999: 1). O documento não deixava de criticar o projeto de construção do Museu Aberto do

⁴⁸ A denúncia se refere ao caso de 54 mulheres da etnia Pataxó Hã Hã Hãe que foram submetidas a cirurgias de laqueadura pelo médico e político baiano Ronald Lavigne durante a campanha eleitoral de 1994. Algumas reportagens que abordaram o caso foram: “Esterilização de índias é investigada na BA” de autoria de João Batista Natali, publicada na Folha de São Paulo em 23 de maio de 1999, e disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc23059916.htm>> ; e em VASCO, Kátia; BEIRÃO, Cláudio. *Em troca de votos, deputado esteriliza índias Pataxó Hã Hã Hãe*. Porantim, Brasília, DG, Ano XX, n. 208, p.6, set. 1998.

Descobrimto, por se basear em uma perspectiva eurocêntrica. Além disso, criticava a Comissão para as Comemorações do V Centenário por assumirem “uma postura flagrantemente reacionária, lusitanista de traço salazarista, isto é, na versão portuguesa do nazi-fascismo” (COMITÊ DE SALVADOR DO MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 1999: 2).

O ato de lançamento nacional do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular, no dia 19 de abril de 1999, na cidade de Salvador, foi noticiado por Ivana Braga (1999) na edição do dia 20 do mesmo mês no jornal A Tarde. Sob o título *Caminhada critica a “lusitanidade” nos 500 anos*, a matéria abordou a realização de uma marcha pelas ruas da capital baiana que contou com a participação de indígenas, negros, sindicalistas e integrantes do CIMI, MNU, CMP, CUT, MST, entre outras entidades, pondo em relevo as críticas às comemorações oficiais patrocinadas pelo Estado e ao uso do conceito de “descobrimto” para explicar os acontecimentos de 500 anos atrás (BRAGA, 1999). A matéria repercutiu o posicionamento da antropóloga Celene Fonseca, argumentando que as questões de cunho étnico racial deviam ser tratadas como de maior atenção na explicação dos problemas sociais brasileiros e que, além disso, as comemorações oficiais atestavam a permanência de um “projeto colonialista” no país (idem). Vale destacar que, contando com a presença de 3 mil pessoas⁴⁹, essa manifestação se constituiu no maior ato do Movimento, antes do mês de abril de 2000 (CÉSAR, 2000: 19).

Já o ato de lançamento do Movimento, planejado para o dia 22 de abril de 1999, na cidade de Porto Seguro, tinha entre seus objetivos se contrapor à celebração oficial do 499º aniversário do chamado descobrimto do Brasil protagonizada por representantes dos governos federal e estadual e da Igreja Católica. Os festejos oficiais previam a realização de desfile cívico e apresentação da Esquadrilha da Fumaça da Força Aérea Brasileira (FAB), além da celebração de procissão e missa na Praia do Cruzeiro, com a participação do Frei Hermano da Câmara Cabral, cantor popular em Portugal e descendente da Família de Pedro Álvares de Cabral (DIOCESE..., 1999; FONSÊCA, 1999a). Por sua vez, o Movimento pretendia, na mesma data, realizar ações de panfletagem no centro da cidade, por meio passeata nos principais bairros e ruas, onde realizariam um ritual indígena pataxó e um seminário sobre os “Outros 500” (MOVIMENTOS..., 1999). Integrados ao Movimento, lideranças indígenas Pataxó e

⁴⁹ A informação da presença de 3 mil pessoas vem da matéria: MARCHA reúne três mil no Dia do Índio. Correio da Bahia, Salvador-BA, 20 abr. 1999.

Pataxó Hã Hã Hãe pretendiam entregar às autoridades a *Carta de Abril (Manifesto dos Caciques dos Povos Pataxó e Pataxó Hã Hã Hãe)*⁵⁰, contendo reivindicações de demarcações de terras indígenas e denúncias contra as invasões promovidas por fazendeiros e políticos da região (MANIFESTAÇÕES..., 1999).

Enfrentando a repressão da polícia militar baiana, as manifestações em Porto Seguro foram realizadas, sob a liderança do CIMI e dos indígenas Pataxó e Pataxó Hã Hã Hãe, portando faixas do Movimento, durante as solenidades do 499º aniversário do chamado “descobrimento” (CESAR, 2002: 20). De acordo com o *Informe da Manifestação em Porto Seguro* publicado pelo CIMI (1999b: 1), os atos do dia 22 foram considerados exitosos no objetivo de promover reflexão, críticas e lutas contra as comemorações oficiais. Ainda assim, destaca a ação truculenta da PM baiana, com blitz ostensiva e possivelmente uso de “miguelitos” para furar pneus nas rodovias que ligam Salvador à Porto Seguro, atrasando a chegada de uma comitiva de manifestantes que saía da capital baiana em ônibus fretado para participar do ato (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 1999b: 1). O documento denuncia também as provocações e agressões promovidas por policiais presentes na solenidade oficial com intuito de impedir a aproximação dos manifestantes, especialmente dos indígenas, do palco onde era realizada a missa comemorativa e onde se encontravam os senadores ACM e Paulo Souto, o governador César Borges, o ministro Rafael Greca e o presidente da Funai Márcio Lacerda (idem).

Apesar dos incidentes ocorridos durante as manifestações em Porto Seguro no dia 22 de abril e da participação de autoridades, como ministro de Estado, governador e

⁵⁰ A Carta de Abril (Manifestos dos Caciques Pataxó e Pataxó Hã Hã Hãe) foi elaborada durante o conselho de Caciques da região sul da Bahia realizada em Eunápolis entre os dias 13, 14 e 15 de abril e está disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10828/8046>>. Segundo a matéria *Caciques querem demarcação* publicada dia 19 de abril, no jornal *A Região*, caciques dos povos indígenas Pataxó, Pataxó Hã Hã Hãe e da região extremo sul da Bahia se reuniram em Eunápolis onde “decidiram promover protesto contra o governo brasileiro, pela demarcação imediata das terras. Os índios receiam perder o direito ao território, para invasores brancos, como exemplo o prefeito de Pau Brasil, Durval José Santana, a quem acusam de devastar uma extensa área de 12 fazendas, com a produção de paralelepípedos, bem como a instalação do lixão da cidade próximo à área indígena, o que vem provocando graves problemas à saúde das crianças na aldeia”. Na matéria *Conselho dos caciques contesta festejos do “descobrimento” do Brasil*, publicada no jornal *A Gazeta*, também no dia 19 de abril, no encontro, os líderes indígenas da região discutiram questões relativas ao planejamento de atividades do Conselho de Caciques, às intrusões de terras indígenas no sul da Bahia e o posicionamento que assumiram sobre as comemorações oficiais do chamado “descobrimento”. Após debate sobre as violências históricas cometidas contra os povos indígenas e o descaso atual em relação às questões indígenas, reafirmaram seu compromisso com o Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular e suas ações de contestação aos festejos, e definiram a participação dos povos Pataxó e Pataxó Hã Hã Hãe no ato de lançamento do Movimento programado para o dia 22 de abril de 1999, em Porto Seguro.

senadores, pouca foi a repercussão na imprensa⁵¹ sobre o ato de lançamento do Movimento em Porto Seguro (CESAR, 2002: 20). A Folha de São Paulo chegou a publicar a matéria *Índios pataxó invadem missa do 499º aniversário do Brasil*, no dia 23, assinada por Ivan Finotti (1999: 10), destacando, a partir de depoimento do cacique Kannay Pataxó, os objetivos da manifestação em reivindicar a demarcação e legalização de terras indígenas e denunciar o desrespeito em relação aos direitos humanos dos povos indígenas. No entanto, é interessante notar que, além de não fazer qualquer referência ao Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular, tanto no título, quanto no corpo da reportagem, usam a expressão “invasão” para caracterizar a ação dos indígenas, ainda que a missa tenha sido realizada em espaço público, “em um palco ao ar livre no centro da cidade” (FINOTTI, 1999: 10).

Embora os principais atos de lançamento do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular tenham sido reservados para a Bahia; em outras cidades brasileiras, foram realizadas ações coletivas conferindo também visibilidade à Campanha⁵² e demarcando a articulação entre diferentes setores de movimentos sociais pelo país. A matéria *Cimi realiza atividades em todo o país*, publicada na edição de maio de 1999 do Porantim, abordou ações do CIMI junto a povos indígenas pelo país durante a “Semana do Índio”⁵³, destacando também os atos de lançamento do Movimento em Manaus, Brasília e Porto Seguro. Da capital amazonense, a matéria aborda as atividades do CIMI desenvolvidas em parceria com a COIAB, a Universidade do Amazonas e outras entidades, envolvendo debates seminários, palestra, exposições, lançamento de livros e show popular, bem como a realização de “uma grande manifestação popular, na Praça do Congresso (...) em que a Globo havia instalado o ‘relógio de mentirinha’” (CIMI..., 1999:

⁵¹ Nos referimos ao e-mail de Eduardo Almeida, representante da Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI) e do Comitê 500 Anos – Bahia, endereçado a Saulo Maldos, representante do CIMI, datado de 4 de maio de 1999, encontrado em versão impressa nos arquivos do Cedoc-CIMI. Podemos tomar a mensagem como uma comunicação com certo grau de oficialidade entre membros do Movimento Brasil 500 Anos de Resistência... por ter como título “URGENTE 500 anos” e como remetente o endereço anai@lognet.com.br e como destinatário cimi@embratel.net.br, ambos endereços oficiais de entidades organizadoras do movimento (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE AÇÃO INDIGENISTA, 1999).

⁵² As informações sobre manifestações de lançamento do Movimento em outras praças do país são ainda mais escassas do que as relativas ao estado da Bahia. Em decorrência disso, as notas, os boletins informativos e demais veículos da imprensa alternativa ligados às entidades que compunham o Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular constituem-se como fontes valiosas para mapearmos os protestos realizados entre os anos 1999 e 2000.

⁵³ Como atividades da “Semana do Índio”, semana do dia 19 de abril, a matéria do Porantim (CIMI..., 1999: 14) aborda ainda as manifestações e protestos contra a política indigenista do Estado protagonizados por lideranças indígenas e entidades ligadas às lutas por terra e cidadania na Cidade de Recife; e as atividades culturais que envolveram cerca de 300 indígenas e o CIMI- Nordeste na cidade de Arcoverde, reivindicando justiça para o assassinato de Chicão Xucuru, cacique de seu povo.

14). Já de Brasília, destaca-se a realização de debates e palestras sobre o tema dos 500 anos promovidos pelo CIMI e lideranças indígenas dos Pankararu, Macuxi, Wapixana e Ingaricó em escolas da cidade, durante o mês de abril; além da manifestação pela demarcação de terras indígenas e contra a violência, homenageando na Praça do Compromisso o líder Pataxó Galdino Jesus do Santos, que havia sido brutalmente assassinado em Brasília (idem).

Publicada na edição do mês de maio de 1999 do Informativo Outros 500, a matéria *Notícias do lançamento da Campanha em todo o país* abordou atividades de lançamento do Movimento realizadas em cidades da região amazônica no dia 19 de abril de 1999. O texto informa que, nessa data em Manaus, como parte do ato de lançamento foram realizadas uma série de atividades sobre a temática dos 500 anos, na Praça do Congresso, envolvendo jovens que frequentavam o local durante o dia. No período da noite, foi celebrado um show, com apresentação de danças indígenas, encenações, poesia e música, no qual foi anunciado a Campanha “O Brasil que A Gente Quer São Outros 500”, enfatizando como objetivo: “estimular atividades e reflexões críticas sobre os 500 anos em toda a Amazônia” (NOTÍCIAS..., 1999: 3). Durante a semana, ainda foi realizado o seminário “Amazônia 500 anos de integração e desintegração” na Universidade Luterana, e uma série de palestras e debates nas escolas da capital amazonense. Em relação às atividades desenvolvidas em Porto Velho, a matéria destaca o lançamento da Campanha por meio de uma expressiva manifestação do movimento indígena e de movimentos populares da capital de Rondônia, em que foram proferidas “duras palavras contra os responsáveis por esses 500 anos de opressão extermínio e violência e pelos seus continuadores” (NOTÍCIA..., 1999: 3). Sobre Rio Branco, noticia o lançamento da campanha, sob a coordenação da União das Nações Indígenas do Acre (UNI-ACRE), promovendo sessão de debate no auditório da Assembleia Legislativa do estado. Contando com a presença de 8 povos indígenas, o evento teve ainda a leitura de manifesto da COIAB por Sebastião Manchenerly, líder indígena responsável pela articulação da Campanha no Acre. Já na cidade amazonense de Tefé, o lançamento se deu por meio de ampla divulgação em rádio local e da realização de encontros, especialmente com jovens da região. A organização esteve a cargo das pastorais sociais da Prelazia de Tefé, das equipes pastorais indigenistas do CIMI e da União das Nações Indígenas de Tefé (UNI-TEFÉ). Por fim, a matéria do Informativo Outros 500 faz referência às iniciativas ainda

incipientes de implantação da Campanha nas cidades paraenses de Belém⁵⁴ e Santarém (idem).

Buscando integrar a Campanha Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular ao calendário de festividades regionais, o Comitê 500 Anos – Amazônia aproveitou a realização do Festival Folclórico da cidade amazonense de Parintins, no final do mês de junho de 1999, para apresentar o Movimento à população parintinense. Conforme a matéria *Entidades e indígenas organizam debates* do Informativo Outros 500, enfatizando a perspectiva dos povos indígenas, o Comitê promoveu o “Seminário Parintins: Outros 500” entre os dias 25 e 27 de junho, sob a coordenação da Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Maué (destaque a Zenilda da Silva) e do Conselho Geral dos Tuxauás, questionando a própria realização do Festival por conta dos impactos e da exploração que impunham aos povos indígenas da região. A Universidade do Amazonas também participaria dos eventos representada por professores articulados ao GTI, dos departamentos de História e Ciências Sociais; bem como contariam com o apoio do CIMI, do FORAM, da CPT, dentre outras entidades. A Caravana Arco-Íris pela Paz, integrada por representantes de vários países do continente, e mais de duas dezenas de entidades e organizações de Parintins também participariam dos eventos, tanto nos debates, quanto promovendo apresentações artísticas e culturais (apresentação de teatro, músicas e performances) (ENTIDADES..., 1999).

Já a matéria *Deu Outros 500 no Festival de Parintins*, também do Informativo Outros 500, destaca que foram realizadas manifestações e caminhadas, contando com cartazes, faixas, e divulgação em meios de comunicação locais, como formas de dar visibilidade à *Campanha* (DEU OUTROS..., 1999: 3). Além de efetivarem a formação do *Comitê Outros 500 de Parintins*, os representantes de entidades de movimentos sociais e de movimentos indígenas que participaram do *Seminário Parintins: Outros 500* realizaram ainda atividade educativa em uma escola da cidade, apresentando material da Campanha aos alunos, que, segundo a matéria, obtiveram “resultados excelentes em termos de expressão crítica dos mesmos” (DEU OUTROS..., 1999: 3).

⁵⁴ O Comitê Outros 500 – Belém foi formado apenas em outubro de 1999, integrado por um conjunto de entidades de movimentos populares e étnicos e vinculadas às universidades, como: CIMI-NORTE II (sucursal do CIMI na região), Centro de Estudos e Defesa dos Negros do Pará (CEDENPA), Conselho Municipal do Negro (CMN), Associação dos Povos Tupi (AMTAPAMA), MOCAMBO, Instituto Pastoral Regional (IPAR), Centro de Estudos e Pesquisas em Educação Popular (CEPEPO), Associação Brasileiras de Organizações Não Governamentais (ABONG), AMOR (grupo de Reggae) e a Rádio Margarida (COMITÊ....., 2000: 7).

Também nesse viés de integrar as ações do movimento com os calendários de festividades regionais, o dia 2 de julho de 1999 foi aproveitado como momento de novas mobilizações do Movimento, tomando como referência a data na qual se comemora a Independência do Brasil na Bahia⁵⁵. Para o Movimento, a data representava mais do que a emancipação do domínio português, pois as tropas libertadoras, formadas por trabalhadores (em sua maioria negros e, ao menos, uma mulher, Maria Quitéria), simbolizavam também a luta contra a “ideologia racista do colonialismo”, em defesa da “liberdade e soberania do solo brasileiro” e que assim se inseria no

ciclo de revoltas negras, indígenas e populares que abalaram o poder colonialista escravocrata na Bahia e outras regiões do Brasil entre 1789 e 1935: milhares de mártires e heróis, construtores da nossa resistência viva. Alfaiates, Malês, Balaiada, Cabanagem, etc. (MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 1999a: 1).

Nesse sentido, os membros do movimento planejaram para o dia 2 de julho de 1999 um ato em protesto a ser realizado em paralelo ao cortejo oficial organizado pelo Governo da Bahia e pela Prefeitura de Salvador. Contestavam, nesse sentido, as homenagens e festas de “caráter colonialista, autoritário e excludente” dos governantes baianos, bem como a monumentalização expressa nas estátuas de Labatut (mercenário francês que atuou como general das tropas que lutaram pela independência em 1823) e de Tomé de Souza (primeiro governador-geral do Brasil Colonial), na inauguração da avenida batizada de “descobrimento” e na mudança de nome do aeroporto de Salvador (antes chamado de Aeroporto Dois de Julho e que fora rebatizado, em 1998, como Aeroporto Deputado Luís Eduardo Magalhães em homenagem ao político e filho de ACM) (MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 1999a: 2). O ato contou ainda com o apoio do Fórum Estadual por Terra, Trabalho, Cidadania e Soberania Popular e da Frente de Oposição Democrática e Popular (formada por PT, PDT, PSB, PC do B e PCB), que, além de criticar a elite política baiana, contestava o Governo FHC e sua política econômica (FRENTE DE OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA E POPULAR; FORUM ESTADUAL POR TERRA, TRABALHO,

⁵⁵ O dia 2 de julho integra o calendário de efemérides da Bahia, sendo celebrado por meio de cortejo popular pelas ruas de Salvador, em homenagem à vitória das tropas baianas, em 1823, que libertaram a cidade do cerco português e garantiram a adesão do estado à unidade brasileira. Ver mais sobre os significados do dia 2 de julho em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Independência_da_Bahia> e em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Festa_da_Independência_da_Bahia>

CIDADANIA E SOBERANIA NACIONAL; FORUM 500 ANOS DE RESISTÊNCIA..., 1999).

O planejamento para o ato de 2 de julho de 1999, em Salvador, previa o encontro dos militantes do Movimento em um posto de gasolina localizado na Praça da Lapinha, de onde partiriam em direção ao Pelourinho (CAMPANHA NACIONAL BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 1999a). No entanto, segundo a reportagem *Violência da PM mancha festa do Dois de Julho* (1999: 3), publicada na edição do dia seguinte (3 de julho) do jornal A Tarde, a Polícia Militar montou um cordão de isolamento retendo, em um primeiro momento, mais ou menos mil manifestantes ainda em seu ponto de encontro, e, com o início da passeata, recorrendo a agressões e detenções durante todo o trajeto, que, em certo momento, teria chegado a reunir cerca de duas mil pessoas. Na mesma edição do jornal, João Alecrim (1999:3) identifica que agressões partiam também de seguranças vestidos à paisana que buscavam impedir que os manifestantes se aproximassem do senador ACM.

Como parte da estratégia de visibilização da Campanha, o Movimento buscou inserir-se em outras mobilizações em curso no período como: a Marcha Popular e a Assembleia dos lutadores do Povo⁵⁶, organizadas pelo movimento Consulta Popular⁵⁷ com objetivo de construir um “Projeto Nacional e Popular” para o país a partir do diálogo com os diferentes setores da sociedade das diferentes regiões do país; a Marcha dos 100 Mil, mobilização em contestação ao governo FHC, em especial à sua política econômica de privatizações das empresas públicas, realizada no dia 26 de agosto de 1999, e organizada por partidos políticos da oposição como o PT, o PC do B e o PDT; e o Grito

⁵⁶ Segundo a matéria *A Chegada* (1999: 7) publicada na edição de outubro do Porantim, o projeto da Marcha Popular previa percorrer cidades do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás, visitando escolas para a realização de atividades, até chegar em Brasília, no dia 7 de outubro, onde promoveria atos na Praça do Compromisso (Praça Galdino) e em frente ao escritório do FMI no Banco Central, além de doações de sangue. Por fim, os integrantes da marcha realizariam Assembleia dos Lutadores do Povo, no Clube do Servidor, entre os dias 8 e 10 de outubro, expondo testemunhos da marcha e debatendo temas como um projeto popular para o país e de soberania nacional, com a participação de lideranças dos partidos de esquerda, como Luís Inácio Lula da Silva, do PT, e Leonel Brizola, do PDT (A CHEGADA..., 1999: 7).

⁵⁷ A reportagem *Construindo um novo país* de Kátia Vasco (1999b; 6), na edição de novembro do Porantim, aborda a Marcha Popular e a Assembleia dos Lutadores do Povo como mobilizações promovidas pelo movimento Consulta Popular. Este movimento tinha como objetivo elaborar um “Projeto Nacional e Popular” para o Brasil, percorrendo as diferentes regiões e debatendo com os diferentes setores da sociedade. Nas palavras da autora, o movimento “nasceu da articulação de entidades com o objetivo de refletir a realidade e debater com a população a crise brasileira propondo uma alternativa de sociedade justa e solidária, sem excluídos”. Idealizada em 1996, a campanha teve seu primeiro encontro em 1997, articulando militantes do movimento sindical, da Central de Movimento Populares, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, de partidos políticos de esquerda, agentes da pastoral de diferentes igreja e personalidades e intelectuais.

dos Excluídos, mobilização organizada pela CNBB que, anualmente, desde 1995, realiza atos públicos nas principais cidades no dia 7 de setembro.

Com relação à inserção na Marcha dos 100 mil em Brasília, no dia 26 de agosto de 1999, a matéria *Poder de mobilização fortalece lutas sociais* (1999: 7) da edição de setembro do Porantim destaca a participação de representantes dos povos Xucuru, Atikum e Truká de Pernambuco, e dos Tumbalalá da Bahia, portando bandeiras e faixas do Movimento, e reivindicando “respeito das autoridades aos direitos dos povos indígenas” e “apoio de todos os setores mobilizados aos povos Pataxó e Pataxó Hã Hã Hã” que haviam retomado recentemente seus territórios tradicionais no Monte Pascoal. Na ocasião, os representantes indígenas participaram ainda de audiências na Procuradoria da República, na Funai e no Congresso Nacional, onde exigiram a resolução de questões fundiárias e efetivação dos serviços de atendimento aos povos indígenas (PODER..., 1999: 7).

Já por ocasião do Grito dos Excluídos, segundo a notícia *Povos indígenas presentes no Grito* do CIMI Nordeste – Equipe Sertão (1999: 7), na edição de outubro do Porantim, lideranças e jovens indígenas participaram das mobilizações do Grito dos Excluídos, no dia 7 de setembro, em diferentes cidades do país. Destaca-se a participação, na cidade de Recife, de indígenas dos povos Truká e Xucuru, representando o Movimento Brasil 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular, com bandeiras do movimento. O líder Agnaldo Xucuru, em sua fala na abertura do ato, abordou a história dos povos indígenas desde a invasão em 1500, e pôs em relevo a política excludente do governo FHC (CIMI NORDESTE – EQUIPE SERTÃO, 1999: 7). Os Truká e Xucuru, realizaram rituais, com cantos e danças, “clamando por justiça, terra, trabalho e pão” (idem).

Como parte das iniciativas para a internacionalização da Campanha, representantes do Movimento participaram também do II Encontro Americano pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo, realizado, entre os dias 6 e 11 de dezembro de 1999, na cidade de Belém (Pará). O evento foi convocado pelo Comitê de Solidariedade às Comunidades Zapatistas (São Paulo) e pelo Comitê em Defesa da Revolução (Belém) e organizado com apoio da Prefeitura de Belém, sob administração do prefeito Edmilson Rodrigues, à época membro do PT, e do Centro Memorial Cabano.

Segundo notícia do Porantim, contando com a participação de representantes de organizações indígenas brasileiras (como Davi Yanomami e Wilson Pataxó) e organizações indígenas canadenses Anishinaabe, de comunidades afro-americanas, de partidos políticos, de movimentos guerrilheiros, do Exército Zapatista de Libertação

Nacional (ELZN), de camponeses sem-terra, de estudantes, de associações, sindicatos, governos e do povo de Belém, e tomando como referência o tema “500 anos de resistência no Brasil e na América”, foram discutidos durante o II Encontro Americano pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo temas relacionados com os 500 anos do processo de invasão do continente e a escravização dos povos indígenas, bem como a permanência das “estruturas de dominação” e as perspectivas de consolidação de “alianças entre povos”, sem deixar com isso de preservar as especificidades das lutas de cada setor representado, para “a construção de um mundo solidário e sem exclusão” (POVOS..., 1999: 12). Como resolução do Encontro foi publicada a Declaração de Belém, manifestando solidariedade com as lutas sociais contra o imperialismo, o capitalismo global e a destruição do meio ambiente. Esta Declaração estabelecia como compromisso para o ano 2000

(...) o engajamento no movimento “Brasil, 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular”. No próximo ano, que todos e todas se somem aos dois mil indígenas que se farão presentes em Porto Seguro para dizer às autoridades que a partir de agora no Brasil, serão “Outros 500”. A importância desta luta não se resume ao Brasil. O II Encontro Americano pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo assumiu expressamente a herança dos cinco séculos da resistência indígena, negra e popular, assumindo a responsabilidade de resgatar e fortalecer o movimento continental indígena negro e popular, seu projeto histórico e estratégia unitária (II ENCONTRO AMERICANO PELA HUMANIDADE CONTRA O NEOLIBERALISMO, 1999: 351)⁵⁸.

As mobilizações em contestação às comemorações oficiais foram retomadas em fevereiro de 2000. Segundo a matéria *Ato pelos 500 anos reúne 800 índios no Sul* (2000: 10) publicada no Porantim, no dia 07 do mesmo mês, em São Miguel das Missões (Rio Grande do Sul), o CIMI promoveu o ato de lançamento da Campanha Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular, com apoio de indígenas Kaingang, Guarani e Xetá e do Comitê Brasil Outros 500 local. Realizado em meio às ruínas de São Miguel do Arcanjo, o ato contou com manifestação em homenagem ao líder Guarani Sepé Tiaraju, entendido como mártir da resistência indígena na luta contra portugueses e espanhóis no século XIX, além de cantos, danças e discursos das lideranças indígenas e bênçãos dos pajés aos presentes (idem). O governador do estado, Olívio Dutra (PT), compareceu à manifestação, onde ouviu reivindicações e denúncias sobre: demarcação de terras indígenas, declaração do dia 7 de fevereiro como feriado estadual em

⁵⁸ Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10829/8047>

homenagem a Sepé Tiaraju, orçamento participativo diferenciado para as comunidades indígenas e empenho do governo estadual em ações de combate ao preconceito contra os indígenas (idem).

Dez dias depois, em 17 de fevereiro, foi realizado um ato de lançamento do Comitê Outros 500 de Apoio à Marcha e Conferência Indígena em Santa Cruz de Cabrália, contando com a participação de: lideranças dos Pataxó de diversas aldeias do sul da Bahia; representantes de entidades indígenas e de apoio ao comitê, CAPOIB, APOINME, CIR, Conselho de Caciques dos Extremo Sul da Bahia, CIMI, CPT (BA), ANAÍ (BA), Movimento de Defesa de Porto Seguro, PT, CNBB, FUNAI, Universidade Estadual da Bahia (UNEB), ONG Terra Viva, ONG Verbo Filmes (Alemanha), ONG Flora Brasil, Sindicato dos Bancários do Extremo Sul da Bahia; além da população da cidade (COMITÊ OUTROS 500 DE APOIO À MARCHA E CONFERÊNCIA INDÍGENA..., 2000: 5). A manifestação começou com apresentação cultural dos Pataxó, e, na sequência, diversas lideranças indígenas proferiram palavras de ordem, deram depoimentos sobre sofrimentos, esperanças e lutas de resistência, bem como reivindicaram a efetivação dos direitos constitucionais dos povos indígenas, em especial, a demarcação e a garantia dos territórios indígenas (idem). Ainda foram alvo de protesto e indignação, algumas declarações realizadas por autoridades policiais do estado da Bahia afirmando que não permitiriam manifestações nos dias comemorações oficiais dos 500 anos (idem).

Nesse interim, também em fevereiro de 2000, as entidades que participavam do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular realizaram reunião nacional na cidade de Porto Seguro, articulando em definitivo os projetos dos setores negros, indígenas e populares em torno de três conjuntos de atividades:

- Marcha Nacional Brasil Outros 500 e acampamentos específicos para três segmentos: indígena, negro, sem terra.
- Passeata de protestos em Coroa Vermelha/Ritual em torno da cruz
- Noite da Resistência em Porto Seguro (MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO; FONSECA; SANTOS, 2010: 46).

A cartilha “Marcha Nacional Brasil: Outros 500” elaborada para os militantes das entidades interessadas em participar das mobilizações de abril na região de Porto Seguro, além de sugerir dicas sobre como chegar, onde se hospedar e cuidados básicos tendo em vista as possíveis abordagens policiais, apresentava ainda o cronograma das principais manifestações organizadas pelo Movimento:

15 – Delegações indígenas chegam ao Monte Pascoal.

- 15 – Manifestações e início da marcha dos Sem Terra de Eunápolis a Porto Seguro
- 16 – Concentração e estudo das delegações indígenas no Monte Pascoal e em Salvador
- 17 – Seminário, exposição fotográfica e manifestação em Salvador
- 17 – Ato público no Monte Pascoal – rituais e celebrações de solidariedade e memória indígena – pela manhã
- 17 Abertura da Semana da Resistência: manifestações pelas ruas de Porto Seguro e ato em memória dos mortos de Eldorado de Carajás. Os índios estarão na cidade juntamente com os Sem Terra e quilombolas – à tarde.
- 18 a 21 – Conferência Indígena – Coroa Vermelha. (...)
- 19 – Dia do Índio – Manifestação na Coroa Vermelha
- 22 – Manifestação de Repúdio à Festa Colonialista. Momento em que as duas propostas estarão frente a frente. Consiste basicamente em rechaçar as naus, bem como a solenidade oficial como um todo. A solenidade terá como eixo a inauguração das obras de reconstrução de Coroa Vermelha e a encenação do “Auto do Descobrimento”.
- 22 – Inauguração do Monumento à Resistência Indígena, Negra e Popular – Coroa Vermelha e em outras quatro cidades.
- 22 – Ato de Celebração da Resistência – grande ato que contará com a presença de artistas políticos de renome – em Porto Seguro. Indicativo de horário: 17 h.
- 26 – Encaminhamento de Documento Final contendo reivindicações do movimento – durante a Missa dos 500 Anos de Evangelização (MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 2000b: 6-7).

Com a aproximação do mês de abril e a iminência de protestos durante as comemorações oficiais, o governo federal reorientou sua estratégia visando desmobilizar os povos indígenas. Segundo Paulo Maldos (2000: 6), o governo enviou, a Porto Seguro, o General Alberto Cardoso, então Ministro-Chefe do Gabinete de Institucional da Segurança da República, para que definisse os parâmetros de segurança para as comemorações dos 500 anos, e Marcelo Cordeiro, Subsecretário Chefe da Casa Civil, para iniciar os diálogos com indígenas que participavam da organização da Marcha e da Conferência Indígena. Em conversa com duas lideranças indígenas da Amazônia, Cordeiro comunica o interesse do governo em apoiar materialmente a Conferência, com a condição de que o Presidente da República fosse convidado para uma visita oficial, no dia 22 de abril, em Coroa Vermelha, e da não participação dos povos indígenas nos protestos planejadas para esta data (idem).

Por sua vez, políticos e autoridades policiais da Bahia declaravam na imprensa que não permitiriam manifestações contrárias às comemorações dos 500 anos. Paulo Maldos destaca uma correspondência, enviada via fax, do Ministro Rafael Greca para o

governador César Borges, no dia 4 de abril, que selaria o início das agressões do Estado na região da chamada “Costa do Descobrimento”, nos seguintes termos:

Asseguro-lhes que, a nível federal, com determinação patriótica estou encaminhando as medidas cabíveis para assegurar à Comemoração Nacional do V Centenário êxito à altura do bem que desejamos a todo o Brasil.

Rogo-lhe, por outro lado, que proceda à adoção das medidas administrativas e preventivas adequadas a que a intolerância de uns poucos não impeça a Nação inteira de celebrar a brasilidade (GRECA, apud MALDOS, 2000: 5).

A mensagem recorria a certa concepção de identidade nacional marcada pelo autoritarismo, reivindicando uma “determinação patriótica” a ser seguida de modo que aqueles que não fossem fiéis a mesma seriam tratados como intolerantes e radicais. Nesse sentido, durante a noite do mesmo 4 de abril, “as medidas administrativas e preventivas adequadas” se fizeram na forma da invasão da Terra Indígena Coroa Vermelha por cerca de 200 policiais militares do estado da Bahia que destruíram o Monumento à Resistência Indígena, que vinha sendo construído pelos Pataxó em parceria com o artista galês Dan Baron. Além disso, mantiveram sob ameaça de arma de fogo o Cacique Karajá de Coroa Vermelha (VASCO, 2000b: 8). Por um lado, sob o argumento de que o monumento feria o Estatuto de Impacto Ambiental da área, a derrubada do monumento daria início a uma série de intervenções policiais no território Pataxó; enquanto que, por outro, chamava atenção da imprensa nacional e internacional para o início da Marcha Indígena 2000 e a realização da Conferência dos Povos e Organizações Indígenas (FARIAS, 2000: 3).

CAPÍTULO 3

Marcha dos Povos Indígenas 2000

3.1 Caravana indígena da Amazônia

Ao passo que se intensificavam as manobras do governo federal e do governo da Bahia; em Benjamin Constant (Amazonas), representantes dos Ticuna, Marubo, Mayoruna e Matis iniciavam a trajetória da Marcha Indígena, no dia 28 de março de 2000, data em que se completava 12 anos do Massacre do Córrego do Capacete, chacina realizada por madeireiros da região que assassinaram 14 indígenas Ticuna (INICIADA..., 2000: 8). Os indígenas em marcha dirigiam-se à Manaus, para onde estava previsto a realização, no dia 03 de abril, do Seminário 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular na Universidade do Amazonas, e, no dia seguinte (04 de abril), de ato de protesto pelas ruas da cidade reunindo povos indígenas do Amazonas e de Roraima, marcando a primeira manifestação da Caravana Indígena da Amazônia (CONSELHO INDÍGENISTA MISSIONÁRIO, 2000: 28).

Conforme a nota à imprensa *Marcha Indígena inicia em Manaus com muita energia, protestos e indignação*, publicada pelo Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular (2000f: 1), as manifestações do dia 04 de abril na capital amazonense contaram com a presença de cerca de 250 representantes indígenas, que marcharam pelas principais ruas da cidade denunciando os massacres, violências e extermínios iniciados há 500 anos, e que ainda se perpetuavam contra os seus povos. Mais especificamente, Davi Yanomami denunciou a invasão de garimpeiros nas terras de seu povo e as doenças e mortes a que foram submetidos por conta disto; enquanto, Pedro Inácio, presidente do Conselho Geral da Tribo Ticuna, exigiu que os responsáveis pelo Massacre do Igarapé do Capacete fossem julgados. Além disso, reivindicou respeito e valorização da cultura e dos modos de vida dos povos indígenas (MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 2000f: 1). Os líderes indígenas expressaram indignação também ao receberem a notícia da recente invasão policial e destruição do monumento da resistência na Terra Indígena de Coroa Vermelha (idem).

A marcha dos representantes indígenas sobre a capital amazonense, no dia 04 de abril, iniciou no porto da cidade e se dirigiu à Praça do Congresso, realizando as seguintes paradas para atos de protesto: às margens do Rio Negro, homenageando os milhares de

indígenas mortos neste rio; na Praça da Catedral, lembrando a “violência contra as culturas e religiões indígenas” cometidas pelo “projeto colonial” com apoio dos missionários da Igreja Católica; em frente ao Teatro Amazonas, lembrando a exploração e a morte de indígenas e nordestinos durante o ciclo da borracha que possibilitou a aquisição do ouro para decorar o Teatro, “símbolo do saque e do acúmulo de privilégios e riquezas por poucos”; em frente ao Palácio da Justiça, denunciando a impunidade dos massacres indígenas, mais especificamente, em referência ao assassinado de Ticunas no Igarapé do Capacete, foram colocadas 14 urnas funerárias contendo o nome dos indígenas mortos e denunciando a impunidade do não julgamento dos responsáveis; na Praça do Congresso, como último momento do ato, foi realizado show popular, com manifestações culturais indígenas, bandas de rock, grupos de boi-bumbá e de música popular, tendo como o “gesto mais significativo” o lançamento de “flechas por cima do relógio da Globo, possibilitando que um plástico preto com os dizeres – ‘O Brasil que a gente quer são outros 500’ – o encobrisse” (MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 2000f: 1-2).

Em Manaus, se integraram à Caravana Indígena da Amazônia delegações indígenas representando: os povos de Roraima, Makuxi, Wai-Wai, Wapixana e Yanomami; os povos do Amazonas, Apurinã, Arapaço, Baniwa, Baré, Dessana, Huxkariana, Kambeba, Kokama, Kulina, Kuripako, Marubo, Mais, Mayoruna, Miranha, Miriti-Tapuia, Munduruku, Mura, Parintintin, Paumari, Piratapuaia, Tariano, Tenharim, Ticuna, Tukano, Tuyuka e Wanano (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2000: 68).

A Caravana Indígena da Amazônia se deslocava em barcos pelos rios da bacia amazônica, realizando paradas nas capitais e principais cidades da região. Após as manifestações em Manaus, a Caravana atracou, no dia 05 de abril, no porto de Parintins, onde os indígenas foram recebidos em manifestação promovida pelos membros do comitê local da Campanha Outros 500, e por representantes dos povos Hyxkariana e Sateré-Mawé que se integrariam à caravana (CONSELHO INDÍGENA MISSIONÁRIO, 2000: 34). No dia seguinte, realizaram uma passeata pelas principais ruas da cidade, em direção à praça da Catedral de Nossa Senhora do Carmo, onde os manifestantes protestaram contra as “violências cometidas nestes 500 anos” e celebraram a “Resistência Indígena, Negra e Popular” (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2000: 34).

Segundo matéria de Peta Cid (2000: 5) no jornal A Crítica, a mobilização indígena em Parintins, no dia 06 de abril, tinha o objetivo de reafirmar “o propósito de seguir pelo Brasil denunciando os 500 anos de escravidão, extermínio e expropriação de suas terras”.

No ato da praça da Catedral de nossa Senhora do Carmo, ainda teve show cultural, onde participaram artistas locais, estudantes e membros de movimentos populares, e foi oportunidade para que lideranças indígenas se pronunciassem em entrevista coletiva à imprensa (idem). Entre falas que denunciavam a situação que seus povos estavam vivendo, a política indigenista do governo, a inoperância da Funai e as ações de fazendeiros e garimpeiros, os indígenas condenaram também as ações do governo federal para acelerar a votação do Estatuto do Índio, sem que considerassem as demandas dos povos indígenas (idem).

Seguindo viagem de Parintins rumo ao Pará, a Caravana Indígena da Amazônia chegou na cidade de Santarém, no dia 7 de abril. Com a recepção de indígenas Tupinambá, Maitapu e Munduruku, além de entidades de movimentos populares como: o GDA, o Grupo Consciência Indígena (GSI), sindicatos e pastorais locais (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2000 :36). A mobilização começou no porto da cidade e seguiu em marcha rumo ao centro da cidade, com cartazes, faixas, cantos e danças, onde inauguraram o monumento “500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular”, construído por Tupinambás (idem). Após apresentação de danças, houve o encerramento da manifestação na quadra do Colégio Dom Armando, onde a população da cidade manifestou apoio aos indígenas (idem).

Na noite de 09 de abril, a Caravana Indígena da Amazônia desembarcou no porto de Belém, onde encontrou representantes de povos indígenas do Amapá (os Galibi, Galibi-Maworno, Karipuna e Palilur) e do Pará (Kuruaya, Xipaya, Juruna, Guarani, Tembê, Kayapó, Atikum, Apiaká, Kaapor, Xicrin, Tiriyo, Munduruku, Maitapu, Arapium, Negarotê Tupinambá e Guajajara) (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2000 : 38). No dia seguinte, os indígenas realizaram caminhada, saindo do porto de Belém em direção ao ginásio do Sindicato dos Bancários, onde foram oficialmente recebidas as delegações indígenas. Em seguida, os manifestantes seguiram em marcha para a Praça Pedro Teixeira, onde estava alocado o Relógio dos 500 Anos, e realizaram um julgamento simbólico dos 500 anos, condenando as violências a que os povos indígenas foram submetidos, e ao Estado por permitir a continuidade da invasão das terras indígenas e o desrespeito aos direitos constitucionais destes povos (idem). Ainda foram realizadas manifestações de solidariedade por parte de militantes do MST, com entrega de boné da organização, e do prefeito Edmilson Rodrigues, entregando “a bandeira da cidade, como sinal de boas vindas” (idem).

A partir de Belém, a viagem da Caravana Indígena da Amazônia se deu por meio de ônibus fretados, da capital paraense rumo à Imperatriz, no Maranhão, onde seriam integradas lideranças dos povos Guajajara, Guaja, Krikati (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2000: 40). Contando com o apoio de professores, estudantes e membros de movimentos populares, a Marcha percorreu as ruas da cidade, empunhando faixas e cartazes que denunciavam a violência contra os povos indígenas, a impunidade e a omissão do governo em cumprir os direitos indígenas relativos à demarcação de seus territórios (idem).

Segundo matéria de Tânia Martins (2000: 10) no jornal Meio Norte, a marcha da Caravana Indígena envolveu a população de Imperatriz, no Maranhão, no dia 11 de abril, em manifestação que tomou as principais ruas da cidade, com a participação de mais de 200 povos entoando “cantos de lamento pela invasão de seus territórios, de suas culturas e de suas lutas até os dias atuais”. A reportagem destaca ainda que a marcha abordou também as práticas de exclusão da população negra e das classes populares na história do Brasil, e cita depoimentos do padre Diego Perize do CIMI, identificado como um dos organizadores do evento em Imperatriz, que retomavam temas abordados no manifesto *Marcha Indígena 2000. Os Povos Indígenas Retomam o Brasil*, como: “Vamos retrair um caminho inverso ao da invasão europeia. Essa marcha simboliza a resistência indígena, a luta por seus direitos historicamente negados, principalmente à demarcação da terra” (MARTINS, 2000: 10).

No dia 12 de abril, na última parada antes do encontro com as demais caravanas que participariam dos protestos programados para Brasília, a Caravana Indígena da Amazônia chegou à Palmas, sendo recebida com festa (fogos de artifício e trio elétrico) pela população da cidade e recebendo as delegações dos povos Javáe, Apinajé, Xerente, Krahô, Karajá e Tapuia como novos membros da caravana (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2000 : 42). Com o apoio de estudantes do curso de Pedagogia, membros do movimento negro, entre outros apoiadores, e indígenas realizaram marcha pelas ruas da capital de Tocantins, parando durante o trajeto para ato público em frente ao Palácio do Governador para protestar contra o desrespeito às diferenças culturais, as ameaças às lideranças indígenas, e as constantes invasões de seus territórios (idem). Em nota, o Jornal do Tocantins informou que mais de 650 indígenas da região amazônica protestaram em Palmas, reivindicando a “demarcação de suas terras e a retirada de garimpeiros e madeireiros das reservas” (MARCHA..., 2000a: 2).

Com relação à Caravana Indígena da Amazônia Ocidental, antes de sua passagem por Porto Velho, lideranças indígenas de 45 povos dos estados de Rondônia, Mato Grosso e Amazonas realizaram, segundo a matéria *Índios contestam “descobrimento”* (2000) do Diário do Amazonas, ato de protesto contra as comemorações oficiais dos 500 anos e contra a política indigenista do governo federal, na capital rondoniense, durante audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado, no dia 06 de abril de 2000. A matéria destaca que os indígenas participaram da audiência com pinturas e adornos, portando cartazes que afirmavam: “500 anos de luta e sofrimento”, “Queremos educação indígena de qualidade” e “queremos outros 500” (ÍNDIOS..., 2000). As falas das lideranças indígenas expuseram, além da situação vivida por seus povos, convivendo com a violência, invasões e a demora na demarcação de seus territórios, o repúdio às comemorações oficiais por conta de seus gastos, mas também porque, como nas palavras de Eliseu Oro Naó, “O Brasil não foi descoberto e sim tomado pelos colonizadores dos índios. A terra é nossa. Os governantes não nos compreenderam, nos violentaram e nos expulsaram” (idem)⁵⁹.

Embora a viagem das delegações indígenas do Acre tenha começado ainda no mês de março, deslocando-se das aldeias, das matas, pelos rios Juruá, Purus e seus afluentes, o primeiro ato da Caravana da Amazônia Ocidental no Acre aconteceu no dia 07 de abril, na capital Rio Branco. Os representantes indígenas realizaram passeata pelas ruas do centro da cidade, e se reuniram, em frente ao Relógio dos 500 anos, onde protestaram contra os 500 anos de massacres contra as populações indígenas e as comemorações triunfalistas promovidas pelo governo federal (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2000 :44). A marcha contou com apoio da população local, além do governador do estado, Jorge Viana (PT), e outros políticos locais (idem). Segundo a matéria *Nações indígenas do Acre protestam contra 500 anos de Brasil* de Kátia Chaves (2000: 1), no jornal acreano A Gazeta, estiveram presentes na manifestação cerca de 80 representantes de 12 povos indígenas do estado nos atos do dia 07.

Em seguida, a Caravana da Amazônia Ocidental chegou, no dia 09 de abril, em Porto Velho, onde seriam realizadas novas atividades, marcando o encontro dos povos

⁵⁹ Já a matéria *Índios contestam comemoração dos 500 anos e pedem respeito* (2000), também do Diário da Amazônia, destaca que participaram da audiência na Assembleia Legislativa representantes dos povos Tenharim, Karitiana, Uru-Eu-Wau-Wau, Soró, Suruí, Arara, Gavião, Amondwa, Tupari, Gampé, Oro Waram Xijein, Oro Mom, Oro Naó, Oro Eo, Jabuti, Macurap, Salamã, Cassupá, Massaká, Zoró, Kwazá, Aikanã, Cinta Larga, Canoé, Ajurú, Aruá, Latundê, Nambikuara, Aricapú, Saquirabat, Djahoy, Kitandú, Manariçú, Apurinã e Oro Wina.

indígenas do Acre e de Rondônia. Segundo o *Relatório da Marcha de Porto Velho e da Viagem da Marcha dos Povos Indígenas 2000*, na capital rondoniense, as delegações indígenas se uniram a membros do MST, de outros movimentos sociais e de pastorais da Igreja, para a partir de concentração na Praça das Caixas D'Águas, iniciarem a “Marcha dos 500 anos dos Povos Indígenas”, mobilização pelas ruas das cidades, com paradas em locais simbólicos da cidade como: o Palácio do Governo de Rondônia, “representando o Governo do Brasil”; a Catedral Sagrado Coração de Jesus, “representando a Igreja e seu papel junto aos povos indígenas, negros e populares” nos últimos 500 anos; o Trevo Roque, local onde as Organizações Globo instalaram o Relógio dos 500 Anos (COORDENAÇÃO DA UNIÃO DAS NAÇÕES E POVOS INDÍGENAS DE RONDÔNIA, NOROESTE DO MATO GROSSO, E SUL DO AMAZONAS, 2000: 1-2). O relatório destaca o encerramento da marcha com protesto em frente ao que chama de “relógio da Globalização”:

No relógio, num gesto simbólico de não aceitar o capitalismo, que não leva em conta as culturas dos povos que fazem esse país ser o mais rico, que subjuga todos os trabalhadores numa competição pelo ter mais que o outro, que fere as culturas indígenas porque elas valorizam a vida, o trabalho comunitário, a expressão cultural, os mitos e os ritos é que dissemos não a este tempo, que quer tornar todos num único jeito, e principalmente em consumidores das coisas industrializadas. Lá fizemos o compromisso de lutar pelo fortalecimento cultural de todos os povos, de fortalecer a luta pela reforma agrária, a defesa das terras indígenas, e um meio ambiente para as futuras gerações (COORDENAÇÃO DAS NAÇÕES E POVOS INDÍGENAS DE RONDÔNIA, NOROESTE DO MATOGROSSO E DO SUL DO AMAZONAS, 2000: 2).

A Caravana seguiu viagem com destino à Cuiabá, chegando à capital mato-grossense durante a noite de 10 de abril (COORDENAÇÃO DA UNIÃO DAS NAÇÕES E POVOS INDÍGENAS DE RONDÔNIA, NOROESTE DO MATO GROSSO, E SUL DO AMAZONAS, 2000: 2). No dia seguinte, a marcha dos indígenas começou com concentração em frente à Catedral Metropolitana de Cuiabá, reunindo todas as delegações da Caravana, militantes do MST e do movimento negro, estudantes e professores, para, em seguida, se dirigirem ao Relógio dos 500 Anos (instalado na Avenida Rubens de Mendonça), onde protestaram contra o “tempo do capitalismo, do Banco Mundial, do FMI e FHC” (COORDENAÇÃO DA UNIÃO DAS NAÇÕES E POVOS INDÍGENAS DE RONDÔNIA, NOROESTE DO MATO GROSSO, E SUL DO AMAZONAS, 2000: 3). A mobilização realizou atos ainda em frente ao Tribunal de Justiça, exigindo a

apuração dos massacres indígenas realizados nos últimos 500 anos e, mais especificamente, os das últimas décadas, e em frente ao Palácio do Governo do Estado, onde os protestos se intensificaram com contestações à política do governo de demissões e não pagamento de servidores públicos e professores. A marcha encerrou em frente ao prédio do Incra, onde estavam acampados militantes do MST, e foi firmado compromisso entre os manifestantes em defesa da luta por justiça e solidariedade (idem).

As últimas atividades da Caravana Indígena da Amazônia Ocidental, antes do encontro com representantes de outras regiões do país na cidade de Brasília, foram realizadas durante sua passagem por Goiânia, no dia 12 de abril. Na capital goiana, os representantes indígenas se reuniram também com demais setores, movimentos negros e populares, em concentração no Palácio do Governo do estado, para a marcha pelas ruas da cidade. Em seguida, os manifestantes caminharam, pela avenida central da cidade, em direção à estátua em homenagem ao bandeirante Anhangüera, que, como enfatizado no *Relatório da Marcha de Porto Velho e da Viagem da Marcha dos Povos Indígenas 2000*: “foi denunciado por lideranças indígenas do povo Karajá, Rikbaktsa, Xavante, Saruí, Tupari entre outros” como um dos “maiores caçadores de índios” (COORDENAÇÃO DA UNIÃO DAS NAÇÕES E POVOS INDÍGENAS DE RONDÔNIA, NOROESTE DO MATO GROSSO, E SUL DO AMAZONAS, 2000: 3). Nesse sentido, contestando certas versões da história que tratam tal personagem como herói nacional, lideranças indígenas afirmaram, também no relatório que

os livros de história precisam contar a história verdadeira e não ficar mentindo dizendo que os caçadores de índio são heróis, na verdade eles são assassinos e precisam ser retirados da história verdadeira, e o governo deveria ter vergonha de aprovar livro que fala mentira (COORDENAÇÃO DA UNIÃO DAS NAÇÕES E POVOS INDÍGENAS DE RONDÔNIA, NOROESTE DO MATO GROSSO, E SUL DO AMAZONAS, 2000: 3).

3.2 Protestos e tensões em Brasília

Quanto à Caravana Indígena do Mato Grosso do Sul, esta reuniu os povos Guarani Kaiowá, Kinikinau, Terena, Guató, Ofaié, Kadiweu, Cambá, Guaicurus e Laiana (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2000: 52). Apesar de não terem realizado protestos em seu percurso para Brasília, vale destacar que os seus integrantes elaboraram documentos para entregar às autoridades durante a Marcha Indígena 2000,

como a carta: *Rumo aos Outros 500* do dia 11 de abril de 2000. Assinada pelos povos que integravam a Caravana, essa carta reivindicava a demarcação imediata e a ampliação das terras indígenas já regularizadas, a aprovação do Estatuto do Índio, o respeito à cultura, à educação e à saúde indígena. Assim afirmavam que:

Para nós, povos indígenas do Mato Grosso do Sul é consenso que não comemoraremos essa data em que se iniciou um período trágico de nossa história. Os eventos comemorativos significam aceitar a continuidade da violação dos nossos direitos, ao mesmo tempo em que inviabilizam a construção de um país multiétnico e legítima a impunidade, tais como assassinatos e tantos outros crimes que nos fazem refletir a omissão da justiça em vários estados pelo governo brasileiro (GUARANI KAIOWÁ; KADIWÉU; CAMBÁ; TERENA; KINIKINAU; OFAIÉ; ATICUM; GUATÓ; LAIANA; GUAICURUS, 2000).

Dando sequência à Marcha Indígena 2000, a Caravana Indígena da Amazônia, a Caravana Indígena da Amazônia Ocidental e a Caravana Indígena do Mato Grosso do Sul se encontravam, no dia 13 de abril, em Brasília. A programação em Brasília envolvia a participação em sessão solene na Câmara dos Deputados e em audiência com presidente da república, além de manifestações reivindicando a aprovação do Estatuto das Sociedades Indígenas, cuja tramitação se prorrogava por 9 anos naquele momento, a demarcação de territórios indígenas, em especial, da Reserva Raposa Serra do Sol no estado de Roraima (CÉSAR, 2002: 50). Por outro lado, o governo federal tentava concretizar alianças com os povos indígenas, propondo acordo para a realização da Conferência Indígena na capital federal, para a semana dos dias 17 a 21 de abril, enquanto se votava no Congresso Nacional o Estatuto das Sociedades Indígenas (MALDOS, 2000: 7).

No período da manhã do dia 13, contando com o apoio de estudantes, funcionários públicos, lideranças sindicais, jornalistas, simpatizantes, parlamentares de partidos de esquerda, e membros de entidades de apoio à causa indígena, do movimento negro e do movimento sem-terra, cerca de 2000 mil, os representantes indígenas realizaram passeata, partindo da Torre de TV em direção ao Congresso Nacional, com parada em frente ao Relógio dos 500 anos instalado na capital federal onde repetiram o gesto de disparo de flechas contra este símbolo das comemorações oficiais (COORDENAÇÃO DA UNIÃO DAS NAÇÕES E POVOS INDÍGENAS DE RONDÔNIA, NOROESTE DO MATO GROSSO, E SUL DO AMAZONAS, 2000: 4). Chegando ao Congresso Nacional, os indígenas proferiram discursos, depoimentos e reivindicações durante a sessão solene no

auditório Nereu Ramos (idem). No entanto, a maior repercussão na imprensa ficou por conta da tensão que tomou conta da solenidade no embate entre líderes indígenas e o senador ACM.

Publicada na Folha de São Paulo, a matéria *Índio aponta flecha para o rosto de ACM durante manifestação*, assinada por Daniel Brumatti (2000: 12), destaca o embate entre o Henrique Iabaday, representante do povo Suruí, e o senador ACM como momento mais tenso da marcha que passou por Brasília no dia 13 de abril. Conforme o jornalista, após um primeiro embate entre ACM e Naílton Pataxó, que acusou o político baiano de ter expropriado terras indígenas em benefício de fazendeiros da região e exigiu providências para que cessassem as barreiras policiais nas estradas da região de Porto Seguro; Henrique Iabaday rompeu a barreira de segurança, e, de frente para ACM, empunhou uma flecha na direção do mesmo, exigindo a imediata aprovação do Estatuto das Sociedades Indígenas. ACM reagiu exigindo respeito enquanto os seguranças da Câmara afastavam Iabaday do local (BRUMATTI, 2000: 12). O senador ainda criticou os indígenas, do que chamou de “gestos impulsivos”, e se comprometeu a dialogar com o governador da Bahia sobre a questão da repressão policial, afirmando que “(...) não pode haver comemoração dos 500 anos sem a presença de vocês [indígenas], mas a presença dos senhores não pode impedir a comemoração” (BRUMATTI, 2000: 12)

Por outro lado, na reportagem *Revolta na ponta da flecha* (2000) do dia 17 de abril, o jornal A Tarde publicou depoimento de Henrique Iabaday, justificando a sua manifestação contra ACM:

Quando ainda estava na aldeia preparei flechas especialmente para essa ocasião. Flechei o relógio dos 500 anos (que a Rede Globo instalou em todas as capitais do país) em Cuiabá, em Goiânia e depois em Brasília. Quando estava no Congresso e vi Naílton Pataxó relatando o sofrimento que os índios sofreram e sofrem nesses 500 anos, não aguentei e me aproximei. Foi um protesto. Eu queria furar um presidente. Só não fiz isso porque as lideranças indígenas me pediram para eu não fazer (REVOLTA..., 2000).

Após o evento no Congresso Nacional, os representantes indígenas ainda realizaram, no período da tarde, audiência com o presidente FHC marcada novamente por tensão. Dessa vez, o embate começou antes mesmo da audiência, colocando, de um lado, líderes indígenas da região amazônica que, àquela altura, negociavam com o governo federal a não participação do movimento indígena nos protestos contra as comemorações dos 500 anos em troca da imediata votação (entre os dias 17 e 21 de abril) do Estatuto dos

Povos Indígenas, e, do outro lado, as demais lideranças indígenas que participavam das manifestações em Brasília e defendiam a manutenção da programação original da Marcha e Conferência Indígena (FARIAS, 2000: 4). Com relação à audiência propriamente dita, segundo o *Relatório da Marcha de Porto Velho e da Viagem da Marcha dos Povos Indígenas 2000*, as lideranças indígenas apresentaram como resultado:

a) o governo vai interceder junto ao comando da polícia da Bahia para que não haja repressão às caravanas; b) prometeu colocar em discussão o Estatuto dando tempo para as populações opinarem, não aceitando a proposta de Estatuto elaborada pelos indígenas à mais de 3 anos; c) prometeu dar prosseguimento ao processo de reconhecimento e demarcação das terras indígenas” (COORDENAÇÃO DA UNIÃO DAS NAÇÕES E POVOS INDÍGENAS DE RONDÔNIA, NOROESTE DO MATO GROSSO, E SUL DO AMAZONAS, 2000: 5).

Marcando o início das divergências que se estabeleceram dentro do movimento indígena durante as mobilizações da Marcha Indígena e a Conferência dos Povos e organizações Indígenas, as lideranças indígenas que participaram da audiência saíram com diferentes impressões em relação das promessas feitas por FHC. O *Relatório da Marcha de Porto Velho e da Viagem da Marcha dos Povos Indígenas 2000* (COORDENAÇÃO DA UNIÃO DAS NAÇÕES E POVOS INDÍGENAS DE RONDÔNIA, NOROESTE DO MATO GROSSO, E SUL DO AMAZONAS, 2000: 5) identifica a oposição entre o entendimento de Nilton Pataxó e Samuel Karajá, que viam apenas promessas vazias nos compromissos do presidente da república, e de Orlando Baré, que argumentava em defesa das negociações com o governo.

Por fim, as delegações indígenas que participaram das manifestações em Brasília seguiram viagem, passando ainda, no dia 14 de abril, pelas cidades do interior baiano, de Bom Jesus da Lapa e Vitória da Conquista, onde foram recebidos por autoridades da prefeitura e da igreja e confraternizaram com a população local (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2000: .60-63). O destino seguinte dessas delegações era o Monte Pascoal, local em que encontrariam com os indígenas da Caravana do Leste e da Caravana do Sul, com os quais participariam de novas mobilizações.

As atividades da Caravana Indígena do Leste iniciaram a partir de 13 de abril, com a chegada à cidade de Belo Horizonte dos povos: Maxakali, Krenak, Xakriabá, Kaxixó, Aranã e Pataxó de Minas Gerais; e Xucuru-Kariri, Atikum e Pankararu do sul da Bahia (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2000: 67). Os indígenas participaram, na capital mineira, de sessão especial na Assembleia Legislativa organizada para discutir

a situação dos povos do estado (POVOS..., 2000: 25); bem como de cerimônias de recepção e homenagens promovidas pelo Bispo Dom Serafim e pelo prefeito da cidade, Célio de Castro. (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2000: 67). No dia seguinte, os indígenas realizariam ainda uma manifestação, junto aos membros do comitê do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular da cidade, que contou com a participação de aproximadamente seis mil pessoas (idem).

No dia 15 de abril, A Caravana Indígena do Leste seguiu viagem rumo ao litoral do extremo sul da Bahia, mais especificamente ao Monte Pascoal, parando, ainda no estado de Minas Gerais, em Governador Valadares, para receber apoio da população local e, em Teófilo Otoni, para participar de atos promovidos pelo prefeito e bispo da cidade em homenagem aos povos indígenas (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2000: 72). Integrantes também da Caravana do Leste, os povos Tupinikim e Guarani do Espírito Santo realizaram viagem direto ao Monte Pascoal, destino que alcançariam na manhã do dia 15 (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2000: 73-75).

As mobilizações da Caravana Indígena do Sul iniciaram no dia 13 de abril, com a chegada dos representantes Guarani M'byá e Kaingang do Rio Grande do Sul à Chapecó, onde os Guarani e Kaingang do oeste de Santa Catarina protagonizavam ato de protesto na praça central da cidade. Com apoio do Fórum Regional de Lutas (formado por MST, Movimento das Mulheres Agricultoras – MMA -, CPT, CIMI, Pastoral da Juventude, Pastoral Social, Sindicato dos Trabalhadores da Educação, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, PT, entre outras entidades), a manifestação contou com discursos de lideranças indígenas e membros de outros movimentos sociais, além de apresentações musicais, teatro e informes dos últimos acontecimentos na Bahia (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2000: 64-65). Encerrando as atividades da manifestação, rezadores indígenas benzeram os representantes indígenas que seguiriam na Caravana rumo à Santa Cruz de Cabrália, parando primeiramente no Monte Pascoal (idem).

No percurso da Caravana Indígena do Sul, foram realizadas paradas em cidades de São Paulo, onde se integraram representantes dos Guarani deste estado e representantes dos Guarani e dos Xokleng do litoral de Santa Catarina (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2000: 64-65). Os ônibus em que viajavam as delegações indígenas ainda tiveram problemas de manutenção e complicações com as barreiras policiais que atrasaram a chegada no Monte Pascoal, apenas concretizada no dia 16 de abril (idem).

3.3 Do Monte Pascoal para Santa Cruz de Cabrália

No dia 15 de abril, as primeiras caravanas começaram a chegar ao Monte Pascoal para cumprir as atividades preparatórias para a Conferência dos Povos e Organizações Indígenas. O primeiro dia de estadia no local foi reservado para a recepção e confraternização entre os povos indígenas, bem como para a acomodação dos mesmos no espaço instalado em uma fazenda, ao pé do morro, recém retomada pelos Pataxó (MALDOS, 2000b: 8). Os visitantes aproveitaram também para subir o Monte Pascoal e, em seu topo, realizar orações e outras manifestações culturais (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2000: 75).

O dia 16 de abril foi reservado, no Monte Pascoal, às plenárias em que os participantes foram informados sobre os acontecimentos da Marcha Indígena e os preparativos para a Conferência Indígena, bem como proferiram discursos sobre as iniciativas do governo federal que visavam desmobilizar os indígenas (MALDOS, 2000b: 8). Segundo o Relatório da Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso, e Sul do Amazonas (2000: 6-7), os debates foram momentos de definição da pauta da Conferência Indígena e dos problemas que os organizadores do evento enfrentavam em Santa Cruz de Cabrália: negociação para a construção do “monumento à resistência” na Terra Indígena Coroa Vermelha, a atuação das lideranças indígenas que tentavam costurar acordo com o governo, as barreiras policiais na estrada e a repressão aos militantes sem-terra. Já a notícia *Índios fazem manifestação com MST* (2000d: 6) publicada na Folha de São Paulo, destaca a decisão tomada pelos indígenas de participarem da manifestação organizada pelo MST programada para o dia 17, pois uma parcela das lideranças entendia que deveriam apoiar todo protesto contra o governo FHC.

Os representantes indígenas encerraram as atividades no Monte Pascoal, na manhã do dia 17 de abril, com apresentação de danças, cantos e ritos em frente ao morro (MALDOS, 2000b: 8). Em seguida, se reorganizaram em caravanas e partiram rumo à Santa Cruz de Cabrália, para darem início às atividades da Conferência dos Povos e Organizações Indígenas em pleno território dos Pataxó de Coroa Vermelha.

3.4 Caravana Indígena do Nordeste

Com relação à Caravana Indígena do Nordeste, é importante destacar que foi a que contou com maior número de vagas, em torno de 500, em razão de representar a região onde, segundo o Conselho Indigenista Missionário (2000: 81), os indígenas sofreram maior impacto da invasão e dos 500 anos de colonialismo e violência. Com objetivo de integrar a população indígena à Marcha, a APOINME e o CIMI realizaram o trabalho de discussão nas aldeias e comunidades de mais de 30 povos da região, utilizando como apoio material elaborado sobre a história dos indígenas do Nordeste (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2000: 81). O ponto de encontro das delegações indígenas da Caravana do Nordeste seria em Salvador, onde, no dia 17 de abril, participariam de um seminário, e realizariam uma marcha nas ruas da capital da Bahia.

As mobilizações na região nordeste iniciaram em Palmeira dos Índios (Alagoas) com a realização, entre os dias 04 e 06 de abril, do Seminário “Resistência Indígena, Negra e Popular”, sob assessoria do professor Radjalma Cavalcante da Universidade Federal de Alagoas, abordando a história e a situação contemporânea dos povos indígenas do Brasil, mais especificamente do Nordeste (MARCHA..., 2000b). Concluído o seminário, no dia 06, representantes do povo Xukuru-Kariri, do CIMI, da APOINME, além de membros do Ministério Público e estudantes, marcharam pelas ruas da cidade tendo como objetivo a entrega de uma carta de reivindicações aos órgãos públicos: Câmara Municipal, Prefeitura e Ministério Público (idem).

No dia 14 de abril, em Maceió, membros de movimentos populares e representantes dos povos Xucuru-Kariri, Wassu, Karapotó, Kariri-Xocó, Gerinpankó/Karuazu e Kalankó promoveram ato público alertando a população da cidade para os problemas enfrentados pelos indígenas no Brasil e, mais especificamente, no estado de Alagoas (MARCHA..., 2000b). A notícia *Índios fazem ato público no Centro contra FHC* (2000e: 6), publicada na Gazeta de Alagoas, destaca como ponto alto da manifestação a realização do toré e o plantio de árvores pau-brasil, enfatizando as diferenças entre as concepções dos povos indígenas sobre as matas em relação às concepções assumidas pelo governo FHC.

Em Pernambuco, conforme o documento *Memória da Marcha e Conferência Indígena 2000 Pernambuco* elaborado pela APOINME/Micro-Região Pernambuco, as mobilizações começaram a partir do dia 13 de abril, com a chegada de lideranças dos povos Atikun, Fulni-ô, Kambiwá, Kapinawá, Pankararu, Pipipã, Truká e Xucuru da região na cidade de Recife. Para o dia 14, as atividades programadas envolveram: entrevista do coordenador Micro-Região Pernambuco, Zé da Santa, apresentando os

objetivos da Marcha e da Conferência Indígena no telejornal “Bom Dia Pernambuco”, da Rede Globo; participação em Sessão Solene promovida pela Assembleia Legislativa do estado, com a presença também de representantes do movimento negro e de movimentos populares; e duas marchas pelas ruas da cidade, a primeira encerrando com ato em frente ao “Monumento Tortura Nunca Mais”, e a segunda com ato na Praça do Marco Zero (COMISSÃO DA ARTICULAÇÃO DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO NORDESTE, MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO – MICRO-REGIÃO PERNAMBUCO, 2000: 3).

Para o dia 15 de abril, também em Recife, estava prevista a realização de uma mesa redonda debatendo os “Outros 500”, promovida pelo *Fórum de Resistência Indígena, Negra e Popular de Pernambuco*, porém o evento foi cancelado devido a muitos indígenas terem adoecido e do não comparecimento de membros de entidades do movimento negro e de movimentos populares (COMISSÃO DA ARTICULAÇÃO DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO NORDESTE, MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO – MICRO-REGIÃO PERNAMBUCO, 2000: 3). Encerrando as atividades em Recife, os indígenas participaram de encontro com o Deputado Federal Fernando Ferro (PT), onde foram discutidos mais detalhes sobre a manobra do governo federal para colocar em votação o Estatuto dos Povos Indígenas, sem a consulta das lideranças indígenas e sobre as barreiras policiais montadas pelo governo nas estradas da região de Porto Seguro (*idem*).

Na cidade de Fortaleza, as atividades se concentraram no dia 15 de abril, quando, segundo a matéria *Índios cearenses se integram aos festejos dos 500 anos na Bahia* (2000a: 17) publicada no Diário do Nordeste, 83 indígenas, representantes dos povos Tapeba, Tramembé, Genipapo Kanindé, Pitaguary, Kariri, Tabajara, Tupinambá, Kalekassa e Potiguara, realizaram uma marcha, iniciando na Praça José de Alencar, em direção à Praça da Estação, onde embarcariam em ônibus rumo a Salvador. Na Praça José de Alencar, foi realizado ainda ato de protesto, em que lideranças indígenas proferiram discursos e apresentaram manifestações culturais, recebendo o apoio de centenas de pessoas que também se manifestavam contra as comemorações oficiais dos 500 anos (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2000: 82).

Conforme o planejamento, no dia 17 de abril, as delegações indígenas do Ceará, Pernambuco, Alagoas se encontraram, na cidade de Salvador, com os demais povos que formavam a Caravana do Nordeste: os Potiguara da Paraíba; os Xocó de Sergipe; e os Kaimbé, Kiriri, Pankararé, Tumbalalá e Tuxá do norte Bahia (CONSELHO

INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2000: 85). Na capital baiana, os indígenas participaram primeiramente de um seminário preparatório para a Conferência dos Povos e Organizações Indígenas, em que foi feita uma análise antropológica dos povos do Nordeste e uma retomada da história do movimento indígena e das conquistas de direitos nos últimos 20 anos (idem).

Em seguida, com o apoio de membros de movimentos sociais, do movimento negro, de pastorais e de partidos de oposição ao governo federal, os indígenas marcharam do bairro de Campo Grande ao centro da cidade, onde encerraram as atividades com ato de protesto em que discursam lideranças indígenas apresentando propostas para “uma sociedade pluriétnica e multicultural” (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2000: 85). Sobre a marcha em Salvador, o documento *Avaliação Povos Indígenas no Ceará – 24 de abril e 04 de maio de 2000 Marcha e Conferência Indígena Nacional na Bahia 15 a 24 de abril de 2000* destaca que a manifestação marcava também o lançamento da Campanha em Favor da Demarcação das Terras indígenas dos Pataxó, e contou com um gesto de protesto contra as comemorações oficiais, em que indígenas dispararam flechas contra as estátua de Pedro Álvares Cabral e do Frei Henrique de Coimbra, entendido como religioso responsável pela primeira missa em solo brasileiro (COMISSÃO DA ARTICULAÇÃO DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO NORDESTE, MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO – MICRO-REGIÃO CEARÁ, 2000: 2).

A mobilização ganhou destaque na Folha de São Paulo por meio da matéria *Índios fazem manifestação com MST* (2000c: 6), que destacava o plano de cerca de 500 lideranças indígenas, integrantes da Caravana Indígena do Nordeste, para realizarem marcha do bairro de Campo Grande à Praça da Sé, no centro de Salvador, contando com apoio de membros da CUT, da CONEN e de partidos da oposição ao governo federal. Os manifestantes são identificados como membros do “Movimento ‘Brasil, outros 500’”, que pretendia contrapor as comemorações oficiais dos 500 anos. A matéria destaca ainda o pronunciamento de Janduir Vieira Cruz, indígena do povo Truxá”, afirmando: “Vamos protestar contra os 500 anos de genocídio dos povos indígenas e mostrar que a realidade do índio hoje no Brasil não corresponde com a divulgada pelo governo” (ÍNDIOS..., 2000c: 6).

3.5 Marcha dos Sem Terra

Encerrados os atos do dia 17 de abril em Salvador e no Monte Pascoal, todas as caravanas da Marcha Indígena 2000 se dirigiram à Santa Cruz de Cabrália, se acomodando na Terra Indígena Coroa Vermelha, no município de Santa Cruz de Cabrália, onde seria realizada a Conferência dos Povos e Organizações Indígenas. Enquanto isso, na mesma data, a marcha do MST em memória aos mortos do Massacre de Eldorado Do Carajás entrava em Porto Seguro, para a realização de ato de protesto em frente ao Fórum Osório Borges de Menezes (Tribunal de Justiça), no centro da cidade, abrindo a *Semana da Resistência* – conjunto de atividades do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular a serem realizadas na região do extremo sul da Bahia até o dia 26 de abril (MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO; FONSECA; SANTOS, 2010: 28; MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR: 2000b). A expectativa era que, antes de chegarem à Coroa Vermelha, os indígenas se integrassem à marcha dos sem-terra, no entanto barreiras policiais nas estradas impediram o acesso dos indígenas à Porto Seguro (BRASIL, 2000: 56).

Enquanto indígenas se deslocavam por todo o país, o MST iniciava, no dia 14 de abril, a Marcha dos Sem-Terra, mobilizando integrantes de acampamentos de diferentes regiões da Bahia, como Recôncavo da Baía de todos os Santos e no extremo sul do estado (MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO; FONSECA; SANTOS, 2010: 28). No percurso pelas estradas da Bahia, aconteceram os primeiros embates das caravanas do MST com a polícia militar baiana, tendo como resultado, na região de Itabuna, o bloqueio de sete ônibus do movimento e a prisão de 9 de seus membros (idem). Nesse contexto, as lideranças dos sem-terra abriram negociações com o governo federal e o governo da Bahia para que pudessem realizar manifestação em Porto Seguro, no dia 17 de abril, aceitando a condição de retorno à cidade de Eunápolis assim que encerrado o ato (FRANCISCO, 2000a: 12).

Além da marcha do MST que, no dia 17 de abril, reuniu cerca de 2.500 pessoas em Porto Seguro, os sem-terra realizaram, naquele mês, 132 ocupações de terra, em diferentes estados do país, sendo 79 só no Pernambuco (MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO; FONSECA; SANTOS, 2010: 28). A ocupação do edifício do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em Salvador, como uma das ações promovidas pelo MST no mês de abril, tencionava as relações do movimento com o governo federal, e foi usada como condição para novas negociações após o ato do dia 17 (INCRA..., 2000: 12). Os membros do movimento exigiam a disponibilização de ônibus para que retornassem a seus acampamentos e a realização de uma audiência com o então

Ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, até o dia 21 de abril, para que não retomassem os planos de participar de protestos na cidade de Porto Seguro (FRANCISCO, 2000a: 12).

As abordagens da imprensa sobre as ocupações e marchas, bem como dos conflitos dos membros do MST com a polícia militar nas estradas da Bahia, foram usadas pelo governo para estigmatizar o movimento (MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO; FONSECA; SANTOS, 2010: 28). Em matéria de Silvana Freitas (2000: 10), do dia 20 de abril de 2000, na Folha de São Paulo, foi dado destaque às críticas de membros da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) do PPS e do PT às ações do MST, apontadas como “radicalização”, “vandalismo”, entre outros termos pejorativos. Ressalta-se ainda que o ministro Raul Jungmann decidira por não participar de audiência com membros do MST, acusando-os de não cumprir a parte que lhes era devida do acordo e de recorrerem a “prática fascista” de pressão política (idem). Por sua vez, em entrevista concedida à Folha de São Paulo no dia 21, FHC fez a seguinte declaração, ao ser questionado sobre a tensão entre governo e manifestantes que pretendiam protestar em Porto Seguro:

Elas (as manifestações) são livres. Todo mundo sabe que o Brasil é um país multirracial, cheio de contradições e de ambiguidades e tem a tolerância necessária para essa convivência. Eu pelo menos acho muito bom que haja todo tipo de manifestação, de protestos, também dos excluídos, desde que sejam civilizados.

(...) O acirramento de ânimos é de um setor que, aliás, não acirrou nada, sempre foi assim, que é o MST. Ele às vezes usa a bandeira da CUT, que não sei se é com ou sem a autorização da central. E tem um grupelho chamado PSTU, que às vezes é muito agressivo. Outro dia jogaram uma pedra e, em vez de cair em mim, caiu no presidente da Câmara, Michel Temer. Isso é uma falta de civilidade total, que não tem nada a ver com política no sentido forte da palavra. Tem a ver com visões de pequenos grupos. Eles são um setor radicalizado da sociedade brasileira, só que voltada para o vazio (CARDOSO, 2000: 5).

Enquanto isso, membros de movimentos negros, coletivos de mulheres, sindicatos, estudantes, religiosos, anarquistas, anarcopunks, em suma, militantes de todo o país, sendo em sua maioria residentes do estado da Bahia, se reuniam no acampamento Quilombo Palmares, instalado na cidade de Santa Cruz de Cabrália, a cerca de 3 quilômetros de distância da Terra Indígena Coroa Vermelha. A organização⁶⁰ do

⁶⁰ Os responsáveis pela organização do Quilombo Palmares, em seu período de vigência, o coordenador geral e os coordenadores específicos, não aparecem de forma clara nas fontes a que tivemos acesso. Segundo relato do estudante João Paulo Amaral Scigliano (2000: 46) na revista “Olhares e Registros Daquela 22 de Abril”, o acampamento parecia organizado de forma precária de modo que, espalhados pelo

acampamento ficaria a cargo de um coordenador geral e um coordenador específico para cada dia que durasse a ocupação do local, ambos responsáveis por receber comitivas e estabelecer contato com a imprensa (MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 2000: 4).

O espaço do Quilombo Palmares oferecia uma estrutura simples montada durante o mês de abril, contando com um pequeno escritório, tendas cobertas por lonas plásticas, sanitários químicos, chuveiros e instalações elétricas improvisadas (MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO; FONSECA; SANTOS, 2010: 34). Um terreno vazio ao lado, ainda foi ocupado para a instalação de barracas de camping, sendo batizado de “Quilombinho”. Para a efetivação do acampamento, o MNU captou recursos junto à Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CERIS), ao Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS) e à Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), além de ter contado com o apoio do Movimento de Defesa de Porto Seguro (MDPS), do Sindicato dos Químicos e Petroleiros e do MST na construção e montagem da estrutura (MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO; FONSECA; SANTOS, 2010 :46).

As estimativas de militantes e jornalistas que frequentavam o local apontam para um contingente de 1.500 a 2.000 pessoas instaladas no acampamento, mas que, por vezes, parecia maior pela circulação de militantes que haviam se instalado em pousadas, hotéis e casas da região (MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO; FONSECA; SANTOS, 2010: 35). As fontes nos trazem informações dispersas sobre os eventos promovidos no Quilombo Palmares, de modo que destacamos as atividades realizadas no dia 21 de abril: entrevista coletiva para imprensa nacional e internacional, no período da manhã; e plenária, no período da noite, com a participação de representantes da Conferência dos Povos e Organizações Indígenas, para a definição dos últimos detalhes da *Marcha Nacional Brasil: Outros 500* a ser realizada no dia seguinte: “passeata até o local da Conferência, ato em Coroa Vermelha e marcha para Porto Seguro, com concentração na praça das Pitangueiras, onde seria realizada a ‘Noite da Resistência’” (MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO; FONSECA; SANTOS, 2010: 35).

local, “microfones e caixas de som traziam as ideologias de cada grupo. As chamadas ‘plenárias’ eram tentativas extremamente conflituosas de reunir informações e concepções sobre como a marcha deveria ser no dia 22”.

3.6 Conferência dos Povos e Organizações Indígenas

Ao passo que o MST se concentrava em Eunápolis e os movimentos negros e movimentos populares se reuniam no Quilombo Palmares; os indígenas davam início, no dia 18 de abril, à Conferência dos Povos e Organizações Indígenas, em pleno território Pataxó na região de Coroa Vermelha. Com bastante antecedência, o espaço da Conferência foi organizado por lideranças indígenas e representantes do CIMI, visando abrigar cerca de 3.600 representantes indígenas de 150 povos (MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO; FONSECA; SANTOS, 2010: 29). A estrutura reunia: o escritório central da Conferência, em uma casa de alvenaria já existente no local; um anfiteatro, sob uma lona, para a realização de plenárias; um dormitório, em uma grande tenda; além de, barracas, sanitários químicos e chuveiros pelo local (idem).

Idealizada como marca da especificidade do movimento indígena junto à articulação mais ampla do Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular, a Conferência dos Povos e Organizações Indígenas tinha como objetivo promover a “visibilidade das lutas, reivindicações e propostas indígenas no contexto dos 500 anos de invasão europeia de suas terras e da constituição do Estado e do território nacional brasileiro” (CONSELHO DE ARTICULAÇÃO DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO BRASIL: 1999: 3-4). A programação das atividades da Conferência previa: no dia 18 de abril, abertura com apresentação cultural dos Pataxó de Coroa Vermelha; no dia 19, balanço sobre os 500 anos na perspectiva dos povos indígenas; no dia 20, balanço da conjuntura atual das lutas indígenas, levantando avanços e dificuldades; e, encerrando no dia 21, debate sobre perspectivas e propostas para os “Outros 500”, com a participação de movimentos negros e populares, além da votação do documento final da Conferência dos Povos e Organizações Indígenas⁶¹.

Como colocou América Lúcia César (2002: 112-113), a Conferência dos Povos e Organizações Indígenas foi um encontro, até então inédito, onde indígenas de todo o país retomaram o processo histórico dos 500 anos, discutiram encaminhamentos políticos relativos à demarcação das terras indígenas, o Estatuto das Sociedades Indígenas, projetos relativos à auto-sustentação, educação e à saúde. No entanto, a Conferência ficou marcada também pelo embate dentro do movimento indígena que opôs: de um lado, um grupo favorável às negociações com o governo federal, composto por lideranças de grande

⁶¹ Ver documento em anexo: *Documento Final Manifesto da Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil* (2000).

representatividade dentro das organizações indígenas da Amazônia e por Pataxós de Coroa Vermelha, como o cacique Karajá; e, de outro, as demais lideranças e o CIMI favoráveis à integração aos protestos do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular.

O conflito na Conferência Indígena reproduzia o acirramento de disputas que já haviam se manifestado durante a audiência com FHC em Brasília, no dia 13 de abril, mas que também se desenrolava desde o início do mês, quando, a partir da invasão da polícia militar da Bahia à Terra Indígena Coroa Vermelha, agentes do governo baiano e do governo federal intensificaram o assédio às lideranças indígenas dos Pataxó, da COAIB e da CAPOIB. Nesse contexto, pesavam acusações de que lideranças indígenas da Amazônia e Pataxós de Coroa Vermelha haviam sido cooptadas pelo governo; enquanto estes respondiam atribuindo os dissensos na Conferência Indígena à atuação política do CIMI (CESÁR, 2002).

Os posicionamentos divergentes na Conferência Indígena eram complexos, pois retomavam questões de representatividade das organizações indígenas e do papel das entidades de apoio, como o CIMI, junto ao movimento indígena anteriores à reunião das lideranças em Coroa Vermelha (OLIVEIRA, 2010). De todo modo, os temas que provocavam maiores polêmicas foram postos em plenária na Conferência, em mais de uma ocasião, com destaque para o dia 21 de abril quando foi decidido por ampla maioria: a rejeição da proposta de realização de audiência com o presidente da república no dia 22; e a permanência do planejamento de integração do movimento indígena à Marcha Nacional Brasil: Outros 500 (COORDENAÇÃO DA UNIÃO DAS NAÇÕES E POVOS INDÍGENAS DE RONDÔNIA, NOROESTE DO MATO GROSSO, E SUL DO AMAZONAS, 2000: 8-9)

Nesse interim, segundo Maldos (2000a: 10), identificando-se como líderes da COIAB e do CAPOIB, o grupo favorável às negociações com o governo federal anunciava a ruptura com a Conferência e convocavam suas delegações a se retirarem do local. Os representantes indígenas dissidentes publicaram então, no dia 21 de abril, a *Nota da Caravana Indígena da Amazônia*, abordando o papel de liderança que a COIAB exercia no movimento indígena e como as práticas de “intolerância política” exercidas pelo CIMI e por outras organizações indígenas iam de encontro aos princípios que defendiam. Afirmando que os indígenas da Amazônia mantinham o posicionamento crítico em relação às comemorações oficiais e à política indigenista do governo FHC. A nota declarava também:

É importante frisar que nos esforçamos para superar as dificuldades políticas surgidas no transcorrer dessa conferência, para isso reunimos com o CIMI, procuramos a discussão política com lideranças de outras regiões, mas, infelizmente, a intolerância política ainda persiste, e nós não aceitamos renegar os interesses dos povos indígenas da Amazônia, que nos outorgaram democraticamente a missão de defender e lutar pelos interesses que nós pertencentes a COIAB acreditamos. Reconhecemos a importância do CIMI e demais entidades de apoio, e queremos continuar a contar com essas parcerias. Mas, queremos ser o sujeito da nossa história. Razão pela qual que nessa conferência decidimos reunir separadamente e discutir os pontos da pauta tal como nas nossas bases (CARAVANA INDÍGENA DA AMAZÔNIA, 2000: 2)

3.7 Confrontos com a polícia militar e o fracasso das comemorações

Ao passo que, no dia 21 de abril, a Conferência Indígena chegava ao fim, tomando suas últimas deliberações sobre a participação nos protestos do dia seguinte, e finalizando o *Documento Final Manifesto da Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil*; a repressão na região de Porto Seguro se intensificava com bloqueios policiais nas estradas de acesso à cidade (ANTUNES, 2000: p. 4), mais especificamente, na cidade de Eunápolis onde se concentravam os militantes do MST, e o cerco policial ao acampamento Quilombo Palmares⁶².

No dia 22 de abril, as movimentações no acampamento Quilombo Palmares iniciaram por volta das 6 horas da manhã, com manifestantes desmontando as barracas e se preparando para iniciar a marcha que se dirigiria ao espaço onde foi realizada a Conferência Indígena. A programação previa realizar uma confraternização com os indígenas no local, para, no final da tarde, realizarem a *Marcha Nacional Brasil: Outros 500* em direção à Praça Pitangueiras, em Porto Seguro. Tão logo os cerca de mil manifestantes se dirigiam em passeata à Conferência Indígena, por volta das 8 da manhã, tiveram o primeiro embate com as tropas da polícia militar baiana. O *Relatório/Avaliação do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular*

⁶² Segundo relato da estudante Coraci Bartman Ruiz registrado na revista “Olhares e Registros daquele 22 de abril”, o assédio policial ao acampamento Quilombo Palmares foi intenso na madrugada do dia 22 de abril de 2000. Nas palavras da autora: “Quando tudo finalmente acalmou, a polícia apareceu. O primeiro momento foi de desespero. Os carros rondavam o acampamento e às vezes policiais desciam, ficavam parados. Algumas pessoas começaram a cantar uma música do Geraldo Vandré. Eu tremia de nervoso, de medo mesmo daqueles homens fardados, suas armas e sua impunidade encobertos pela luz da noite” (RUIZ, 2000: 40).

(COORDENAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES NEGRAS, 2000) descreveu o ataque policial, denunciando o comandante das tropas da PM, Coronel Wellington Müller, e o governo do estado da Bahia, nos seguintes termos:

O carrasco Wellington Müller a mando do governador César Borges marionete de ACM e FHC, começou a lançar sua ira anti-negro, anti-índio e anti-popular logo nas primeiras horas da manhã quando saindo do instalado Quilombo dos Palmares a marcha dirigia-se a área da Conferência Indígena. Na metade do trajeto bombas de gás, balas de borracha e pancadarias deu o tom da raiva sanguinária de Müller e seus comandados (COORDENAÇÃO NACIONAL DAS ENTIDADES NEGRAS, 2000: 3).

Conforme a matéria de Marcos Vita (2000b: 4), publicada na Folha de São Paulo, o confronto ocorreu na rodovia BR-367, ligação entre Santa Cruz de Cabrália e Porto Seguro, resultando em 141 detidos, na maioria estudantes de Minas Gerais e Espírito Santo, e, de acordo com o relato dos manifestantes, 30 feridos e o “suposto desaparecimento” do militante do movimento negro, Edmilton Siqueira⁶³. A matéria destacou que o Chefe da Casa Militar do governo da Bahia, Cristovam Rio, declarou que a operação havia sido realizada sob a “aquiescência e o conhecimento” do general Alberto Cardoso (Ministro-Chefe do Gabinete Institucional da Segurança da República) e que os manifestantes haviam sido detidos segundo a acusação de “alteração da ordem pública” (VITA, 2000b: 4). Por sua vez, a versão do Coronel Wellington Müller, comandante das tropas da PM, justificava a ação policial com base em um pedido que teria partido de indígenas Pataxó preocupados com a possível entrada dos manifestantes em território indígenas (idem).

Segundo o *Relatório da Marcha de Porto Velho e da Viagem da Marcha dos Povos Indígenas 2000* (COORDENAÇÃO DA UNIÃO DAS NAÇÕES E POVOS INDÍGENAS DE RONDÔNIA, NOROESTE DO MATO GROSSO, E SUL DO AMAZONAS, 2000: 9), diante dos sons das bombas atiradas pelas tropas da PM e das notícias sobre as agressões e detenções de manifestantes, os indígenas realizaram nova plenária, decidindo por anteciparem a marcha à Porto Seguro também para o período da manhã. Portando faixas, arcos e flechas e bordunas, a marcha de mais de 3.000 indígenas,

⁶³ O nome do militante desaparecido é Edmilton Cerqueira, membro da coordenação do MNU. Cerqueira em depoimento à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, no dia 27 de abril de 2000, denunciou que foi detido, torturado e mantido sob custódia na Delegacia de Proteção ao Turista de Porto Seguro até a madrugada de 23 de abril (BRASIL: 2000: 49-54). Uma das fotos amplamente veiculadas na imprensa nacional (inclusive na Folha de São Paulo) e internacional mostrava Cerqueira caído no chão, sendo arrastado pelos cabelos por policiais militares.

coabrindo cerca de 3 quilômetros, iniciou seu percurso entoando cantos e gritos dos diversos povos reunidos (idem). No entanto, os indígenas logo seriam também interrompidos pelas tropas da polícia militar baiana, como descrito no Relatório:

(..) os homens de Cabral estavam escondidos na curva da estrada. As caravelas agora eram motorizadas e deslizavam sobre o asfalto e não sobre as ondas. Sem que se esperasse esta reação, bombas caem sobre nossas cabeças, balas de borracha ardem em nossa pele nua, desnuda de toda hipocrisia mas, coberta pelo sonho de liberdade, de justiça... só nos restou correr, sair da estrada... como cavalos vão levando tudo pela frente... homens armados de bombas, máscaras de gás e desarmados do senso de humanidade, brutalizados pelo poder econômico e político de FHC e seus comparsas. O guarda costa de FHC, senhor Antonio Carlos Magalhães já havia dito em Brasília que, os que querem comemorar irão comemorar, os que querem baderna vão ter o que merecem... ameaçar o poder corrupto que assola nosso país é fazer baderna. Bons são aqueles que querem curtir festa, praia e que levam dólares para a Bahia, os bagunceiros indígenas, sem-terra, negros, estudantes estes são tratados como animais... mais uma vez a história se repete... e no mesmo lugar... (2000: 9).

Por sua vez, o *Relatório/Avaliação do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular* (COORDENAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES NEGRAS, 2000: 3) destacou que a marcha dos indígenas ainda recebeu manifestantes dos movimentos negros e populares que haviam se refugiado do primeiro embate com a PM. Durante os oito quilômetros percorridos pela marcha sob a liderança dos Xavante, as tropas policiais monitoravam a movimentação, aguardando apenas que os manifestantes chegassem a um trecho da estrada mais deserto, onde não houvesse testemunho da população local, para pôr em curso o ataque à marcha, “para a satisfação do neonazista, de alta patente oficial, Wellington Müller, tão violento quanto um combate de guerra onde os massacrados encontravam-se desarmados” (COORDENAÇÃO NACIONAL DAS ENTIDADES NEGRAS, 2000: 3).

Já a matéria de Marcos Vita (2000b: 4), na Folha de São Paulo, aponta que o ataque à marcha dos indígenas ocorreu por volta das 11 horas da manhã, quando os manifestantes chegavam à fronteira entre Santa Cruz de Cabrália e Porto Seguro. Diante das bombas e balas de borracha da PM, os indígenas recuaram em direção ao local onde ocorrera a Conferência Indígena, enquanto alguns revidavam atirando flechas e pedras, e Gildo Jorge Roberto Terena, do povo Terena do Mato Grosso, se ajoelhava em frente às tropas policiais tentando detê-las, como revela a fotografia abaixo (idem).

Com a dispersão da marcha e a detenção de militantes que buscaram refúgio em pousadas à beira da estrada, os indígenas retornavam para a área da Conferência Indígena

em clima de revolta (COORDENAÇÃO DA UNIÃO DAS NAÇÕES E POVOS INDÍGENAS DE RONDÔNIA, NOROESTE DO MATO GROSSO, E SUL DO AMAZONAS, 2000: 11). Os Xavante tentaram pegar as bordunas, que haviam deixado no acampamento, para “voltar pra guerra”; outros indígenas, abatidos, cantavam, lamentavam e choravam; os Kayapó rasgavam, em gesto de protesto e recusa, as roupas no acostamento (CÉSAR, 2002: 121-122). Em discurso, a liderança dos Guarani do estado do Espírito Santo, Toninho Guarani declarou logo em seguida à repressão policial à Marcha:

Algumas pessoas estavam dizendo: Vocês foram atacados pela polícia porque vocês estavam com camisa e vocês estavam com um monte de pessoas não indígenas no meio (...). Não! Não foi por isso, não! Em 1500 aconteceu já isso mesmo e nós não estávamos com outras pessoas brancas; nós não estávamos com camisa.... Então porque, ele atacou, por que ele fez isso. Por quê? É o costume do Império português. Aconteceu em 1500, e hoje continua... Ele fez o mesmo papel que fez naquela época, em 1500... Mataram nossos parentes, mataram nossos avós, mataram nossos rios, mataram nossa sabedoria, mataram tudo... Mas, tudo renasceu, porque Deus existe, porque nosso Deus existe. Nós não fomos derrotados, porque nós chegamos até a barreira que eles colocaram. Quando nós chegamos na barreira, foi o primeiro ponto que conseguimos. Se nós não chegássemos até a barreira, se nós ficássemos aqui, se nós negociássemos com ele (FHC), nós teríamos perdido, nós perderíamos a nossa força (TONINHO GUARANI, apud CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2000: 99).

Como colocou César (2002: 121-122), embora esperassem por uma ação policial de repressão a suas manifestações; os indígenas expressavam um profundo pesar pela ação truculenta das tropas da polícia militar que os impedia de realizar a marcha até Porto Seguro. O sentimento era de que haviam sido derrotados, se deparado com a continuidade do processo de exclusão e extermínio inaugurado com a chegada dos primeiros portugueses em 1500, ainda que tivessem sido bem-sucedidos nas estratégias de enfrentamento e denúncia contra o discurso governamental, desnudando os mitos da cordialidade, da harmonia e da democracia racial (idem).

A matéria *Conflito na terra do Descobrimento*, de Letícia Lins e Paula Autran (2000: 3), no O Globo de 23 de abril, além de abordar os confrontos nas duas marchas, frisa a atuação de Carlos Marés, então Presidente da FUNAI, que se colocou ao lado da manifestação dos indígenas, tentando impedir a ação da PM e criticando o governo baiano. Marés sustentou que a repressão à marcha feriu acordo prévio estabelecido com a Secretaria de Segurança da República e com o comando do policiamento para que os indígenas pudessem entrar em Porto Seguro durante suas manifestações (idem).

Enquanto isso, em Eunápolis, a terceira frente de repressão se deu por meio do bloqueio das principais vias de acesso à Porto Seguro, ainda no dia 21 de abril, retendo moradores locais, turistas e manifestantes de entidades que pretendiam participar da Marcha Nacional Brasil Outros 500 (MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO; FONSECA; SANTOS, 2010: 18). As autoridades argumentavam que as barreiras nas estradas se justificavam diante da necessidade de fazer uma “triagem” de quem fosse entrar em Porto Seguro, como declarou o general Alberto Cardoso, e de conter membros do MST, concentrados em Eunápolis desde o último dia 15, como declarou o coronel da PM Cristovam Rios (JANSEN, 2000: 18). Segundo matéria de Luiz Francisco (2000: 5b), na Folha de São Paulo, diante do bloqueio policial à BR-367 que impedia o acesso a Porto Seguro, membros do MST retornaram a Eunápolis, onde realizaram protesto paralisando a BR-101 (principal rodovia de ligação da Bahia ao sudeste), com pneus queimados, e, em seguida, realizando marcha pelas ruas da cidade. Um segundo protesto foi realizado posteriormente, nas estradas interditadas, por sindicalistas, estudantes e punks, resultando em ação da PM disparando bombas de gás lacrimogênio e na prisão de um manifestante.

Nesse interim, diante dos fracassos do governo tanto em tentar desmobilizar as manifestações, quanto na execução dos projetos comemorativos⁶⁴; a agenda oficial para o dia 22 de abril, em Porto Seguro, ficou reduzida a: almoço entre FHC e o presidente de Portugal, José Sampaio, no Hotel Vela Branca, com a presença de políticos e empresários; visita ao bairro Cidade Histórica; e as cerimônias de plantio de mudas de pau-brasil e de acendimento da Chama do Conhecimento, com a participação de atores fantasiados de indígenas e navegadores portugueses (THAME, 2000). A simplificação da programação ainda assim não impediu constrangimentos. FHC tentou cantar o hino nacional durante entrevista coletiva, mas acabou errando a letra em duas ocasiões, logo virando notícia; enquanto ACM e o governador César Borges se recusavam a comentar as perguntas de jornalistas sobre a repressão a manifestantes (idem).

Durante o almoço no Hotel Vela Branca, FHC realizou ainda seu pronunciamento oficial para as comemorações do V centenário, exaltando mais uma vez a “audácia dos navegantes que primeiro fincaram a bandeira de Portugal deste lado do oceano”, a herança portuguesa, “origem histórica na cultura, na língua (...) e nos laços indissolúveis” (BRASIL, 2000: 285). Em um cenário já marcado pela violência policial contra os manifestantes do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular,

⁶⁴ Vide o caso da incapacidade de navegação da réplica da Nau Capitânea.

o Presidente da República tentou ainda inserir em seu discurso o que chamou de “vozes dos excluídos”, reconhecendo o extermínio de povos indígenas e a importância da demarcação de seus territórios, o peso do “passado escravista, oligárquico e patriarcal”, a concentração fundiária e demais “chagas sociais”, sem deixar, no entanto de criticar os integrantes do MST:

Aqui estão também os trabalhadores rurais sem terra. Tenho expressado de maneira muito clara minhas divergências com o viés antidemocrático do discurso e das formas violentas de ação induzidas por algumas lideranças do movimento. Mas isso não diminui aos meus olhos o drama social vivido por esses trabalhadores. A presença deles traz a lembrança incômoda, mas necessária de que a concentração da propriedade da terra continua a determinar a exclusão de milhões de brasileiros dos benefícios do desenvolvimento, apesar dos avanços consideráveis da reforma agrária que conseguimos nos últimos anos (BRASIL, 2000: 288-289).

Passado o dia 22 de abril de 2000 e o evidente fracasso das comemorações, os organizadores da festa tentaram reagir, responsabilizando os manifestantes pelos confrontos do dia 22 de abril. O senador ACM defendeu a ação da PM baiana, afirmando que os policiais atuaram “com correção e ponderação” evitando que acontecesse fatalidades, e que os indígenas teriam sido induzidos “a participar de uma manifestação que eles talvez nem quisessem fazer” (ACM E..., 2000: 5). Preocupado com a repercussão negativa na imprensa internacional⁶⁵, FHC defendeu que os conflitos não tinham inviabilizado a festa, e determinou a elaboração de relatório oficial sobre estes eventos ao Ministro da Justiça José Gregori e ao Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional Alberto Cardoso (PRESIDENTE..., 2000: 4).

As primeiras baixas do fracasso das comemorações logo atingiram integrantes do alto escalão do governo federal. Após apoiar criticar a repressão à marcha dos povos indígenas e anunciar, em entrevista à Folha de São Paulo, que entregaria o cargo, o então presidente da FUNAI, Carlos Marés, teve sua demissão antecipada pelo Ministro da Justiça (GREGORI..., 2000). Por sua vez, segundo matéria de Maria Lima e Carter Anderson (2000) publicada no jornal O Globo, na condição de coordenador da CNVC, o ministro Rafael Greca era apontado como o principal responsável pelo fiasco das festas,

⁶⁵ Importantes veículos da imprensa internacional, como as agências Reuters, Associated Press, New York Times, Le Monde, Libération e The Economist, destacaram a repressão truculenta da polícia às manifestações que contestavam as comemorações oficiais dos 500 anos (COMEMORAÇÕES..., 2000: 4).

ridicularizado especialmente por sua ideia de mandar comprar roupas da cor da pele para vestir os representantes indígenas convidados para participar das cerimônias oficiais.

Em meio às contundentes críticas, restava a realização da Missa dos 500 Anos de Evangelização, no dia 26 de abril de 2000, como último ato das festas oficiais do V Centenário. Em referência à primeira missa celebrada em território brasileiro, a cerimônia foi realizada pelo Cardeal Ângelo Sodano, secretário de Estado do Vaticano, em plena Terra Indígena Coroa Vermelha. Apesar das iniciativas da CNBB e do próprio Vaticano no sentido de coibir manifestações durante a cerimônia, vetando cantos e trechos com teor de crítica social; um grupo de Pataxós subiu no palco onde era realizada a missa, portando uma faixa preta representando o luto (ANTENORE; ZORZAN; FRANCISCO 2000: 4). Jerry Adriani de Jesus, conhecido como Matalawê Pataxó, proferiu o seguinte discurso no púlpito da missa:

Hoje é um dia que poderia ser um dia de alegria para todos nós. Vocês estão dentro da nossa casa. Estão dentro daquilo que é o coração do nosso povo, que é a terra, onde todos vocês estão pisando. Isso é nossa terra.

Onde vocês estão pisando vocês têm que ter respeito porque essa terra pertence a nós. Vocês, quando chegaram aqui, essa terra já era nossa. O que vocês fazem com a gente?

Nossos povos têm muitas histórias para contar. Nossos povos nativos e donos dessas terras, que vivem em harmonia com a natureza: Tupi, Xavante, Tapuia, Kaiapó, Pataxó e tantos outros.

Séculos depois, estudos comprovam a teoria, contada pelos anciões, de geração em geração dos povos, as verdades sábias, que vocês não souberam respeitar e que hoje não querem respeitar.

São mais de 40 mil anos em que germinaram mais de 990 povos com culturas, com línguas, diferentes, mas apenas em 500 anos esses povos foram reduzidos a menos de 220. Mais de 6 milhões de índios foram reduzidos a apenas 350 mil.

Quinhentos anos de sofrimento, de massacre, de exclusão, de preconceito, de exploração, de extermínio de nossos parentes, aculturamento, estupro de nossas mulheres, devastação de nossas terras, de nossas matas, que nos tomaram com a invasão.

Hoje querem afirmar a qualquer custo a mentira, a mentira do descobrimento. Cravando em nossa terra uma cruz de metal, levando o nosso monumento, que seria a resistência dos povos indígenas. Símbolo da nossa resistência e do nosso povo.

Impediram a nossa marcha com um pelotão de choque, tiros e bombas de gás. Com o nosso sangue comemoraram mais uma vez o descobrimento.

Com tudo isso não vão impedir a nossa resistência. Cada vez somos mais numerosos. Já somos quase seis mil organizações indígenas em todo o Brasil. Resultado dessa organização: a Marcha e a Conferência Indígena 2000, que reuniu mais de 150 povos, teremos resultado a médio e longo prazo.

A terra para nós é sagrada. Nela está a memória de nossos ancestrais dizendo que clama por justiça. Por isso exigimos a demarcação de nossos territórios indígenas, o respeito às nossas culturas e às nossas diferenças, condições para sustentação, educação, saúde e punição aos responsáveis. Pelas agressões aos povos indígenas.

Estamos de luto. Até quando? Vocês não se envergonham dessa memória que está na nossa alma e no nosso coração? Nós vamos recontá-la por justiça, terra e liberdade (MATALAUÊ, 2000: 4).

Como bem colocou América Lúcia César (2002: 140-142), o discurso de Matalawê Pataxó subverteu mais uma vez a “cena fundadora da nação”, impondo um contraponto ao planejamento dos organizadores da Missa dos 500 Anos de Evangelização, que haviam alocado os indígenas em um espaço reservado, na posição de ouvintes/figurantes, remetendo alegoricamente à imagem consagrada da primeira missa, em 1500, pela Carta de Pero Vaz de Caminha. É nesse sentido de desestabilização de discursos, representações e mitos cristalizados no imaginário brasileiro, reforçados cotidianamente por dispositivos discursivos e não-discursivos, que nos propomos a refletir sobre os protestos desempenhados durante a Campanha Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular. Em outras palavras, entendemos que o repertório de protestos e reivindicações lançados pelo movimento de contraposição às comemorações oficiais dos 500 anos, seja ocupando espaços públicos, paisagens e cenários históricos, marchando pelas rodovias do nosso país ou então desobedecendo ritos oficiais, foram capazes de desnudar relações de poder profundamente desiguais que estruturam a sociedade brasileira desde a chegada dos colonizadores portugueses a partir de 1500.

CAPÍTULO 4

Entre denúncias e reivindicações:

Manifestos como dispositivos de ressignificação dos 500 anos

Neste capítulo apresentamos uma análise do discurso histórico veiculado nos manifestos do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular. Entendemos os discursos como “sistemas de representação” (HALL, 2016), ou seja, como um conjunto de enunciados que produzem sentidos para o mundo. Nos manifestos, a produção de sentidos sobre o passado se revela no modo como se refere aos acontecimentos e sujeitos do passado e à história (discursos construídos sobre esse passado); às palavras, imagens e emoções associadas ao passado; e às maneiras de compreensão, explicação, valorização e conceituação desse passado de 500 anos.

Entendemos que as narrativas históricas contidas nos manifestos, bem como as ações de protesto desencadeadas pelo Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular constituem dispositivos estratégicos fundamentais no combate ao racismo, opressão, exploração econômica e discriminação de negros e indígenas no Brasil, tendo em vista uma sociedade mais justa e igualitária para todos. Ao produzir sentidos e significados para os 500 anos que se passaram desde a chegada dos colonizadores portugueses no Brasil, por meio de representações de acontecimentos e sujeitos históricos, os manifestos elaboram formas de persuadir seus leitores da importância de repudiar a história veiculada nos discursos e práticas ligadas às comemorações oficiais dos 500 anos por conta da “violência simbólica”⁶⁶ que estas carregam ao negarem a historicidade das experiências vividas por povos indígenas antes de 1500, bem como as violências promovidas contra indígenas, negros e setores populares no processo de construção da sociedade brasileira.

Os discursos históricos e as práticas comemorativas oficiais em torno dos 500 anos do Brasil constituem dispositivos políticos de governo e manutenção das hierarquias, projetos políticos e privilégios de determinados grupos sociais dominantes. Ao redefinir ou reafirmar *quem* foram/são os sujeitos colonizadores, os indígenas e os negros africanos

⁶⁶ Nos referimos à “violência simbólica”, nos termos de Pierre Bourdieu (2012: 7-8), ou seja, um tipo de relação de dominação marcada por uma “violência simbólica, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente do desconhecimento, do reconhecimento, em um última instância, do sentimento”.

no processo de construção da sociedade brasileira, as narrativas históricas oficiais ocupam um espaço tático enquanto um dispositivo de governabilidade social, ao produzir uma historicidade legitimadora dos jogos de poder instaladas em tempos coloniais. Essa estratégia de governo está justamente na possibilidade de incitar/reforçar processos de subjetivação, ou seja, de produção de sujeitos a partir de narrativas históricas eurocêntricas e colonialistas que exaltam valores, saberes, normas, crenças, identidades, comportamentos e práticas que sustentam um sistema de relações de poder (capitalista, patriarcal e racista) baseado na desigualdade étnico-racial, onde negros e indígenas ocupam um lugar inferior e marginal. Desse modo, a História aparece como campo de disputas e tensões, estratégico na difusão de regimes de verdade; e isso nos coloca a necessidade de pensá-la a partir de suas condições de produção, considerando a episteme de sua produção, com seus filtros e intencionalidades.

Na abordagem discursiva das representações históricas veiculadas nos manifestos do Movimento, buscamos as práticas sociais de significação que re-elaboram sentidos e significados para os 500 anos do Brasil; de modo que, ao invés de nos interessarmos pelo que “realmente aconteceu”, analisamos os enunciados “no jogo de sua instância”, buscando sua natureza dialógica ao responder interlocutores presentificados no ato enunciativo, e a historicidade dos “repertórios interpretativos” a que lançam mão, demarcando “o rol de possibilidades de construções discursivas” (SPINK; MEDRADO, 2013: 28). Com esse objetivo, iniciamos nossa análise a partir da descrição das condições de produção dos manifestos, evidenciando a autoria, o contexto de lançamento, os objetivos e as principais reivindicações que veiculavam. Entendemos que tais manifestos operam também como dispositivos de ressignificação do passado, de confronto às narrativas históricas oficiais, que produzem outros discursos históricos e outros modos de subjetivação em sintonia com os projetos político-sociais do Movimento.

4.1 Condições de produção e signatários

Os sete manifestos selecionados em nossa pesquisa no arquivo Cedoc-CIMI foram analisados em conjuntos, tendo por referência a fase do Movimento em que foram produzidos e publicados. O *Manifesto Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular* retrata o período de formação e lançamento do Movimento, entre o final do ano de 1998 e o mês abril de 1999, tendo entre seus signatários organizações de

movimentos sociais representativas de diferentes segmentos da sociedade brasileira. Ao passo que os demais manifestos (*Marcha Indígena 2000. Os Povos Indígenas Retomam o Brasil, Manifesto de Manaus, Manifesto de Santarém, Manifesto de Porto Velho, Manifesto dos Indígenas do Tocantins e Goiás e Manifesto ao Povo de Goiânia*) trazem rastros do período de planejamento e realização da Marcha Indígena 2000, a mobilização de deslocamento de mais de duzentos povos indígenas espalhados pelas diferentes regiões do país em direção à Santa Cruz de Cabrália na Bahia, durante o mês de abril de 2000.

4.1.1 Manifesto Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular

O *Manifesto Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular*, apesar de datado de dezembro de 1998 e assinado por dezenas de entidades de movimentos sociais, começou a ser elaborado a partir da reunião, citada no capítulo anterior, que foi realizada em São Paulo, em 23 de outubro de 1998, que contou com a participação das seguintes organizações: CAPOIB, GTME, COMIN, MST, CIMI, CNBB, CMP, CONEN, IBASE e CEPIS (VASCO, 1998a). Como recomendação da referida reunião, Paulo Maldos, então assessor político do CIMI, ficara encarregado de redigir a proposta de texto-base a ser apresentada na reunião seguinte do Movimento.

Em reunião realizada em São Paulo, no dia 30 de novembro de 1998, foi aprovado o texto-base de Paulo Maldos, recebendo cortes e sugestões a serem incorporadas na versão definitiva a ser lançada em dezembro daquele ano (MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 1998b). Nos encontros seguintes, mais entidades aderiram ao movimento e assinaram o manifesto, ainda que estabelecendo ressalvas ao conteúdo, de modo que em sua versão final constam as seguintes entidades: representando os movimentos negros, o Movimento Negro Unificado (MNU), a CONEN, a Articulação de Mulheres Negras Lélia Gonzalez de Salvador na Bahia (AMNLG/BA) e a Equipe Palmares de Rio Claro de São Paulo (EPRC/SP); representando o movimento indígena e as entidades de apoio, o CAPOIB, a COIAB, a APOINME, o CIMI, o GTME, o Fórum Permanente de Debates da Amazônia (FORAM); representando demais movimentos populares e entidades de classe, a CMP, o CEPIS, os Anarquistas Contra o Racismo (ACR), o Sindicato dos Professores de Rede Particular do ABC de São Paulo, e o Comitê de Solidariedade às Comunidades Zapatistas (CSCZ/SP); além de fóruns e comitês regionais do Movimento, como o Comitê 500 Anos

de Resistência Indígena, Negra e Popular de Salvador (Bahia), o Fórum 500 Anos de Campinas (São Paulo) e o Coletivo 500 Anos de Araras (São Paulo) (MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 1998a: 2).

Segundo matéria do Porantim, na edição de março-abril de 1999, o planejamento dos ativistas era divulgar o manifesto durante os atos oficiais de lançamento do Movimento programados para o dia 19 de abril de 1999 na cidade de Salvador (MANIFESTO..., 1999: 5)⁶⁷. No entanto, o documento não teve a repercussão almejada, pelo que consta em atas e relatórios de reuniões⁶⁸ subsequentes, provavelmente porque a grande mídia nacional ignorava as ações do Movimento, buscando silenciar suas concepções e reivindicações. Em nossa pesquisa no acervo *online* da Folha de São Paulo, encontramos referência a esse manifesto apenas na matéria *Índios realizam marcha inédita para contestar o Descobrimento*⁶⁹, escrita por William França e publicada na edição do dia 9 de abril de 2000. A matéria abordou o ineditismo, a abrangência e o poder de mobilização da Marcha Indígena 2000, se apoiando em trechos do manifesto do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência..., falas do bispo Dom Franco Masserdoti do CIMI e das lideranças indígenas Maninha Xucuru, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) e José Adalberto Macuxi, então presidente do Conselho da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (CAPOIB) (FRANÇA, 2000). A matéria destacou ainda: como objetivos do Movimento, a contestação da “versão oficial do Descobrimento” e a expectativa de conferir visibilidade à causa indígena; como denúncia, a continuidade da exploração e exclusão dos povos indígenas; e, como reivindicação, a regulamentação do Estatuto das Sociedades Indígenas e da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (prevendo garantias trabalhistas diferenciadas às populações indígenas), além da realização de encontro com o presidente da república FHC e o Ministro da Justiça, José Carlos Dias (*idem*).

⁶⁷ Matéria da edição dos meses de março e abril do Porantim: MANIFESTO Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular. *Porantim*, Brasília, DF, ano XX, n. 213, p.5, mar./abr. 1999.

⁶⁸ A pouca repercussão do Manifesto Brasil 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular esteve entre os temas de discussão nas reuniões nacionais do Movimento, conforme os seguintes relatório e ata encontrados no Cedoc-CIMI: *Minuta ATA 17-04-99*, da sucursal do CIMI/Eunápolis (Bahia), referente à IV Reunião de Coordenação Nacional realizada nos dias 17 e 18 de abril, em Salvador (Bahia); e no *Relatório da Vª Reunião Nacional* da Coordenação Nacional, realizada em 3 de julho em Salvador (Bahia).

⁶⁹ Ver em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0904200033.htm>

Com relação ao conteúdo do *Manifesto Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular*, como documento de lançamento do Movimento, apresenta as causas políticas e sociais que norteavam esse Movimento, seus argumentos históricos e as ações coletivas almejadas. Após uma introdução em que apresenta uma descrição do cenário do dia 22 de abril de 1500, a narrativa do manifesto se desenvolve em três seções intituladas: “Nossa Leitura Histórica”, na qual expõe a oposição da narrativa histórica do Movimento em relação à história oficial e às comemorações oficiais; “Nossas celebrações”, onde apresenta os motivos para comemorar os 500 anos de história como um legado de resistência e luta; e “Nossas Ações”, onde trata dos planos do Movimento naquele momento inaugural (MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 1998a).

Conforme o manifesto, o Movimento pretendia expor sua “divergência clara e transparente com relação às comemorações oficiais” e à visão dos 500 anos de história como um processo de “construção de uma sociedade unida e harmônica”, apresentando como contraponto a leitura histórica dos povos indígenas, do movimento negro e dos setores populares que, nestes cinco séculos de história, “sofreram e lutaram contra a espoliação colonial e a exploração de classe” (MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 1998a). Nesse sentido, o Movimento propõe também celebrar “as vitórias conquistadas ao longo dos séculos, através das lutas coletivas e iniciativas populares”, para reviver o legado das resistências contra as desigualdades e injustiças, e projetar “uma sociedade livre e justa, marcada pela igualdade e fraternidade” (idem). Por fim, o manifesto apresenta suas propostas para “refletir e celebrar a resistência indígena, negra e popular” por meio das seguintes ações:

- desencadear em todos os movimentos e entidades nos quais participamos o processo de reflexão, atividades culturais e de luta que tenham como referência a questão dos 500 anos;
- lançar, durante a semana de 18 a 24 de abril de 1999, de forma simultânea e articulada, em todo o país, por parte de todos os movimentos que se engajarem, o movimento *Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular*;
- durante o mês de abril do ano 2000, realizar diversas ações no extremo sul da Bahia – marcha conjunta, ato ecumênico e ato cultural – para estimular a sociedade brasileira a refletir sobre o significado destes 500 anos de história do ponto de vista indígena, negro e popular e
- articular nosso movimento com as lutas sociais já existentes em âmbito local, regional e nacional e projetá-lo no âmbito internacional, tanto na América Latina como na Europa, particularmente Portugal (MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 1998a: 2. Grifos nossos).

4.1.2 Marcha Indígena 2000. Os Povos Indígenas Retomam o Brasil

Por sua vez, o manifesto *Marcha Indígena 2000. Os Povos Indígenas Retomam o Brasil* fora publicado em fevereiro do ano 2000, tendo por signatários organizações indígenas e entidades de apoio a causa indígena como: CAPOIB, COIAB, APOIME, Comitê dos 500 Anos, CIMI e Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). Encontramos esse manifesto publicados em dois formatos: como documento avulso armazenado pelo CEDOC-CIMI, e publicado na edição de número 120 da revista *Mensageiro*⁷⁰, referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2000. Podemos inferir, portanto, que o documento ficou mais restrito aos ativistas envolvidos na promoção das mobilizações indígenas planejadas para o mês de abril de 2000.

O manifesto *Marcha Indígena 2000...* divulgava os planos do movimento indígena e entidades de apoio para o mês de abril, quais sejam: a realização da Marcha Indígena 2000 e da Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil na região de Coroa Vermelha, entre os municípios de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália. Identificando as contestações às comemorações oficiais dos 500 do chamado “descobrimento do Brasil” como retomada da Campanha Continental de Resistência Indígena, Negra e Popular, o manifesto apresenta como objetivo do Movimento: “mobilizar a sociedade brasileira e refletir sobre as novas formas de colonialismo alimentadas pelos meios de comunicação, em especial a Rede Globo – veículo que sempre esteve à serviço das elites” (MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 2000a: 1).

Após comentar sobre ações já realizadas pelo Movimento, como a formação de comitês e fóruns por todo o país, e a realização de debates, seminários e atos públicos, tendo por referência a temática dos 500 anos, o texto põe em destaque a mobilização Marcha Indígena 2000, programada para o mês de abril de 2000, como “movimento simbólico de retomada do Brasil”, em que povos indígenas partiriam de todo o país em direção à região de Coroa Vermelha no litoral baiano, simbolizando a resistência indígena e conferindo visibilidades às vozes e às lutas indígenas por seus “direitos historicamente

⁷⁰ MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR. *Marcha Indígena 2000. Os Povos Indígenas Retomam o Brasil. Mensageiro*, Belém, n. 120, fev/mar, 2000, p. 5

negados, especialmente à demarcação dos territórios” (MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 2000a: 1). O trajeto da marcha se encerraria em Coroa Vermelha para a realização da “Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil”, na qual seriam discutidas “estratégias comuns de ação e a sua contribuição para o projeto de um novo Brasil, radicalmente diferente, onde os direitos dos povos indígenas, dos negros e dos setores populares sejam respeitados” (idem). O manifesto apresenta como objetivos desse ambicioso projeto:

LEMBRAR A RESISTÊNCIA PARA REAFIRMAR O PROJETO

No marco dos 500 anos do chamado ‘descobrimento do Brasil’, com suas leituras elitistas e comemorações governamentais, em seu conjunto mentirosas e triunfalistas, lembrar, que a diversidade cultural dos povos indígenas foi e continua sendo a raiz de sua resistência para reafirmar seu projeto de libertação em curso.

FORTALECER A SOLIDARIEDADE INTER-ÉTNICA PARA DEFENDER OS DIREITOS ORIGINÁRIOS E CONSTITUCIONAIS

Fortalecer, através do intercâmbio da caminhada, o espírito comunitário e a solidariedade entre os povos indígenas para garantir na luta comum os direitos originários e constitucionais: territoriais, de educação e saúde diferenciadas e desenvolvimento autônomo.

COSTURAR ALIANÇAS COM MOVIMENTOS SOCIAIS AFINS PARA TRANSFORMAR A SOCIEDADE

Aprofundar e ampliar as nossas relações e alianças com outros setores e movimentos sociais afins (negros, sem terra, populares, refugiados, por exemplo) no Brasil e no mundo inteiro para a construção de sociedades democráticas, justas, multiétnicas e pluriculturais que garantem de fato o exercício da cidadania e protegem os projetos indígenas.

CONTRIBUIR, COM A NOSSA MANEIRA DE VER O MUNDO, PARA OS PROJETOS DE UM MUNDO HABITÁVEL PARA TODOS

Difundir as cosmovisões dos povos indígenas, as suas reservas espirituais e valores alternativos que representam contribuições importantes e complementares para o projeto de uma humanidade que se empenha na construção de um mundo habitável para todos (MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 2000a: 1-2).

Observa-se neste Manifesto a relação entre memória, história e identidades, haja vista o modo como conferem sentidos e valorização às lutas sociais e aos projetos políticos do tempo presente a partir da afirmação de uma memória histórica posta em esquecimento por aquela das comemorações oficiais dos 500 anos. O Movimento evoca uma memória histórica coletiva de lutas e resistências que colabora na legitimação de um projeto político democrático, multiétnico e pluricultural de exercício da cidadania. A memória da resistência indígena, negra e popular durante esses 500 anos, constitui instrumento político de fortalecimento de uma identidade coletiva identificada com um

projeto político de transformação social. A supressão da memória (através da implementação de um regime de memória que sepulta ou apaga a dos grupos subalternos) é a supressão da identidade (ZAMBRANO; GNNECO, 2000: 14). Desse modo, entendemos que a recuperação dessa memória de resistência é a recuperação de uma identidade coletiva que fundamenta e fortalece as reivindicações em torno de seu projeto político. Na luta pela definição e fortalecimento das identidades, os sistemas de representação histórica têm um papel determinante (Idem).

Apesar dos demais manifestos lançados na Marcha Indígena 2000 terem como signatários apenas o Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular, podemos inferir, de acordo com as programações e os protestos identificados no capítulo anterior, que o *Manifesto de Manaus*, o *Manifesto de Santarém* e o *Manifesto dos Indígenas do Tocantins e do Goiás* foram publicados durante o percurso da Caravana Indígena do Amazônia; enquanto as publicações do *Manifesto de Porto Velho* e do *Manifesto ao Povo de Goiânia* estiveram relacionadas à passagem da Caravana Indígena da Amazônia Ocidental pelas cidades referidas nos títulos dos manifestos.

4.1.3 Manifesto de Manaus

Publicado no dia 03 de abril de 2000, data em que a Caravana Indígena da Amazônia chegava a capital amazonense, o *Manifesto de Manaus* fora entregue, segundo matéria do jornal O Estado de São Paulo (PROURADOR..., 2000: 11), na sede da Procuradoria da República no Amazonas na capital amazonense, ao procurador Ageu Florêncio, por sete lideranças do povo Ticuna que criticavam as comemorações oficiais e exigiam que os povos indígenas não fossem impedidos de atravessar as fronteiras interestaduais em seu percurso em direção ao estado da Bahia. Florêncio encaminhou o documento à Funai, à Polícia Federal e ao Ibama, bem como solicitou às autoridades federais e estaduais que garantissem a segurança das lideranças indígenas durante a Marcha Indígena (idem).

O texto do *Manifesto de Manaus* se divide basicamente em duas partes: a primeira expondo denúncias; e a segunda em que apresenta as reivindicações do Movimento. As denúncias versam sobre o caráter etnocida das comemorações oficiais dos 500 anos, bem como de seu projeto colonialista, inaugurado há cinco séculos, baseado nas diferentes práticas de violências, exploração, exclusão e extermínio dos povos indígenas,

populações negras e das camadas empobrecidas. Destaca-se ainda as consequências dessas políticas históricas implementadas pelas “elites colonialistas”: a expulsão dos povos indígenas de seus territórios e a profunda concentração fundiária; a exploração predatória da riqueza econômica e sociocultural da Amazônia; e o quadro de “extrema miséria, desemprego, salário mínimo de R\$ 150,00, expulsão da população do interior, abandono da saúde e educação pública, falta de moradia e violência urbana” (MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 2000b: 1).

Identificando o Movimento como continuidade das resistências históricas, como as protagonizadas por povos do Rio Negro e do Rio Solimões, pelo povo Mura, pela Cabanagem, pelos quilombos e pelas lutas contra as ditaduras, o manifesto apresenta as seguintes reivindicações:

1. A demarcação e garantia de todas as terras indígenas, demarcação das terras dos remanescentes de quilombos, e o acesso e garantia de terra para as populações regionais, reconhecendo e respeitando seus conhecimentos e culturas tradicionais
2. O fim de todas as formas de discriminação, exclusão, massacres, violências e impunidade. O imediato julgamento e punição dos responsáveis pelos massacres Ticuna, ocorrido em 28 de março 1988 e dos Korubo, em setembro de 1989.
3. Que a utilização dos recursos naturais (madeira, minérios, biodiversidade) não continuem beneficiando alguns, mas que através das formas de manejo sustentáveis, possam trazer benefícios permanentes para toda a população da região.
4. Que uma política nacional para a Amazônia seja elaborada com a participação de todos os segmentos da sociedade, a partir dos conhecimentos, projetos de vida e sociodiversidade aqui existentes.
5. Que a verdadeira história deste país seja reconhecida e ensinada nas escolas, levando em conta os milhares de anos de existência das populações indígenas nesta terra (MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 2000b: 2).

Esse Manifesto é bastante revelador do modo como a história constitui um instrumento político fundamental nas lutas pela demarcação de terras indígenas e quilombolas e pelo acesso e garantia de terras para as populações regionais, bem como pelo reconhecimento de projetos de vida, conhecimento e sociodiversidades existente na região da Amazônia. Ao evocar a “verdadeira história deste país”, e que ela seja reconhecida e ensinada nas escolas, o Manifesto reafirma ainda o reconhecimento da dimensão política e educativa da história nas lutas por projetos políticos dos grupos signatários do Manifesto. Devemos ressaltar que uma tensão entre práticas culturais globais e locais atravessa esse Manifesto, bem como a luta pelo reconhecimento, resistência e sobrevivência das identidades locais frente a um projeto moderno-colonial

(expresso nas comemorações oficiais dos 500 anos) que se edifica na dissolução de conhecimentos, representações históricas, projetos de vida e sociodiversidades existentes a nível local e que não favorecem o mercado, a exploração econômica, a acumulação do capital e a desigualdade estrutural do capitalismo global.

4.1.4 Manifesto de Santarém

O Manifesto de Santarém foi publicado no dia 7 de abril de 2000, mesmo data da passagem da Caravana Indígena da Amazônia no município paraense de Santarém. Diferentemente dos demais manifestos publicados durante a Marcha Indígena, o documento conta com a assinatura da Comissão de Santarém do Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular, seguida dos seguintes grupos: Grupo Consciência Indígena, da Pastoral Social, Pastoral da Juventude, Padre Verbitas, Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária (CEAPAC), Grupo de Reflexão dos Religiosos Negros e Indígenas (GRENI), Projeto Saúde e Alegria (PSA), Grupo de Defesa da Amazônia (GDA), Franciscanos. Essa articulação de entidades, muitas delas ligadas à Igreja Católica da região de Santarém, participavam das mobilizações de reconhecimento da identidade étnica indígena de populações ribeirinhas do baixo Tapajós, no Pará (VAZ FILHO, 2013).

O texto do manifesto reproduz o conteúdo do Manifesto de Manaus, acrescentando apenas citações ao massacre dos povos indígenas Tupaiu, à construção do porto de Santarém como novo capítulo do projeto colonialista na Amazônia e às lutas “dos povos renascidos do baixo Tapajós e dos Munduruku contra a [construção da] Hidrovia no seu território” (MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 2000d). Acrescenta ainda a reivindicação pelo reconhecimento dos direitos dos povos do Rio Tapajós de demarcação de seus territórios.

4.1.5 Manifesto dos Índios do Tocantins e do Goiás

Datado do dia 12 de abril de 2000, o *Manifesto dos Indígenas do Tocantins e do Goiás* foi publicado durante a passagem da Caravana Indígena da Amazônia na cidade de Palmas, no estado do Tocantins. Conforme o Manifesto, os povos indígenas dos estados

do Tocantins e de Goiás que participavam da Marcha Indígena 2000 e da Conferência Indígena tinham como o objetivo de dar visibilidade, nacional e internacional, às lutas pela garantia dos seus direitos historicamente negados, bem como ao projeto de construção do Brasil dos “Outros 500”, marcado pela “igualdade social e democracia”, onde populações indígenas, negras e brancas poderiam viver “com dignidade e com relações respeitadas entre pessoas e povos, livre de preconceito e discriminação” (MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 2000e: 2).

O documento dedica ainda a maior parte de seu conteúdo às denúncias específicas dos povos Apinajé (município de Tocantinópolis, do Tocantins), Karajá de Xambioá (município de Santa Fé do Araguaia, do Tocantins), Krahô (municípios de Itacajá e Goiantins, do Tocantins), Xerente (município de Tocantínia, do Tocantins), Javaé, Karajá e Avá-Canoeiro (da Ilha do Bananal, no Tocantins), Karajá (município de Aruanã, do Goiás) e Tapuya (município de Rubiataba, do Goiás) contra as invasões de posseiros e fazendeiros a suas terras, e também contra a realização de grandes projetos governamentais, dentro e nas proximidades de terras indígenas, como: a construção de pontes e estradas; e a implementação da Usina Hidrelétrica Santa Quebrada (no rio Tocantins), a Hidrovia Tocantins, Araguaia e a Usina Hidrelétrica de Santa Izabel (no Rio Araguaia). Por fim, o texto encerra reivindicando ao governo o acesso à saúde e à educação, a homologação e a desintração das terras indígenas; bem como posicionando-se contra as comemorações oficiais de uma história de 500 anos de “massacres, imposição cultural e extermínio” (MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 2000e: 2).

4.1.6 Manifesto de Porto Velho

Apesar de a Caravana Indígena da Amazônia Ocidental ter realizado atos em Porto Velho, Rondônia, no dia 9 de abril; segundo notícia do Diário da Amazônia – jornal da capital rondoniense -, manifestações e protestos em contestação às comemorações oficiais dos 500 anos e à política indigenista do governo federal também foram realizadas na Assembleia Legislativa desta cidade, no dia 06 de abril, com discursos de lideranças indígenas e leitura de manifestos (ÍNDIOS..., 2000c). Nesse contexto, o *Manifesto de Porto Velho* foi lançado no dia 5 de abril, com a assinatura do Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular, anunciando a “retomada simbólica do Brasil” pelos povos indígenas em marcha.

Identificando-se com os povos indígenas de forma geral, o documento aborda os 500 anos do país, por um lado denunciando o processo de exploração do trabalho e dos saberes indígenas, de imposição cultural e de destruição do meio ambiente inaugurado com o colonialismo europeu, e mantido na forma das frentes de expansão econômica na Amazônia com o apoio do Estado brasileiro (MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR. 2000c). Destaca, nesse sentido: o trabalho escravo nas sesmarias (fazendas coloniais portuguesas); os aldeamentos, com a imposição de novos hábitos, da religião católica e a destruição dos laços sociais e familiares indígenas; a implementação de projetos pelo Estado brasileiro atravessando as terras indígenas e levando ao massacre dos Karipuna, Pacaá Nova e Parintintin; o avanço da economia da borracha, seguido pela mineração, por fazendeiros e grileiros sobre os territórios indígenas de Rondônia, ameaçando permanentemente a existência física e cultural dos Suruí, Zoró, Cinta Larga, Uru Eu Wau Wau, Parintintin, Tenharim, Omerê, Jururei, Madeirinha e Yviraparaquara (idem). Por outro lado, aborda as resistências históricas dos “antepassados” que, especialmente na região amazônica, “não aceitaram calados ou pacificamente a exploração e destruição de povos e culturas”, bem como as lutas contemporâneas dos povos indígenas. Enfatiza assim: os ataques lançados pelos Manau, Munduruku, Maué, Parintintin, Mura, Pacaá Nova contra as embarcações de predadores e caçadores de indígenas; as migrações de povos inteiros para “terras distantes e de difícil acesso”; a destruição de trechos da ferrovia Madeira Mamoré; e a Cabanagem como “maior resistência de nossos antepassados”, aliança dos “indígenas, tapuios e negros dos quilombos” contra a opressão e desmando dos brancos (idem)

O *Manifesto de Porto Velho* defende, como projeto Brasil dos “Outros 500”, a construção de uma “sociedade mais justa e igualitária”, a partir da “aliança dos setores oprimidos” e da “Solidariedade de todas as pessoas que somam seus esforços nas conquistas de novos valores que visem a promoção da vida” (idem). Nesse sentido, propõe a construção de um novo Brasil, capaz de garantir os direitos de todos a vida com dignidade e, no caso específico dos povos indígenas, assegure a demarcação e a proteção de seus territórios. Por fim, o documento apresenta as seguintes exigências do Movimento:

- 1 – Os povos sem-contato tenham seus territórios protegidos e demarcados contra os invasores;
- 2 – As ações de fiscalização ambiental garantam a integridade física das terras indígenas;

- 3 – Seja feita justiça aos Cinta Larga, punindo os culpados pela morte de seu parente assassinado no ano passado;
- 4 – Sejam apuradas as denúncias de invasões na Terra Indígena Uru Eu Wau Wau;
- 5- Os recursos destinados a viabilizar projetos de apoio as iniciativas comunitárias indígenas, de fato cheguem e contribuam para a melhoria de qualidade de Vida das comunidades;
- 6 – Os projetos hidrelétricos, rodoviários e outros respeitem a Constituição Federal;
- 7 – Os direitos Originários dos Povos Indígenas saiam do papel e sejam aplicados de fato (MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 2000c: 2).

As comemorações oficiais dos 500 anos, ao apagar as relações de poder e as injustiças desencadeadas contra os grupos historicamente representados nesse Movimento, exaltando e celebrando uma memória excludente, colonialista e elitista que tende a edificar ainda mais as desigualdades étnico-raciais e de classe no Brasil, torna-se alvo de protestos, manifestos, denúncias e lutas. Desse modo, a versão de outra história dos 500 anos, torna-se um instrumento político fundamental de visibilidade das reivindicações e de manutenção dos direitos deste Movimento.

4.1.7 Manifesto ao Povo de Goiânia

O *Manifesto ao Povo de Goiânia* se apresenta como declaração dos representantes das nações indígenas do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e Goiás à população da capital goiana, por ocasião da passagem da “Marcha em repúdio às comemorações dos 500 anos de invasão” pela cidade no dia 12 de abril de 2000. Afirmando que os povos indígenas “não perderam a vontade de resistir, apesar de tantos séculos de opressão”, o texto assume o tom de interpelação, questionando a população goianiense sobre o desaparecimento de povos que historicamente ocuparam o estado de Goiás, exigindo reparação pelos tantos crimes cometidos contra indígenas e pela falta de respeito a seus direitos.

Por um lado, esse Manifesto busca lembrar o povo de Goiânia que seus pastos, plantações e cidades foram erguidos sobre as terras e o sangue dos povos indígenas, denunciando, assim, as perseguições, extermínios, escravização e migração forçada a que foram submetidos os Goyá, Kayapó, Xavante, Tapuya, Karajá e Avá-Canoeiro (MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 2000a: 1). Por outro, apresenta alternativas para que tais crimes sejam reparados, primeiramente, por

meio do reconhecimento das violências impostas aos povos indígenas por gerações anteriores, e do ensino às gerações mais novas dessa história de assassinatos e opressão (idem). Nesse sentido, o Manifesto aborda ainda as homenagens na cidade de Goiânia a bandeirantes, personagens conhecidos pelo genocídio e assassinato de indígenas, como continuidade das violências históricas, perguntando sobre seus efeitos pedagógicos: “Que lições vocês querem ensinar para vossos filhos? Que os assassinos e genocidas devem receber grandes homenagens nas ruas e praças de vossas cidades?” (idem).

Por fim, o manifesto convida a população de Goiânia a contribuir com a transformação do Brasil em um “país mais justo, mais democrático e respeitoso para com os povos indígenas”, posicionando-se contra: toda forma de discriminação e preconceito; projetos governamentais e de grandes empresas que ameacem a vida e o futuro dos povos indígenas, como a construção de rodovias, hidrovias, hidrelétricas, e a mineração em terras indígenas; e apoiando a “luta dos povos recuperação de suas terras” (MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 2000a: 2).

Em nossa pesquisa, não encontramos muitas informações que indiquem a circulação dos manifestos em veículos da grande imprensa, levantando as hipóteses de um descaso em relação ao Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência..., ou então de uma prática deliberada de silenciamento das vozes que contestavam as comemorações oficiais. Por outro lado, podemos inferir, a partir das datas e locais de publicação dos manifestos, bem como de notícias e informações produzidas por ativistas e entidades ligadas ao Movimento, que a circulação destes documentos esteve relacionada com os dias de manifestações e atos públicos organizados no período de lançamento do mesmo e de organização e realização da Marcha Indígena 2000.

Entendendo os nossos modos de se relacionar com o passado, na esteira de Andreas Huyssen, como práticas que definem a nós mesmos no presente, ancorando nossas identidades e projetos de futuro; os sentidos sobre os 500 anos do Brasil se tornam arena instável de disputas entre grupos sociais e projetos políticos. Deste modo, os manifestos do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência... trazem à tona conflitos entre campos de memória em que narrativas históricas e políticas identitárias se fundamentam em representações do passado e da sociedade brasileira. Para nossa análise, buscaremos identificar os enunciados que demarcam temáticas, noções, imagens e ideias sobre os 500 anos de história brasileira; em outras palavras, tentaremos analisar, nos termos de Foucault, as formações discursivas em que se apoiam os manifestos, atentando para

[o] caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhantes sistemas de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (...). Chamaremos de regras de formação as condições a que estão submetidas os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas (2005: 43).

4.2 Críticas às comemorações oficiais

As críticas do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular às comemorações oficiais dos 500 anos do chamado “descobrimento do Brasil” enfatizaram o caráter farsesco, festivo, triunfalista, colonialista e elitista de seus conteúdos. Como documento de lançamento do Movimento, o *Manifesto Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular* lançou as bases dos questionamentos que seriam dirigidos às comemorações, apontando para o caráter problemático da ideia de “descobrimento”, visto que “aqui viviam há mais de 40 mil anos, mais de 5 milhões de pessoas, pertencentes a cerca de 970 povos diferente”, e para a inexistência da “noção de conflito, hoje como no passado” nos discursos comemorativos (MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 1998a).

Com relação aos manifestos lançados no contexto da Marcha Indígena 2000, vemos alguns temas se repetirem, ao passo que também críticas mais contundentes ao caráter colonialista das comemorações também se fazem presentes. No manifesto *Marcha Indígena 2000. Os Povos Indígenas Retomam o Brasil*, o Movimento recorre às expressões “programações triunfalistas oficiais dos 500 anos da chegada dos europeus” e “leituras elitistas e comemorações governamentais, em seu conjunto mentirosas e elitistas”, além de associar os festejos às “novas formas de colonialismo alimentadas pelos meios de comunicação” (MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 2000a). Já no *Manifesto dos Indígenas do Tocantins e Goiás*, rejeita-se “as comemorações oficiais do governo brasileiro, pois não houve descobrimento, mas sim massacres, imposição cultural e extermínio de diversos povos” (MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 2000e: 2). Por

outro lado, o Manifesto de Manaus coloca ênfase aos efeitos performáticos das comemorações oficiais:

A farsa das festas triunfalistas dos que continuam proclamando a mentira de que o Brasil foi descoberto em 1500. Ignorar a presença de centenas de povos durante mais de 30 mil anos nesta terra é uma violência com o caráter de etnocídio. Revolta-nos que isso continua sendo motivo de festa para as elites colonialistas responsáveis pelo genocídio e massacre de milhões e milhões de índios, negros e pobres, ontem e hoje (MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 2000b: 1).

Além de rejeitar a noção de “descobrimento” por se tratar de uma “mentira”, o trecho acima condena as “festas triunfalistas” por celebrarem o início de um processo que promoveu o “genocídio e massacre de milhões e milhões de indígenas, negros e pobres”; mas também por assumirem o “caráter de etnocídio”, na medida que nega a existência de povos indígenas que ocupavam o território brasileiro, por “mais de 30 mil anos”, antes dos primeiros portugueses desembarcarem no litoral baiano (MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 2000b: 1). Por sua vez, o *Manifesto de Santarém* retomou o conteúdo do Manifesto de Manaus, acrescentando: “Como festejar sobre o túmulo dos Tapuiu e tantos povos indígenas massacrados?” (MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 2000d).

As críticas às comemorações oficiais sugerem também o teor do que foi contestado pelo Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular em relação às narrativas históricas oficiais, pois, nos dois casos, os argumentos se colocam dentro do campo de disputas pela gestão da memória, ou seja, sobre o que deve ser lembrado e como deve ser lembrado. Desse modo, não se tratava simplesmente de negar/esquecer o quinto centenário da chegada dos primeiros portugueses às terras brasileiras, mas de lembrar que milhares de povos indígenas ocupavam essas terras muito tempo antes dos primeiros portugueses chegarem e que a partir de 22 de abril de 1500, iniciou-se uma série de massacres, genocídios e extermínios, e que os efeitos de tantas práticas de violência e exclusão continuam ainda na estrutura da sociedade brasileira. O que as críticas às comemorações oficiais colocam em questão é o conjunto de valores, normas e práticas que são valorizados e reforçados pela celebração do dia 22 de abril de 1500, como parte de uma história que ao omitir a memória de existência, resistência e violência contra povos indígenas e negros escravizados apaga também no tempo presente as identidades

sociais destes grupos, bem como os processos e causas das profundas desigualdades étnico-raciais que ainda enfrentam.

4.3 Críticas à história oficial: lugar de fala e produção de sentidos

Como documento de lançamento do Movimento, o *Manifesto Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular* apresenta os argumentos para se opor à narrativa histórica e aos discursos das comemorações oficiais, como podemos ver no seguinte enunciado:

Estas irão comemorar os 500 anos da construção de uma nação supostamente unida e harmônica, erguida, na sua visão, com a ‘contribuição voluntária’ dos povos indígenas, dos africanos ‘traslados’ para estas terras e dos brancos europeus. Para as comemorações oficiais inexistente a noção de conflito, hoje como no passado (MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 1998a: 2).

Podemos perceber que o Movimento encara a perspectiva histórica das comemorações oficiais como uma forma de silenciar o passado conflituoso do país, empregando expressões eufemísticas, como “contribuição voluntária dos povos indígenas”, “africanos trasladados”, para conferir sentidos às experiências históricas de exploração, opressão e escravidão dos povos indígenas e africanos, reedita o tão propalado *mito da democracia racial*. Mais do que a imprecisão histórica de tais concepções sobre o passado, o Manifesto enfatiza os efeitos almejados de pacificação do presente, de projeção de uma sociedade “unida e harmônica” contido nas narrativas históricas oficiais e nos discursos comemorativos.

Por sua vez, os manifestos lançados no contexto da Marcha Indígena 2000 concentram suas críticas no silenciamento da história indígena e no uso do termo “descobrimento” presentes nas narrativas oficiais. No *Manifesto ao Povo de Goiânia*, o texto busca indagar a população da capital goiana sobre o apagamento dos rastros do passado indígena do estado, indagando onde estariam os Goyá, Kayapó e Xavante, antigos habitantes da região (MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 2000a: 1). Já o *Manifesto de Manaus* (MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 2000b: 1) e o *Manifesto de Santarém* (MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 2000d),

denunciam como uma mentira a ideia de que “o Brasil foi descoberto em 1500”. Já o manifesto *Marcha Indígena 2000. Os Povos Indígena Retomam o Brasil* classifica como “leituras elitistas” as concepções históricas intrínsecas à noção de descobrimento (MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 2000a: 1).

Além da denúncia sobre o conteúdo das narrativas das comemorações oficiais como “mentira oficial”, o *Manifesto Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular* anuncia:

Não acreditamos numa história escrita pelas classes dominantes em que estas se colocam como protagonistas únicos e vencedores incontestes, tendo seus personagens guinado à posição de heróis de uma versão mistificadora e falsa do processo histórico. Pretendemos, através do nosso movimento desmistificar a mentira oficial (...) (MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 1998: 1).

Segundo esse Manifesto, a “história oficial” atende, como produto das “classes dominantes”, à finalidade de fabricar seus “heróis”, reafirmando-os politicamente como condutores da nação, os “protagonistas únicos”. A questão que se coloca, portanto, não se limita aos conteúdos difundidos pelas comemorações oficiais, pois incidi, mais decisivamente, sobre as políticas de gestão da memória e de produção do conhecimento histórico. Isso posto, é necessário destacar que, em um contexto como o brasileiro, marcado pela modernidade/colonialidade, o “cânone” dos saberes e discursos sobre o passado foram historicamente produzidos por determinados grupos sociais, autorizados a falar segundo certos “regimes de verdade”⁷¹, recorrentemente racistas e elitistas. As representações sociais hegemônicas, elaborados por estes grupos, tenderam a valorizar os colonizadores portugueses/europeus como “protagonistas únicos do processo histórico” e marginalizar/invisibilizar as demais experiências históricas, sujeitos e grupos sociais, na condição de primitivos, atrasados, selvagens. Desse modo, as críticas do Movimento às narrativas da “história oficial” apontam para uma abertura no regime de representação, para a possibilidade de perspectivas e vozes outras falarem sobre o processo histórico, como o seguinte trecho enuncia:

⁷¹ Entendemos “regimes de verdade”, na esteira de Foucault, como: os tipos de discurso que [uma sociedade] acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (2000: 10).

Nós povos indígenas, movimento negro, movimentos sociais e entidades articulados no Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular fazemos uma leitura da nossa história a partir de um lugar bem definido – dos que sofreram e lutaram contra a espoliação colonial e a exploração de classe, dos condenados da terra, das periferias das cidades e da história oficial (MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 1998: 1).

É a partir desse lugar de fala “periférico”, em relação aos centros autorizados de produção e difusão de conhecimento, dos “condenados da terra”, na expressão cunhada por Franz Fanon (2005), que o Movimento busca fundamentar seu discurso histórico, assumindo a noção de “conflito” como central na explicação dos processos históricos, trazendo à tona outros protagonistas marginalizados nas narrativas oficiais. O seguinte trecho do Manifesto Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular é revelador desse viés:

- (...) dos povos indígenas que, ao longo destes cinco séculos, vem sofrendo um processo de contínuo de extermínio e abandono, não obstante as lutas históricas e desiguais que sempre travaram – e continuam travando – para preservar seus territórios, suas culturas, suas identidades, suas religiões e seus projetos de vida;
- a verdade dos povos africanos que, aprisionados, arrancados violentamente de suas terras e sequestrados, para cá foram trazidos. Durante quase 400 anos, viveram neste país a afronta de um sistema de produção então já condenado pela história. Protagonistas de gestos também heroicos, fundaram aqui territórios livres – os quilombos – provas vivas da afirmação da dignidade humana das lutas mantidas até os dias de hoje pelas entidades negras frente a um poder todavia infame e
- a verdade dos setores populares que, durante toda a nossa história lutaram para mudar o seu curso, na busca da constituição de uma sociedade justa e fraterna. Os setores populares foram protagonistas maiores da nossa recente luta contra a ditadura militar e contra a implantação entre nós do modelo neoliberal. Hoje, a luta pela reforma agrária e a luta contra o desemprego em massa são dois de seus combates maiores no rumo da construção de uma nova sociedade (MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 1998a: 1).

Como podemos perceber, a “verdade histórica” do Movimento denuncia processos de extermínio, exploração, opressão e subalternização, mas que são alvos também de resistências: dos indígenas, “por seus territórios, (...) projetos de vida”; dos negros, nos “quilombos – provas vivas da afirmação da dignidade humana”; dos setores populares “na busca de uma sociedade justa e fraterna” (MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 1998a: 1). O Manifesto aborda,

portanto, experiências históricas outras, para as lutas sociais que, sem deixar de considerar as especificidades de cada setor, apontam para uma direção comum, um projeto de construção de “um território livre e independente e uma sociedade mais justa e humana”, baseado no legado dos “povos indígenas, os povos negros escravizados e os setores populares” (MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 1998a: 1).

A leitura do processo histórico dos 500 anos, a partir da chave do “conflito”, evidencia o caráter violento dos processos de conquista e colonização, bem como possibilita a abertura a posições outras de subjetividades, distantes, na maioria das vezes das idealizações dos “heróis civilizadores portugueses” e dos estereótipos dos indígenas “ingênuos”. Destacamos a descrição do dia 22 de abril que aparece logo na introdução do Manifesto Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular como bastante reveladora da perspectiva histórica assumida pelo Movimento:

Aqui viviam há mais de 40 mil, mais de 5 milhões de pessoas, pertencentes a cerca de 970 diferentes povos. Eram legítimos donos destas terras, possuidores de tudo – menos de anticorpos para doenças europeias, de armas mortais à base de pólvora e chumbo, nem do impulso de violência, exploração, depredação e saque. Disto eram portadores privilegiados aquele grupo de homens doentes que desceu na praia da hoje Cabralia, sul da Bahia, cinco séculos atrás, dizendo que estavam ‘descobrimo um novo mundo’ e que para estas terras trariam seus ideais de civilização, progresso e evangelização (MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 1998a: 1).

A afirmação da anterioridade da ocupação indígena, bem como da diversidade de povos e densidade populacional quando do primeiro desembarque de portugueses na “praia da hoje Cabralia, sul da Bahia”, aponta para o equívoco, ou o caráter farsesco da noção de descobrimento para se referir aos acontecimentos históricos que completavam 500 anos. A representação de espaços, por todo o continente americano, sem ocupação humana, lugares identificados apenas com o domínio da natureza, portanto, territórios a serem “achados”, “descobertos”, “integrados”, se inscreve em matrizes discursivas que vêm legitimando historicamente as diferentes formas de implantação do padrão de poder colonial, no sentido que: se, durante a expansão colonial europeia, tais noções justificavam a ocupação dos territórios do além-mar em nome da Coroa e de Deus; em períodos mais recentes, como nas diferentes frentes de expansão protagonizadas por Estados nacionais do século XIX e século XX, as mesmas imagens de vazios demográficos têm sido usadas para legitimar políticas de expansão das fronteiras da

“civilização” nacional e do desenvolvimento e integração regional. Como bem lembra Vânia Moreira (2001), a afirmação da anterioridade da presença indígena não pode ser menosprezada, pois, enquanto reivindicação por reconhecimento histórico, atua no sentido de afirmar também o lugar dos povos indígena hoje como povos dotados de legitimidade sobre seus territórios e que estão presentes no universo político e social do país enfrentando a invisibilidade histórica e a subalternidade/marginalização social que se alimentam mutuamente.

A representação do dia 22 de abril no Manifesto Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular acentua ainda a diferença profunda entre os povos indígenas e os colonizadores portugueses que aparece nos enunciados anteriores. Enquanto os primeiros carregam como características a antiguidade, que legitima a condição de “donos destas terras”, a diversidade, marcando a convivência entre diferentes povos em um certo tom de harmonia; aqueles últimos, são retratados como portadores da morte, pois trouxeram as terras brasileiras armas de fogo, agentes patológicos e o impulso destrutivo (MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 1998a: 1). O caráter eminentemente violento dos portugueses, bem como a crueza de sua aparência, despida de qualquer pompa, como “grupo de homens maltrapilhos e doentes”, contrasta com os ideais que diziam carregar de “civilização, progresso e evangelização” (idem).

Já no *Manifesto de Porto Velho*, a chegada dos primeiros portugueses nos territórios que hoje compõe o Brasil é descrita de forma bem semelhante à adotada pelo Manifesto Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular, ao enfatizar a antiguidade da ocupação indígena e a pluralidade de povos e culturas aqui existentes (MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 2000c). No entanto, o Manifesto de Porto Velho apresenta o mundo indígena, antes do contato com os portugueses, como um mundo ideal de vidas em harmonia. Tal representação do passado indígena, anterior aos processos de conquista e colonização, como um período de paz e harmonia, nos permite inferir que o manifesto se apoia em *repertórios interpretativos* que formaram a imagem do indígena sob o estereótipo do “homem natural”, que, nos termos de Oscar Calavia Saéz, se mantem “primeiro, [...], alheio aos artifícios e às perversões da história e da política; natural, depois e com densidade ainda maior, por fundido com a

própria terra, como pede a nostalgia da unidade perdida⁷²” (2006: 30). Desse modo, o enunciado parece apontar para uma visão idealizada em que acaba por recorrer a visões eurocêntricas e colonialistas sobre os povos indígenas.

Para nosso objetivo de analisar as representações por uma perspectiva discursiva, é importante destacar que a imagem do “homem natural” tem sido matriz discursiva de práticas de significação em diferentes conjunturas históricas, moldando os sentidos de como os povos indígenas são percebidos a partir de um punhado de características e valores fundados no imaginário de homens brancos/europeus/ocidentais. Entendemos que a ideia de “homem natural”, remete àquilo que Stuart Hall (2016: 90-91), chama de estereótipo, ou seja, a um regime de representação que “reduz as pessoas a algumas poucas características simples e essenciais, que são representadas como fixas por naturezas”. O estereótipo é algo que estabelece fronteiras entre o normal, o aceitável e o bizarro, inaceitável a ser repellido. Por outro lado, as representações discursivas têm seus sentidos delimitados pelo contexto de produção em que estão inseridas. Assim, um dado enunciado tem suas condições de uso e existência delimitadas pela formação discursiva em que se apoia, pelo domínio de objeto que estabelece, as posições de sujeito que demarca, sua coexistência com outros enunciados. Como bem coloca Foucault, o enunciado nunca é

Uma coisa dita em definitivo – e perdida no passado, como a decisão de uma batalha, uma catástrofe geológica ou a morte de um rei – o enunciado, ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, aparece com um status, entra em redes, se coloca em campo de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas torna-se tema de apropriação ou de rivalidade (2005: 118-119).

Diante dessa plasticidade dos enunciados, entendemos que é importante por em relevo o contexto das últimas décadas do século XX, no qual, segundo Libertad Bittencourt (2002: 225-226), o movimento indígena brasileiro afirmava seu protagonismo político e moldava seus discursos e identidades, em meio às crises das políticas indigenista do Estado e à emergência de entidades da sociedade civil – o Terceiro Setor⁷³

⁷² Saéz (2006: 30): “primero, [...], ajeno a los artificios y las perversiones de la historia e de la política; natural, después, y con densidad aún mayor, por fundido con la propia tierra, como lo pide nuestra nostalgia de la unidad perdida”.

⁷³ Segundo Libertad Bittencourt (2002: 325), o termo “Terceiro Setor” se refere a uma forma de mediar recursos e experiências de uma sociedade, em paralelo aos âmbitos estatais e mercadológicos, desenvolvida a partir da década de 1980. Nas palavras da autora, “O Terceiro Setor inclui o amplo espectro das

– interessadas em mobilizar recursos e energias para formas alternativas de desenvolvimento social. A autora destaca também que, nesse mesmo cenário, crescia a visibilidade de questões relativas à preservação do meio ambiente – preocupação com o efeito estufa, defesa das florestas tropicais, da biodiversidade e da sustentabilidade –, de modo que o movimento ambientalista/ecologista retomava a associação dos povos indígenas com o estado natural, como “exemplos vivos de culturas que se formam em equilíbrio com a natureza”, encampando um outro campo de noções em torno do estereótipo do “bom selvagem” como “índio ecológico”, “guardiões da floresta” e etnodesenvolvimento (BITTENCOURT, 2002: 232-234). Diante desse quadro de novas possibilidades de interação com a sociedade envolvente, o movimento indígena adere a parcerias com ONGS de diferentes matizes, inclusive ambientalistas/ecologista, se apropriando e ressignificando certos temas do discurso ambientalista, de modo a transformar, como coloca Felipe Henrique Porfírio Silva:

Todo aquele imaginário colonial construído em torno de suas populações que os colocam como estando mais próximos à ideia de uma ‘natureza selvagem e intocada, como uma arma de luta para seu próprio reconhecimento social. Nessa versão modificada da ideia do ‘bom selvagem, os indígenas apareceriam como estando em comunhão com a natureza e, portanto, como figuras importantes para sua preservação (2017: 118).

A apropriação/ressignificação do discurso ambientalista também pode ser identificada, além das referências às práticas de exploração do meio ambiente desencadeadas pelo projeto colonialista, nas reivindicações por apoio a projetos de desenvolvimento sustentável e de valorização dos conhecimentos dos povos indígenas, os chamados “saberes tradicionais”, especialmente na elaboração de políticas voltadas para a construção de um mundo mais habitável, como bem aparece no manifesto *Marcha Indígena 2000 – Os Povos Indígenas Retomam o Brasil, Manifesto de Manaus, Manifesto de Santarém e Manifesto dos Indígenas do Tocantins e do Goiás*. No entanto, a apropriação desse discurso ambientalista não se dá sem produzir ambiguidades na auto-representação dos povos indígenas, nas disputas políticas internas ao movimento indígena e nas relações com a sociedade envolvente. Se a retórica da preservação do meio ambiente, além de se caracterizar como ferramenta política poderosa nos diálogos e

instituições filantrópicas dedicadas à prestação de serviços nas áreas de saúde, educação e bem-estar social. Compreende também as organizações voltadas para a defesa dos direitos de grupos específicos da população, como mulheres, negros e povos indígenas, ou de proteção ao meio ambiente, promoção do esporte, cultura e lazer” (2002: 325).

negociações dos povos indígenas pelas políticas de demarcação de terras, não deixar de ressignificar representações sobre os povos indígenas; por outro, a imagem do “índio ecológico”, como ressignificação do “homem natural/bom selvagem”, não pode ser totalmente neutralizada em sua dimensão de prática de estereotipificação, pois segue produzindo efeitos de “cisão” (HALL, 2016), excluindo e marginalizando povos indígenas que não se encaixam nos traços essencialistas fixados por esse modelo de representação, que, como nos lembra José Pimenta (2010: 18), vem a ser o caso de populações indígenas do Nordeste e do Sul do Brasil. Por outro lado, a apropriação da retórica da preservação do meio ambiente, além de se caracterizar como ferramenta política poderosa nos diálogos e negociações dos povos indígenas com a sociedade envolvente, não pode ser reduzida, como argumentou Bruce Albert, a

efeitos ideológicos que perpassam o discurso dos índios, como se estes fossem, ‘por natureza, inaptos à posição de sujeito político e eternamente condenado ao papel de um autor ou ao de ventríloquos oportunistas. Ao contrário, nos interstícios das formas canônicas da etnicidade, os novos representantes indígenas desenvolvem uma simbolização política complexa e original que passa ao largo do labirinto de imagens construído tanto pela retórica indigenista do Estado quanto pela de seus próprios aliados (1995: 3).

As resistências históricas que atravessam as narrativas dos manifestos do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular evidenciam também a multiplicidade de agenciamentos históricos, como podemos destacar no Manifesto de Porto Velho:

Nossos antepassados, principalmente na Amazônia, não aceitaram calados ou pacificamente a exploração e destruição de povos e culturas. A reação teve diversas formas. Alguns povos fugiam para as terras distantes e difícil acesso, embora não escapassem da dizimação pelas doenças levadas no corpo. Outros porém, como os Manau, Munduruku, Maué, Parintintin, Mura, Pacaá Nova entre outros tantos atacavam as embarcações dos predadores/caçadores de indígenas. A maior resistência de nossos antepassados, conhecida na Amazônia, foi a Cabanagem por volta de 1832 a 1849, quando os oprimidos pelo governo português: indígenas, tapuios e negros dos quilombos se juntaram para dizer um basta aos desmandos dos brancos sobre os nossos povos. Nós resistimos e vencemos, embora por pouco tempo, porque todos os povos indígenas dos rios Madeiras, Solimões e Negro se juntaram para guerrear contra os portugueses e espanhóis. Eles nos venceram pelas armas, mas não destruíram nosso sonho de liberdade. Aqui em Rondônia, nossa resistência contra os invasores também vem de muito tempo. Talvez a mais marcante seja do período de construção da Estrada Madeira Mamoré. Para evitar que ela cortasse nossos territórios sagrados, nós destruíamos à noite os trabalhos feitos durante

o dia. Mas, logo os povos Karipuna, Pacaá Nova e Parintintin, foram dizimados pois eles colocaram energia nos trilhos e muitos foram mortos eletrocutados. Não vencemos com nossa estratégia de guerra, mas a Mãe Natureza se encarregou de fazê-la (MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 2000c: 1).

A longa citação se faz válida para demonstrar como as resistências indígenas são representadas no *Manifesto de Porto Velho* (2000c: 1) como agenciamentos, estratégias diferenciadas contra a expansão urbana/colonialista, como: o isolamento em áreas nas “terras distantes e [de] difícil acesso”; a reação bélica aos “predadores/caçadores de indígenas”; a aliança com outros setores oprimidos, “indígenas, tapuios e negros dos quilombos”, na Cabanagem; o boicote aos projetos que intervinham em seus territórios; e a representação da “Mãe Natureza” como aliada dos indígenas.

Do ponto de vistas das populações negras, a denúncia do *Manifesto Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular* (1998a) diz respeito à “barbárie da sociedade escravocrata” fundada no sequestro das populações africanas de suas terras, e aprisionamento desta em um “sistema de produção então já condenado pela história” que espoliou, sacrificou e desagregou famílias e comunidades. Se, por um lado, a representação da violência a que as populações negras foram submetidas pela escravidão desmistifica os “brandos costumes” do colonialismo português e da democracia racial; por outro lado, não podemos deixar de notar uma ausência na narrativa histórica do manifesto: a falta de referência mais explícita ao racismo constituinte das relações étnico-raciais brasileiras. Fala-se até em um “poder todavia infame” contra o qual as entidades negras contemporâneas lutam e que podemos inferir que seja o racismo, mas a não nomeação do mesmo demonstra um silenciamento em relação a uma questão central das lutas dos movimentos negros brasileiros.

A celebração das lutas e resistências conferem ainda sentido e importância às experiências dos sujeitos históricos fundadas no martírio, sofrimento e valores de generosidade, humildade e esperança em um mundo melhor e mais justo. Tais sujeitos identificam-se com os povos indígenas, as populações negras e os setores populares. A partir desse legado de experiências e valores, o Movimento se contrapõe, então, aos valores identificados com as “classes dominantes” - a acumulação de riqueza e poder, a arrogância e o desprezo pela vida, característicos do modelo neoliberal -, e se projeta para construir o Brasil dos “Outros 500”: “uma sociedade livre e justa, marcada pela igualdade e pela fraternidade, sociedade sonhada que tanto buscamos e tantos buscaram antes de

nós”. Destacamos, neste sentido, o seguinte trecho do Manifesto de lançamento do movimento:

Nosso movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular pretende celebrar sim, mas celebrar as vitórias conquistadas ao longo dos séculos, através das lutas coletivas, através das iniciativas populares, plenas de heróis anônimos, que nunca terão seus nomes inscritos nos livros de história. Vamos celebrar sim, as vitórias que nos custaram sangue e tanto mártires, tanto sofrimento e esperança nos corações de gente que nada tinha a lutar, senão a sua fé num mundo menos desumano.

Vamos celebrar sim, as vitórias e derrotas de uma luta sempre desigual: de um lado a riqueza, o poder, as armas, o desprezo pela vida e a arrogância de classe, de outro lado, a vida coletiva, o trabalho humano, os despossuídos de tudo, a solidariedade de classe, a humildade e generosidade anônimas, a infinita esperança (MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 1998a: 2).

Se as comemorações oficiais imaginaram uma nacionalidade marcada pela harmonia das raças, construída historicamente como resultado da contribuição voluntária dos povos indígenas, dos negros trasladados e dos brancos, o sentido para o Brasil dos “Outros 500”, o país que o Movimento projeta no futuro, inscreve-se nas diferenças, no reconhecimento da noção de conflito – “conflito entre povos, entre classes, entre ideologias, entre concepções de vida, de mundo, do humano da própria história” – como constitutiva da sociedade brasileira, mas também na necessidade da convergência, de uma “outra” miscigenação que se constrói pelas lutas sociais, pelas resistências à matriz de poder colonial predatório e excludente.

Os manifestos funcionaram como dispositivos de produção de uma subjetividade coletiva capaz de abrigar indígenas, negros e populares – em torno de uma subjetividade forte, de resistência e de luta contra a conquista e colonialismo português. Assim, a memória de luta e resistência desses povos exerce um papel fundamental na construção, reconhecimento, valorização e fortalecimento de uma subjetividade coletiva que coloca em questionamento aquelas que foram construídas para indígenas e negros nos discursos e práticas das comemorações oficiais dos 500 anos. A história oficial, contestada por esse Movimento, tendeu a apagar o protagonismo desses povos, ora negando-lhes existência, ora construindo-os como sujeitos passivos e subordinados aos interesses e exploração colonial. As memórias de luta e de resistência aos processos de exploração, escravidão, marginalização, exclusão e desapropriação são assim celebradas por esse Movimento que enfatiza a historicidade e continuidade das lutas do passado no presente, bem como a força e a vida desse Movimento. Tais memórias configuram e fortalecem uma identidade

coletiva em torno de um projeto político de transformação social e de exercício da cidadania fundado no reconhecimento e respeito à multiplicidade étnica e à pluralidade cultural que caracterizam a nação brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação buscamos abordar o Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular em sua dimensão organizativa, suas práticas discursivas e não-discursivas. Primeiramente, nos dedicamos à descrição de suas condições de produção, entendidas aqui como o seu contexto interacional, seus interlocutores presentes ou presentificados. Mais especificamente tratamos das comemorações oficiais, seus principais agentes, temas, objetivos e projetos. Em seguida, nos dedicamos ao movimento em si, tratando dos processos de debate e reflexão em sua formação, o repertório de protestos empregado, e, por fim, abordamos discursivamente seus manifestos.

Com o objetivo de levantar temas e questões que poderiam ter orientado as comemorações dos 500 anos do chamado “descobrimento do Brasil”, retomamos os processos e debates em torno dos 500 anos da primeira viagem de Colombo ao continente americano, comemorado em 1992 na América Latina sob o mote de “encontro dos dois mundos. Destacamos os interesses de governantes espanhóis, latino-americanos e da UNESCO na promoção de uma perspectiva histórica sem a carga eurocêntrica do termo descobrimento, mas que, apesar disso, tendeu a enfatizar o protagonismo dos navegadores europeus como responsáveis pelo feito decisivo de “completar a imagem do mundo e produzir um efeito globalizante” (UNESCO apud RODRIGUES, 2009: 69). Enfatizamos ainda que tais concepções históricas estavam também em sintonia com os projetos políticos, econômicos e diplomáticos de integração regional de empresas e mercados, mediados por Estados-Nacionais em crise, diante de um cenário de fortalecimento global do capitalismo neoliberal (MENDONZA, 2016).

Sobre o contexto das comemorações oficiais dos 500 anos no Brasil”, abordamos projetos e ações do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso onde se destaca um conjunto heterogêneo de obras arquitetônicas, intervenções paisagísticas, manejo de documentos e acervos, ritos, cerimônias, memórias, histórias e declarações oficiais que conferiam sentidos ao passado brasileiro e à nacionalidade. Entendemos tais iniciativas como práticas de monumentalização e ritualização do passado que distribuíram e organizaram os saberes e rastros sobre o passado, atendendo a uma função disciplinar que fortalecia e exaltava modelos de subjetivação em sintonia com uma ordem política e econômica capitalista, racista e patriarcal. Nesse sentido, as comemorações, em suas práticas de gestão da memória, manifestavam também certo “medo do esquecimento”

(HUYSSSEN, 2000), uma dedicação exagerada em reafirmar o lugar de superioridade dos colonizadores brancos/europeus na formação e condução da nação, como reverberação das preocupações relativas à manutenção dos laços de dependência política e econômica, no presente e no futuro, com a Europa.

Abordamos ainda o papel dos veículos de mídia na promoção das comemorações oficiais dos 500 anos, conferindo visibilidade aos projetos, discursos e eventos governamentais, mas, principalmente, como dispositivos que acentuavam, reelaboravam e dinamizavam sentidos sobre o passado brasileiro e a identidade nacional. Nesse sentido, a Rede Globo de televisão ganhou maior destaque, com um leque amplo de práticas discursivas e não discursivas que, alinhados com os projetos governamentais, envolveram a realização de shows, projetos educativos, minisséries históricas, vinhetas, além do “Relógio dos 500 anos” marcando a contagem regressiva para o “aniversário da nação” (SILVA, 2003; MOURA, 2001). Tratamos também das iniciativas da mídia impressa, lançando luz sobre a publicação e divulgação de obras sobre a história do país, a cobertura jornalística das comemorações e os debates sobre os sentidos dos 500 anos (MOURA, 2001; COGO, 2002). A partir da agência desse amplo aparato que envolveu editoras, jornais e redes de televisão na difusão de discursos históricos e identitários, notamos ainda uma espetacularização do passado histórico, transformado em bem de consumo e entretenimento no contexto dos 500 anos.

Entendemos esse conjunto heterogêneo de agentes e instituições (governamentais e midiáticos), ritos, cerimônias, memórias e histórias orientados para a promoção das comemorações dos 500 como dispositivos (FOUCAULT, 2000), ou seja, como “técnicas de governo” capazes de distribuir o visível e o dizível sobre o passado e a identidade da nação brasileira. Desse modo, as comemorações difundiram também posições possíveis de sujeitos, comportamentos e gestos memoráveis/aceitáveis para a população. Tais dispositivos se relacionavam com determinado padrão de saber/poder, fundado em uma matriz moderna/colonial (MALDONADO-TORRES, 2007), em discursos e saberes históricos responsáveis por processos de subjetivação segundo ideais colonialistas, hierárquicos e racistas, desencadeados desde a conquista e colonização dos povos e territórios do continente americano. Nesse sentido, caracterizamos as comemorações oficiais também como práticas discursivas e não-discursivas que reforçaram a colonialidade da história, por revelar uma perspectiva eurocêntrica de exaltação do colonialismo e seus representantes como heróis como civilizadores e inauguradores da

modernidade, marginalizando, assim, experiências históricas, memórias e saberes de populações indígenas, negras e demais camadas subalternas na formação da nação.

Após tratarmos das comemorações oficiais, nos concentramos nas ações de contestação às mesmas desencadeadas pelo Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular. Com esse objetivo, retomamos, primeiramente, os processos organizativos, debates e legados da Campanha Continental, empreendida entre os anos de 1989 e 1992 em diversos países da América Latina e do Caribe, em oposição às comemorações do V centenário da primeira viagem do Colombo ao continente americano. A partir de uma ampla e plural articulação que atendia pelo lema “unidade na diversidade”, a Campanha Continental fez parte de um período de reconfiguração das lutas sociais no continente, com a emergência de novos atores na cena política, e o estabelecimento de novos mecanismos e dinâmicas de comunicação e interação entre os movimentos sociais da região (BRINGEL; GONZÁLEZ, 2011). Denunciando as narrativas históricas do “encontro dos dois mundos” como eufemismo que ocultava a face de exploração, genocídio e imposição cultural dos processos de conquista e colonização da América, a Campanha Continental compôs também um “projeto profundo de construção de novas identidades coletivas e de unidade” referenciado na memória histórica dos povos indígenas, negros e populares contra a opressão e a discriminação (TORRES; ROSSET, 2012: 30).

Embora o Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular partisse do legado da Campanha Continental, entendemos que se configurou também como um processo próprio de reflexão sobre conceitos e concepções, debates sobre propostas e objetivos, desencadeado entre os anos de 1998 e 2000, e que se referenciavam também nas lutas dos movimentos indígenas, movimentos negros e novos sujeitos de direito que adquiriam crescente protagonismo político no Brasil desde as décadas de 1970 e 1980. Nesse sentido, buscamos definir o movimento como um campo discursivo de ação (ÁLVAREZ, 2009), uma articulação de redes formais e informais, envolvendo organizações e entidades representativas de diferentes setores da sociedade, que, além da crítica às comemorações oficiais, na reafirmação das lutas históricas de indígenas, negros e populares, assumiu contornos político-propositivos e reivindicativos, defendendo o respeito à diversidade, e se posicionando contra o governo neoliberal de FHC.

As ações do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular envolveram, durante o período de 1998 e 2000, diversas práticas de intervenção político-cultural, como: a realização de reuniões e encontro entre organizações de movimentos

sociais de todo o país; seminários e fóruns de debates com as bases dos movimentos; e atos públicos e protestos em diversas cidades brasileiras. Desse modo, destacamos o repertório de protesto utilizado pelo Movimento, em especial os atos realizados durante o mês de abril de 2000: Marcha Indígena, Conferência dos Povos e Organizações Indígenas, Abril Vermelho, Acampamento Quilombo Palmares e a Marcha Nacional Brasil: Outros 500. Entendemos que essas práticas de protesto operaram como um conjunto de estratégias e táticas de resistência que desestabilizaram discursos, representações e mitos cristalizados no imaginário brasileiro, subvertendo os sentidos oficiais da história e da identidade nacional, desvelando também relações de poder profundamente desiguais que estruturaram a sociedade brasileira ao longo de 500 anos. Desse modo, o Movimento impôs, primeiramente, o recuo de alguns projetos comemorativos, e, finalmente, o completo fracasso das comemorações oficiais dos 500 anos.

Por fim, encerramos essa pesquisa abordando os manifestos lançados pelo Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular como práticas discursivas que difundiam outros sentidos para as comemorações oficiais e os 500 anos de história do país, constitutivos de projetos políticos-culturais coletivos. Isso posto, em um primeiro momento, descrevemos as condições de produção desses manifestos, seus signatários/autores, o contexto em que foram lançados, os principais objetivos e reivindicações almejados, de uma forma geral, tratava-se de apresentar tais fontes, familiarizar-se com elas. Em seguida, a tarefa foi identificar os enunciados conforme temáticas, noções, imagens e ideias que demarcavam sentidos sobre as comemorações oficiais, o passado e a sociedade brasileira em conformidade com determinados discursos, sistemas de representação.

Analisando os enunciados sobre as comemorações oficiais, destacamos nos Manifestos uma série de denúncias que identificavam as mesmas como a celebração da “mentira de que o Brasil foi descoberto em 1500”, como uma farsa “com caráter de etnocídio” e “novas formas de colonialismo” (MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 2000a), além de críticas à forma “triumfalista” e “elitista” como rememoravam a data (MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 2000c; MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR, 2000c). Nesse sentido, observamos que os enunciados sobre as comemorações se inseriam em um campo de disputa pela gestão da memória, ao enfatizar o que deveria ser rememorado, a antiguidade indígena, os

massacres e genocídios coloniais, mas também o modo como o passado deveria ser lembrado, a partir de um conjunto de valores, normas e práticas que não promovessem o esquecimento da existência e resistência histórica dos povos indígenas, negros, quilombolas, bem como a vitalidade de suas identidades, lutas, protestos, reivindicações e projetos políticos no tempo presente.

Os manifestos contestaram, sobretudo, as narrativas históricas das comemorações oficiais dos 500 anos, destacando, por um lado, a crítica a uma visão do processo histórico fundada no mito da democracia racial, que reafirmava a “contribuição voluntária dos povos indígenas” e a ideia de “africanos trasladados” que caracterizam a formação de uma sociedade harmônica e sem conflitos étnico-raciais. Por outro, os manifestos problematizaram o lugar de fala de tais narrativas, ou seja, apontaram para o modo como tais visões da história foram produzidas pelas “classes dominantes” e, como tal, exaltavam e celebravam apenas o protagonismo de seus representantes, enquanto silenciavam os agenciamentos históricos dos indígenas, negros e das classes populares na trajetória de 500 anos de construção da sociedade brasileira.

Enfim, analisamos as narrativas históricas veiculadas pelos manifestos e destacamos como, a partir da centralidade da noção de conflito na explicação dos processos históricos e sociais, lançaram luz sobre os massacres, violências, genocídios, escravidões e repressões que marcaram a trajetória histórica brasileira, mas também sobre as resistências e lutas históricas, os agenciamentos e projetos de vida alternativos promovidos por povos indígenas, populações negras e camadas populares. Nesse sentido, os manifestos conferiram também sentidos às lutas sociais e aos projetos políticos deste Movimento no tempo presente, a partir da afirmação de uma memória histórica de luta e resistências dos povos indígenas, negros e setores populares. Desse modo, os manifestos colocaram em circulação uma memória histórica que se configurava como instrumento de intervenção política e cultural, capaz de fortalecer uma identidade coletiva identificada com um projeto político de transformação social, fundado em ideais de democracia, cidadania e pluralidade étnica e cultural.

Reconhecemos que esta pesquisa tem suas limitações, seja da perspectiva teórico-analítica, bem como da própria impossibilidade de qualquer trabalho historiográfico de esgotar um tema ou período histórico. No entanto, entendemos que é importante destacar, dentre tais insuficiências, que temos ciência de que nosso olhar sobre o Movimento se direcionou para as ações dos movimentos indígenas, deixando à margem protagonismos

dos movimentos negros e dos setores populares, categoria esta que em si mesma não parece muito precisa por abarcar um conjunto tão heterogêneo de atores sociais.

De todo modo, a opção por concentrar os esforços na atuação dos movimentos indígenas se fez necessária dada a pluralidade de entidades de movimentos sociais envolvidas e da dispersão geográfica do Movimento, bem como da impossibilidade de, no período de uma pesquisa de mestrado, trabalhar com um conjunto tão amplo de atores e de fontes possíveis. Nesse sentido, acreditamos que há um leque amplo e potente de desdobramentos possíveis dessa pesquisa, no sentido de aprofundar investigações sobre as ações dos demais atores sociais que protagonizaram o Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERT, Bruce. O Ouro Canibal e a Queda do Céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza. **Série Antropologia**, Brasília, v. 174, p. 1-33, 1995.

ALMEIDA, Maria Regina Cestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista História Hoje**, v. 1, n. 2, p. 21-39, dez. 2012.

ÁLVAREZ, Sonia E. Repensando la dimensión política y cultural desde los movimientos sociales: algunas aproximaciones teóricas. In: Hoetmer, Rapahel (Coord.). **Repensar la política desde América Latina: Cultura, Estado y movimientos sociales**. Lima, Peru: Programa Democracia y Transformación Global; Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de San Marcos, 2009. p. 27-36

ÁLVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs.). O Cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: **Cultura e Política nos movimentos Sociais Latino-Americanos**. Belo: Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

ARANTES, Antonio Augusto. Paisagem de História: a Devoração dos 500 anos. **Projeto História**, São Paulo, v. 20, p. 63-96, abr. 2000.

ARRUDA, José Jobson. **O trágico 5º Centenário do Descobrimento do Brasil: comemorar, celebrar, refletir**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.

ARRUTI, José Maurício; HEYMANN, Luciana. Memória e reconhecimento: notas sobre as disputas contemporâneas pela gestão da memória na França e no Brasil. **Memória e reconhecimento**, p. 1-25, 2012.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, ago. 2013.

BARBALHO, Alexandre. Protestar é preciso: o MST e os “500 anos” do Brasil na imprensa portuguesa. **Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito, n. 128, p. 287-300, jul./2015.

BERNECKER, Walther L. Un espejo humeante. El conflicto sobre el aniversario del “descubrimiento” de América. In: **Encuentros**, Ano VI, n. 12, p. 9-16, 1992.

BERTOLETTI, Eshter Caldas; BELLOTO, Heloísa Liberalli; DIAS, Erika Simone de Almeida Carlos. O Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco: acesso às fontes da História do Brasil existentes no exterior. **Dossiê História Colonial**, v. 1, p. 1-26, 2009. Edição: Clio. Série História do Nordeste (UFPE).

BEZERRA, Kátia da Costa. Brava gente brasileira e o “Brasil 500”: o espetáculo do descobrimento. **Estudos de Literatura Contemporânea**, Brasília, n. 37, 2011, p. 27-45.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009)**. 2010. 464 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação do Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília.

BITTENCOURT, Libertad Borges. **Mudança dirigida: as organizações indígenas na América Latina (México e Brasil)**. 2002. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília.

BOAS, Crisoston Terto Vilas. Para ler Michel Foucault. Edição Eletrônica. Imprensa Universitária da UFOP, 2002.

BONALDO, Rodrigo Bragio. **Presentismo e Presentificação do Passado: a Narrativa Jornalística da História na Coleção Terra Brasilis de Eduardo Bueno**. 2010. 169f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2010.

BORTULUCCE, Vanessa Beatriz. Manifesto futurista: texto-ação. **Revista de Letras**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 63-76, jan./jun., 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRINGEL, Breno. Ativismo transnacional, o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 16, n. 2, p. 185-215, 2011.

BRINGEL, Breno; GONZÁLEZ, María Almudena Cabezas. Geopolítica de los movimientos sociales latinoamericanos: Espacialidades, ciclos de contestación y horizonte de posibilidades. In: CONRADO, Jaime Preciado (org.). **Anuario de integración latinoamericana y caribeña 2011**. New Orleans: University Press of South; Guadalajara: Ediciones la Noche, 2014. P. 323-342.

CARVALHO, José Murilo de. O encobrimento do outro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 out. 1999.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da ‘invenção do outro’. Lander, Edgardo (org.). **A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLASCO, 2005. p. 80-87.

CERRI, Luis Fernando. Festas nacionais: uso e didatização do saber histórico nas pedagogias do cidadão. **História & Ensino**, Londrina, vol, 9, p. 205-222, out. 2003.

CERRI, Luis Fernando. Usos públicos da história no Brasil contemporâneo: demandas sociais e políticas de Estado. **Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades**, Sevilla, Espanha, vol. 8, num. 15, p. 3-19, primeiro semestre 2006.

CESAR, América Lúcia Silva. **Lições de Abril: Construção de Autoria entre os Pataxó de Coroa Vermelha**. 2002, 217 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CHAGAS, Mário. Memória e Poder: dois movimentos. **Cadernos de Museologia**, Lisboa, vol. 19, n. 19, p. 35-67, 2002.

CHAUÍ, Marilena. O que comemorar? **Projeto História**, São Paulo, v. 20, p. 35-62, abr. 2000.

CIFUENTES, José Emilio Rolando Ordóñez. A proposito del V Centenario y la reacción de los pueblos indios. In: CIFUENTES, José Emilio Rolando Ordoñez. **Rastros de las prácticas etnocidas en Guatemala**. México: UNAM, 1996. p. 113-133.

COELHO, Mauro Cezar; COELHO, Mauro Cezar. A diversidade na história ensinada nos livros didáticos: mudanças e permanências nas narrativas sobre a formação da nação. **História e Diversidade**, v. 6, n. 1, p. 6-21, 2015.

COGO, Denise. Multiculturalismo e mídia impressa: dos modos do Zero Hora de narra os 500 anos de Descobrimento do Brasil. In: **XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2001, Campo Grande. XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2001, v.1.

COGO, Denise. Multiculturalismo e mídia impressa: narrativas sobre os 500 anos de descobrimento do Brasil. In: COLÓQUIO PAN-AMERICANO INDÚSTRIAS CULTURAIS E O DIÁLOGO DAS CIVILIZAÇÕES DAS AMÉRICAS, 2002, São Paulo. Anais... Montreal: Université de Montréal au Québec, 2002, p. 1-16.

COGO, Denise; SILVEIRA, F. Multiculturalismo e mídia impressa: para uma anatomia dos 500 anos de Descobrimento do Brasil. In: **10º Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, 2001, Brasília. 10º Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Brasília: Compós, 2001.

CORREA, Guillermo. Ayer sometimiento, ahora explotación. **Proceso**, Cidade do México, 20 set. 1986. Disponível em: <<https://www.proceso.com.mx/144503/ayer-sometimiento-ahora-explotacion>>. Acessado em: 10 nov. 2018.

CUNHA, Eneida Leal. Introdução Nação e Identidades. **Caderno CRH**, Salvador, n. 38, p. 11-25, jul./dez. 2000.

DOLCETTI, Michele. **“Después de América Latina”: Regionalidades Contrahegemónicas de las Fuerzas Sociales de Abya Yala**. 2015. 125 f. Dissertação de Mestrado – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Equador, 2015.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. **Revista de História (UFES)**, v. 21, p. 101-124, 2008.

DUSSEL, Enrique. 1492: análisis ideológico de las diferentes posiciones. In: MELÉNDEZ, G. **Sentido Histórico del V Centenario (1492-1992)**. Costa Rica: DEI, 1992. p. 13-31

DUSSEL, Enrique. **1492: O encobrimento do Outro**. Petrópolis: Vozes, 1993.

ESCOBAR, Arturo. **Territorios de diferencia: Lugar, movimientos, vida, redes**. Popayan: Enviñon Editores, 2010.

ESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos**. Popayan: Universidad del Cuaca, 2010.

FENELON, Déa R.; CRUZ, Heloísa F.; KHOURY, Yara A. Apresentação. **Projeto História**, São Paulo, v. 20, p. 7-11, abr. 2000.

- FERRAZ, Raul. **O Prado e o Descobrimento do Brasil**. Brasília: Thesaurus, 2008.
- FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson. Entre a educação e a política: a Colonialidade. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, v. 23, p. 444-458, 2014.
- FOUCAULT, Michel. Sobre a História da sexualidade. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243 – 27.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- FRIGHETTO, Gisele Novaes. **Imagens do Brasil: Análise do nacionalismo na adaptação de um romance histórico para a televisão**. 2005. 231 f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
- GANDRA, Felipe Ávila; NOBRE, Felipe Nunes. A mobilização pelos direitos indígenas na Constituição de 1988: articulações do Conselho Indigenista Missionário e da União das Nações Indígenas através do Jornal Porantim (1985-1988). **Revista de História**, Dourados (MS), v. 18, n. 32, p. 136-157, jul./dez. 2016.
- GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, vol. 31, n. 01, p. 25-49, 2016
- HÁ 20 ANOS – Novembro 1994. **Jornal do Sol**. Porto Seguro, 4 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.jornaldosol.com.br/index.php/component/content/category/60-parece-que-foi-ontem>>. Acesso em: 2 nov. 2018.
- HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.
- HERSCHEMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. E la Nave Va... As Celebrações dos 500 Anos do Brasil: Afirmações e Disputas no Espaço Simbólico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 26, p. 213-215, 2000.
- HOBSBAWM, Eric. A História de baixo para cima. In: HOBSBAWN, E. **Sobre a História**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. cap. 16.
- HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Tradução: Vera Ribeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.
- KOYAMA, Adriana Carvalho. **Arquivos online: práticas de memória, de ensino de história e de educação de sensibilidades**. 2013. 404 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- KRENAK, Aílton. O eterno retorno do encontro. In: NOVAES, Adauto (org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 23-31.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 8-23.

LEON-PORTILLA, Miguel. Quinto Centenario: Tomar en cuenta a los otros. **Estudios Mexicanos**, Vol. 8, No. 2, p. 155-156, verão 1992.

MACHADO, Igor José de Renó. Mestiçagem Arqueológica. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 24, n. 2, p. 385-408, 2002.

MAGNO, Maria Ignês Carlos. Nem o gostoso Francês de Nelson Pereira dos Santos, nem o esperto Caramuru de Guel Arraes conseguiram driblar a força do discurso que fundou o Brasil. In: Congresso Internacional de Comunicação e Consumo (COMUNICON), 2015, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2015.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, Império e Colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, vol. 80, p. 71-114, mar. 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. La descolonización y el giro des-colonial. **Tábula Rasa**, n. 9, p. 61-72, 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-168.

MARCELLO, Fabiana de Amorim. O conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção de sujeitos-maternos. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 29, n.1, p. 199-213, 2004.

MATOS, Hebe. História e movimentos sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. cap. 5. p. 95-111.

MENDES, José Manuel; SEIXAS, Ana Maria. Ação colectiva, protesto e cidadania. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], vol. 72, p. 3-6, out. 2005. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/976>>. Acesso em: 2 jul., 2017,

MENDONZA, Ana Cristina Juárez. **Regiones Imaginadas: Iberoamérica em el V Centenario del Descubrimiento de América**. 2016. 123 f. Dissertação de Mestrado - Centre de Investigación y Docencia Económicas, Cidade do México, ago. 2016.

MIGNOLO, Walter. La opción de-colonial: desprendimiento y apertura. Un manifesto y un caso. **Tábula Rasa**, Bogotá – Colômbia, n. 8, p. 243-281, jan./jun. 2008.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Índios no Brasil: marginalização social e exclusão historiográfica. **Diálogos Latinoamericanos**, Arthus, n. 3, p. 87-113, 2001.

MORETTIN, Eduardo Victorio. Produção e formas de circulação do tema do Descobrimento do Brasil: uma análise de seus percursos e do filme Descobrimento do

Brasil (1937), de Humberto Mauro. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, nº 39, p. 135-165, 2000.

MOURA, Maria Francisca. **Telejornal dos 500 Anos: frames de protesto e violência**. 2001. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO; FONSECA, Aldevina Celene de Almeida; SANTOS, Suely (org.). **Zumbi Apareceu na Coroa Vermelha: Porto Seguro/Santa Cruz de Cabralia, abril de 2000**. Salvador: Gráfica Santa Bárbara, 2010.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

MUTZENBERG, Remo. Conhecimento sobre ação coletiva e movimentos sociais: pontos para uma análise dos protestos sociais em África. **Revista de Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 415-447, maio/ago. 2015.

NAIFF, D. G. N.; SÁ, C. P.; MÖLLER, R. C. O Descobrimento do Brasil na Imprensa Diária Brasileira: A actualização gradativa da memória social. **Psicologia**, Vol. XVII, n.2, p. 349-361, 2003.

NOVAIS, Fernando. “Não podemos nos transformar em índios”. [24 de abril de 2000]. São Paulo: **Folha de São Paulo**, caderno Brasil, p. 6, 24 abr. 2000. Entrevista concedida a João Batista Natali.

O’GORMAN, Edmundo. La falácia histórica de Miguel León Portilla sobre el “encuentro de del Viejo y Nuevo Mundos”. *Quinto Centenario, Madri*, vol.12, p. 17-31, 1987.

OLIVEIRA, Kelly Emanuely. **Estratégias sociais no Movimento Indígena: representações e redes na experiência da APOINME**. 2010. 275 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Imaginário Histórico e Poder Cultural: as Comemorações do Descobrimento. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 26, p. 183-202, 2000.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. América Antiga nos livros didáticos: imagens de “civilização”: imagens de “civilização” no silenciamento das diferenças étnico-culturais. In: MUNIZ, Diva do Couto Gontijo; SENA, Ernesto Cerveira de; CARNEIRO, Maria Elizabeth (orgs.). **Tempos de Civilização e Outros Tempos**. Uberlândia: UDUFU, 2016.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. **Por uma História do Possível: O Feminino e o Sagrado nos Discursos dos Cronistas na Historiografia sobre o “Império Inca”**. 2006. 231 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PAIM, Elison Antonio. Para além das leis: o ensino de culturas e histórias africanas, afordescendentes e indígenas como decolonização do ensino da história. In: MOLINA, Ana Heloisa; FERREIRA, Carlos Augusto Lima (Org.) **Entre Textos e Contextos: caminhos do ensino de História**. Curitiba: CRV, 2016. p. 141-166.

PAMPLONA, Marcos A. A Historiografia Sobre o Protesto Popular: Uma Contribuição para o Estudo das Revoltas Urbanas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 215-238, 1996.

PÊGO, Alison Leal. O manifesto como gênero textual. In: DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. **Nos domínios dos Gêneros Textuais**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2009. 2 v. em 1.

PERUZZO, Cicilia Krhling M. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa na era do ciberespaço. **Galáxia**, São Paulo, n. 17, jun. 2009, p. 131-146.

PIMENTA, José. Da Exploração Madeireira ao desenvolvimento Sustentável: a Experiência Ashaninka do Brasil. *Latinam-Zine*, Haifa, v. 1, n., p. 11-19, 2010.

PINTO, Alejandra Aguilar. A patrimonialização da memória social: uma forma de domesticação política das memórias dissidentes ou indígenas? **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 47, N. 3, p. 273-283, set/dez. 2011.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 93-126.

QUIJANO, Aníbal. El “movimiento indígena” y las cuestiones pendientes em América Latina. In: _____ **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/decolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014a. p. 635- 663 Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140506060806/eje2-11.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2017.

QUIJANO, Aníbal. Estado-nación, ciudadanía y democracia. Cuestiones abiertas. In: _____ **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/decolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014b. p. 605- 624 Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140506060806/eje2-11.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2017.

RAMOS, Alcida Rita. Rediscovering indigenous Brasil: echoes form the quincentennial. **Série Antropologia**, Brasília, v. 296, p. 1-15, 2001.

RODRÍGUEZ, Martha. Campaña Continental. **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**. Quito (Ecuador), n. 40, p. 80-83, 1991.

RODRÍGUEZ, Sandra Patricia. Conmemoraciones del cuarto y quinto centenario del “12 de octubre de 1492”: debates sobre la identidad americana. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, n. 38, 2009, p. 64-75.

RUBBO, Deni Irineu Alfaro. **Camposinos cosmopolitas: um estudo sobre a atuação política internacionalista do MST na América Latina**. 2013. 214 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

RUBBO, Deni Irineu Alfaro. Párias da América Latina: Mariátegui, o MST e os 500 anos de resistência indígena, negra e popular. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol. 19, n. 34, p. 186-201, jan./jun. 2015.

SAEZ, Óscar Calavia. El indio ecológico. Diálogos a través del espejo. **Revista de Occidente**, Madrid, n. 298, p. 27-42, 2006.

SAÉZ, Óscar Calavia. Los Otros Quinientos: Historia Brasileña y Etnologia Indígena. **Revista de Indias**, vol. LX, N. 218, p. 99-110, 2000.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, quilombos, modos e significados**. Brasília: E. UNB, 2015.

SANTOS, Layner Garcia dos; BRUNETTO, Egídio; LEAL, Gilberto. Brasil 500 Anos – Resistência Indígena, Negra e Popular. **Projeto História**, São Paulo, v. 20, p. 97-124, abr. 2000.

SANTOS JUNIOR, Cid José Machado dos. **Aproximações à História do Gênero Épico na TV Brasileira: um Estudo sobre a Minissérie A Muralha (TV GLOBO, 2000)**. 2015. 123 f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

SCHVARZMAN, Sheila. O Imaginário do Descobrimento no Cinema de Humberto Mauro. In: SOCINE. In: SOCINE. **Estudos de cinema: Socine II e III**. São Paulo: Annablume, 2000. p. 343-360

SILVA, Helenice Rodrigues. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002.

SILVA, Kelly. A Nação Cordial: Uma análise dos rituais e das ideologias oficiais de “comemoração dos 500 anos do Brasil”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, n. 15, p. 141-194, fev. 2003.

SILVA, Felipe Henrique Porfirio. **“Por dentro e por fora do Estado”: estratégias e desafios no processo político de constituição do Movimento Indígena no Brasil contemporâneo**. 2017. 141 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SPINK. Mary Jane P.; Frezza, Rose Mary. Práticas Discursivas e Produção de Sentido: a perspectiva da psicologia social. In: Spink, Mary Jane P (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. Edição virtual. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. p. 1-21.

SPINK. Mary Jane P.; MEDRADO, Benedito. Produção de Sentido no Cotidiano: Uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: Spink, Mary Jane P (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. Edição virtual. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. p. 22-41.

SOUZA, Mabel Freitas. **História, Cinema e Representações sobre Indígenas: Uma análise de Caramuru, A Invenção do Brasil (1995-2005)**. 2016. 119 f. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2016.

THOMAZ, Omar Ribeiro. A reinvenção de comunidades: o V Centenário e os nacionalismos na Espanha. In: MONTERO, Paula (coord.). **Entre o mito e a história: o V centenário do descobrimento da América**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 213-253.

TORRES, María Elena Martínez; ROSSET, Peter M. Del conflicto de modelos para el mundo rural emerge la vía campesina como movimiento social transnacional. **El Otro Derecho**, Bogotá (Colômbia), n. 44, p. 21-57, nov. 2012.

TREVISAN, Anderson Ricardo. Cinema, História e Nação: Humberto Mauro e O Descobrimento do Brasil. **Estudos Sociológicos**, Araraquara, v. 21, n. 41, p. 215-235, jan.-jun. 2016.

UNESCO. **Commemoración del Quinto Centenario del Encuentro de dos Mundos**. França, Unesco: 1989.

VAZ FILHO, Florêncio Almeida. Os Conflitos ligados à sobreposição entre terras indígenas e a Resex Tapajós-Arapiuns no Pará. **Ruris**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 144-183, 2013.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. vol. 6. Tradução: Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

ZAMBRANO, Marta; GNECCO, Cristóbal. Introducción: El Pasado como política de la historia. In: **Memórias hegemônicas, memórias disidentes: el pasado como política de la historia**. Bogotá: Universidad del Cuaca, 2000. p. 11-22.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. **Revista História e Historiografia**, São Paulo, n. 4, p. 89-102, 1985.

FONTES HISTÓRICAS

5.1 Fontes Governamentais

BRASIL. Congresso Nacional. **Comissão de Direitos Humanos**. Notas taquigráficas da Audiência Pública de 27 de abril de 2000. p. 65. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/documentos/notas-taquigraficas/nt27042000.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BRASIL. Portaria de 13 de junho de 1997. Dispõe sobre o regulamento da Comissão Nacional para as comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jun. 1997. Seção 1, p. 12407-12408.

BRASIL, Presidente (1995-2002: Fernando Henrique Cardoso). **Discurso nas comemorações dos 500 anos de Descobrimento**. Rio de Janeiro, 31 de dez. 1999. 5 f. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/2o-mandato/1999-1/89.1.pdf/view>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BRASIL, Presidente (1995-2002: Fernando Henrique Cardoso). **Discurso no almoço oferecido ao Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio, e Senhora Maria José Rita. Porto Seguro, 22 abr. 2000**. 7 f. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/2o-mandato/2000/45.pdf/view>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

5.2 Documentos Relativos à Campanha Continental

500 AÑOS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA INDÍGENA. Campaña Continental por el Auto Descubrimiento de Nuestra América. In: JUNCOSA, José E. (comp.). **Documentos Indios: Declaraciones y pronunciamientos**. Tomo II. Quito (Equador): Abya Yala; Roma (Itália): Movimientos Laicos para América Latina, 1992. p. 275-282.

CAMPANÃ DE LOS 500 AÑOS DE RESISTÊNCIA INDIGENA Y POPULAR. Encuentro Latino Americano de Organizaciones Camponesas-Indigenas. In: JUNCOSA, José E. (comp.). **Documentos Indios: Declaraciones y pronunciamientos**. Tomo II. Quito (Equador): Abya Yala; Roma (Itália): Movimientos Laicos para América Latina, 1992. p. 283-312.

CAMPANÃ CONTINENTAL 500 AÑOS DE RESISTENCIA INDIGENA, NEGRA Y POPULAR. Declaración de Xelajú: II Encuentro Continental Campanã 500 Años de Resistencia Indigena, Negra y Popular. In: JUNCOSA, José E. (comp.). **Documentos Indios: Declaraciones y pronunciamientos**. Tomo II. Quito (Equador): Abya Yala; Roma (Itália): Movimientos Laicos para América Latina, 1992. p. 155-218.

MOVIMIENTO DE RESISTENCIA INDIGENA, NEGRA E POPULAR. **III encuentro continental de la resistencia indigena, negra y popular. Declaración de Manágua.** Boletín de Antropología Americana, México, n. 24, p. 183-188, dez. 1991

PRIMER ENCUENTRO CONTINENTAL DE PUEBLOS INDIOS, I, 1990, Quito (Equador). **Declaración de Quito.** S.I.: Cumbre Continental de Pueblos y Organizaciones Indigenas, 1990. Disponível em: <http://www.cumbrecontinentalindigena.org/quito_es.php>

5.3 Fontes jornalísticas

A CHEGADA. **Porantim**, Brasília-DF, ano XXI, n. 219, p. 7, out. 1999.

ACM E governador elogiam repressão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 abr 2000. Brasil, p. 5.

ALECRIM, João. Seguranças sem farda também deram pontapés. **A Tarde**, Salvador, 05 jul. 1999.

ANTENORE, Armando; ZORZAN, Patrícia; FRANCISCO, Luiz. Índio invade celebração e protesta contra violência. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 abr 2000. Brasil, p. 4.

ANTUNES, Laura. Barreiras da Polícia Militar impedem o acesso de milhares a Porto Seguro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 abr. 2000. O País, p. 4.

ARAÚJO, Inácio. Mauro redescobre o Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 de abr. 1996. Ilustrada, p. 1.

ATO pelos 500 anos reúne 800 índios no sul. **Porantim**, Brasília-DF, ano XXI, n. 223, p. 10, mar., 2000.

BRAGA, Ivana. Caminhada critica a “lusitanidade” nos 500 anos. **A Tarde.**, Salvador, 20 abr., 1999.

BRUMATTI, Daniel. Índio aponta flecha para rosto de ACM durante manifestação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 abr. 2000. Brasil, p. 12. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1404200027.htm>>

CAPOIB anuncia Conferência Indígena 2000. **Porantim**, Brasília, DF, ano XX, n. 209, p. 4, out. 1998.

CARDOSO Fernando Henrique. FHC diz estar cansado de ações do MST. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 abr. 2000b. Brasil, p.1. Entrevista concedida a William França.

CARNEIRO, Sonia. FH elogia o povo em mensagem. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 31 dez. 1999. Política, p. 2.

CHAVES, Kátia. Nações indígenas do Acre protestam contra 500 anos de Brasil. **A Gazeta**, Rio Branco, p. 01, 8 abr. 2000.

CID, Peta. Caravana passa por Parintins. **A Crítica**, Manaus, 7 abr. 2000. Caderno C, p. 5.

CIMI NORDESTE – EQUIPE SERTÃO. Povos indígenas presentes no Grito. **Porantim**, Brasília, Ano XXI, n. 219, p. 7, out. 1999.

CIMI realiza atividades em todo o país. **Porantim**, Brasília, DF, ano XXI, n. 214, p. 14, maio 1999.

COMEMORAÇÕES chama a atenção pela violência. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 abr 2000. Brasil, p. 4.

COMITÊ Outros 500 em Belém promoverá júris. **Informativo do Comitê de Preparação à Conferência Indígena/Cabralia...**, Santa Cruz de Cabralia, n.03, p. 7, fev. 2000.

COMITÊ OUTROS 500 DE APOIO À MARCHA E CONFERÊNCIA INDÍGENA... Lançamento do Comitê de Apoio à Marcha em Cabralia: Um Marco Histórico. **Informativo do Comitê de Preparação à Conferência Indígena/Cabralia...**, Santa Cruz de Cabralia, n.03, p. 5, fev. 2000.

CONGRESSO Continental dos Povos Negros das Américas: De 21 a 25 de Novembro, no Parlamento Latino – Memorial. **Boletim Informativo I Congresso Continental dos Povos Negros das Américas**, São Paulo, Ano I, n. 1, p. 1, jul. 1995.

CORREA, Guillermo. Ayer sometimiento, ahora explotación. **Proceso**, Cidade do México, 20 set. 1986. Disponível em: <<https://www.proceso.com.mx/144503/ayer-sometimiento-ahora-explotacion>>. Acessado em: 10 nov. 2018.

DEU OUTROS 500 no Festival de Parintins. **Informativo Outro 500**, Manaus, AM, n. 03, p. 3, jul. 1999.

DIOCESE de Eunápolis festeja 500 anos da Igreja no Brasil. **A Tarde**, Salvador, 20 abr., 1999.

ELABORAÇÃO e impressão de cartilhas. GOVERNO da Bahia Reprime Manifestação. **Informativo Outros 500**, Manaus, AM, n. 01, p. 2, maio 1999.

ENTIDADES e indígenas organizam debate. **Informativo Outros 500**, Manaus, AM, n. 02, p. 1, jun. 1999.

FINOTTI, Ivan. Índios pataxó invadem missa do 499º aniversário do Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 abr., 1999. Brasil, p. 10. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc23049920.htm>> Acesso em: 10 nov. 2018.

FRANÇA, William. Falta de luz na festa de FHC, que é vaiado e aplaudido. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 jan. 2000a. Brasil, p. 7.

FONSÊCA, Adilson. Aviões da FAB dão toque especial nas festividades do Descobrimento. **A Tarde**, Salvador, 22 abr. 1999.

CARDOSO Fernando Henrique. FHC diz estar cansado de ações do MST. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 abr. 2000b. Brasil, p.1. Entrevista concedida a William França.

FRANCISCO, Luiz. Movimento deve sair de Porto Seguro depois de fazer acordo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 de abr. 2000a. Brasil, Caderno 1, p. 12.

FRANCISCO, Luiz. MST é retido em barreira e faz protesto em rodovia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 abr. 2000b. Brasil, p. 5.

FREITAS, Silvana. Contag, PT e PPS criticam movimento. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 abr. 2000. Brasil, p. 10.

GREGORI exonera Marés antes de receber renúncia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 Abr. 2000. Brasil, p. 4.

INCRA: MST anuncia 65 invasões em 5 Estados. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 abr. 2000. Brasil, p. 12.

ÍNDIOS cearenses se integram aos festejos dos 500 anos na Bahia. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, p. 17, 16 abr. 2000a.

ÍNDIOS contestam comemoração dos 500 anos e pedem respeito. **Diário da Amazônia**, Porto Velho, 7 abr. 2000b.

ÍNDIOS contestam o descobrimento. **Diário da Amazônia**, Porto Velho, 7 abr. 2000c.

ÍNDIOS fazem manifestações com MST. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 abr., 2000d. Brasil, p. 6. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1704200007.htm>>

ÍNDIOS fazem ato público no Centro contra FHC. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 14 abr 2000e. Caderno A, p. 6.

INICIADA marcha indígena em direção a Porto Seguro. **Correio da Bahia**, Salvador, 31 mar. 2000. Interior, p. 03.

JANSEN, Roberta. Barreira da Polícia Militar isolou Porto Seguro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 abr. 2000. Caderno A, p. 18.

LIMA, Maria; ANDERSON, Carter. Comemorações debaixo de críticas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 abr. 2000.

LINS, Letícia; AUTRAN, Paula. Conflito na terra do Descobrimento. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 abr. 2000. O País, p. 3.

MALDOS, Paulo. Monte Pascoal: Confraternização entre os povos. **Porantim**, Brasília-DF, ano XXII, n. 225, p. 8, maio 2000b. Edição Especial.

MANIFESTAÇÕES de protesto para marcar o Dia do Índio em Porto Seguro. **A Região**, Eunápolis, 12 abr., 1999.

MANIFESTO Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular. **Porantim**, Brasília, DF, ano XX, n. 213, p.5, mar./abr. 1999.

MARCHA Indígena. **Jornal do Tocantins**, p. 2, 16 abr. 2000a.

MARCHA Indígena 2000. **O Jornal**, Maceió, Caderno Dois, 17 abr. 2000b.

MARCHA reúne três mil no Dia do Índio. **Correio da Bahia**, Salvador-BA, 20 abr. 1999.

MARTINS, Tânia. Marcha “Brasil Outros 500”. **Meio Norte**, Piauí, p. 10, 12 abr. 2000.

MATALAUÊ, Jerry Adriani Pataxó. “Onde vocês estão pisando vocês tem que ter respeito”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 abr. 2000. Brasil, p. 4. Discurso proferido durante a Missa dos 500 Anos de Evangelização em Santa Cruz de Cabralia, 26 abr. 2000.

MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR. Marcha Indígena 2000. Os Povos Indígenas Retomam o Brasil. **Mensagem**, Belém, n. 120, fev/mar, 2000c, p. 5

MOVIMENTOS populares fazem marcha de protesto. **Correio da Bahia**, Salvador, Aqui Salvador, 19 abr. 1999, p. 9.

NOTÍCIAS do lançamento da campanha em todo o país. **Informativo Outros 500**, Manaus, AM, n. 01, p. 8, maio 1999.

PF CONCLUI que polícia baiana não agrediu manifestantes em P. Seguro. **Correio da Bahia**, Salvador, 13 de jun. 2000.

PODER de mobilização fortalece lutas sociais. **Porantim**, Brasília-DF, ano XXI, n. 218, p. 7, set. 1999c.

POVOS indígenas participam do II Encontro Americano. **Porantim**, Brasília-DF, ano XXI, n. 221, p. 12, dez. 1999.

POVOS se encontram na Assembléia Legislativa. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 11 abr. 2000. Caderno Girogerais, Urbanismo, p. 25.

PRESIDENTE pede relatório. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 abr 2000. Brasil, p. 4.

PROCURADOR pede segurança para viagem dos índios. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 4 abr. 2000. Geral, p. 11

REVOLTA na ponta da flecha. **A Tarde**, Salvador, 17 abr. 2000.

SANTANA, Sumário; VASCO, Kátia. Protesto contra FHC na Bahia. **Porantim**, Brasília, Ano XVIII, n. 184, p. 6, abr. 1996.

THAME, Daniel. Polícia barra povo e FHC faz festa vip dos 500 anos. A Região-UOL, 2000. Disponível em: <<http://www1.uol.com.br/aregiao/art/massacre.htm>>. Acesso em 18 nov. 2000.

VASCO, Kátia; BEIRÃO, Cláudio. Em troca de votos, deputado esteriliza índias Pataxó Hã Hã Hãe. **Porantim**, Brasília, DG, Ano XX, n. 208, p.6, set. 1998.

VASCO, Kátia. Campanha de Resistência lança texto-base. **Porantim**, Brasília, DF, ano XX, n. 211, p.15, dez. 1998a.

VASCO, Kátia. Campanha destacará resistência. **Porantim**, Brasília, DF, ano XX, n. 209, p. 4, out. 1998b.

VASCO, Kátia. Caravanas vão sair de todas as regiões. **Porantim**, Brasília-DF, ano XXI, n. 222, p. 2-3, jan./fev., 2000a, Encarte.

VASCO, Kátia. Construindo um novo país. **Porantim**, Brasília-DF, Ano XXI, n. 220, p. 6, nov. 1999a.

VASCO, Kátia. Monumento indígena é destruído pela PM. **Porantim**, Brasília-DF, ano XXII, n. 225, p. 8, maio 2000b. Edição Especial.

VASCO, Kátia. O grito indígena na missa do perdão. **Porantim**, Brasília-DF, ano XXII, n. 225, p. 18, maio 2000c. Edição Especial.

VASCO, Kátia. Resistir na luta pela terra. **Porantim**, Brasília-DF, Ano XXI, n. 220, p. 8-9, nov. 1999b.

VASCO, Kátia. Rumo à marcha continental. **Porantim**, Brasília-DF, ano XXI, n. 220, p. 7, nov. 1999c.

VIOLÊNCIA da PM mancha festa do Dois de Julho. **A Tarde**, Salvador, Local, 03 jul. 1999.

VITA, Marcos. Marcha de sem-terra em direção a Porto Seguro é liberada. **Folha de São Paulo-UOL**, São Paulo, 15 abr. 2000a. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fo/geral/ult15042000029.htm>>.

VITA, Marcos. Protesto do Descobrimento deixa 141 detidos na Bahia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 abr. 2000b. Brasil, p. 4.

VITA, Marcos. Comemoração não contará com réplica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 abr. 2000c. Brasil, p. 6.

5.4 Notas e Informes

CARAVANA INDÍGENA DA AMAZÔNIA. **Nota da Caravana Indígena da Amazônia**. Santa Cruz de Cabrália, 21 abr. 2000. [2] p.

COMITÊ DE SALVADOR BRASIL: OUTROS 500. **“Outros 500”**: Lançamento Nacional em Salvador. Movimento Brasil: Outros 500, 12 abr. 1999. p. 2.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **500 Anos serão debatidos na Europa**. CIMI, Brasília, 13 de nov. 1999a.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Informe da Manifestação em Porto Seguro**. CIMI, 26 abr. 1999b.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **O Mensageiro**. CIMI, 2004. Disponível em: <https://cimi.org.br/2004/06/21578/> Acesso em: 10 no. 2018.

FÓRUM DE SALVADOR BRASIL: OUTROS 500. **Movimento Debate 500 Anos e Lembra Salvador**. Quilombo Níger Okan, 24 mar. 1999a.

MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR. **Marcha Indígena Inicia em Manaus com Muita Energia, Protestos e Indignação**. Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular, 4 abr. 2000f.

5.5 Avaliações e relatórios

CAMPANHA NACIONAL BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR. **Relatório da Vª Reunião Nacional**. Salvador, BA, jul. 1999b. [15] p.

CAMPANHA NACIONAL - BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR. **Relatório da VIª Reunião Nacional**. Brasília, DF, ago. 1999c. [9] p.

COMISSÃO DA ARTICULAÇÃO DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO NORDESTE, MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO – MICRORREGIÃO CEARÁ. **Avaliação dos Povos Indígenas no Ceará – 24 de abril e 04 de maio de 2000 – Marcha e Conferência Indígena Nacional na Bahia 15 a 24 de abril de 2000**. APOINME/MR-CE: Fortaleza, CE, 2000. p. 6.

CONSELHO DE ARTICULAÇÃO DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO BRASIL. **Encontro preparatório da Conferência Indígena – Abril de 2000 Coroa Vermelha, Extremo Sul da Bahia, 01 a 04 de dezembro de 1999**. [Santa Cruz de Cabrália]: CAPOIB, 2000. p. 6.

CONSELHO DE ARTICULAÇÃO DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO BRASIL; CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **2º Encontro preparatório da Conferência Indígena – Abril de 2000 Coroa Vermelha, Extremo Sul da Bahia, 15 a 17 de março de 2000**. [Santa Cruz de Cabrália], 2000. [3] p.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO/EUNÁPOLIS. **Minuta Ata da Reunião de 17-04-99**. Eunápolis, BA, 1999c. 4 p.

COORDENAÇÃO DA UNIÃO DAS NAÇÕES E POVOS INDÍGENAS DE RONDÔNIA, NOROESTE DO MATO GROSSO, E SUL DO AMAZONAS. **Relatório da Marcha de Porto Velho e da Viagem da Marcha dos Povos Indígenas 2000**. Porto Velho: CUNPIR, 2000. [12] p.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES NEGRAS. **Relatório/Avaliação do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular**. [S.l]: CONEN, 2000. p. 11.

DELEGAÇÃO CAPOIB/CIMI. **Debate os 500 Anos do Brasil na Europa: 13 de novembro a 2 de dezembro de 1999**. Brasília: CIMI, 2 dez. 1999. p. 9.

MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR. **Relatório da Reunião do dia 30 de Novembro de 1998**. São Paulo, nov. 1998b. [2] p.

MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR. **Relatório da Reunião Nacional de 05 de fevereiro de 1999**. São Paulo, SP, fev. 1999b. [2] p.

FARIAS, Ivan Soares. **Relatório de Acompanhamento Técnico-Antropológico da Conferência dos Povos e organizações Indígenas do Brasil, em Porto Seguro/BA**. CIMI, Brasília, 2000.

VI ASSEMBLÉIA GERAL DA COIAB DE 18 A 22 DE MAIO DE 1998. VI, 1998, Manaus. **Programa de Ação**. Manaus: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, 1998. p. 30.

5.6 Manifestos do Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular

MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA e POPULAR. **Manifesto. Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular**. [S.l.]. dez. 1998a. [2] p.

MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR. **Marcha Indígena 2000. Os Povos Indígenas Retomam o Brasil**. [S.l.], Março, 2000a

MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR. **Manifesto de Goiânia**. Goiânia, 12 abr. 2000a. [2] p.

MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR. **Manifesto de Manaus**. Manaus, 3 de abr., 2000b. [2] p.

MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR. **Manifesto de Porto Velho**. Porto Velho, 5 de abr., 2000c. [2] p.

MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR. **Manifesto dos Índios do Tocantins e Goiás**. Palmas, 12 abr. 2000e. [2] p.

5.7 Cartilhas do Movimento e de entidades que o integravam

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO NORDESTE, MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO. **Os Povos Indígenas Retomam o Brasil: Marcha Indígena 2000 e Conferência Indígena (17 a 22 de abril de 2000)**. 2000. p. 9. Cartilha.

MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR. **Marcha Nacional Brasil: Outros 500**. Salvador: Comitê Brasil Outros 500 – Resistência Indígena, Negra e Popular; Santa Cruz de Cabralia: Comitê de Preparação à Conferência Indígena, 2000b. p. 10. Cartilha.

FRENTE DE OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA E POPULAR; FORUM ESTADUAL POR TERRA, TRABALHO, CIDADANIA E SOBERANIA NACIONAL; FORUM 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR. **Por um Brasil Verdadeiramente Independente**. Salvador: 1999. Panfleto.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **PT e a Resistência Indígena, Negra e Popular**. [S.l.], 2000. p. 6. Cartilha.

5.8 Programações e Projetos

CONSELHO DE ARTICULAÇÃO DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO BRASIL. **Projeto: Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular - Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (Coroa Vermelha, BA, 16 a 22 de abril de 2000); Reunião Ampliada da CAPOIB para Preparar a Conferência (Coroa Vermelha, BA, 22 a 26 de Novembro de 1999)**. Brasília: Comissão 500 Anos; Comissão Executiva da CAPOIB, 8 jul. 1999. p. 8

CAMPANHA NACIONAL BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR. **Marcha Nacional Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular: programação da V Reunião Nacional**. Salvador: Secretaria Nacional Brasil: Outros 500, 1999b. [10] p.

MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR. **Marcha Indígena 2000 para o litoral da Bahia: Porto Seguro, Coroa Vermelha, Monte Pascoal, Cabralia**. Brasília: CAPOIB; COIAB; APOINME, 1999. p. 14.

5.9 Memórias, entre outros documentos relacionados com o Movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE AÇÃO INDIGENISTA. **URGENTE 500 anos**. Mensagem recebida por <cimi@embratel.net.br> em 4 maio 1999.

COMISSÃO DA ARTICULAÇÃO DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO NORDESTE, MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO – MICRORREGIÃO PERNAMBUCO. **Memória da Marcha e Conferência Indígena 2000 – Pernambuco**. APOINME/MR-PE: [S.l.:s.n.], 2000. [6] p.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Marcha e Conferência Indígena**. Brasília: Cimi, 2000. p. 135.

FONSECA, Celene. **Faixas**. Mensagem recebida por <cimi@embratel.net.br> em 12 abr. 1999.

FORUM DE SALVADOR BRASIL: OUTROS 500. **Salvador: Outros 450**. Movimento Brasil: Outros 500, 27 mar. 1999b. [5] p.

II ENCONTRO AMERICANO PELA HUMANIDADE CONTRA O NEOLIBERALISMO. Declaração Final do II Encontro Americano pela Humanidade contra o Neoliberalismo. **Projeto História**, São Paulo, v. 20, p. 349-352, abr. 2000.

MALDOS, Paulo. **As muitas faces de uma guerra**. CIMI, maio, 2000a.

MONTEJO, Paulino. **Reunião Nacional do Movimento de Resistência indígena, Negra e Popular, Outros 500**. Brasília: CEDOC-CIMI, 1999.

MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR. **Dois de Julho: 176 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular**. Movimento Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular, 1999a. p. 2.

GUARANI KAIOWÁ; KADIWÉU; CAMBÁ; TERENA; KINIKINAU; OFAIÉ; ATICUM; GUATÓ; LAIANA; GUACURUS. “Rumo aos Outros 500”. In: CONSELHO INDÍGENA MISSIONÁRIO. **Marcha e Conferência Indígena 2000**: abril de 2000. Brasília: CIMI, 2000.

RUIZ, Coraci Bartman. Um pouco de mim. In: **OLHARES e registros daquele 22 de abril**. Campinas: [s.n], 2000. p. 39-42.

SCIGLIANO, João Paulo Amaral. Brasil 500 Danos. In: **OLHARES e registros daquele 22 de abril**. Campinas: [s.n], 2000. p. 46-47.

ANEXOS

ANEXO A – Manifesto Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular

BRASIL : 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR

Manifesto

Aproxima-se a data - 22 de abril de 2.000 - que nos fará refletir sobre o dia, 500 anos atrás, em que um grupo armado de portugueses desembarcou nestas terras, com a meta de anexá-la como território colonial.

Aquí viviam, há mais de 40 mil anos, mais de 5 milhões de pessoas, pertencentes a cerca de 970 diferentes povos. Eram os legítimos donos destas terras, possuidores de tudo - menos de anticorpos para doenças europeias, de armas mortais à base de pólvora e chumbo, nem do impulso de violência, exploração, depredação e saque. Disto, eram portadores privilegiados aquele grupo de homens maltrapilhos e doentes que desceu na praia da hoje Cabralia, sul da Bahia, cinco séculos atrás, dizendo que estavam "descobrimo um Novo Mundo" e que para estas terras trariam seus ideais de civilização, progresso e evangelização.

Naquele dia foi dado início à expansão do Velho Mundo nestas terras, através da sua brutalidade letal e organizada, pronta para projetar-se contra tudo e contra todos que estivessem em seu caminho. Aquele 22 de abril de 1.500 foi um dia mítico, matriz de uma história violenta e desumana que continua até os nossos dias.

Nossa leitura histórica

Nós, povos indígenas, movimento negro, movimentos sociais e entidades articulados no movimento Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular fazemos uma leitura da nossa história a partir de um lugar bem definido - dos que sofreram e lutaram contra a espoliação colonial e a exploração de classe, dos condenados da terra, das periferias das cidades e da história oficial.

Não acreditamos numa história escrita pelas classes dominantes, em que estas se colocam como protagonistas únicas e vencedores incontestes, tendo seus personagens guindados à posição de heróis de uma versão mistificadora e falsa do processo histórico. Pretendemos, através do nosso movimento, desmistificar a construção da mentira oficial e revelar a verdade histórica vivida pelos povos indígenas, pelos povos negros escravizados, pelas classes sociais e setores populares explorados e

excluídos: a verdade dos povos indígenas que, ao longo destes cinco séculos, vêm sofrendo um processo contínuo de extermínio e abandono, não obstante as lutas heróicas e desiguais que sempre travaram - e continuam travando - para preservar seus territórios, suas culturas, suas identidades, suas religiões, seus projetos de vida; a verdade dos povos africanos que, aprisionados, arrancados violentamente de suas terras e seqüestrados, para cá foram trazidos. Durante quase 400 anos, viveram neste país a afronta de um sistema de produção então já condenado pela história. Protagonistas de gestos também heróicos, fundaram aqui territórios livres - os quilombos - provas vivas da afirmação da dignidade humana e das lutas mantidas até os dias de hoje pelas entidades negras frente a um poder todavia infame e a verdade dos setores populares que, durante toda a nossa história, lutaram para mudar o seu curso, na busca da constituição de uma sociedade justa e fraterna.

Os setores populares foram os protagonistas maiores da nossa recente luta contra a ditadura militar e contra a implantação entre nós do modelo neoliberal. Hoje, a luta pela reforma agrária e a luta contra o desemprego em massa são dois de seus combates maiores no rumo da construção de uma nova sociedade.

Durante a difícil constituição da sociedade brasileira nestes 500 anos, a violência sempre permaneceu, mudando sempre de forma. De igual maneira, os exemplos de generosidade, criatividade e de vontade de construir um território livre e independente e uma sociedade justa e humana sempre existiram e quem os legou a nós foram os povos indígenas, os povos negros escravizados e os setores populares. São estes, também, os que nos dias de hoje continuam a nos dar exemplos constantes de que é possível transformar a vida e a sociedade, em benefício de todos.

Pretendemos, através do nosso movimento, expor nossa divergência clara e transparente com relação às comemorações oficiais. Estas irão comemorar os 500 anos da construção de uma nação supostamente unida e harmônica, erguida, na sua visão, com a "contribuição vo-

luntária" dos povos indígenas, dos africanos "trasladados" para estas terras e dos brancos europeus. Para as comemorações oficiais, inexistente a noção de conflito, hoje como no passado. Para nós, pelo contrário, a noção de conflito é central na história como no presente, projetando-se no futuro.

A brutalidade do genocídio indígena capitaneado pela empresa colonial e responsável pela extinção de povos inteiros, a barbárie da sociedade escravocrata que espoliou os povos africanos sacrificando e desagregando famílias e comunidades, a crueldade atroz, que vitimou e vitima cotidianamente os setores populares, marca uma das sociedades mais desiguais do planeta: a sociedade brasileira até os dias de hoje. Todas essas realidades históricas não podem ser compreendidas sem a noção central do conflito - conflito entre povos, entre classes, entre ideologias, entre concepções de vida, de mundo, do humano, da própria história.

Nossas Celebrações

Nosso movimento Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular pretende celebrar sim, mas celebrar as vitórias conquistadas ao longo dos séculos, através das lutas coletivas, através das iniciativas populares, plenas de heróis anônimos, que nunca terão seus nomes inscritos nos livros de história. Vamos celebrar sim, as vitórias que nos custaram tanto sangue e tantos mártires, tanto sofrimento e esperança nos corações de gente que nada tinha para lutar, senão a sua fé num mundo menos desumano.

Vamos celebrar sim, as vitórias e derrotas de uma luta sempre desigual: de um lado a riqueza, o poder, as armas, o desprezo pela vida e a arrogância de classe, de outro lado, a vida coletiva, o trabalho humano, os despossuídos de tudo, a solidariedade de classe, a humildade e generosidade anônimas, a infinita esperança.

No marco destes 500 anos, vamos celebrar também o futuro. Herdeiros de um passado de resistência e luta, trazemos a certeza de que, apesar de tantas desigualdades e injustiças que permanecem, construiremos uma sociedade livre e justa, marcada pela igualdade e pela fraternidade, sociedade sonhada que tanto buscamos e que tantos buscaram antes de nós.

Nossas Ações

Para atingir nossos objetivos de refletir e celebrar a Resistência Indígena, Negra e Popular nestes 500 anos

de história brasileira, nos comprometemos com as seguintes ações:

desencadear, em todos os movimentos e entidades nas quais participamos, o processo de reflexão, atividades culturais e de luta que tenham como referência a questão dos 500 anos;

lançar, durante a semana de 18 a 24 de abril de 1999, de forma simultânea e articulada, em todo o país, por parte de todos os movimentos sociais que se engajarem, o movimento Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular;

durante o mês de abril do ano 2.000, realizar diversas ações no extremo sul da Bahia - marcha conjunta, ato ecumênico e ato cultural - para estimular a sociedade brasileira a refletir sobre o significado destes 500 anos de história do ponto de vista indígena, negro e popular, articular nosso movimento com as lutas sociais já existentes em âmbito local, regional e nacional e projetá-lo no âmbito internacional, tanto na América Latina como na Europa, particularmente em Portugal.

Dezembro de 1998.

- CONEN - Coordenação Nacional de Entidades Negras
- MNU - Movimento Negro Unificado
- CMP - Central de Movimentos Populares
- CIMI - Conselho Indigenista Missionário
- CPT - Comissão Pastoral da Terra
- GTME - Grupo de Trabalho Missionário Evangélico
- Comitê 500 Anos de Resistência Negra, Indígena e Popular - Salvador, BA
- Fórum 500 Anos de Campinas, SP
- CAPOIB - Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil
- COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
- FORAM - Fórum Permanente de Debates da Amazônia
- APOINME - Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
- Articulação de Mulheres Negras Lélia Gonzales - Salvador, BA
- CEPIS - Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae
- ACR - Anarquistas Contra o Racismo
- Equipe Palmares de Rio Claro, SP
- Coletivo 500 Anos de Araras, SP
- SINPRO - Sind. dos Professores da Rede Particular do ABC, SP
- Comitê de Solidariedade às Comunidades Zapatistas -SP

BR 00 001a - Marcha - preparat. 3/2000 (?)

CIMI - SETOR DOCUMENTAÇÃO



BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR

MARCHA INDÍGENA 2000 OS POVOS INDÍGENAS RETOMAM O BRASIL

No início da década de 90 foi criado o *Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular*, um espaço de mobilização e contestação das comemorações do chamado "descobrimento" das Américas. Integraram este Movimento organizações indígenas, negras e entidades populares.

Este espaço de reflexão foi retomado em torno da luta contra as programações triunfalistas oficiais dos 500 anos da chegada dos europeus ao Brasil. Formaram-se comitês e fóruns por todo o país articuladas no Movimento "*Brasil: 500 anos de resistência indígena, negra e popular*". O seu objetivo é mobilizar a sociedade brasileira e refletir sobre as novas formas de colonialismo alimentadas pelos meios de comunicação, em especial a Rede Globo- veículo que sempre esteve a serviço das elites. Nos últimos meses vários eventos foram realizados, tais como debates, seminários e atos públicos. Em abril do ano 2000, está programada uma grande mobilização indígena a partir de uma marcha de abrangência nacional.

A *Marcha indígena 2000* é um movimento simbólico de retomada do Brasil, traçando um caminho inverso ao da invasão européia. Caravanas partirão dos quatro cantos do país rumo ao litoral baiano, onde iniciou-se, em 1500, toda a história de violência e colonização.

Esta Marcha simboliza a resistência indígena, a luta pela garantia dos seus direitos historicamente negados, especialmente à demarcação dos territórios. É sinal de confiança no futuro, a ser tecido pela ação dos oprimidos, dos marginalizados, das classes populares.

Estão previstas diversas manifestações no caminho traçado pelas caravanas, para dar eco às vozes indígenas silenciadas nesses 500 anos e para mobilizar a sociedade nacional em torno das lutas indígenas, negras e populares.

Esse processo culmina numa grande *Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil* em Coroa Vermelha, Bahia, para onde serão levadas as propostas indígenas para os "outros 500 anos". A Conferência pretende ser espaço onde estes povos definirão estratégias comuns de ação e a sua contribuição para o projeto de um novo Brasil, radicalmente diferente, onde os direitos dos povos indígenas, dos negros e dos setores populares sejam respeitados.

Objetivos

LEMBRAR A RESISTÊNCIA PARA REAFIRMAR O PROJETO

No marco dos 500 anos do chamado "descobrimento do Brasil", com suas leituras elitistas e comemorações governamentais, em seu conjunto mentirosas e triunfalista, lembrar, que a diversidade cultural dos povos indígenas foi e continua sendo a raiz de sua resistência para reafirmar seu projeto de libertação em curso.

FORTALECER A SOLIDARIEDADE INTER-ÉTNICA PARA DEFENDER OS DIREITOS ORIGINÁRIOS E CONSTITUCIONAIS

Fortalecer, através do intercâmbio da caminhada, o espírito comunitário e a solidariedade entre os povos indígenas para garantir na luta comum os direitos originários e constitucionais: territoriais, de educação e saúde diferenciadas e desenvolvimento autônomo.

COSTURAR ALIANÇAS COM MOVIMENTOS SOCIAIS AFINS PARA TRANSFORMAR A SOCIEDADE

Aprofundar e ampliar as nossas relações e alianças com outros setores e movimentos sociais afins (negros, sem terra, populares, refugiados, por exemplo) no Brasil e no mundo inteiro para a



BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR

construção de sociedades democráticas, justas, multiétnicas e pluriculturais que garantem de fato o exercício da cidadania e protegem os projetos indígenas.

CONTRIBUIR, COM A NOSSA MANEIRA DE VER O MUNDO, PARA O PROJETO DE UM MUNDO HABITÁVEL PARA TODOS

Difundir as cosmovisões dos povos indígenas, as suas reservas espirituais e valores alternativos que representam contribuições importantes e complementares para o projeto de uma humanidade que se empenha na construção de um mundo habitável para todos.

Manifestações

Abril de 2000

13 e 14 - Brasília (DF)

17 - Salvador (BA)

19 - Monte Pascoal (BA)

22 - Porto Seguro (BA)

Conferência Indígena

18 a 22 - Coroa Vermelha (BA)

Promoção

APOINME - Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo

COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

CAPOIB - Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil

Apoio

Comitês dos 500 Anos

Cimi - Conselho Indigenista Missionário

GTA - Grupo de Trabalho Amazônico

MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR. **Manifesto de Manaus**. Manaus, 3 de abr., 2000b. [2] p.

BR.00001a - marcha - ESTADOS - 3/4/00

CIMI - SETOR DOCUMENTAÇÃO

Manifesto de Manaus

500 anos de Resistência Indígena Negra e Popular

O movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular, por ocasião da saída da caravana indígena de Manaus a Porto Seguro, manifesta-se denunciando e anunciando: O Brasil que a gente quer são outros 500.

Denunciamos:

1. A farsa das festas triunfalistas dos que continuam proclamando a mentira de que o Brasil foi descoberto em 1500. Ignorar a presença de centenas de povos durante mais de 30 mil anos nesta terra é uma violência com o caráter de etnocídio. Revolta-nos saber que isso continua sendo motivo de festa para as elites colonialistas responsáveis pelo genocídio e massacre de milhões e milhões de índios, negros e pobres, ontem e hoje.
2. O projeto colonialista que as elites políticas e econômicas impuseram nesta terra, através da violência nas suas diversas manifestações, como a escravidão, exclusão, discriminação e o extermínio sistemático das populações indígenas, dos negros e pobres.
3. Que nestes cinco séculos, na medida que os povos indígenas iam sendo expulsos de seus territórios, um processo de concentração fundiária impediu que a maioria da população da região tivesse acesso à terra. Denunciamos a campanha contra a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, promovida pelo governo, políticos e latifundiários de Roraima.
4. Que a Amazônia foi saqueada nestes últimos 500 anos e que sua grande riqueza sócio-cultural e econômica continua sendo destruída e expropriada em função de uns poucos, do país ou do exterior.
5. Que as consequências da política histórica de destruição, acumulação de riquezas e terras pelos poderosos, manifestam-se hoje pela situação de extrema miséria, desemprego, salário mínimo de R\$150,00, expulsão da população do interior, abandono da saúde e educação pública, falta de moradia e violência urbana.

Dando continuidade às diversas formas de resistência histórica, como por exemplo do povo Mura, da Cabanagem, dos Povos do Rio Negro, do Solimões e seus afluentes, dos quilombos, da luta popular contra as ditaduras, dirigimo-nos ao litoral da invasão, onde se iniciou a construção do Brasil que não queremos.

Para contribuir com a construção do Brasil que queremos, exigimos :

1. A demarcação e garantia de todas as terras indígenas, demarcação das terras dos remanescentes de quilombos, e o acesso e garantia de terra para as populações regionais, reconhecendo e respeitando seus conhecimentos e culturas tradicionais.
2. O fim de todas as formas de discriminação, expulsão, massacres, violências e impunidade. O imediato julgamento e punição dos responsáveis pelos massacres Ticuna, ocorrido em 28 de março 1988, e dos Korubo, em setembro de 1989.
3. Que a utilização dos recursos naturais (madeira, minérios, biodiversidade) não continuem beneficiando apenas alguns, mas que, através das formas de manejo sustentáveis, possam trazer benefícios permanentes para toda a população da região.
4. Que uma política nacional para a Amazônia seja elaborada com a participação de todos os segmentos da sociedade, a partir dos conhecimentos, projetos de vida e sociodiversidade aqui existentes.
5. Que a verdadeira história deste país seja reconhecida e ensinada nas escolas, levando em conta os milhares de anos de existência das populações indígenas nesta terra.

Manaus dia 3 de abril de 2000

Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular

MANIFESTO DE PORTO VELHO

“500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR”

Preparados para marchar, numa retomada simbólica do Brasil, queremos resgatar nossa dignidade humana e declarar que:

Quando os portugueses aqui chegaram, nós, os povos indígenas éramos estimados em 5 milhões de pessoas, e vivíamos em harmonia, distribuídos em mais de 970 povos culturalmente diferentes.

O governo português não mediu esforços para nos escravizar, tornando-nos mão-de-obra escrava no seu processo de exploração de nossas terras, de nossas riquezas naturais.

Nossos parentes foram usados para fazer funcionar as fazendas portuguesas, conhecidas por “sesmarias”. Mas, muitos outros invasores como os franceses, espanhóis, ingleses e holandeses também se aproveitaram de nossos trabalhos, de nossos conhecimentos sobre fontes de recursos minerais, vegetais e outros, conhecidos por drogas do sertão.

Éramos milhões... sugavam nossas forças e nos submetiam à morte por doenças e massacres quando resistíamos a seus caprichos. O sofrimento foi ainda maior porque dominavam nosso corpo e nossa mente, através da catequização, feita pelos missionários, braço direito da Coroa portuguesa.

Para dominar nossa consciência, criavam os aldeamentos, onde juntavam povos diversos e nos impunham horários para tudo, separavam famílias e nos castigavam para que fôssemos rezar na igreja do missionário. Muitas vezes, preferíamos o castigo a ir para a catequese. Sentiamos-nos dominados pelo medo do “deus” dos missionários, o qual nos assustava, pois os missionários diziam que nosso jeito de viver era coisa do demônio, e que iríamos para o inferno caso não nos submetêssemos às suas vontades.

Nós fomos domesticados ao jeito dos missionários, e em pouco tempo, vimos surgir grandes fazendas em nossas terras. Alugavam nossos parentes para trabalhar nas fazendas dos portugueses e com o lucro, ampliavam seus poderes em nossas terras.

Com a cruz e a espada, missionários e exploradores destruíram impérios indígenas nesta imensa região amazônica, cuja população foi estimada em 2 milhões por volta de 1700. Infelizmente hoje, segundo os dados do Conselho Indigenista Missionário (1999), somos aproximadamente 325 mil pessoas, estávamos condenados ao desaparecimento. Foi a partir da década de 70 que nós voltamos a crescer.

Nossos antepassados, principalmente na Amazônia, não aceitaram calados ou pacificamente a exploração e destruição de povos e culturas. A reação teve formas diversas. Alguns povos fugiam para terras distantes e de difícil acesso, embora não escapassem da dizimação pelas doenças levadas no corpo. Outros porém, como os Manau, Munduruku, Maué, Parintintin, Mura, Pacaá Nova entre outros tantos, atacavam as embarcações dos preadores/caçadores de indígenas.

A maior resistência de nossos antepassados, conhecida na Amazônia, foi a Cabanagem por volta de 1832 a 1849, quando os oprimidos pelo governo português: indígenas, tapuios e negros dos quilombos, se juntaram para dizer um basta aos desmandos dos brancos sobre nossos povos. Nós resistimos e vencemos, embora pôr pouco tempo, porque todos os povos indígenas dos rios Madeira, Solimões e Negro se juntaram para guerrear contra os portugueses e os espanhóis. Eles nos venceram pelas armas, mas não destruíram nosso sonho de liberdade.

Aqui em Rondônia, nossa resistência contra os invasores também vem de muito tempo. Talvez a mais marcante seja do período de construção da Estrada de Ferro Madeira Mamore. Para evitar que ela cortasse nossos territórios sagrados, nós destruíamos à noite os trabalhos feitos durante o dia. Mas, logo os povos Kariyuna, Pacaá Nova e Parintintin, foram dizimados pois eles colocaram energia nos trilhos e muitos foram mortos eletrecutados. Não vencemos com nossa estratégia de guerra, mas a Mãe Natureza se encarregou de fazê-la.

Na busca por leite das árvores chamadas de seringueiras, os homens brancos não respeitaram nossas terras. Nos rios Jaci, Mutum, Pacaá Nova, Candeias, Machado, Tamari, Canaã, Aripuanã e em tantos outros, tentamos resistir, mas fomos dominados pelas doenças e pelo trabalho escravo. Alguns missionários iam juntos abençoando a ação dos seringalistas e batizando nossos

parentes, não respeitando nossa religião indígena. Restou-nos fugir mais uma vez. Pouco tempo depois chegaram "novas gentes". Foram cortando nossas florestas, queimando nossa Terra Mãe e nos expulsando.

Muitas vezes tivemos que guerrear com os colonos para garantir um pedaço de chão. Assim aconteceu com os povos Suruí, Zoró, Cinta Larga, Uru Eu Wau Wau, Parintintin, Tenharim entre outros. Os invasores poderosos vendiam nossas terras para pessoas desinformadas e estas nos matavam para tê-las.

Os fazendeiros mandavam jogar açúcar com veneno em nossas malocas, pagavam pistoleiros para nos eliminar e passavam com trator sobre nossas malocas. Poucas pessoas tiveram a coragem de nos ajudar, mas foram importantes para nossa luta.

Cansados de fugir, sem ter mais para onde ir, fomos obrigados a aceitar a convivência com os invasores, embora conflituosa.

No entanto, os invasores não se contentaram e continuam a explorar as poucas terras a que temos direito, aprovada na lei dos homens poderosos. Os madeiros, garimpeiros e grileiros de terra roubam nossas riquezas, violam nossa casa e matam nossos rios, ameaçando nossa sobrevivência.

Os Uru Eu Wau Wau são os que mais sofrem com esse processo de invasão. Na região de São Miguel do Guaporé, Monte Negro, Bom Princípio e Campo Novo, madeiros e grileiros de terra fazem festa, enquanto que os responsáveis pela fiscalização fingem não ver. Com essas invasões estão ameaçando as nascentes dos principais rios que banham nossa região, depredando nossa riquezas naturais e colocando em risco a vida de nossos parentes.

Outros povos sofrem com a perda de suas riquezas, estabelecida por uma negociação desigual, acarretando o empobrecimento das terras, caças e pescas, assim como facilitando a incidência de doenças. Alguns ainda, sofrem com a diminuição das terras e com construção de barragens nos rios que alimentam e propiciam deslocamento das comunidades.

Mas, em situação pior encontram-se os povos sem-contato, ameaçados em sua integridade física e cultural pelos fazendeiros e grileiros, deparam-se com um descaso para com as questões indígenas, cuja política indigenista está baseado na promessa, enquanto que na ação de fato, quase nada tem sido feito. Com isso, os Omerê, Jururei, Madeirinha e Yviraparaquara, dependem exclusivamente da sorte para continuarem vivendo.

Chega!!! "O Brasil que a Gente quer São Outros 500". ...onde as nossas terras estejam demarcadas e protegidas resguardando nossa integridade física e cultural. Acreditamos na aliança dos setores oprimidos e mais ainda, apostamos na Solidariedade de todas as pessoas que somam seus esforços na conquista de novos valores que visem a promoção da VIDA...

Na construção de novos valores que promovam o estabelecimento de uma nova sociedade, justa e igualitária, onde todos tenham os seus direitos respeitados e possam viver com dignidade, **EXIGIMOS QUE:**

- 1 - Os povos sem-contato tenham seus territórios protegidos e demarcados contra os invasores.
- 2 - As ações de fiscalização ambiental garantam a integridade física das terras indígenas.
- 3 - Seja feita justiça aos Cinta Larga, punindo os culpados pela morte de seu parente assassinado no ano passado;
- 4 - Sejam apuradas as denúncias de invasões na Terra Indígena Uru Eu Wau Wau;
- 5 - Os recursos destinados a viabilizar projetos de apoio as iniciativas comunitárias indígenas, de fato cheguem e contribuam para a melhoria de qualidade de Vida das comunidades;
- 6 - Os projetos hidrelétricos, rodoviários e outros, respeitem a Constituição Federal.
- 7 - Os Direitos Originários dos Povos Indígenas saiam do papel e sejam aplicados de fato.

Porto Velho RO, 05 De Abril De 2000.

MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR

DOCUMENTOS

Manifesto de Santarém

O movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular, por ocasião da passagem em Santarém da Marcha Indígena 2000, rumo a Porto Seguro, manifesta-se denunciando a mentira dos festejos do "descobrimento" e anunciando: O Brasil que a gente quer são "Outros 500".

Denunciamos:

A farsa das festas triunfalistas dos que continuam proclamando a mentira de que o Brasil foi descoberto em 1500. Ignorar a presença de centenas de povos durante mais de 30 mil anos nesta terra é uma violência com o caráter de etnocídio. Revolta-nos saber que isso continua sendo motivo de festa para as elites colonialistas responsáveis pelo genocídio e massacre de milhões e milhões de índios e negros, ontem e hoje. Como festejar sobre o túmulo dos Tupaiu e tantos povos indígenas massacrados?

O projeto colonialista que as elites políticas e econômicas impuseram nesta terra, através da violência nas suas diversas manifestações, como a escravidão, exclusão, discriminação e o extermínio sistemático das populações indígenas, dos negros e pobres.

Que nestes cinco séculos, na medida em que os povos indígenas iam sendo expulsos de seus territórios, um processo de concentração fundiária impediu que a maioria da população da região tivesse acesso à terra. Denunciamos a campanha contra a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, promovida pelo governo, políticos e latifundiários de Roraima.

Que a Amazônia foi saqueada nestes últimos 500 anos e que sua grande riqueza sócio-cultural e econômica continua sendo destruída e expropriada em função de uns poucos, do país ou do exterior. A construção do novo porto de Santarém é o mais novo capítulo dessa história.

Que as consequências da política histórica de destruição, acumulação de riquezas e terras pelos poderosos, manifestam-se hoje pela situação de extrema miséria, desemprego, salário mínimo de R\$151,00, expulsão da população do interior, abandono da saúde e educação pública, falta de moradia e violência urbana.

Dando continuidade às diversas formas de resistência histórica, como por exemplo a Guerra da Cabanagem, a luta dos povos renascidos do baixo Tapajós e dos Munduruku contra a Hidrovia no seu território, dos quilombos, da luta popular contra as ditaduras, dirigimo-nos ao litoral da invasão, onde se iniciou a construção deste Brasil que nos exclui, deste Brasil que não queremos.

Para contribuir com a construção do Brasil que queremos, exigimos:

A demarcação e garantia de todas as terras indígenas, o reconhecimento dos povos do Tapajós, a demarcação das terras dos remanescentes de quilombos e o acesso e garantia de terra para as populações regionais, reconhecendo e respeitando seus conhecimentos e culturas tradicionais.

O fim de todas as formas de discriminação, expulsão, massacres, violências e impunidade. O imediato julgamento e punição dos responsáveis pelos massacres Ticuna, ocorrido em 28 de março 1988 e dos Korubo, em setembro de 1989.

Que a utilização dos recursos naturais (madeira, minérios, plantas e toda a biodiversidade) não continue beneficiando apenas alguns, mas que, através das formas de manejo sustentáveis, possam trazer benefícios permanentes para toda a população da região.

Que uma política nacional para a Amazônia seja elaborada com a participação de todos os segmentos da sociedade, a partir dos conhecimentos, projetos de vida e sócio-diversidade aqui existentes.

Que a verdadeira história da Amazônia e deste país seja reconhecida e ensinada nas escolas, levando em conta os milhares de anos de existência das populações indígenas nesta terra.

Santarém dia 7 de abril de 2000

Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular/
Comissão de Santarém
Pastoral Social - Pastoral da Juventude - Consciência Indígena - GDA- GRENI -Padres Verbitas - PSA - UFPa/
Campus de Santarém - Franciscanos - CEAPAC

Manifesto ao Povo de Goiânia

Cidadãos Goianienses!

12/04/2000

Nós, representantes das nações indígenas do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e Goiás, seguindo rumo a Porto Seguro, na Bahia, em nossa Marcha em repúdio às comemorações dos 500 anos de invasão da nossa terra, queremos, ao passar por esta cidade de Goiânia, deixar aqui a nossa palavra, como sobreviventes de povos humilhados, massacrados, escravizados e exterminados, que não perderam a vontade de lutar e resistir, apesar de tantos séculos de opressão.

Queremos, em primeiro lugar, fazer algumas perguntas. Onde estão os povos indígenas que antes viveram nessa região? Onde estão os indígenas da nação Goyá que habitavam as proximidades de onde hoje se encontra a cidade de Goiás Velha? Onde estão os Kayapó que ocupavam toda a região sul deste estado? Onde estão os indígenas da nação Xavante?

Dentre esses três povos citados, o único sobrevivente é o povo Xavante, porque decidiu se refugiar em território mato-grossense, depois de suportar muitos anos de massacres e mentiras. Os outros povos, ou foram levados como escravos para outras regiões do país, pelos bandeirantes, ou foram exterminados pelos invasores que aos poucos ocuparam essa terra. Restam ainda em Goiás, remanescentes da nação Tapuia, da nação Karajá e alguns sobreviventes da nação Avá-Canoeiro, que até há pouco tempo eram caçados a tiro de espingarda pelos criadores de gado.

Por isso, estamos lembrando a vocês, que as vossas cidades, as vossas plantações, as vossas pastagens para criação de gado, foram implantadas sobre as terras de nossos antepassados e que os invasores, para tomar essas terras, tiveram que lavar esse chão com o sangue dos povos que aqui viviam.

Depois de 500 anos de massacres e opressão, nós não podemos ficar calados diante de tanta injustiça cometida contra nossos povos. Não podemos esquecer que a nossa população, quando os portugueses chegaram no Brasil era de aproximadamente 5 milhões de pessoas e hoje somos apenas uns 350 mil. Éramos mais de 900 povos com línguas e culturas diferentes entre si e hoje estamos reduzidos a uns 200 povos apenas.

Mas vocês podem contribuir para que sejam reparados, ao menos em parte, os crimes que foram cometidos contra nós. Podem

fazer isso, primeiramente buscando conhecer a história dos povos indígenas que viveram aqui, para verificar que, de fato, eles foram vítimas da cobiça e da completa falta de respeito pelos direitos de outros povos, de parte de gerações anteriores às de vocês.

É preciso, também, que vossos filhos conheçam essa história de violência praticada contra os povos indígenas. Nós perguntamos a vocês, por exemplo, por que vocês consideram como vossos heróis, personagens que foram grandes assassinos e genocidas? Para nós, continua sendo uma violência, ainda hoje, o fato de vocês prestarem homenagem aos bandeirantes, como o Anhagüera, que está representado aqui nessa estátua, no coração de vossa cidade, sendo que estes homens cometeram tantos crimes contra nossos antepassados. Que lição vocês querem ensinar com isso para vossos filhos? Que os assassinos e genocidas devem receber grandes homenagens nas ruas e praças de vossas cidades?

Vocês podem contribuir, ainda, para reparar os crimes que foram cometidos contra nós, opondo-se a toda forma de discriminação e preconceito e colocando-se decididamente contra qualquer projeto que ponha em risco a vida e o futuro dos nossos povos, sobretudo, projetos como os de hidrelétricas, de rodovias, de hidrovias, de mineração etc, que o governo e grandes grupos econômicos querem a todo instante implantar em nossas terras. E, por fim, vocês podem apoiar a luta dos povos indígenas pela recuperação de suas terras. Assim, vocês estarão fazendo também alguma coisa concreta para que o Brasil seja um país mais justo, mais democrático e mais respeitoso para com os povos indígenas que aqui vivem desde tempos imemoriais.

Goiânia, 12 de abril de 2000.

Marcha Indígena 2000
Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular

BR. 007a

Marcha
Região

1214100

CIMI - SETOR DOCUMENTAÇÃO

12/04/2000

MANIFESTO DOS INDÍGENAS DO TOCANTINS E GOIÁS

500 anos de resistência Indígena, Negra e Popular

Nós indígenas do estado de Tocantins e Goiás estamos participando da Marcha Indígena 2000. Iremos percorrer o país até chegar na Bahia, onde em 1500 começou a invasão européia e juntamente com outros parentes participaremos da Conferência Indígena, em Coroa Vermelha (BA) entre os dias 18 e 22 de abril/2000.

Queremos com esta mobilização mostrar ao país inteiro e ao mundo a nossa resistência, a nossa disposição para lutar pelos nossos direitos e especialmente o nosso desejo de contribuir para a construção de um Brasil com mais igualdade social e democracia, onde todos os povos (indígenas, negros e brancos) possam construir a sua vida com dignidade e com relações respeitadas entre pessoas e povos, livre de preconceitos e discriminação.

Nós indígenas do Tocantins e Goiás denunciaremos e reivindicamos:

Apinajé (município de Tocantinópolis-TO) - O projeto da construção da UHE-Serra Quebrada, no rio Tocantins, inundará mais de 5% do total da nossa área, colocando em risco a sobrevivência de nosso povo. O rio Tocantins para nós é fonte de vida por isso não vamos aceitar a construção dessa hidrelétrica e nem da Hidrovia Tocantins-Araguaia.

Karajá de Xambioá (município de Santa Fé do Araguaia-TO) - Não iremos permitir que a Hidrovia Tocantins-Araguaia destrua a vida do nosso povo. Somos filhos do rio Araguaia e necessitamos dele para que faça sentido a nossa vida física e espiritual;
Não queremos a hidrelétrica de Santa Izabel, pois esta obra será mais uma ameaça para nossa vida.

Krahô (município de Itacajá e Goiatins-TO) - Somos contrários a construção da Hidrovia Tocantins-Araguaia, pois irá agravar ainda mais a invasão das nossas terras;

Xerente (município de Tocantínia-TO) - Não aceitamos a construção da Hidrovia Tocantins-Araguaia, porque este projeto põem em risco a nossa

sobrevivência física e cultural, pois dependemos do rio Tocantins para vivermos;

Não aceitaremos nenhuma obra (hidrelétricas, hidrovia, pontes, asfaltamento ou pavimentação de estradas, etc,) que os governos municipais, estadual e federal querem construir dentro da nossa terra, pois além de causar sérios impactos ambientais, sociais e culturais estas obras são inconstitucionais.

Javaé, Karajá e Avá-Canoeiro (Ilha do Bananal-TO) - Exigimos a demarcação da área Boto Velho (norte da Ilha), pois não agüentamos mais as humilhações e ameaças dos fiscais do Ibama, dentro da nossa terra tradicional;

Exigimos a desintrusão do Parque Indígena do Araguaia (sul da Ilha), pois embora demarcado e homologado continua ocupado por fazendeiros;

Somos contrários a construção da Hidrovia Tocantins-Araguaia. O rio Araguaia para nós é a vida, pois ali temos a origem dos nossos mitos de Aruanã e dali, do rio, tiramos nosso alimento.

Tapuya (município de Rubiataba e Nova América-GO) - Após longo período de luta e conflitos pela desintrusão da nossa terra, estamos agora sendo ameaçados por fazendeiros os quais não se conformam com a decisão da justiça de desocupação da terra indígena;

Somos contra a construção da hidrovia Tocantins-Araguaia porque sabemos que causará sérios impactos aos nossos parentes.

Enfim, denunciemos a implementação dos grandes projetos dentro e em torno das áreas indígenas, a omissão dos governos com relação a nossa saúde, educação, demarcação, homologação e desintrusão das nossas terras.

Somos contrários as comemorações oficiais do governo brasileiro, pois não houve descobrimento, mas sim massacres, imposição cultural e extermínio de diversos povos.

QUEREMOS CONSTRUIR "OUTROS 500"

Palmas, TO, 12 de abril de 2000.

Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular

ANEXO H – Documento Final Manifesto da Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil.

**DOCUMENTO FINAL
MANIFESTO DA CONFERÊNCIA DOS POVOS
E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO BRASIL**

Chegamos na aldeia Pataxó de Coroa Vermelha, no município de Santa Cruz Cabrália, Bahia, no dia 17 de abril. Cumprimos o compromisso de refazer os caminhos da grande invasão sobre nossos territórios, que perdura já 500 anos.

Somos mais de 3.000 representantes, de 140 povos indígenas de todo o país. Percorremos terras e caminhos dos rios, das montanhas, dos vales e planícies antes habitados por nossos antepassados. Olhamos com emoção as regiões onde os povos indígenas dominavam e construíam o futuro, ao longo de 40 mil anos. Olhamos com emoção as regiões onde os povos indígenas tomaram defendendo a terra cortada por bandeirantes, por aventureiros, por garimpeiros e mais tarde, por estradas, por fazendas, por empresários com sede de terra, de lucro e de poder.

Refizemos este caminho de luta e de dor, para retomar a história em nossas próprias mãos e apontar, novamente, um futuro digno para todos os povos indígenas.

Aqui, nesta Conferência, analisamos a sociedade brasileira nestes 500 anos de história de sua construção sobre os nossos territórios. Confirmamos, mais do que nunca que esta sociedade, fundada na invasão e no extermínio dos povos que aqui viviam, foi construída na escravidão e na exploração dos negros e dos setores populares. É uma história infame, é uma história indigna.

Dignidade tiveram, sempre, os perseguidos e os explorados, ao longo destes cinco séculos. Revoltas, insurreições, movimentos políticos e sociais marcaram também nossa história, estabelecendo uma linha contínua de resistência.

Por isso, voltamos a recuperar essa marca do passado para projetá-la em direção ao futuro, nos unindo aos movimentos negro e popular e construindo uma aliança maior a **Resistência Indígena, Negra e Popular**.

Nossas principais exigências e propostas:

São as seguintes, as principais exigências e propostas dos povos indígenas para o Estado Brasileiro, destacadas por esta Conferência:

- 1) cumprimento dos direitos dos povos indígenas garantidos na Constituição Federal;
 - a) Até o final do ano 2000 exigimos a demarcação e regularização de todas as terras indígenas;
 - b) Revogação do Decreto 1.775/96;
 - c) Garantia e proteção das terras indígenas;
 - d) Devolução dos territórios reivindicados pelos povos indígenas do Brasil inteiro;
 - e) Ampliação dos limites das áreas insuficientes para a vida e o crescimento das famílias indígenas;
 - f) Desintrusão (retirada dos invasores) de todas as terras demarcadas, indenização e recuperação das áreas e dos rios degradados, como por exemplo o Rio São Francisco;
 - g) Reconhecimento dos povos ressurgidos e seus territórios;
 - h) Proteção contra a invasão dos territórios dos povos isolados;
 - i) Desconstituição dos municípios instalados ilegalmente em área indígena;
 - j) Respeito ao direito de usufruto exclusivo dos recursos naturais contidos nas áreas indígenas, com atenção especial à biopirataria;
 - k) Paralisação da construção de hidrelétricas, hidrovias, rodovias ou indenização pelos danos causados por esses projetos;
 - l) Apoio a auto-sustentação, com recursos financeiros destinados a projetos agrícolas, entre outros, para as comunidades indígenas;
- 2) a imediata aprovação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT);

- 3) aprovação do Estatuto dos Povos indígenas que tramita no Congresso Nacional, conforme aprovado pelos povos e organizações indígenas (PL 2.057/91);
- 4) o fim de todas as formas de discriminação, expulsão, massacres, ameaças às lideranças, violências e impunidade. Apuração imediata de todos os crimes cometidos contra os povos indígenas nos últimos 20 anos e punição dos responsáveis. Exigimos o respeito às nossas culturas, tradições, línguas, religiões dos diferentes povos indígenas do Brasil;
- 5) a punição dos responsáveis pela esterilização criminosas das mulheres indígenas;
- 6) que a verdadeira história deste país seja reconhecida e ensinada nas escolas, levando em conta os milhares de anos de existência das populações indígenas nesta terra;
- 7) reestruturação do órgão indigenista, seu fortalecimento e sua vinculação à Presidência da República, através de uma Secretaria de Assuntos Indígenas, consultando-se as organizações de base quanto a escolha dos secretários;
- 8) a educação tem que estar a serviço das lutas indígenas e do fortalecimento das nossas culturas;
- 9) que seja garantido o acesso dos estudantes indígenas nas universidades federais sem o vestibular;
- 10) reforma, ampliação e construção das escolas indígenas e oferta de ensino em todos os níveis, garantido-se o magistério indígena;
- 11) fiscalização da aplicação das verbas destinadas às escolas indígenas, criando um Conselho Indígena;
- 12) a educação escolar indígena e o atendimento à saúde deve ser de responsabilidade federal. Rejeitamos as tentativas de estadualização e municipalização;
- 13) a Lei Arouca, que institui um subsistema de atenção à saúde dos povos indígenas seja aplicada;
- 14) fortalecer e ampliar a participação ativa das comunidades e lideranças nas instâncias decisórias das políticas públicas para os povos indígenas, em especial, que os Distritos Sanitários Especiais Indígenas tenham autonomia nas deliberações;
- 15) o atendimento de saúde deve considerar e respeitar a cultura do povo. A medicina tradicional deve ser valorizada e fortalecida;
- 16) formação específica e de qualidade para professores, agentes de saúde e demais profissionais indígenas que atuam junto às comunidades;
- 17) que seja elaborada uma política específica para cada grande região do país, com a participação ampla dos povos indígenas e de todos os segmentos da sociedade a partir dos conhecimentos e projetos de vida existentes;
- 18) fortalecer o impedimento da entrada (e retirada) das polícias Militar e Civil de dentro das áreas indígenas sem autorização das lideranças;
- 19) exigimos a extinção dos processos judiciais contrários a demarcação das terras tradicionais ocupadas pelos povos indígenas;

Nós, povos indígenas do Brasil, percorremos já um longo caminho de reconstrução dos nossos territórios e das nossas comunidades. Com essa história firmemente agarrada por nossas mãos coletivas, temos a certeza de que rompemos com o triste passado e nos lançamos com confiança em direção ao futuro.

Apesar do peso da velha história, inscrita nas classes dominantes deste país, na sua cultura, nas suas práticas políticas e econômicas e nas suas instituições de Estado já lançamos o nosso grito de guerra e fundamos o início de uma nova história, a grande história dos "Outros 500".

A nossa luta indígena é uma homenagem aos inúmeros heróis que tombaram guerreando ao longo de cinco séculos. A nossa luta é para nossos filhos e-netos, povos livres numa terra livre.

Coroa Vermelha, Bahia, 22 de abril de 2000.